



# RELATÓRIO E CONTAS 2025





Águas do Algarve, S.A.

Relatório e Contas de 2025

05 de março 2026

Águas do Algarve, S.A.

Sociedade Anónima

Capital Social Realizado: 29.825.000 Euros

Matrícula n.º 4254 na Conservatória do Registo Comercial de Faro

Pessoa Coletiva n.º 505176300



SEDE SOCIAL:

Rua do Repouso, 10

8000-302 Faro

Telefone: 289 899 070

Sítio Eletrónico: [www.aguasdoalgarve.pt](http://www.aguasdoalgarve.pt)

Correio eletrónico: [geral.ada@adp.pt](mailto:geral.ada@adp.pt)

## ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração.....	9
<b>A- A Empresa .....</b>	<b>11</b>
1. Quem somos.....	11
1.1. Missão, Visão e Valores.....	11
1.2. Descrição, atividade e presença.....	12
1.3. Cadeia de Valor.....	15
1.4. As nossas pessoas.....	16
1.5. Os nossos stakeholders.....	21
1.6. Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais .....	22
1.7. O propósito e os compromissos de Integridade e de Sustentabilidade.....	29
1.8. Carteira de Participações e Sucursais .....	30
1.9. Síntese de Indicadores .....	31
2. Reconhecimento / Prémios / Certificações.....	32
3. Destaques do ano / Principais acontecimentos.....	33
<b>B- O Negócio .....</b>	<b>33</b>
1. Linhas Estratégicas .....	33
1.1. Introdução.....	33
1.2. Orientações Estratégicas para o Mandato 2021 - 2025.....	33
1.2.1. Missão.....	33
1.2.2. Deveres e Responsabilidades da Administração.....	34
1.2.3. Orientações Estratégicas Gerais.....	34
1.2.4. Orientações Estratégicas Específicas .....	35
1.3. Objetivos e Indicadores de Desempenho anuais para a Águas do Algarve, S.A. para o mandato 2021-2023 mantidos até ao fim do exercício de 2025 .....	37
2. Enquadramento .....	38
2.1. A Envolvente.....	38
2.2. O Sector.....	39
2.3. A Regulação.....	44
3. O Negócio.....	47
3.1. Introdução.....	47
3.2. Água em Alta.....	48
3.3. Saneamento em Alta .....	58
3.4. Outros negócios.....	63
4. Sustentabilidade .....	64
4.1. Gestão do Risco .....	64
4.2. Atividade Operacional.....	69
4.2.1. Laboratório.....	69
4.2.2. Manutenção.....	73
4.2.3. Investimento.....	80
4.2.4. Gestão de Energia.....	86
4.2.5. Compras e Logística.....	92
4.2.6. Medidas de eficiência em termos de sustentabilidade.....	93
4.2.7. Comunicação e Educação Ambiental .....	94
4.2.8. Serviço de Cadastro e Sistemas de Informação Geográfica.....	106
4.3. Financeira.....	107
4.4. Investigação e desenvolvimento / Inovação .....	116
4.5. Eventos Posteriores ao Fecho .....	119
4.6. Cumprimento das Orientações Legais.....	119
<b>C- Perspetivas Futuras.....</b>	<b>164</b>

D-	Considerações Finais.....	164
E-	Proposta de Aplicação de Resultados .....	165
F-	Contas do exercício de 2025 .....	167
1.	Informação geral.....	171
1.1.	Identificação e atividade da empresa.....	171
1.2.	Atividade económica .....	172
1.2.1.	Atividade regulada .....	172
1.3.	Aprovação das demonstrações financeiras.....	173
2.	Políticas contabilísticas.....	174
2.1.	Bases de apresentação.....	174
2.2.	Data de referência das demonstrações financeiras.....	174
2.3.	Conversão cambial .....	174
2.3.1.	Moeda funcional e de apresentação.....	174
2.3.2.	Transações e saldos em moeda estrangeira.....	175
2.4.	Direito de Utilização de Infraestruturas ("DUI") - Concessões .....	175
2.4.1.	Classificação da infraestrutura .....	175
2.4.2.	Reconhecimento e mensuração.....	176
2.4.3.	Amortizações .....	176
2.4.4.	Acréscimos de gastos de investimento contratual.....	176
2.4.5.	Desvio de recuperação de gastos (Défice / Superavit tarifário) .....	177
2.4.6.	Rédito da construção .....	177
2.5.	Estimativas e julgamentos.....	178
2.6.	Eventos subsequentes.....	178
3.	Novas normas e alteração de políticas .....	178
3.1.	Alterações voluntárias de políticas contabilísticas.....	178
3.2.	Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 01 de janeiro de 2025 178	178
3.3.	Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias .....	179
3.4.	Normas em revisão.....	180
4.	Políticas de gestão de risco.....	180
4.1.	Fatores de risco .....	180
4.2.	Risco de mercado.....	181
4.2.1.	Risco de taxa de juro.....	181
4.2.2.	Risco de taxa de câmbio.....	181
4.2.3.	Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis) .....	181
4.3.	Risco de liquidez e de capital.....	181
4.4.	Risco de Crédito.....	183
4.5.	Risco de exploração.....	184
4.5.1.	Risco de catástrofe .....	184
4.5.2.	Risco regulatório.....	184
5.	Ativos intangíveis .....	184
5.1.	Políticas contabilísticas.....	184
5.2.	Estimativas e julgamentos.....	185
5.3.	Detalhe e movimento .....	186
6.	Ativos fixos tangíveis .....	189
6.1.	189	189
6.1.	Reconhecimento e mensuração .....	189
6.2.	Estimativas e julgamentos.....	190
6.3.	Detalhe e movimento .....	190
7.	Locações .....	191
7.1.	Políticas contabilísticas.....	191

7.1.1.	Identificação de uma locação.....	192
7.1.2.	Contabilização nos locatários.....	192
7.2.	Estimativas e julgamentos.....	194
7.3.	Ativos sob direito de uso.....	194
7.4.	Passivos da locação.....	194
7.5.	Pagamentos da locação.....	195
8.	Outros ativos financeiros.....	196
8.1.	Políticas contabilísticas.....	196
8.2.	Detalhe.....	196
9.	Desvio de recuperação de gastos (Défice / Superavit tarifário).....	196
9.1.	Políticas contabilísticas.....	196
9.2.	Estimativas e julgamentos.....	196
9.3.	Detalhe e movimento.....	196
9.4.	Rendimento garantido.....	198
10.	Cientes.....	198
10.1.	Políticas contabilísticas.....	198
10.2.	Estimativa e julgamentos.....	202
10.3.	Detalhe e movimento.....	202
11.	Outros ativos.....	205
11.1.	Políticas contabilísticas.....	205
11.2.	Detalhe e movimento.....	205
11.2.1.	Estado e outros entes públicos.....	205
11.2.2.	Perdas por imparidade para outros ativos.....	205
12.	Inventários.....	205
12.1.	Políticas contabilísticas.....	205
12.2.	Detalhe e movimento.....	206
13.	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.....	206
13.1.	Políticas contabilísticas.....	206
13.2.	Estimativas e julgamentos.....	207
13.3.	Detalhe.....	207
14.	Caixa e seus equivalentes.....	208
14.1.	Políticas contabilísticas.....	208
14.2.	Detalhe.....	208
14.3.	Outros Ativos financeiros.....	208
15.	Capital próprio.....	208
15.1.	Políticas contabilísticas.....	208
15.2.	Capital Social.....	209
15.3.	Resultado líquido por ação.....	209
15.4.	Reservas e ajustamentos.....	210
16.	Provisões, ativos e passivos contingentes.....	210
16.1.	Políticas contabilísticas.....	210
16.2.	Estimativas e julgamentos.....	211
16.3.	Detalhe e movimento.....	211
16.4.	Direitos e obrigações.....	213
17.	Acréscimos de gastos de investimento contratual.....	213
17.1.	Políticas contabilísticas.....	213
17.2.	Detalhe e movimento.....	213
18.	Subsídios ao investimento.....	214
18.1.	Políticas contabilísticas.....	214
18.2.	Detalhe e movimento.....	214
19.	Empréstimos.....	214
19.1.	Políticas contabilísticas.....	214

19.2.	Detalhe e movimento.....	215
20.	Fornecedores e outros passivos.....	217
20.1.	Políticas contabilísticas.....	217
20.2.	Detalhe.....	217
21.	Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9.....	218
22.	Rédito de contratos com clientes.....	219
22.1.	Políticas contabilísticas.....	219
22.2.	Detalhe.....	219
23.	Gastos das vendas.....	220
24.	Fornecimento e serviços externos.....	220
24.1.	Políticas contabilísticas.....	220
24.2.	Detalhe.....	220
25.	Gastos com pessoal.....	221
25.1.	Detalhe.....	221
26.	Amortizações e depreciações do exercício.....	222
27.	Provisões e reversões do exercício.....	222
28.	Perdas por imparidades e reversões do exercício.....	222
29.	Outros gastos e perdas operacionais.....	223
30.	Outros rendimentos e ganhos operacionais.....	223
31.	Gastos financeiros.....	223
32.	Rendimentos financeiros.....	224
33.	Imposto sobre o rendimento.....	224
33.1.	Políticas contabilísticas.....	224
33.2.	Detalhe e movimento.....	225
34.	Saldos e transações com partes relacionadas.....	228
34.1.	Partes relacionadas.....	228
35.	Compromissos.....	230
36.	Investimento Contratual.....	235
37.	Honorários de auditoria e de revisão legal de contas.....	235
38.	Outros assuntos.....	236
39.	Eventos subsequentes.....	236
40.	Glossário Financeiro e Técnico.....	238
41.	Principais Diplomas Relativos ao Setor da Água e Saneamento Publicados em 2025.....	239
<b>G-</b>	<b>Anexos do Relatório e Contas.....</b>	<b>240</b>

## Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Caros Acionistas,



O ano de 2025 marcou um momento particularmente relevante no percurso da Águas do Algarve. Num contexto ainda influenciado por um ciclo prolongado de escassez hídrica, a Águas do Algarve voltou a cumprir a sua missão com elevados padrões de qualidade, segurança e continuidade do serviço, assegurando 99% de cobertura física no abastecimento público de água e 98% na recolha e tratamento de efluentes residuais urbanos. Estes indicadores traduzem a consistência do nosso desempenho operacional e o compromisso permanente com a prestação de um serviço público essencial ao Algarve.

O ano caracterizou-se por condições climáticas muito exigentes, foi simultaneamente muito quente e registou ciclos de precipitação muito intensos, permitindo a recuperação significativa das reservas estratégicas de água da Região. Em dezembro de 2025, os níveis de armazenamento de água atingiam cerca de 80% nas albufeiras de Odelouca e de Beliche, 90% na albufeira de Odeleite, e mais de 50% na albufeira da Bravura, reforçando de forma substancial a segurança hídrica e criando condições para assegurar o abastecimento público numa ótica plurianual.

Esta recuperação representou, contudo, um desafio exigente ao nível do planeamento e da gestão operacional. A gestão eficiente das cheias e a garantia de capacidade de armazenamento, após um período prolongado de escassez, exigiu capacidade técnica, antecipação e rigor na operação do Sistema, demonstrando a maturidade e a competência organizacional da Águas do Algarve.

Apesar da melhoria do contexto hidrológico, mantivemos inalterada a nossa trajetória estratégica de reforço da resiliência estrutural do Sistema. Prosseguiram, de forma determinada, os investimentos estruturantes, designadamente: a construção da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve; a implementação da primeira fase dos sistemas de Água para Reutilização; a construção do Sistema de Captação de Água no rio Guadiana, junto ao Pomarão.

Estes projetos não são apenas respostas conjunturais à seca recente, representam uma visão de longo prazo orientada para a diversificação de origens, mitigação do risco climático e valorização do ativo concessionado, assegurando níveis elevados de cobertura, desempenho ambiental e sustentabilidade económica. São investimentos essenciais para o bem-estar das populações, para a estabilidade da atividade económica e para a competitividade turística do Algarve.

No que concerne ao desempenho financeiro da empresa, o resultado líquido do exercício 2025 elevou-se a 2,1 milhões de euros positivos, comparando-se este valor com 1,8 milhões de euros positivos em 2024. Registou-se um aumento da dívida total de clientes em 9,8% (+3,5 milhões de euros), resultante de faturação emitida em dezembro de 2025, referente à atualização tarifária de 2025; à atualização da taxa de juro do acordo de regularização de dívida do Município de Vila Real de Santo António e ao crescimento do volume de água fornecida, refletindo a retoma da atividade económica e o aumento do consumo. Simultaneamente, a Águas do Algarve reduziu o seu nível de endividamento em 18,1 milhões de euros face a 2024, reforçando a sustentabilidade financeira e a robustez do balanço.

O ano de 2025 ficou ainda marcado pelo maior volume de investimento executado da última década, totalizando 27,3 milhões de euros. O plano para o triénio 2026-2028 projeta um ciclo de investimento estrutural sem precedentes, com 203,5 milhões de euros previstos para 2026, 174,6 milhões de euros para 2027 e 118,3 milhões de euros para 2028. Este esforço financeiro reflete uma estratégia clara: fortalecer a resiliência do Sistema, modernizar o controlo operacional no abastecimento de água, reabilitar infraestruturas de tratamento de efluentes e preparar a Águas do Algarve para os desafios climáticos e tecnológicos das próximas décadas.

O Conselho de Administração encara o futuro com confiança, mas também com plena consciência da responsabilidade que assume. A variabilidade climática, a pressão sobre os recursos naturais e a exigência crescente dos cidadãos impõem uma liderança estratégica, prudente e orientada para o longo prazo. A Águas do Algarve continuará a posicionar-se como uma entidade de referência na gestão sustentável da água, enquanto serviço público essencial.

Permitam-me, por fim, uma palavra especial de reconhecimento.

Os resultados alcançados em 2025 são indissociáveis do empenho, competência técnica e sentido de missão dos trabalhadores da Águas do Algarve. Num período de grande exigência operacional, marcado por oscilações extremas nas condições hidrológicas e por desafios estruturais de elevada complexidade, os nossos colaboradores demonstraram profissionalismo, capacidade de adaptação e profundo compromisso com o serviço público. É nas equipas técnicas, operacionais e de gestão que reside a verdadeira resiliência da Empresa. A sua dedicação diária garante a continuidade do abastecimento, a qualidade do serviço prestado e a confiança das populações.

A todos os trabalhadores, o meu reconhecimento sincero. O futuro da Águas do Algarve constrói-se com investimento e estratégia, mas sustenta-se, acima de tudo, nas pessoas que diariamente transformam essa estratégia em serviço público de excelência.

Aos Acionistas, aos meus colegas de equipa de gestão, às entidades da Tutela, aos órgãos de fiscalização e aos parceiros institucionais, agradeço a confiança e o apoio contínuo, certos de que, em conjunto, continuaremos a fortalecer a Águas do Algarve enquanto pilar essencial do desenvolvimento sustentável da Região.

Maria Isabel Fernandes da Silva Soares  
(Presidente do Conselho de Administração)

## A- A Empresa

### I. Quem somos

A Águas do Algarve, S.A., constituída pelo Decreto-Lei n.º 168/2000, de 5 de agosto, encontra-se atualmente numa fase de transformação do seu percurso empresarial. Neste contexto, foi celebrado, em 24 de julho de 2019, um novo Contrato de Concessão (CC), com vigência para o período compreendido entre 2019 e 2048. Atendendo ao ponto I da Clausula 1.ª do CC, o Concedente atribuiu à Águas do Algarve, S.A. nos termos desse contrato e do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve (adiante abreviado por Sistema), criado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo.

#### I.1. Missão, Visão e Valores

##### Missão

A Águas do Algarve, S.A., tem como missão, garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental, assumindo o compromisso de:

- Respeitar as normas mais exigentes do sector, apostando sempre numa perspetiva de melhoria contínua dos padrões de qualidade inerentes aos seus processos;
- Minimizar os consumos de recursos naturais e transformados, permitindo a aplicação de tarifas equilibradas;
- Adequar os recursos técnicos e humanos necessários ao desenvolvimento da sua atividade e compromissos assumidos e;
- Contribuir para a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere, adotando políticas e práticas cada vez mais responsáveis.

##### Visão

Ser reconhecida como referência Empresarial no setor, pela qualidade do serviço que presta, pela competência profissional e pelos valores que pratica.

##### Valores

A Águas do Algarve, S.A. tal como o grupo AdP tem como valores centrais:

- Espírito de Servir;
- Excelência;
- Integridade;
- Responsabilidade;
- Rigor.

E rege-se pelos seguintes Princípios:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pelos direitos dos trabalhadores;
- Luta contra a corrupção;
- Erradicação de todas as formas de exploração;

- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

## 1.2. Descrição, atividade e presença

O Sistema abrange geograficamente os 16 Municípios da região do Algarve, nomeadamente: Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Monchique, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

Este Sistema é dos investimentos mais importantes dos últimos anos no Algarve, do ponto de vista do desenvolvimento sustentável, da diversidade e complexidade técnica bem como da dimensão e extensão do investimento na Região. A totalidade dos investimentos efetuados pela Águas do Algarve, S.A. até ao final de 2025 é de 754,3 milhões de euros (não incluindo o valor da integração das barragens de Odeleite e Beliche e os valores relativos aos Ativos sob Direito de Uso).

### Sistema de Abastecimento de Água



Figura 1 - Sistema de Abastecimento de Água

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água (SMAA) do Algarve, que é parte integrante do SMAASA, tem a concessão para a captação, tratamento e adução de água, em alta, para a garantia do abastecimento público de água à região do Algarve., assegurando elevados níveis de qualidade, mediante a implementação de tecnologias avançadas de tratamento e com um rigoroso controlo e monitorização dos processos.

A eficiência e resiliência do SAA é fundamental para o Algarve e um fator decisivo para o dinamismo socioeconómico, sendo que a garantia de elevados padrões de qualidade da água para o abastecimento público, constitui um critério diferenciador para o dinamismo socioeconómico da região, nomeadamente para a indústria do turismo, sector industrial e serviços.

Nas duas últimas décadas a AdA tem tido especial foco na melhoria da adaptação do Sistema Multimunicipal à escassez hídrica. Nesse sentido, têm vindo a ser realizados investimentos significativos, quer ao nível estrutural, quer ao nível da implementação de novas estratégias de gestão. Desde a construção de infraestruturas que permitiram a utilização de novas origens de água, a soluções para maximizar a capacidade de redundância e flexibilidade de gestão do nosso Sistema Multimunicipal.

A implementação deste conjunto de Medidas Estruturais e Estratégias de Gestão conferem atualmente ao Sistema Multimunicipal, uma melhor capacidade de Gestão do Risco, e uma maior Robustez e Resiliência do

abastecimento público de água à região do Algarve, melhorando a nossa capacidade de resposta a eventuais situações de contingência e emergência, e num contexto de elevada eficiência hídrica.

Este é um trabalho permanente, e atualmente a AdA encontra-se numa nova etapa de forte implementação de novas soluções, com vários projetos e investimentos em curso.

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve – Sistema de Abastecimento de Água é composto atualmente pelas infraestruturas constantes do quadro seguinte:

Infraestruturas do Sistema de Abastecimento de Água	2025
Estações de tratamento de água (ETA)	4
Estações elevatórias	39
Pontos de Entrega	81
Reservatórios	19
Barragens	3
Adutor [kms]	530

Quadro 1 - Infraestruturas do Sistema de Abastecimento de Água para Consumo Humano

Relativamente ao número de Estações Elevatórias, deverá ser referido que ao contrário do definido nos indicadores da ERSAR para Avaliação da Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos, nomeadamente o dAA32ab, foram contabilizados todos os grupos elevatórios que apesar de se encontrarem no mesmo edifício bombeiam para destinos diferentes.

Salienta-se que o comprimento de adutora reportado tem em conta as adutoras de água bruta que passaram para gestão direta desta Sociedade.

#### Sistema de Saneamento de Águas Residuais



Figura 2 - Sistema de Saneamento de Águas Residuais

O Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais (SMSAR) permite recolher, tratar e devolver ao meio ambiente as águas residuais tratadas nas ETAR que integram a concessão.

As condições de funcionamento das infraestruturas que integram o SMSAR são da maior importância para o Algarve, na medida em que tal contribui para as exigências ambientais e de tratamento das águas residuais, para a qualidade dos meios recetores, nomeadamente as zonas húmidas e as águas balneares, essencial às atividades económicas da região, bem como para a produção e fornecimento de Água para Reutilização (ApR).

Este sistema, em termos de desenvolvimento de projetos e obras, teve início em 2003 e, atualmente, estão em exploração as infraestruturas constantes do seguinte quadro.

<b>Infraestruturas do Sistema de Saneamento de Águas Residuais</b>	<b>2025</b>
ETAR	79
Estações elevatórias	194
Colector gravítico (km)	272
Conduta elevatória (km)	209
Reutilização (km)	20

*Quadro 2 - Infraestruturas do Sistema de Saneamento de Águas Residuais*

No ano de 2025 entrou em funcionamento a ETAR do Autódromo que foi inicialmente integrada no ano de 2022.

Foram ainda integradas as seguintes EEAR:

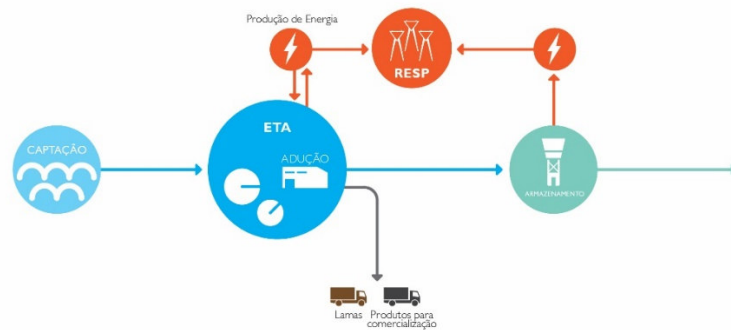
- EEAR de Manta Rota;
- EEAR de Monte Gordo.

Estas infraestruturas substituíram as anteriores com a mesma designação, pelo que não se verificou qualquer alteração no número de estações elevatórias no ano de 2025.

De referir ainda que entraram em funcionamento os sistemas de Água para Reutilização (ApR) referentes às ETAR da Boavista e Quinta do Lago.

### I.3. Cadeia de Valor

#### OPERAÇÃO ÁGUA



**Captação**  
Recolha de água, superficial ou subterrânea, no meio hídrico. Pode incluir a atividade de elevação.



**ETA - Estação de Tratamento de Água**  
**Tratamento**  
Correção das características físicas, químicas e bacteriológicas da água, de forma a torná-la adequada para o consumo humano.

**Adução**  
Transporte de água em alta, podendo incluir as atividades de elevação e de armazenamento.



**Produção de energia**  
Produção de energia elétrica de fontes hídrica e fotovoltaica.

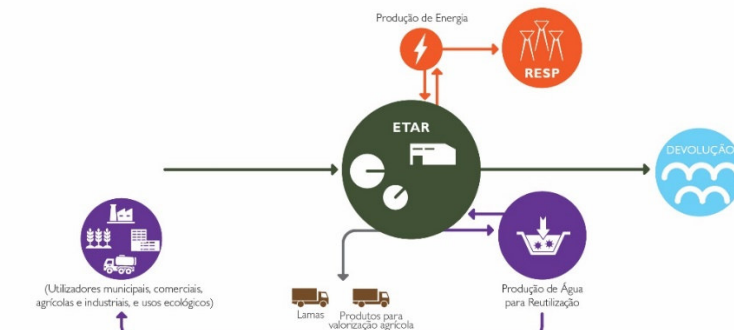


**Armazenamento**  
Armazenamento de água de forma a assegurar a continuidade de funcionamento da(s) rede(s) de abastecimento.

ALTA

BAIXA

#### OPERAÇÃO SANEAMENTO



**Transporte**  
Transporte das águas residuais desde o ponto de recolha até às unidades de tratamento de águas residuais. Pode incluir a atividade de elevação.



**ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais**  
**Tratamento e Valorização**  
Correção das características físicas, químicas e biológicas tendo em consideração o destino final da água residual tratada. Valorização de subprodutos dos processos de tratamento.

**Produção de água para reutilização**  
Produção de água para reutilização para usos internos e usos externos compatíveis. Pode incluir a atividade de armazenamento e elevação.



**Produção de energia**  
Produção de energia elétrica de fonte renovável (fotovoltaica).



**Devolução**  
Devolução ao meio hídrico das águas tratadas que não são reutilizadas.

ALTA

Figura 1 – Cadeia de Valor

#### 1.4. As nossas pessoas

De modo a assegurar o desempenho cabal da sua missão, que se centra em áreas marcadamente de serviço público, a Águas do Algarve, S.A. necessita de quadros muito qualificados, o que torna mais exigente a política de recursos humanos da Empresa, que tem de estar orientada para a valorização dos colaboradores e para a sua motivação através de níveis cada vez mais elevados de satisfação.

Caracterização dos recursos humanos da Águas do Algarve, S.A.

No exercício da sua missão, a Águas do Algarve, S.A. tem optado, ao longo dos anos, por utilizar recursos internos para as tarefas de operação ligadas ao tratamento e abastecimento de água, e utilizar recursos externos e internos, desde 2018, para as tarefas de operação de recolha e tratamento de águas residuais, bem como para as tarefas de manutenção dos equipamentos, quer sejam de água, quer de saneamento.

Tendo consciência que o setor de atividade em que a Águas do Algarve, S.A. se insere, e o território onde atua, acarretam exigências muito fortes quanto à qualidade do produto fornecido (água para consumo humano) e qualidade dos serviços prestados (tratamento de águas residuais) numa região (Algarve) basilar para a economia nacional, está implementada a opção de dotar a Empresa de um departamento laboratorial de excelência, com recursos materiais e humanos próprios, altamente especializados, capazes de controlar todos os processos ligados ao ciclo completo da água.

Como resultado desta estratégia, no final do ano, os trabalhadores da Águas do Algarve, S.A. repartem-se pelas seguintes áreas:

<b>Colaboradores por áreas (excluindo órgãos sociais)</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Abastecimento	74	72
Saneamento	34	33
Laboratórios	39	36
Estrutura	63	61
<b>Total</b>	<b>210</b>	<b>202</b>

Quadro 3 - Colaboradores por área (excluindo órgãos sociais)

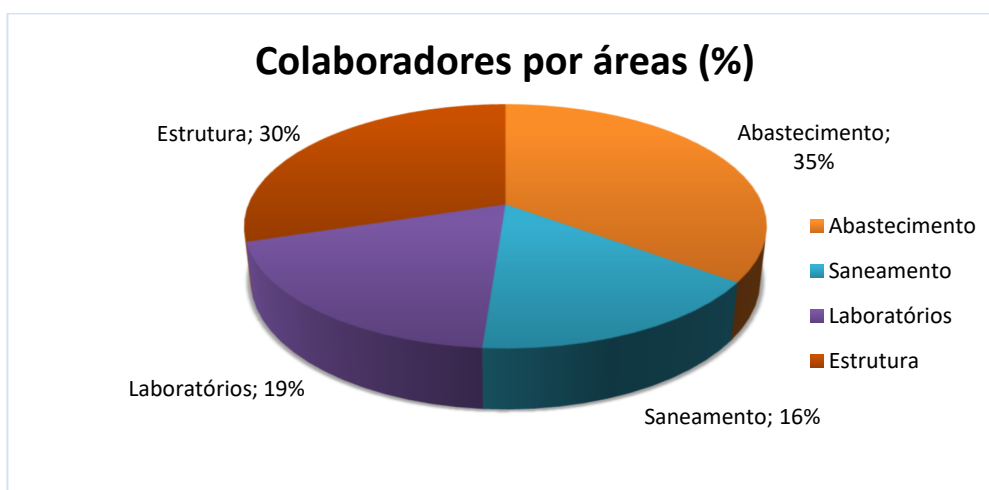


Gráfico 1 - Colaboradores por área (%)

Em 31 de dezembro de 2025 o número total de colaboradores na situação de efetividade situou-se em 203 acrescido de 7 colaboradores em situação de contrato a termo no âmbito da RCM26-A de 2024, que aprovou as medidas de mitigação dos efeitos da situação de seca verificada no Algarve e 1 por substituição de colaboradora ausente.

De acordo com a aprovação do PAO 2025 a empresa tinha 2 processos de recrutamento em curso (1 para Sistemas de Informação, 1 para a Direção de Operações Água) sendo expectativa da empresa que estes 6 processos de recrutamento estejam concretizados até ao final o 1º semestre deste ano de 2026.

A estrutura etária dos colaboradores da Empresa tem a idade média de 46 anos e é dominada pela faixa etária dos 45 aos 49 anos.

Colaboradores por níveis etários	2025	2024	2023
Entre 18 e 24 anos	2	6	1
Entre 25 e 29 anos	16	12	10
Entre 30 e 34 anos	9	10	11
Entre 35 e 39 anos	14	14	15
Entre 40 e 44 anos	34	43	4
Entre 45 e 49 anos	54	64	98
Entre 50 e 54 anos	46	26	26
Entre 55 e 59 anos	21	15	18
Mais de 60 anos	14	12	12
<b>Total</b>	<b>210</b>	<b>202</b>	<b>195</b>

Quadro 4 - Colaboradores por níveis etários

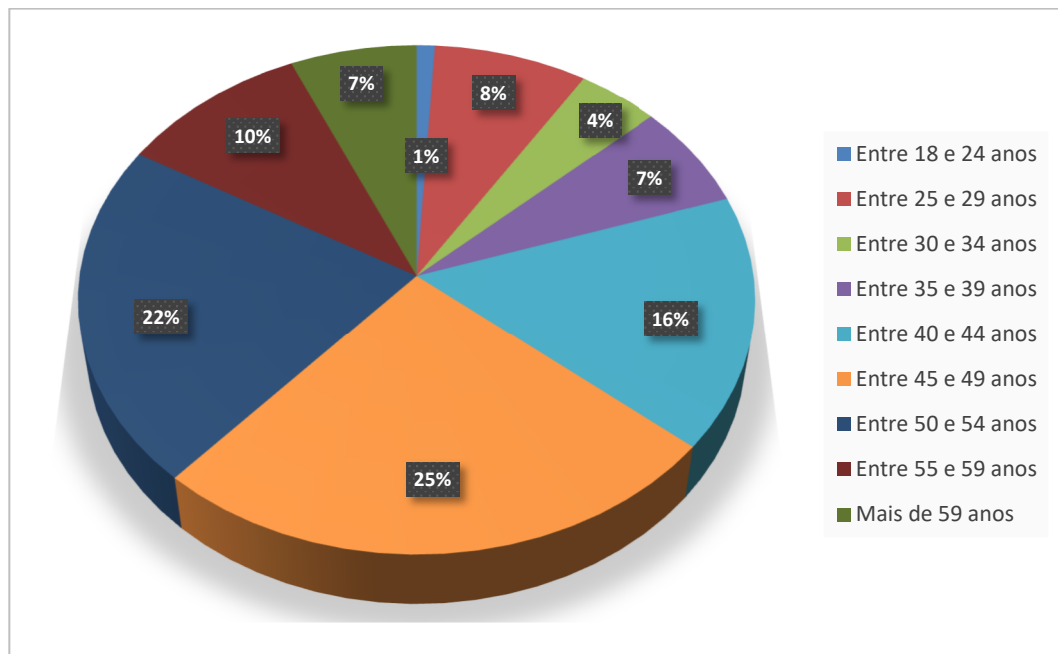
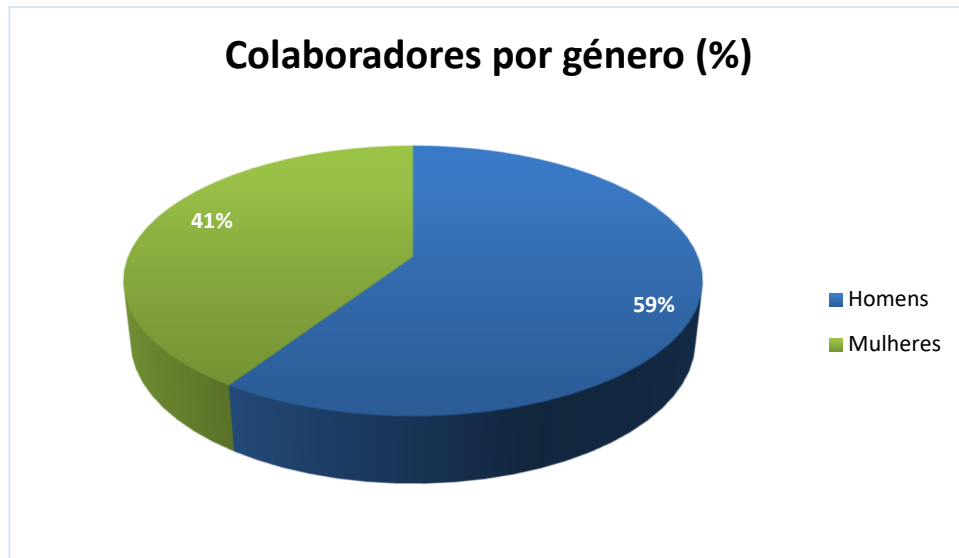


Gráfico 2 - Colaboradores por níveis etários (%)

Em 2025 a distribuição dos colaboradores, ao nível dos géneros, revela uma repartição predominante do sexo masculino:

<b>Colaboradores por género (excluindo órgãos sociais)</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Homens	125	122	116
Mulheres	85	80	79
<b>Total</b>	<b>210</b>	<b>202</b>	<b>195</b>

*Quadro 5 - Colaboradores por género (excluindo órgãos sociais)*



*Gráfico 3 - Colaboradores por género (%)*

Em 2025 a Empresa continuou a evidenciar um nível elevado de qualificação dos seus colaboradores, sendo o peso dos colaboradores com grau de ensino superior de cerca de 62%.

<b>Grau académico dos colaboradores</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Ensino Básico ou inferior	20	23	25
Ensino Secundário	60	54	50
Ensino Superior (a)	130	125	120
<b>Total</b>	<b>210</b>	<b>202</b>	<b>195</b>

*Quadro 6 - Habilitações literárias dos Colaboradores (excluindo órgãos sociais)*

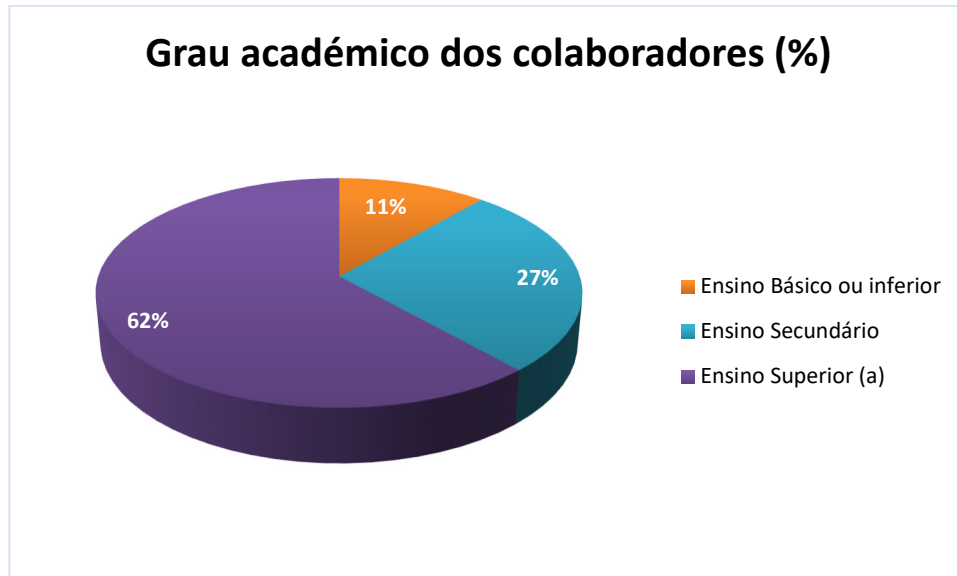


Gráfico 4 - Grau académico dos colaboradores (%)

O quadro seguinte resume os indicadores de tempo de 2025:

Tempo de trabalho dos colaboradores (excluindo órgãos sociais)	2025	2024	2023
Potencial de horas de trabalho	419.568	400.240	380.832
Horas efetivas trabalhadas (sem HS)	353.876	366.460	328.598
Horas não trabalhadas (sem férias)	17.463	13.350	18.300
Horas de trabalho suplementar (HS)	2.500	2.383	2.006
Taxa de Absentismo	<b>4,93%</b>	<b>3,64%</b>	<b>4,81%</b>

Quadro 7 - Tempo de trabalho dos colaboradores (excluindo órgãos sociais)

Motivos do absentismo (excluindo órgãos sociais)	2025	2024	2023
Acidentes de trabalho	1.021	879	1.203
Doença	9.314	10.284	8.558
Suspensão disciplinar	-	-	-
Assistência a familiares	2.040	1.593	1.184
Maternidade/paternidade	2.392	1.981	3.246
Outras causas	2.695	6.325	4.110
<b>Total</b>	<b>17.463</b>	<b>21.062</b>	<b>18.300</b>

Quadro 8 - Motivos do absentismo (excluindo órgãos sociais)

Constata-se que, no ano de 2025, o nível de absentismo diminuiu, essencialmente, em resultado das horas relacionadas com doenças e outras causas.

### Formação profissional

A qualificação dos recursos humanos constitui uma das prioridades da Águas do Algarve, S.A., por se considerar que a melhoria dos níveis de qualificação se revela de importância estratégica para sustentar um novo modelo de desenvolvimento, baseado na inovação e no conhecimento.

Em 2025 foi dada maior incidência às formações técnicas, bem como, a formação de Contratação Pública.

A formação proporcionada em 2025 vem detalhada no quadro abaixo:

Número de horas de formação (excluindo órgãos sociais)	2025	
	Horas	%
Internas	636,7	8%
Externas	7677,87	92%
<b>Total</b>	<b>8 314,57</b>	

Quadro 9 - Número de horas de formação (excluindo órgãos sociais)

### Seguro de saúde e seguro de vida

A 31 de dezembro de 2025, todos os colaboradores da Empresa estavam abrangidos por um seguro de saúde, extensível aos respetivos cônjuges não separados de pessoas e bens ou equiparados (pessoas em união de facto com o trabalhador) e filhos ou equiparados enteados ou adotados). Os filhos, enteados ou adotados serão excluídos da apólice na data da renovação desta ocorrida imediatamente após completarem 25 anos de idade, exceto se, cumulativamente, permanecerem no agregado familiar do trabalhador, forem portadores de deficiência, ou doença crónica, que confira grau de incapacidade permanente, e não auferirem remuneração. Nestes casos a exclusão da apólice ocorre na data da renovação desta ocorrida imediatamente após completarem 30 anos de idade.

A Empresa proporciona ainda a todos os colaboradores um seguro de vida.

### Segurança no trabalho

A promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos os que, direta ou indiretamente, consigo trabalham é uma prioridade da Águas do Algarve, S.A. que continua empenhada na melhoria das condições de trabalho e na prevenção de acidentes, em 2024 destaca-se as seguintes ações:

- ❖ **Acompanhamento da medicina no trabalho:** No âmbito da medicina no trabalho o médico esteve presente nas instalações da Empresa para acompanhamento dos trabalhadores, cerca de 12h/mês, tendo sido **realizadas 24 visitas**;
- ❖ **Acidentes de Trabalho:** Baixo índice de sinistralidade, **foram registados 8 (oito) acidentes em 2025**, que originaram **22 dias de baixa**. Embora os acidentes tenham diminuído ligeiramente face a 2024 onde foram registados 10 acidentes, **os dias de baixa diminuíram significativamente (228 dias em 2024)**, pelo que se tratou de acidentes menos graves e/ou que requeriam um menor número de dias de baixa.
- ❖ **Formação:** foram realizadas diversas ações de formação no âmbito da SST num total de **45 ações de formação (mais 8 ações que em 2024)**, com especial relevância para as ações sobre trabalhos em altura, produtos químicos perigosos, equipamentos de segurança e emergência, num **total de 626 horas de formação em SST (mais 42 horas que em 2024)**. Estas ações ministradas em diversas instalações da Empresa contaram com a **participação de cerca de 210 formandos da AdA (mais 122 formandos que em 2024)**, abrangendo **115 trabalhadores (mais 56 trabalhadores do que em 2024)**.

- ❖ **Emergência:** Foram ainda realizados 14 simulacros instalações diferentes, valor superior aos 9 simulacros de 2024.

## 1.5. Os nossos stakeholders

A Águas do Algarve, S.A. está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.



Figura 3 - Stakeholders

### Deveres especiais de prestação de informação

A Águas do Algarve, S.A. cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

## I.6. Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

### Estrutura acionista

A Águas do Algarve, S.A. é uma sociedade anónima de capitais públicos, com um capital social integralmente realizado de 29.825.000 euros. No final de 2025 o capital da sociedade estava repartido com a seguinte distribuição:

Acionistas	Ações			
	Quantidade	Valor	Classe	%
Águas de Portugal, SGPS, SA	3.247.447	16.237.235	A + B	54,44%
Município de Albufeira	289.270	1.446.350	A + B	4,85%
Município de Alcoutim	17.236	86.180	A	0,29%
Município de Aljezur	34.046	170.230	A	0,57%
Município de Castro Marim	32.787	163.935	A	0,55%
Município de Faro	409.788	2.048.940	A + B	6,87%
Município de Lagoa	187.813	939.065	A + B	3,15%
Município de Lagos	202.726	1.013.630	A + B	3,40%
Município de Loulé	338.797	1.693.985	A	5,68%
Município de Monchique	25.718	128.590	A	0,43%
Município de Olhão	230.791	1.153.955	A	3,87%
Município de Portimão	369.206	1.846.030	A + B	6,19%
Município de São Brás de Alportel	49.607	248.035	A + B	0,83%
Município de Silves	222.439	1.112.195	A + B	3,73%
Município de Tavira	135.680	678.400	A	2,27%
Município de Vila do Bispo	53.605	268.025	A + B	0,90%
Município de Vila Real de Santo António	118.044	590.220	A	1,98%
<b>Totais</b>	<b>5.965.000</b>	<b>29.825.000</b>		<b>100,00%</b>

*Quadro 10 - Estrutura Acionista AdA*

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 448.º do código das sociedades comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o acionista Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 3.247.447 ações com o valor nominal de 5,00€ (cinco euros), correspondentes a 54,44% do capital social da Águas do Algarve, S.A.

Nos termos do artigo 66.º do código das sociedades comerciais, cumpre informar que no exercício de 2025:

- A sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores.

## Estrutura organizacional

A Águas do Algarve, S.A. está organizada em cinco direções, nove departamentos, nove áreas funcionais e de suporte e dois serviços técnico.

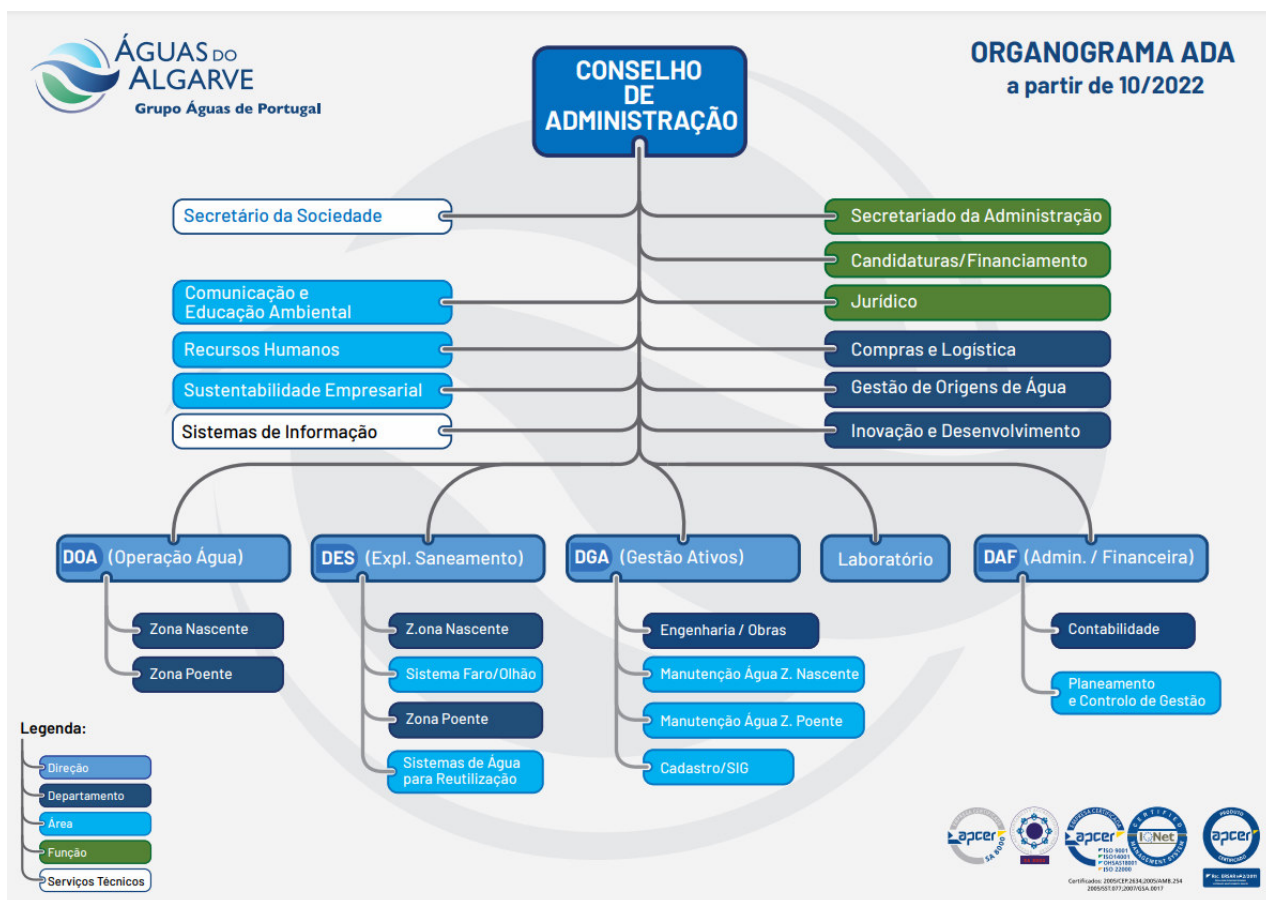


Figura 4 - Organograma

Para o desempenho das suas atividades, a Águas do Algarve, S.A. conta atualmente com um conjunto de unidades orgânicas, operacionais e de estrutura, para apoio à gestão e exploração de ambas as áreas de negócio da Empresa, abastecimento de água e saneamento de águas residuais. Descrevem-se, de seguida as principais características:

### Direção de Operação Água – DOA

Assegura o fornecimento, a cada um dos utilizadores, da água necessária à satisfação das suas necessidades em termos de quantidade, qualidade, segurança da água, constância e pressão, até aos volumes máximos diários que o sistema esteja, em cada momento, em condições de fornecer, tendo em atenção o dimensionamento do sistema e as necessidades dos respetivos utilizadores. Coordena o sistema de segurança alimentar, avaliando e controlando continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização eficazes.

### Direção de Exploração Saneamento - DES

Assegura o serviço de recolha, tratamento e rejeição de efluentes canalizados pelos utilizadores, cujo destino seja o sistema, bem como o tratamento, elevação e adução de Água par Reutilização (ApR) de forma regular, contínua e eficiente, em proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade ao serviço, da proteção do ambiente e da satisfação das necessidades dos utilizadores de ApR, contribuindo para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes das normas da União Europeia, nos termos da legislação em vigor, contratos com os utilizadores e contrato de concessão. Participa ativamente em estudos e projetos que visem a melhoria dos processos do ponto de vista técnico,

económico, social e ambiental, designadamente a nível do controlo de processo e valorização de subprodutos da sua atividade, como sejam as lamas de depuração e a ApR.

#### Direção de Gestão de Ativos – DGA

A Direção de Gestão de Ativos assegura a conceção e a construção de todas as infraestruturas necessárias à captação, tratamento e adução de água para abastecimento, bem como à recolha, tratamento, rejeição e valorização de efluentes, incluindo o seu tratamento para reutilização, nomeadamente para rega de usos urbanos, espaços verdes e campos de golfe. Integra ainda as suas competências a instalação de condutas e a conceção e construção de estações elevatórias e de tratamento. Compete-lhe igualmente garantir a respetiva reparação e renovação, em conformidade com as exigências técnicas, os parâmetros sanitários aplicáveis e a legislação em vigor.

É ainda responsável por assegurar o bom estado de funcionamento, conservação e segurança dos bens e meios afetos à concessão, promovendo, para o efeito, as ações de manutenção preventiva, reparação, renovação e adaptação necessárias ao adequado desempenho do serviço público.

#### Direção Administrativa e Financeira – DAF

A Direção estrutura-se em três áreas de atividade: uma área de Contabilidade e Tesouraria, uma de Planeamento e Controlo de Gestão, e uma de Gestão de Frota. A Direção assegura a gestão financeira e contabilística da Empresa, de acordo com a estratégia da Administração e autonomia delegada, de forma a contribuir para o cumprimento dos objetivos da Águas do Algarve, S.A. e a sua otimização financeira. Garante o cumprimento das obrigações fiscais da Empresa. É responsável por assegurar a prestação da correta informação de gestão aos órgãos decisores para a adequada tomada de decisão, assim como por propor a implementação de medidas corretivas. Elabora o orçamento anual e o respetivo controlo orçamental mensal. Garante ainda a atualização do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira da Empresa. Contribui, em colaboração com as restantes áreas da Empresa, na preparação e prestação de toda a informação necessária de modo a promover e controlar o cumprimento das obrigações perante o concedente e das obrigações perante os acionistas e entidades oficiais. É responsável pela elaboração e controlo do Plano Anual de Compras da Empresa em articulação com o Departamento de Compras e Logística. A Gestão de Frota tem a responsabilidade de garantir uma Gestão eficiente e eficaz do parque de viaturas da AdA.

#### Laboratório – LAB

O Laboratório da AdA apoia a operação dos Sistemas Multimunicipais de Abastecimento de Água (SMAAA) e de Saneamento (SMSA) da Águas do Algarve, S.A. (AdA), maioritariamente na área de planeamento, implementação e execução de planos de monitorização da qualidade da água. Assegura, portanto, o escrupuloso cumprimento dos planos legais e operacionais do SMAAA e SMSA, através da definição, implementação e acompanhamento: do Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), nas águas para consumo humano; dos Planos de Autocontrolo das Águas Residuais (PAAR), para verificação do cumprimento dos parâmetros de descarga; dos Contratos de Concessão e das Licenças de Captação de águas subterrâneas e superficiais (PAQA), para utilização dos recursos hídricos; dos Licenças de produção de Água para Reutilização (ApR); bem como dos diversos Planos Operacionais (PCO) das Origens, do Abastecimento e do Saneamento; e ainda do Plano de Segurança da Água (PSA/ ISO 22000).

No âmbito do desempenho da sua atividade analítica (colheita de amostras e realização de ensaios), e dando cumprimento ao exigido legalmente, o Laboratório da AdA tem vindo continuamente a adaptar-se, de forma a assegurar, não só o cumprimento dos requisitos legais e das entidades reguladoras do setor (ERSAR e APA), como também de todos os requisitos de acreditação para laboratórios, baseando a sua atuação nos princípios de confiança, imparcialidade, independência, confidencialidade e objetividade.

Para assegurar a resposta às diversas necessidades de monitorização da Águas do Algarve, S.A., o Laboratório encontra-se, desde 2006, acreditado pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC), para a norma *NP EN ISO/IEC 17025:2018 - Requisitos gerais de competência para laboratórios de ensaio e calibração*, com o Certificado de Acreditação nº L0400.

A acreditação segundo este referencial reconhece não só a competência técnica do Laboratório da AdA para o âmbito descrito no(s) Anexo(s) Técnico(s), L0400-1 e L0400-2, como também o funcionamento adequado do respetivo Sistema de Gestão, sendo este título reconhecido tanto a nível nacional, como a nível internacional, por parte das autoridades dos países membros da União Europeia e EFTA, em particular no que diz respeito à sua capacidade para a avaliação da conformidade dos diversos tipos de águas, entre os quais as águas naturais, as águas para consumo humano, as águas residuais, bem como outros tipos de águas, de acordo com os requisitos normativos e legais em vigor.

Para prossecução das diversas atividades relacionadas com o controlo de qualidade e a monitorização do PCQA, o Laboratório da AdA encontra-se ainda reconhecido pela ERSAR, como um laboratório APTO, para o controlo da qualidade da água destinada ao consumo humano

#### Departamento de Compras e Logística - DCL

É responsável pelo “Processo de Compras”, e todas as atividades/tarefas que lhe são inerentes, com respeito pela atual legislação que regula todo o processo de compras públicas – Código dos Contratos Públicos – por transposição, para o normativo nacional, das diretivas comunitárias 2014/23/UE – relativa à adjudicação de contratos de concessão, 2014/24/UE – relativa aos contratos públicos, 2014/25/UE – relativa aos contratos público celebrados pelas entidades que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais e posteriores alterações e retificações.

#### Gestão das Origens de Água – GOA

Departamento que assegura, com os poderes delegados pela Administração, a gestão e exploração direta das infraestruturas das Origens de Água do SMAASA, entre elas três Grandes Barragens de Classe I do Regulamento de Segurança de Barragens, a barragem de Odelouca (localizada no concelho de Monchique/Silves), a de Odeleite e a de Beliche (no concelho de Castro Marim) e os seus Sistemas Primários de Captação e Adução, localizados quer em Concelhos da região do Barlavento quer do Sotavento Algarvio.

A GOA coordena e garante o controlo e fiabilidade dos processos e atividades de Segurança de Barragens, Captação de Água, e sua Adução às Estações de Tratamento de Água, contribuindo para a garantia da produção de água para abastecimento público, na quantidade e qualidade definida. Em consonância com as orientações provenientes da Administração da AdA, apoia na articulação com as várias entidades com competências no território, na área da gestão de recursos hídricos, nas questões associadas à melhoria de eficiência hídrica e salvaguarda de disponibilidades de água, e sua qualidade, para a captação pelo SMAASA.

Estes Sistemas Primários integram várias Estações Elevatórias de Água, dezenas de quilómetros de condutas de grandes diâmetros (2,5m) e seus órgãos de manobra; várias dezenas de câmaras de ventosas e descargas de fundo; diversos túneis; reservatórios; Câmaras de Válvulas Principais e seus equipamentos.

Assegura ainda a gestão de cerca de 20 captações subterrâneas do Sistema do Barlavento, dispersas por vários subsistemas/aquíferos desta região do Algarve (e por diversos Concelhos), estando prevista a integração de mais de uma dezena de novas captações, nos próximos anos.

#### Sustentabilidade Empresarial – SE

Promove e coordena as atividades relativas ao acompanhamento e melhoria contínua do Sistema de Responsabilidade Empresarial de acordo com a estratégia definida pela Administração, assegurando o cumprimento dos requisitos das normas de referência (ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001 e SA8000), dos requisitos legais e dos compromissos assumidos pela Administração, contribuindo para a otimização dos processos e a melhoria da qualidade do serviço prestado.

Assegura e organiza as atividades inerentes aos Serviços Internos de Segurança no Trabalho de forma a prevenir os riscos profissionais e promover a segurança e a saúde dos trabalhadores.

Compila e reporta dados para entidades oficiais, nomeadamente: Concedente, APA, INE, ERSAR, AdP, ACT, quando designado para o efeito.

#### Recursos Humanos - RH

É a unidade orgânica responsável pelo tratamento dos processos de recrutamento e seleção de pessoal, avaliação de desempenho dos funcionários, formação, processamento de vencimentos, tratamento de seguros de pessoas, organização dos horários de trabalho e cumprimento das obrigações legais relacionadas com as questões laborais.

#### Comunicação e Educação Ambiental - CEA

O Gabinete de Comunicação e Educação Ambiental da Águas do Algarve assume um papel estratégico na consolidação da relação entre a Empresa e os seus diversos stakeholders, assegurando uma comunicação rigorosa, transparente e alinhada com os desafios atuais do setor da água. Num contexto marcado por elevados investimentos estruturantes, novas origens de água, reforço da resiliência hídrica e adaptação às alterações climáticas, a comunicação tornou-se um instrumento essencial de gestão de confiança pública. O Gabinete garante a articulação entre a dimensão técnica da atividade da Empresa e a sua compreensão por parte da comunidade, promovendo informação clara, acessível e sustentada em dados.

Através de estratégias integradas de comunicação interna e externa, e da utilização de múltiplas plataformas e formatos, reforça-se a notoriedade institucional, consolida-se a reputação da Empresa e assegura-se um relacionamento próximo com acionistas, Municípios, parceiros, órgãos de comunicação social e público em geral. A vertente de Educação Ambiental constitui um eixo estruturante da atividade do Gabinete. Através de programas dirigidos às escolas e à comunidade, promove-se a literacia hídrica, a valorização do ciclo urbano da água e a adoção de comportamentos responsáveis, contribuindo para uma cultura de uso eficiente e sustentável deste recurso essencial.

O Gabinete acompanha ainda iniciativas regionais e nacionais relevantes, reforçando o posicionamento da Águas do Algarve como entidade de referência na gestão responsável da água e na construção de soluções para um futuro mais resiliente.

#### Apoio Jurídico

Trata-se de uma função de apoio jurídico à Administração e à Empresa na sua transversalidade, com as atribuições e competências de analisar, preparar e elaborar pareceres, contratos, interpretações da Lei, normativos e regulamentos e demais legislação que se reporte necessário, e executa atividades que visem o cumprimento de obrigações legais pela Empresa que se encontrem enquadradas nas funções definidas. Assessora nos processos de concurso e sua avaliação. Colabora na resolução de disputas e litígios e patrocínio da Empresa seja em ações judiciais, quer na qualidade de demandante ou demandada, ou pela via da resolução extrajudicial. Atua, diretamente ou enquanto interlocutora, no âmbito de contactos, esclarecimentos, apreciação e elaboração de diligências junto de entidades públicas e privadas.

#### Função Candidaturas/Financiamentos:

Compete à Função Candidaturas e Financiamentos a responsabilidade pela instrução, acompanhamento e coordenação administrativa e financeira do conjunto de projetos co-financiados desenvolvidos pela AdA, ao abrigo de diversos programas, seja na área de investimentos (PRR e POSEUR), seja na área de Cooperação transfronteiriça, SIFIDE, Inovação e Desenvolvimento, ou outros. É uma função transversal, desenvolvida com autonomia, e em cooperação com as várias áreas funcionais da empresa. Reporta diretamente à Administração sendo o ponto de contacto entre a AdA e as entidades financiadoras externas, nacionais e comunitárias.

#### Secretário da Sociedade

O Secretário da Sociedade presta apoio especializado aos órgãos sociais, de acordo com o Artigo 446-B do Código das Sociedades Comerciais, apoiando sobretudo o Conselho de Administração e a Comissão Executiva no exercício dos respetivos deveres, assegurando a conformidade com a legislação aplicável, com os Estatutos e com os regulamentos internos.

#### Secretariado de Administração – SEC

Unidade orgânica responsável por:

- Gerir e priorizar a agenda e compromissos dos membros da Comissão Executiva;
- Convocar reuniões internas e externas de acordo com a orientação da Administração;
- Articular entre a Administração e serviços técnicos de modo a cumprirem-se as deliberações das reuniões de Comissão Executiva e Conselho de Administração;
- Organizar os dossiers de apoio às reuniões da Administração;
- Conferir os dados da documentação a assinar pela Administração;
- Receção e triagem, digitalização, classificação e despacho da correspondência geral da Empresa;
- Expedição da correspondência;
- Organização e gestão do arquivo da Administração.

#### Investigação e Desenvolvimento (I&D)

Identifica oportunidades de colaboração com entidades públicas e privadas no domínio de Inovação, Desenvolvimento e Investigação (IDI), analisa essas oportunidades e avalia a probabilidade da sua realização, em contato estreito com os vários setores da empresa. Estuda as fontes potenciais de financiamento e cofinanciamento de projetos de IDI, supervisiona a elaboração das respetivas candidaturas e promove e coordena os projetos e estudos relacionados com IDI. Faz a recolha, compilação e análise da informação sobre a atividade de IDI, contribuindo para a elaboração dos relatórios de gestão. Participa em projetos de intervenção e em planos estratégicos do SMAASA, bem como em grupos de trabalho especializados da Holding AdP, em sintonia com o rumo estabelecido no Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo Águas de Portugal.

#### Sistemas de Informação (SI)

Área da Empresa responsável pela gestão e manutenção, da infraestrutura de comunicações e dados e pelos sistemas de informação de suporte à atividade, da mesma forma assegura a operacionalidade e adequação de equipamentos informáticos e de comunicações, bem como dos respetivos sistemas e aplicações, às necessidades operacionais.

Desenvolve e acompanha os procedimentos necessários para suprir as necessidades da empresa de hardware e software, sendo, também, responsável, em primeira instância, pela promoção e aplicação de mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação armazenada, processada e transportada nos sistemas de processamento e redes de comunicação utilizados.

Esta área desempenha um papel fundamental na recolha, armazenamento, processamento e distribuição eficiente de dados e informações dentro da empresa.

## ÓRGÃOS SOCIAIS – 2025

### Mesa da Assembleia-Geral

Mandato 2021-2023, iniciado em 15 de março de 2021:

Dr. Rogério Conceição Bacalhau Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Faro (*Presidente*) – renunciou em 28/10/2025

Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes (*Vice-Presidente*) – Renunciou em 03.01.2024

Dra. Ana Cristina Rebelo Pereira (*Secretária*)

### Conselho de Administração

Mandato 2021-2023, iniciado em 15 de março de 2021:

Dr.ª Maria Isabel Fernandes da Silva Soares (*Presidente Executivo – AG 13/01/2025*)

Dr. Hugo Miguel Guerreiro Nunes (*Vogal Executivo*)

Eng.º Silvério António da Silva Gonçalves Guerreiro (*Vogal Executivo*)

Dr.ª Ana Paula Fernandes Martins, Presidente da Câmara Municipal de Tavira (*Vogal não executivo*)

Dr. José Carlos Martins Rolo, Presidente da Câmara Municipal de Albufeira (*Vogal não executivo*) renunciou em 04/11/2025

### Conselho Fiscal

Mandato 2023-2025, iniciado em 03 de novembro de 2023:

Dr. Luis António Alves da Encarnação, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa (*Presidente*)

Dr.ª Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério (*Vogal efetivo*)

Dr. Renato de Oliveira Neves (*Vogal efetivo*) – renunciou em 23 de dezembro de 2023

Dr. António Jorge Morgado (*Vogal suplente*) – foi nomeado como membro efetivo em 11 de janeiro de 2024.

### Revisor Oficial de Contas

Mandato 2023-2025, iniciado em 25 de março de 2024, exercícios de 2024 e 2025:

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A., NIF 501 776 311, inscrita na OROC com o n.º 43 e na CMVM com n.º 20161389, representada por:

Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC n.º 1496, com inscrição na CMVM n.º 20161106;

ROC Suplente: João Carlos Henriques Gomes Ferreira, ROC n.º 1129, com inscrição na CMVM n.º 20160741.

### Comissão de Vencimentos

Mandato 2021-2023, iniciado em 15 de março de 2021:

Dr.ª Carla da Conceição Afonso Correia (Presidente);

Dr.ª Rosa Cristina Gonçalves Palma Presidente da Câmara Municipal de Silves (Vogal Efetivo);

AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A..

## I.7. O propósito e os compromissos de Integridade e de Sustentabilidade.

### AS NOSSAS AMBIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

A prestação de serviços públicos essenciais coloca-nos numa posição de elevada responsabilidade. A forma como atuamos tem impacto direto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico dos territórios onde operamos.

Num contexto marcado pelas alterações climáticas, pela crescente pressão sobre os recursos naturais e pela degradação dos ecossistemas — fenómenos frequentemente acompanhados por riscos acrescidos de poluição — enfrentamos desafios de elevada complexidade que exigem uma atuação cada vez mais rigorosa. Por isso, incorporamos a sustentabilidade de forma transversal na gestão do negócio e nos modelos de governação, reforçando o compromisso com práticas responsáveis e resilientes.

### Compromisso de Integridade

A Águas do Algarve, S.A. subscreveu em dezembro de 2021 o Compromisso de Integridade, assumindo a implementação do modelo definido na Política de Integridade ([compromissodeintegridade.pdf](#)) e nos instrumentos que lhe estão associados. Este compromisso reforça a capacitação interna e promove uma cultura organizacional assente em padrões éticos elevados.

O nosso referencial ético é coadjuvado por normas de conduta, políticas e procedimentos internos que asseguram a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente: Código de Ética e de Conduta ([Código de Ética e Conduta.pdf](#)); Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas; Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades ([Inst. trabalho](#)); Manual de Contratação Pública do Regime Geral ([Manual de Contratação rev maio 2022](#)); Manual de Compras ([Manual de Compras.pdf](#)).

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com funções complementares: Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos; a Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

A Águas do Algarve, S.A. dispõe ainda de uma **Linha de Integridade (+transparente)**, um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

## Compromisso de Sustentabilidade

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal traduz a sua visão e ambições, orientando a atuação pelos princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido.

As nossas ambições estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e refletem a forma como incorporamos a sustentabilidade no propósito do nosso trabalho, na ação climática, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação e na cooperação internacional, sempre com uma forte componente de educação e sensibilização para o valor da água.



## As nossas Ambições

No Grupo Águas de Portugal, e igualmente na Águas do Algarve, S.A., estruturámos as Ambições de Sustentabilidade em sete prioridades:

### 1. Trabalhar com Propósito

Valorizamos um ambiente de trabalho que promova o desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores, a igualdade de oportunidades, a diversidade e inclusão, assegurando condições de segurança e saúde e incentivamos o equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

### 2. Agir pelo Clima

Atuamos no sentido da neutralidade e autossustentabilidade energética, reduzindo emissões de gases com efeito de estufa e aumentando a resiliência dos sistemas perante cenários de alterações climáticas.

### 3. Economia Circular da Água

Procuramos maximizar a eficiência na gestão do ciclo urbano da água, reduzir desperdícios, valorizar recursos e promover soluções regenerativas.

### 4. Valorização dos Territórios

Prestamos um serviço público de excelência que reforça a proximidade com as comunidades, protege a biodiversidade e contribui para a saúde pública.

### 5. Inovação com Impacto

Incentivamos a inovação através de projetos de I&D+i, transformação digital e desenvolvimento de soluções sustentáveis, com impacto e que que respondam aos desafios do setor.

### 6. Cooperação Internacional

Participamos em iniciativas de cooperação para a gestão sustentável da água, partilhando conhecimento e apoiando programas em países em desenvolvimento.

### 7. Educação para a Sustentabilidade

Promovemos a sensibilização sobre o valor da água e o seu papel no desenvolvimento sustentável, dirigindo-nos às comunidades, escolas e parceiros institucionais.

## 1.8. Carteira de Participações e Sucursais

A Empresa não possui participações nem detém sucursais.

## I.9. Síntese de Indicadores

Síntese de Dados / Indicadores		2025	2024	Variação (em valor)	Variação (em %)
Capital Social	€	29.825.000	29.825.000	0	0,00%
Capital Próprio	€	38.159.188	36.085.065	2.074.122	5,75%
Ativos Tangíveis e Intangíveis Brutos	€	808.211.470	780.908.403	27.303.067	3,50%
Ativo Líquido Total	€	551.236.960	548.564.096	2.672.864	0,49%
Volume de Negócios (excluindo serviços)	€	65.408.711	62.609.498	2.799.213	4,47%
Resultados Antes de Impostos	€	6.793.189	7.957.534	-1.164.345	-14,63%
Resultado Líquido do Exercício	€	2.074.122	1.827.399	246.723	13,50%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	%	5,44%	5,06%	0,37%	7,33%
Rendibilidade do Ativo	%	0,38%	0,33%	0,04%	12,95%
Autonomia Financeira -corrigida subs.	%	49,18%	44,53%	4,65%	10,44%
Endividamento Líquido : EBITDA	rácio	8,97	7,41	1,55	20,98%
EBITDA	€ (2)	16.592.312	20.794.797	-4.202.485	-20,21%
EBITDA : Serviço da Dívida	rácio	0,13	0,20	-0,07	-34,80%
Cash-cost	€/m3	0,41	0,38	0,03	7,21%
Margem EBITDA	%	25,37%	33,21%	-7,85%	-23,62%
ROCE- Indicador AdP	% (4)	5,33%	7,99%	-2,66%	-33,32%
Colaboradores em 31 Dezembro,	nº (5)	210	202	8	3,96%
Área Geográfica Abrangida	Km2	4.995	4.995	0	0,00%
População Residente na Área Abrangida	nº (6)	467.475	467.475	0	0,00%
Investimento/Empreitadas do Ano	€	27.303.067	18.694.190	8.608.878	46,05%
<b>ABASTECIMENTO:</b>					
Municípios	nº	16	16	0	0,00%
População Servida	nº	462.800	462.800	0	0,00%
Acessibilidade física ao serviço	% (1)	99,00%	99,00%	0,00%	0,00%
Volume de Água Vendida	m3	71.460.115	68.584.374	2.875.741	4,19%
Tarifa	€/m3	0,5152	0,5046	0,0106	2,10%
Pontos de Entrega	nº	81	81	0	0,00%
Estações Tratamento Água em Exploração	nº	4	4	0	0,00%
Rede Adutora	Km	530	529	1	0,19%
<b>SANEAMENTO:</b>					
Municípios	nº	16	16	0	0,00%
População Servida	nº	458.126	458.126	0	0,00%
Acessibilidade física ao serviço	% (1)	98,00%	98,00%	0,00%	0,00%
Efluente Equivalente Faturado	m3	45.978.698	42.059.641	3.919.057	9,32%
Rendimentos tarifários	€ (3)	28.589.344	28.001.316	588.028	2,10%
Estações Tratamento Água Residual em	nº	79	79	0	0,00%
Rede de Coletores	Km	501	499,6	2	0,36%

(1) Com o contrato de concessão em vigor a partir de 24 de julho de 2019

(2) Exceto imposto selo operações financeiras e imparidades e subsídios ao investimento

(3) Não incorpora os volumes faturados às empresas de limpa fossas

(4) ROCE: Return on Capital Equity, de acordo com a terminologia anglo-saxónica.

(5) De acordo com a aprovação do PAO 2024 a empresa tinha 6 processos de recrutamento em curso (2 para os Sistemas de Informação, 2 para a Direção de Operações Água, 1 para a Direção de Exploração Saneamento - ApR, 1 para a Direção de Gestão de Ativos - PRR) sendo expectativa da empresa que estes 6 processos de recrutamento estejam concretizados até ao final o 1º semestre deste ano de 2025.

(6) Fonte: Censos 2021

Quadro 11 - Síntese de Indicadores

## 2. Reconhecimento / Prémios / Certificações

A Águas do Algarve, S.A. possui as seguintes certificações:

- NP EN ISO 9001:2015 - Sistemas de Gestão da Qualidade;
- NP EN ISO 14001:2015 - Sistemas de Gestão Ambiental;
- NP ISO 45001:2019 - Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho;
- SA8000:2014 - Sistemas de Gestão da Responsabilidade Social;
- NP EN ISO 22000:2018 - Sistemas de Gestão da Segurança Alimentar;
- ISO 17025 - Acreditação de Laboratórios.



### 3. Destaques do ano / Principais acontecimentos

Todo o esforço que foi realizado nas várias áreas da Empresa, desde as operacionais às de gestão e apoio à gestão completaram mais um ano de grande profissionalismo e dedicação. Muito do trabalho realizado e dos objetivos atingidos em 2025 tiveram impactos assinaláveis na qualidade do serviço que a AdA presta e continuará a prestar à comunidade no Algarve.

Os resultados líquidos totalizaram 2,07 milhões de euros, resultado superior em 246,7 mil euros a 2024 e superior em 36,1 mil euros em relação a 2023.

Unidades: euros

<b>Resultado</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Resultado Líquido da atividade (antes DRG)	(3.672.726)	(2.952.963)	1.024.570	4.965.969
DRG líquido do ano	5.746.849	4.780.362	1.013.443	(3.302.904)
DRG líquido do ano anterior	0	0	0	0
<b>Resultado Líquido</b>	<b>2.074.122</b>	<b>1.827.399</b>	<b>2.038.012</b>	<b>1.663.065</b>

Quadro 12 - Resultado Líquido

#### B- O Negócio

##### I. Linhas Estratégicas

###### I.1. Introdução

Os objetivos do Grupo AdP, designadamente da Empresa Águas do Algarve, S.A. são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da sociedade, em 28 de junho de 2021, foram aprovadas as seguintes orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão e respetivas metas quantificáveis para o mandato 2021-2023.

###### I.2. Orientações Estratégicas para o Mandato 2021 - 2025

###### I.2.1. Missão

A Águas do Algarve, S.A. enquanto Empresa responsável pela exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve, tem por missão garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental.

A preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida e a equidade no acesso aos serviços básicos associados, a par da promoção do bem-estar, através da melhoria da qualidade de vida das pessoas e do equilíbrio ambiental, representam os valores fundamentais assumidos pelas Empresas que integram o Grupo Águas de Portugal, designadamente pela Águas do Algarve, SA.

A atividade prosseguida pela Empresa enquanto instrumento Empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, respeita o enquadramento fixado nos termos do Artigo 24.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, e as orientações emanadas através de despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das Empresas.

Assim, compete ao Ministério das Finanças, através da Entidade do Tesouro e Finanças, a definição de orientações tendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividade e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no Artigo 29.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- a. Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir, com base na qual as Empresas do grupo AdP, designadamente a Águas do Algarve, S.A., desenvolvem a sua atividade;
- b. Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada Empresa;
- c. Definir os objetivos a alcançar pelas Empresas do grupo AdP, designadamente pela Águas do Algarve, S.A. no exercício da respetiva atividade operacional;
- d. Definir o nível de serviço público a prestar pelas Empresas do grupo AdP, e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

### **I.2.2. Deveres e Responsabilidades da Administração**

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, prevê:

- a. Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- b. Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da Empresa;
- c. Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da Empresa em todas as suas componentes;
- d. Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da Empresa;
- e. Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à Empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f. Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g. Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão Empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

### **I.2.3. Orientações Estratégicas Gerais**

Sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão, o Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. deverá:

- (1) Assegurar o cumprimento da missão da Empresa e o exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade Empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- (2) Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;

- (3) Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- (4) Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- (5) Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- (6) Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- (7) Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- (8) Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- (9) Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

#### **1.2.4. Orientações Estratégicas Específicas**

O Conselho de Administração deverá assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para que a Empresa execute uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam.

- (1) Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:
  - (a) Aumento da eficiência na utilização de recursos primários, resiliência e segurança dos sistemas;
  - (b) Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
  - (c) Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação das origens, na flexibilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes.
- (2) Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
  - (a) Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
  - (b) Proporcionar modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
  - (c) Facilitar a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
  - (d) Potenciar a integração dos empreendimentos hidráulicos.
- (3) Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:
  - (a) O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
  - (b) A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;

- (c) No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.
- (4) Promoção do desenvolvimento regional, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza Empresarial, designadamente:
  - (a) Na integração em comités funcionais com vista à incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
  - (b) Na dinamização de redes de competências em ambiente descentralizado e colaborativo;
  - (c) Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
- (5) Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza Empresarial e a capacidade técnica, em especial:
  - (a) Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
  - (b) No reforço da aposta no digital, incluindo a segurança cibernética, prosseguindo objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.
- (6) Assegurar as boas práticas na gestão de ativos, tendo como referência a norma ISSO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:
  - (a) Definição da política de gestão de infraestruturas;
  - (b) Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
  - (c) Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
  - (d) Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
- (7) Capitalizar as competências e capacidades disponíveis na internacionalização do grupo AdP em projetos de interesse nacional, potenciando colaborações, através de AdP Internacional, de longo prazo, de valor acrescentado e com risco financeiro delimitado, para além da cooperação com entidades de referência internacional.

### I.3. Objetivos e Indicadores de Desempenho anuais para a Águas do Algarve, S.A. para o mandato 2021-2023 mantidos até ao fim do exercício de 2025

	Indicador	Cálculo	Escala	AdA
Financeiros	Eficiência de Gestão	$PRC = \frac{[(GV+FSE+GP)]}{VN}$ Variação face ao PAO proposto	1. var < +0,10pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 3. var < -0,10 pp	13,3%
	Dívida Comercial de devedores municipais	$DCDMA = \frac{[\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)}]}{[\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)}]} * 100$	1. DCDMA > 105% 2. 95% <= DCDMA <= 105% 3. DCDMA < 95%	13,3%
	Limite ao endividamento	$Endividamento = \frac{[\text{Stock Dívida (Ano N)}]}{[\text{Stock Dívida (Ano N-1)}]} * 100$	1: X > 2% 2: 1,5% <= X <= 2% 3: X < 1,50% * investimentos materialmente relevantes são excluídos do cálculo, a percentagem adotada	13,3%
	Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ano anterior	<u>Quando PMP &lt;= 60 dias e cumpre com o estipulado na RCM 34/2008:</u> 1: Incumprir: quando PMP aumenta mais de 1 dia face ao ano anterior; 2: Cumpre: quando PMP aumenta 1 dia; 3: Excede: quando PMP <= 60 dias.  <u>Quando PMP &gt; 60 dias ou incumprir com a RCM 34/2008:</u> 1: Incumprir: PMP > -15% face ao ano anterior; 2: Cumpre: -25% <= PMP <= -15%, face ao ano anterior; 3: Excede: face ao ano anterior, PMP < -25%.	13,3%
	Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO	1. Var < -5% 2. -5% <= Var <= 5% 3. Var > 5% *excluindo o efeito DRG	13,3%

	Indicador	Calculo	Escala	AdA
Ambientais e de Serviço	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	1. Nº Ações executadas face ao previsto < 80,00% 2. Nº Ações executadas face ao previsto >= 80,00%; < 90,00% 3. Nº Ações executadas face ao previsto >= 90,00%	13,3%
	Qualidade da Água Fornecida	AQA = QA (Ano N)	1. AQA < 97,00% 2. 97,00% <= AQA < 99,00% 3. AQA >= 99,00% <b>*sem deterioração face ao ano anterior</b>	10,0%
	Qualidade das Águas Residuais	AQAR = QAR (Ano N)	1. AQAR < 90,00% 2. 90,00% <= AQAR <= 95,00% 3. AQAR > 95,00% <b>*sem deterioração face ao ano anterior</b>	10,0%

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas, a avaliação a realizar pelos titulares da função acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato - e a fórmula de cálculo do respetivo grau de concretização – enunciados no quadro do ponto B-4.6. deste relatório.

A avaliação é realizada em função do grau de concretização dos objetivos, conforme quadro seguinte, e far-se-á pelo arredondamento a uma casa decimal do somatório do atingimento de cada indicador determinado nos termos descritos no quadro de Indicadores e Metas do ponto B-4.6. deste relatório.

Grau de Concretização	Avaliação Global
GC < 1,8	Objetivos não Cumpridos
1,8 ≤ GC < 2,5	Objetivos Cumpridos
GC ≥ 2,5	Objetivos Superados

Em 2025, o Conselho de Administração atuou em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelos titulares da função acionista, pelo Concedente e pela Tutela Setorial e Financeira.

## 2. Enquadramento

### 2.1. A Envolvente

#### Contexto macroeconómico<sup>1</sup>

2025 foi um ano de crescimento global resiliente, mas moderado. A economia mundial evitou a recessão, mas as restrições estruturais, a fragmentação do comércio e as incertezas políticas mantiveram o crescimento abaixo do seu potencial de longo prazo.

Desde outubro de 2025, as tensões comerciais têm continuado a diminuir, mas continuam sujeitas a ocasionais conflitos. Uma disputa entre a China e os Estados Unidos envolvendo controlos sobre as exportações de semicondutores e minerais de terras raras foi rapidamente seguida por uma trégua que reduziu as tarifas bilaterais até novembro de 2026 e suspendeu os controlos de exportação. As autoridades americanas retiraram também, para todos os países, as tarifas sobre alguns produtos agrícolas, compensando as tarifas mais elevadas sobre determinados sectores que tinham sido anteriormente anunciadas e que estão agora em vigor.

#### Global

O crescimento global para os anos 2025 e 2026 estima-se em 3,3% e de 3,2% para 2027.

Este desempenho estável resulta, à primeira vista, do equilíbrio de forças divergentes. Os obstáculos decorrentes da alteração das políticas comerciais são compensados pelos fatores favoráveis provenientes de investimentos emergentes relacionados com a tecnologia, incluindo a inteligência artificial (IA), principalmente na América do Norte e na Ásia, para além do apoio fiscal e monetário, das condições financeiras amplamente favoráveis e da adaptabilidade do setor privado.

A inflação global deverá descer de uma estimativa de 4,1% em 2025 para 3,8% em 2026 e para 3,4% em 2027, prevendo-se um regresso à meta mais gradual nos Estados Unidos do que noutras grandes economias.

#### Zona do Euro

A zona euro e a União Europeia estão a navegar num panorama internacional cada vez mais complexo. As alterações na dinâmica geopolítica, o rápido avanço tecnológico, os crescentes riscos climáticos, o envelhecimento da população e a baixa produtividade afetam as perspetivas económicas. Estes desenvolvimentos representam desafios significativos, mas também oportunidades transformadoras para a zona euro e para a UE, sublinhando a importância crucial de quadros de política macroeconómica robustos. A zona euro e a UE continuaram a crescer, embora a um ritmo moderado.

As projeções para a atividade na área do euro apontam para crescimentos de 1,4% em 2025, 1,2% em 2026 e 1,4% em 2027.

A inflação na zona euro normalizou em 2025 e prevê-se que fique abaixo da meta de 2% do Banco Central Europeu (BCE) para 2026. Este ambiente favorece estabilidade prolongada das taxas de juro, mas mantém os decisores políticos atentos aos riscos de subida impulsionados pelos salários e relacionados com as despesas fiscais.

O BCE reduziu as taxas de juro várias vezes no início de 2025, baixando a taxa de depósito de 3,00% (final de 2024) para 2,00% em junho de 2025. A partir de junho de 2025, as taxas mantiveram-se inalteradas, uma vez que a inflação regressou perto da meta de 2% e o crescimento manteve-se fraco, mas estável. O BCE não se compromete antecipadamente com uma trajetória de taxas, mas sinaliza que a política monetária está *"num bom momento"*.

#### Portugal

---

<sup>1</sup> Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2025 e 2026 são os seguintes:

	Estimativa 2026	Estimativa 2025	Ano 2025
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	2,3%	2,0%	2,1%
Taxa crescimento Consumo Privado	2,3%	3,6%	3,0%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	2,1%	2,2%	2,7%
Taxa de desemprego	6,3%	6,2%	6,4%
Euribor 6 meses (fim do ano)	2,0%	2,2%	3,6%
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	n.d.	3,08%	2,96%

*Quadro 13 - Principais indicadores económicos*

A atividade económica em Portugal deverá crescer 2,0% em 2025, 2,3% em 2026, 1,7% em 2027 e 1,8% em 2028, e a inflação deverá estabilizar em torno de 2%. O crescimento económico é mais apoiado na procura interna do que na média do período 2020–24.

A economia portuguesa continua a crescer a um ritmo robusto num enquadramento externo marcado por tensões comerciais, incerteza elevada e apreciação do euro. O impacto destes choques tem sido amortecido pelo alívio das condições financeiras, pelo aumento dos fundos da UE e pela orientação expansionista da política orçamental.

O mercado de trabalho permanece resiliente, com o emprego em níveis máximos e uma taxa de desemprego historicamente baixa. No entanto, o menor crescimento da população, associado à redução dos fluxos migratórios, limitará a evolução do emprego e da atividade.

O aumento do rendimento disponível das famílias será mais contido em 2025–28, refletindo-se num abrandamento do consumo privado e numa redução da taxa de poupança, que se manterá ainda assim elevada em termos históricos.

Em termos de finanças públicas, as projeções apontam para um saldo orçamental equilibrado em 2025, seguido de défices de 0,4% do PIB em 2026, 0,9% em 2027 e 1% em 2028. Esta trajetória traduz uma deterioração significativa no período recente, explicada sobretudo pelas medidas de redução de impostos e pelo aumento permanente da despesa. O rácio da dívida pública mantém uma trajetória descendente, passando de 93,6% do PIB em 2024 para cerca de 80% em 2028.

A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa aumenta gradualmente, de 2,3% em 2025 para 2,6% em 2028. Esta evolução reflete a evolução esperada das taxas de juro de longo prazo.

## 2.2. O Sector

### O setor<sup>2</sup>

A água constitui um elemento fundamental em qualquer circunstância, período ou cenário. Este facto é ainda mais reforçado e evidente quando se associa o atual contexto de crise à sustentabilidade em todas as suas dimensões (climática, de recursos ou de biodiversidade).

A par do aumento da população mundial, assiste-se à progressiva e cada vez mais acentuada diminuição das disponibilidades hídricas, muitas vezes associada aos efeitos das alterações climáticas que são perceptíveis, à escala mundial, pela alteração dos padrões de precipitação. Efetivamente, à medida que os impactos das alterações climáticas aumentam e as populações crescem, há a necessidade urgente, dentro e entre países, de criar compromissos e verdadeira união em torno da proteção e conservação deste recurso precioso.

<sup>2</sup> <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

A saúde pública e a prosperidade das comunidades, os seus sistemas alimentares e energéticos, a produtividade económica e a integridade ambiental dependem de um ciclo da água que funcione bem e seja gerido de forma equitativa garantindo qualidade e acesso a todos.

É neste contexto desafiante que urge garantir a conservação de ecossistemas sustentáveis (equilibrados e saudáveis), a par da necessidade básica de acesso a água potável absolutamente essencial para o desenvolvimento socioeconómico.

Também pelo exposto, a água e os serviços que lhe estão inerentes, designadamente o abastecimento e o saneamento, mantêm-se, cada vez mais, no centro do desenvolvimento sustentável e subjacentes a vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

No caso dos serviços mencionados, existe ainda a necessidade de assegurar a resiliência nos sistemas a eventos cada vez mais comuns e extremos, de origem climática ou não climática.

Ao longo das últimas décadas, tem-se vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos que visam responder aos desafios referidos. Efetivamente, estão hoje nas agendas das estratégias para o setor: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, consequentemente, a desacelerar as alterações climáticas; ou o incentivo à inovação para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular da Água, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos.

Não obstante os avanços, subsistem ainda situações insustentáveis e iníquas:

- Três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;
- Mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de “stress” hídrico;
- Cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano;
- Mais de 3 mil milhões de pessoas em todo o mundo dependem da água que atravessa as fronteiras nacionais. No entanto, apenas 24 países têm acordos de cooperação para toda a água partilhada.<sup>3</sup>
- 3,4 mil milhões de pessoas continuam sem acesso a saneamento básico seguro: infraestruturas envelhecidas, desigualdades e mudanças climáticas põem em risco um direito humano básico.<sup>4</sup>

e, mesmo em áreas geográficas mais desenvolvidas constata-se que:

- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca *performance* do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em baixos níveis de investimento;
- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exacerbados pelas incertezas das políticas económicas adotadas em várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia ou no Médio Oriente são exemplos.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico que o *World Bank Water Global Practise*, através do Plano Estratégico e na prossecução da meta do ODS6, baseado na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por:

- a transformação de acordos políticos em normas juridicamente vinculativas;
- o garante da distribuição equitativa dos serviços de água e saneamento de forma equitativa;

<sup>3</sup> <https://www.sgambiente.gov.pt/agua-para-a-paz-tema-do-dia-mundial-da-agua-2024/>

<sup>4</sup> <https://news.un.org/pt/story/2025/11/1851571>

- a aplicação de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelos empregadores e pelos trabalhadores;
- o estabelecimento de instrumentos de *soft-law* (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONG) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Paralelamente, também o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2025, intitulado "Montanhas e glaciares -Torres de Água"<sup>5</sup>, emanado aquando da celebração do Dia Mundial da Água, reforçou a preocupação com o declínio da água doce no planeta. O objetivo é conservar e restaurar lagos, rios, pântanos, aquíferos, manguezais e geleiras, que estão sob ameaça crescente das mudanças climáticas, poluição e outros fatores.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) também alertou para o aumento da pressão sobre os recursos hídricos, com algumas regiões como Norte de África e Ásia Ocidental em níveis críticos.

A agricultura continua a ser o maior consumidor de água, e o *stress* hídrico agrava-se com o crescimento da procura.<sup>6</sup>

## Crise Geopolítica e Energética

Existem, atualmente, um conjunto de conflitos que impactam e agravam, de forma muito acentuada, toda a geografia do globo. A situação é preocupante, continuando a significar e evidenciar um quadro de crise geopolítica e energética, em termos globais.

O conflito na Europa Oriental (conflito Ucrânia / Rússia), que perturba e condiciona o mercado mundial da energia mantém-se. A este, juntou-se a guerra Israel/Hamas/Hezbollah em outubro de 2023, cujos efeitos se estenderam ao longo de 2024 e 2025, agravando a crise energética pelo aumento do preço do petróleo, do gás natural, do preço dos transportes e atrasos nas encomendas.

Por outro lado, verificam-se outros conflitos e tensões que, direta ou indiretamente, continuam a impactar a geopolítica europeia e a segurança energética. As tensões no Mar do Sul da China persistem, com repercussões globais, nomeadamente ao nível das rotas comerciais marítimas estratégicas, essenciais para o fornecimento de energia e bens à Europa. A crise no Sahel permanece um fator de instabilidade, afetando a segurança regional e o acesso a recursos estratégicos, como o urânio, fundamental para a produção de energia nuclear em vários países europeus. O conflito no médio oriente continua a influenciar as dinâmicas geopolíticas e energéticas no Mediterrâneo Oriental, uma região de crescente importância estratégica para a União Europeia. Por outro lado, as disputas no Ártico intensificam-se em 2025, uma vez que o degelo progressivo reforça a competição entre grandes potências — como a Rússia, os Estados Unidos e a China — pelo controlo de novas rotas marítimas e pela exploração de recursos energéticos, incluindo petróleo e gás natural.

Em maio de 2022, como resposta ao conflito Ucrânia/Rússia, a Comissão Europeia tinha aprovado o Plano REPowerEU<sup>7</sup> que estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da União Europeia. Em paralelo visa a poupança energética, a produção de energia limpa e a diversificação do aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar novas infraestruturas e o novo sistema energéticos de que a Europa necessita.

No contexto deste plano europeu foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com período de execução até 2026, para apoiar investimentos e reformas em Portugal, no valor de 300 mil milhões de euros, e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados, no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM n.º I 36/2022).

<sup>5</sup> [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000393090\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000393090_por)

<sup>6</sup> <https://news.un.org/pt/story/2025/12/1851827>

<sup>7</sup> [https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repower-eu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe\\_pt](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repower-eu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt)

Em abril 2025 foi publicada a atualização final do Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030)<sup>8</sup>, com objetivos ambiciosos para a transição energética: redução de emissões de gases com efeito de estufa para 55% até 2030, em relação aos níveis de 2005. O PNEC 2030 traça, também, uma meta de 51% para a quota de energias renováveis no consumo final bruto de energia até 2030, acima da meta anterior de 47%.

Estas iniciativas refletem o compromisso de Portugal em continuar a implementar medidas para mitigar a crise energética, alinhando-se com as diretrizes europeias e promovendo a sustentabilidade energética a longo prazo.

Em abril de 2025, a Península Ibérica sofreram um grande apagão causando paragens nos transportes (comboios, metropolitano), falhas nos semáforos e sobrecarga nos hospitais, expondo vulnerabilidades na rede elétrica, forçando mais produção a gás e dificultando metas climáticas. Este evento severo destacou a necessidade de reforçar a infraestrutura energética europeia, com relatórios apontando para falhas em cascata.

Esse evento desencadeou impactos diretos nos sistemas de captação, bombeamento e tratamento de água das entidades gestoras, uma vez que a energia elétrica é necessária para a operação contínua de estações elevatórias e unidades de tratamento e distribuição; paralelamente, houve efeitos indiretos na pressão da rede de abastecimento e na continuidade operacional de sistemas urbanos de saneamento, exigindo esforços logísticos extraordinários para mitigar a perda de níveis de serviço regulamentares e assegurar a proteção da saúde pública.

Adicionalmente, em resposta às vulnerabilidades reveladas pelo apagão, foi apresentado o Plano de Reforço da Segurança do Sistema Elétrico Nacional com um pacote de 31 medidas para reforçar segurança do sistema elétrico nacional, garantindo os objetivos de descarbonização e transição energética.

O Plano de Reforço ora apresentado é norteado por três grandes princípios: (i) robustecimento do sistema elétrico nacional e da capacidade de resposta das infraestruturas críticas; (ii) compromisso com a transição energética e a descarbonização; e (iii) colaboração internacional para a integração de mercados e o reforço das interligações.<sup>9</sup>

### O abastecimento de água e o saneamento em Portugal<sup>10</sup>

Em Portugal, o setor das águas caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de Municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as Autarquias locais.

O grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

#### Panorama Nacional

##### Abastecimento de Água

- 9,5 milhões de habitantes servidos
- 97% de alojamentos servidos
- 197 litros: consumo médio diário de água por habitante
- Tarifa média ponderada: 0,5634EUR/m<sup>3</sup>
- Indicador de Água Segura em Portugal Continental (alta): 99,69%

##### Saneamento de Águas Residuais

- 8,5 milhões de habitantes servidos com drenagem
- 87% de alojamentos servidos
- 8,5 milhões de habitantes servidos com tratamento
- 86% de alojamentos servidos com tratamento
- 2,02 milhões de m<sup>3</sup> de águas residuais recolhidas diariamente
- Tarifa média ponderada: 0,6028EUR/m<sup>3</sup>

Dados: RASARP 2025

<sup>8</sup> Cf. Resolução da Assembleia da República n.º 127/2025, de 10 de abril

<sup>9</sup> <https://ambienteonline.pt/noticias/governo-apresenta-plano-de-400-milhoes-para-reforcar-seguranca-do-sistema-eletrico-nacional>

<sup>10</sup> Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

#### Quadro 14 - Panorama nacional

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. O elevado investimento necessário, numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno através da suavização das tarifas praticadas ao longo do período de vida útil das infraestruturas. Para além da fase inicial de investimento na infraestruturização dos sistemas, mantém-se a necessidade de realização de níveis muito relevantes de investimento e, neste sentido, a manutenção de longos períodos de recuperação dos mesmos.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024 aprovou o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

O PENSAARP 2030<sup>11</sup> estabeleceu o quadro de desenvolvimento do setor dos serviços de águas (abastecimento de água e saneamento de águas residuais), atualizando o PENSAAR 2020 e introduzindo uma nova componente: a gestão de águas pluviais. Partindo da avaliação da situação atual do setor e tendo presentes, designadamente, os desafios emergentes das alterações climáticas, o PENSAARP 2030 identifica as grandes prioridades estratégicas de investimento e financiamento dos serviços de águas para a presente década.

A março de 2025 foi apresentada a Estratégia Nacional para a gestão da água “Água que Une”<sup>12</sup>, a qual preconiza uma gestão integrada da água, assumindo as seguintes orientações:

- Contribuir para uma governança ágil e eficaz da água;
- Diminuir a vulnerabilidade à escassez hídrica;
- Reforçar a sustentabilidade ambiental;
- Promover a coesão territorial Esta Estratégia pretende dar suporte à revisão do Plano Nacional de Água (2026) e à atualização da Estratégia para o Regadio Público 2014-2020 através do Plano Rega (a elaborar).

No âmbito da implementação da **Estratégia Nacional “Água que Une” (AqU)**, observaram-se avanços em duas vertentes:

- A implementação de medidas que se encontram no âmbito das Entidades Gestoras (EGs) do grupo AdP, como por exemplo a dessalinizadora do Algarve, em execução pelas Águas do Algarve. (nota: cada empresa dar exemplos próprios)
- Em outubro de 2025, foi apresentada a AdP AQUA, uma empresa do grupo Águas de Portugal que terá como missão planear, financiar, construir e gerir aproveitamentos hidráulicos, nomeadamente de fins múltiplos, que promovam a segurança hídrica de Portugal no horizonte 2040, enfrentando os desafios das alterações climáticas, do crescimento demográfico, do desenvolvimento económico e da preservação ambiental através de uma gestão integrada, resiliente e sustentável do recurso água.

### O Grupo AdP em 2025

O Grupo AdP constituiu e mantém-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

Neste contexto, trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu *know-how* no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento de água e saneamento às populações.

As alterações climáticas estão destacadas no conjunto de desafios endereçados no âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP, considerando ambos os planos da ação climática, nomeadamente: i) na adaptação, com destaque para a resiliência dos sistemas, a economia circular e eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e a sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente e ii) na

<sup>11</sup> Comunicado do Conselho de Ministros de 14 de dezembro que aprovou a resolução 23/2024 publicada em DR a 5 de fevereiro de 2024 já alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2024 de 22 de agosto de 2024.

<sup>12</sup> <https://portaldagua.pt/2025/03/12/agua-que-une-estrategia-nacional-para-a-gestao-da-agua/>

mitigação, visando atingir a neutralidade energética em 2030 e promover a descarbonização do ciclo da água, através de programas envolvendo todas as empresas e atividades do Grupo e integrando a redução dos consumos energéticos, o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Na Agenda de Inovação do Grupo AdP, e em linha com as Ambições de Sustentabilidade, encontram-se identificadas as seguintes áreas estratégicas: neutralidade energética e carbónica, eficiência e resiliência de operações e sistemas, economia circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento. Neste sentido, em 2025, o Grupo promoveu a inovação em rede no âmbito da segunda edição do Concurso AdP Inovação Proactiva.

Foi publicado em Diário da República o diploma legal que altera o Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio que atribui à Águas de Santo André a concessão da exploração e da gestão do sistema de abastecimento de água (gerindo de forma integrada origens não convencionais, como a água do mar e a água para reutilização), de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, face aos desafios de escassez hídrica e à necessidade de reconfiguração do sistema para promover a sustentabilidade ambiental e a resiliência hídrica das atividades industriais, agrícolas e turísticas da zona de influência da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS).

Em 2025, a Estação de Dessalinização do Algarve (EDAMA) avançou significativamente, com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) a dar luz verde condicionada em novembro 2024, após consulta pública sobre o projeto em Albufeira, que visa captar e tratar água do mar para consumo.

Na dimensão da economia circular, salienta-se a estratégia de Água para Reutilização (ApR), o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecocregentes.

Neste âmbito, em 2025, para além de várias ações de sensibilização, a Águas do Algarve concluiu investimentos em infraestruturas para a ApR na ETAR da Quinta do Lago, a Águas do Tejo Atlântico forneceu Água para Reutilização ao Município de Lisboa para a rega de parques e jardins, expandindo um projeto-piloto.

A norte (AdN), o projeto Regadouro, que se encontra em fase de conclusão, tem como objetivos fundamentais não só o de aumentar o conhecimento sobre a reutilização na rega de água tratada nas infraestruturas de tratamento de águas residuais, como também o de fomentar o aproveitamento dos nutrientes e fertilizantes presentes na mesma.

No quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, a gestão da energia constitui uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, destacando-se o Programa de Neutralidade Energética ZERO, cuja concretização deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

No plano internacional, em 2025, o Grupo, através da sua subsidiária AdP Internacional, reforça a sua presença internacional com a criação da empresa *Société Agua Services d'Assainissement* na Tunísia. Este passo decorre da adjudicação, pelo Estado tunisino, do contrato de concessão para a gestão, operação e manutenção do sistema de recolha e tratamento de efluentes da zona norte da cidade de Túnis, por um período de 10 anos.

## 2.3. A Regulação

### Enquadramento regulatório

Em 2025, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidade atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2025, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

### Regulação económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2023, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

No decorrer de 2023, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2023, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa à proposta de Recomendação sobre gestão de perdas aparentes em sistemas de abastecimento de água, o Projeto de Regulamento da qualidade de serviço prestado ao utilizador final e a proposta de Recomendação sobre gestão de fossas sépticas no âmbito de soluções particulares de saneamento de águas residuais domésticas.

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro.

### AdA – atividade em “alta”

A Águas do Algarve, S.A. é um sistema multimunicipal, e exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em “alta”.

As tarifas e os rendimentos tarifários em “alta” praticadas são avaliadas pela ERSAR sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a Águas do Algarve, S.A. as tarifas e os rendimentos tarifários encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários com base na taxa de inflação (IHPC).

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifário a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

Durante o ano de 2025, as tarifas e os rendimentos tarifários aplicadas na faturação pela Águas do Algarve, S.A., foram objeto de análise e de emissão prévia de parecer favorável por parte da ERSAR, e, entretanto, aprovados pelo Concedente.

O contrato de concessão determina que a rentabilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3%, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

Em 2025, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 3,08%.

O diploma constituinte da Águas do Algarve, S.A., estabelece a metodologia de registo e de recuperação dos DRG. Com a publicação do Decreto-lei n.º 16/2021 de 24 de fevereiro, ficou estabelecido que os DRG podem ser gerados até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão, e que estes saldos (ativos ou passivos) devem ser recuperados até ao termo do prazo da concessão.

Por via do contrato de concessão, a ERSAR detém o poder de aprovar o valor de DRG a registar nas contas anuais da Águas do Algarve, S.A., tendo por base um cenário de eficiência produtiva estabelecido de acordo com critérios previamente definidos. Este facto confere à ERSAR o poder de estabelecer os gastos que podem ser recuperados por via tarifária, podendo estes ser distintos dos efetivamente incorridos.

Em 31 de dezembro de 2025 estavam registados nas contas cerca de 22,1 milhões de EUR de DRG de natureza superavitária, decorrentes do histórico da atividade da Águas do Algarve, S.A..

### Regulação da qualidade do serviço

A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) é a responsável por regular a atividade da Águas do Algarve, S.A. em matéria de qualidade de serviço.

Esta regulação é efetuada anualmente através de um conjunto de indicadores, cujos resultados são publicados no Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP) em [ERSAR - Relatório Anual do Setor](#).

Os indicadores que compõem o sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, encontram-se distribuídos por três grupos:

1. Adequação do serviço ao utilizador;
2. Sustentabilidade da gestão do serviço;
3. Sustentabilidade ambiental.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR, assim que é validada pelo Regulador, é disponibilizada no sítio da internet da Águas do Algarve, S.A. em: <https://www.aguasdoalgarve.pt/content/avaliacao-da-qualidade-do-servico-prestado-aos-utilizadores>

### Regulação da qualidade da água para consumo humano

A Águas do Algarve, S.A., presta um serviço público de abastecimento de água, e está incumbida de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, para os diversos parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto, a Águas do Algarve, S.A. deve possuir planos de monitorização operacionais (PCO), bem como um Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) anual, a submeter à aprovação da Entidade Reguladora (ERSAR), cabendo a esta entidade coordenar e fiscalizar a respetiva implementação.

A Águas do Algarve, S.A. mantém ainda a avaliação e gestão do risco do Sistema de Abastecimento com base na monitorização dos PCO e PCQA. Nesta sequência, todas as situações de incumprimento dos valores paramétricos (VP) definidos no Decreto-Lei n.º 69/2023 são comunicadas à ERSAR, sendo efetuadas repetições, levadas a cabo as medidas de investigação adequadas e ainda adotadas as medidas de correção legalmente previstas, sempre que aplicável.

## PCQA 2024

Decorrente da implementação da monitorização analítica prevista no PCQA de 2024, foi divulgado, em setembro de 2025, o volume 2 do *RASARP 2025 - Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal* (ISBN: 978-989-8360-49-6), que sintetiza a informação mais relevante relativa à qualidade da água fornecida, pelas entidades gestoras, aos utilizadores, no ano de 2024, referenciada a 31 de dezembro desse ano.

De acordo com o RASARP 2025, a Entidade Gestora - Águas do Algarve, S.A., registou um resultado de 99.99% no indicador “Água segura”, superando a meta de 99% (objetivo de excelência), definido pela ERSAR.

## PCQA 2025

O PCQA de 2025 foi aprovado pela ERSAR a 10 de dezembro de 2024 (ofício O-005400/2024). Decorrente da implementação da monitorização analítica prevista no PCQA de 2025, e das orientações definidas pela ERSAR, foram efetuadas, durante o ano de 2025, um total de 8235 análises de PCQA, a que correspondem 6509 análises em parâmetros que possuem VP, nas quais se obtiveram 6 análises em incumprimento ao VP.

De acordo com os resultados obtidos, verifica-se mais uma vez um excelente desempenho do SMAAA em termos da qualidade da água para consumo humano, prevendo-se que o indicador “Água segura” relativo ao PCQA de 2025 (a publicar pela ERSAR no RASARP 2026), tal como em anos anteriores, seja acima da meta definida pela ERSAR, para um objetivo de excelência (99%).

## Regulação da interface com o utilizador

Como referido anteriormente, a Águas do Algarve, S.A. está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de regulação, podendo os utilizadores, caso tenham necessidade de pedir informações, ou efetuar reclamações recorrer ao sítio da internet: [ERSAR - Reclamações](#), ao livro físico existente na Sede de Águas do Algarve, S.A, ao contacto via correio eletrónico ([geral.ada@adp.pt](mailto:geral.ada@adp.pt)) ou telefónico (289 899 070).

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços são analisados pela AdA e/ou pela entidade reguladora.

## 3. O Negócio

### 3.1. Introdução

A Águas do Algarve S.A. é uma sociedade de direito privado de capitais públicos onde a Águas de Portugal, SGPS, S.A., participa com a maioria do capital social, sendo o restante distribuído pelos Municípios algarvios de acordo com o exposto na nota nº 16 do anexo às demonstrações financeiras.

### 3.2. Água em Alta

#### Sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve

O Sistema de Abastecimento de Água (SAA, e que integra o SMAASA), numa estratégia de gestão integrada e plurianual dos recursos hídricos, utiliza origens de água quer superficiais, quer subterrâneas, ajustando a sua estratégia de captação, numa avaliação contínua, em função das características dos anos hidrológicos, disponibilidades hídricas registadas nas origens; e da capacidade de redundância e flexibilidade na gestão do SAA (em termos de redundância de origens, capacidade de produção de água, transferência de água tratada entre subsistemas e gestão da distribuição).

A albufeira da barragem de Odelouca, destinada exclusivamente ao abastecimento público de água, é uma das principais origens de água superficial do Sistema, o qual recorre ainda às albufeiras do Aproveitamento Hidráulico de fins-múltiplos de Odeleite-Beliche e à água proveniente da albufeira da Bravura, também de fins-múltiplos.

As origens superficiais são complementadas com o recurso à captação de água subterrânea, através dos Sistemas de Captações Subterrâneas de Benaciate e de Vale da Vila, localizados no aquífero de Querença-Silves e dos Sistemas de Captações Subterrâneas de Almádena e Portelas, localizados no aquífero de Almádena-Odiáxere.



*Figura 2 – Barragem de Odelouca*

- Volumes captados, para assegurar as necessidades do Abastecimento Público ao Algarve, através do SMAASA

No Quadro 15, são apresentados os volumes totais captados pelo SAAAA, por origem de água, para assegurar as necessidades do Abastecimento Público ao Algarve, no ano 2025.

Volumes de Água Captados nas Origens de Água do SMAASA para o Abastecimento Público (m <sup>3</sup> )			
Origem de Água		Janeiro a dezembro 2025	
Superficial	Albufeira da Bravura	1.986.480	66.953.937
	Albufeira do Funcho	7.710.500	
	Albubeira de Odelouca	24.376.500	
	Empreendimento Hidráulico de Odeleite-Beliche	32.880.457	
Subterrânea	Aquífero de Almádena/Odeóxere	1.036.724	6.098.874
	Aquífero de Querença/Silves	5.062.150	
<b>Total Abastecimento Público</b>		<b>73.052.811</b>	

Quadro 15 - Volumes de Água Captados nas Origens de Água do SMAAA, para o Abastecimento Público, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025

Entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025 foram captados nas diversas origens de água do SAAA, cerca de 73 hm<sup>3</sup> de água, com recurso a origens superficiais (67 hm<sup>3</sup>) e origens de água subterrâneas (6hm<sup>3</sup>).

Nos gráficos seguintes apresentam-se os volumes captados no triénio 2021-2025, considerando o volume mensal, volume acumulado e a proporção por tipo de origem:

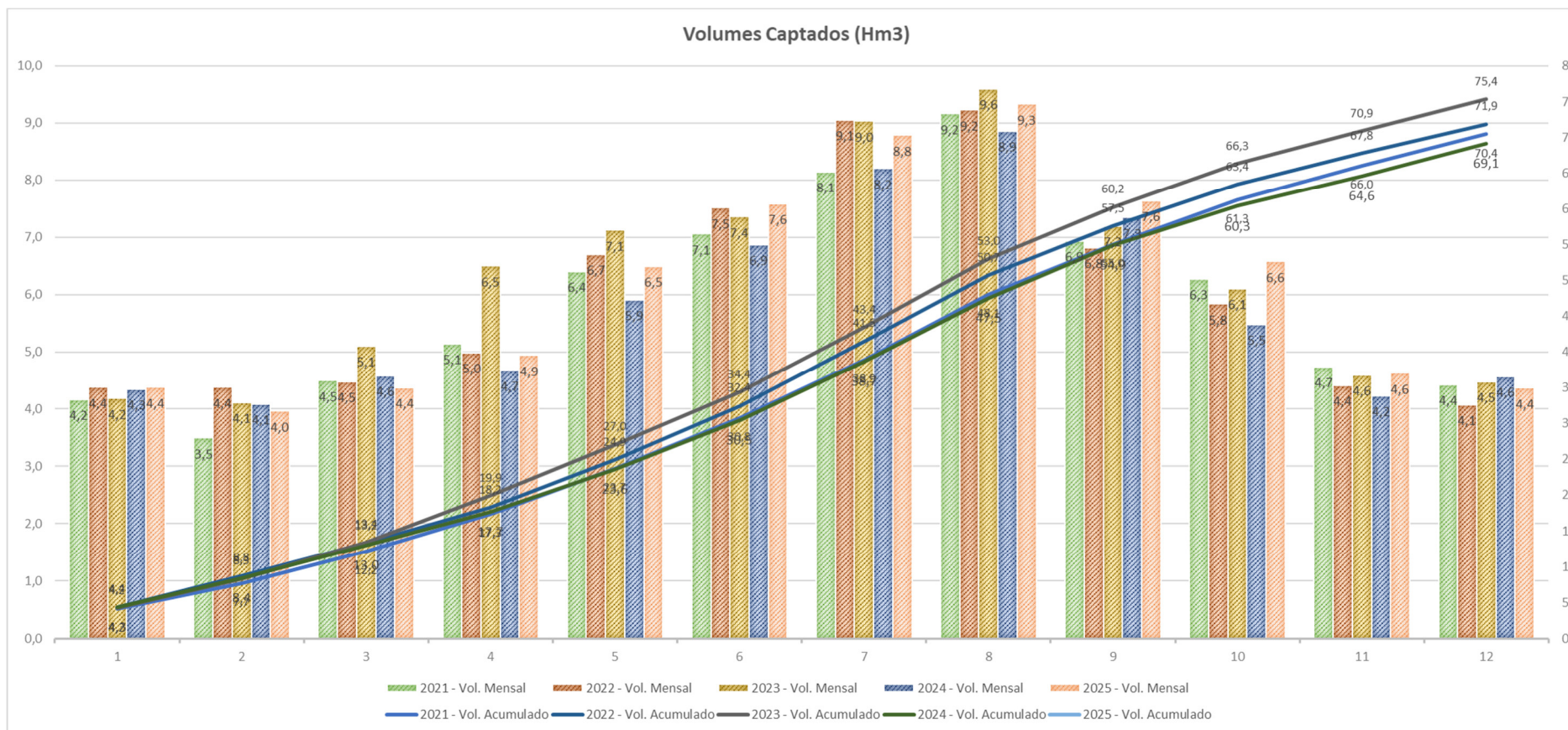
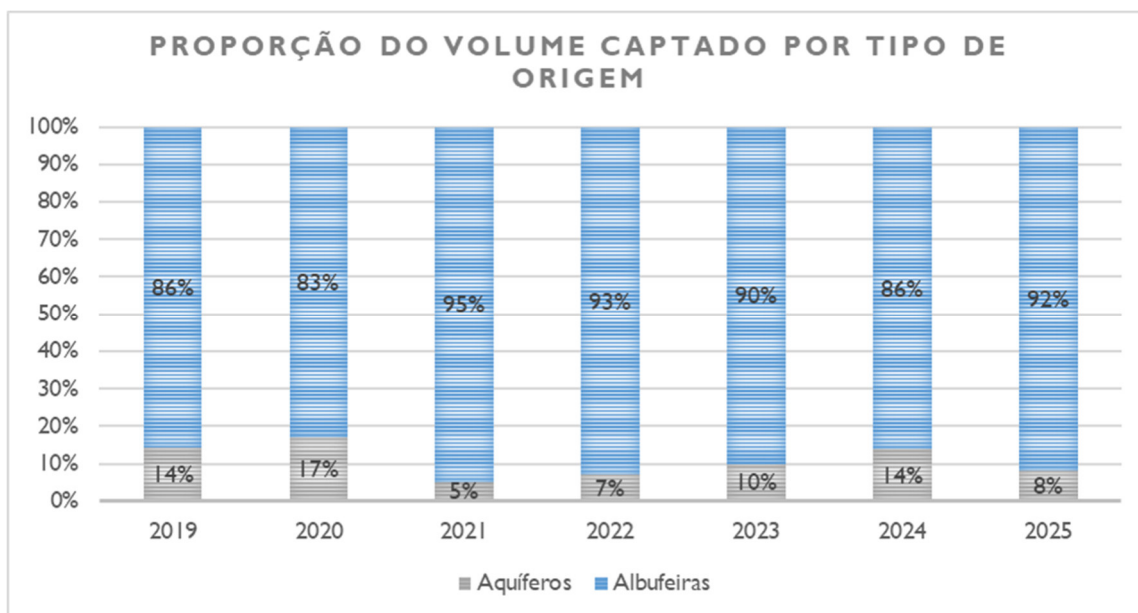


Gráfico 5 - Volumes Captados (Hm3)



Quadro 16 - Proporção do Volume Captado por Tipo de Origem

➤ Caracterização da Situação das Origens de Água do SMAASA – Enquadramento Estratégico de 2025

O ano hidrológico de 2024-2025 marcou uma inversão relevante no contexto de escassez hídrica que caracterizou o Algarve ao longo dos sete anos anteriores. Após um ciclo prolongado de seca estrutural, que condicionou severamente a disponibilidade de água superficial e subterrânea e elevou o risco operacional do Sistema de Abastecimento de Água (SAA), 2025 registou precipitação significativa, que se traduziu em afluências de água às albufeiras e recarga de aquíferos, permitindo uma recuperação substancial dos volumes armazenados nestas albufeiras e nos aquíferos que integram as origens do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) do Algarve.

Esta evolução teve impacto direto na mitigação do risco de escassez hídrica para o abastecimento público, e restantes utilizadores, reforçando a reserva estratégica de água na região e diminuindo o conflito de usos entre os diversos usos e setores de atividade, dependentes deste recurso essencial, a água.

No quadro 16 são apresentados os volumes armazenados, entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, nas albufeiras que constituem origens de água superficial do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve (SMAASA).

ÁGUAS DO ALGARVE Grupo Águas de Portugal		BARRAGEM DE ODELOUCA		BARRAGEM DE ODELEITE		BARRAGEM DE BELICHE		BARRAGEM DE BRAVURA				
Capacidade Total de Armazenamento (hm³)		157,14		130,00		48,00		34,82				
Capacidade Útil de Armazenamento (hm³)		128,20		108,80		42,89		32,26				
Data	Volume Total		Volume Útil		Volume Total		Volume Útil		Volume Total		Volume Útil	
	hm³	%	hm³	%	hm³	%	hm³	%	hm³	%	hm³	%
dez/24	47,39	30,16%	18,45	14,39%	59,84	46,03%	38,64	35,52%	18,49	38,52%	13,38	31,20%
jan/25	60,36	38,41%	31,42	24,51%	98,05	75,42%	76,85	70,64%	32,47	67,64%	27,36	63,79%
fev/25	68,34	43,49%	39,40	30,74%	103,94	79,95%	82,74	76,05%	34,87	72,65%	29,76	69,39%
mar/25	134,24	85,43%	105,30	82,14%	127,26	97,89%	106,06	97,48%	44,92	93,58%	39,81	92,82%
abr/25	143,78	91,50%	114,84	89,58%	126,44	97,26%	105,24	96,73%	44,52	92,75%	39,41	91,89%
mai/25	141,72	90,19%	112,78	87,98%	123,38	94,91%	102,18	93,92%	43,03	89,65%	37,92	88,42%
jun/25	136,53	86,89%	107,59	83,93%	118,14	90,87%	96,94	89,10%	40,40	84,17%	35,29	82,28%
jul/25	130,50	83,04%	101,56	79,22%	111,02	85,40%	89,82	82,56%	37,57	78,27%	32,46	75,68%
ago/25	123,92	78,86%	94,98	74,09%	103,58	79,68%	82,38	75,72%	34,66	72,21%	29,55	68,90%
set/25	118,80	75,60%	89,86	70,10%	97,41	74,93%	76,21	70,05%	32,19	67,06%	27,08	63,13%
out/25	114,63	72,95%	85,69	66,84%	92,72	71,32%	71,52	65,73%	30,44	63,41%	25,33	59,05%
nov/25	119,88	76,29%	90,94	70,94%	98,34	75,65%	77,14	70,90%	32,63	67,99%	27,52	64,17%
dez/25	130,02	82,74%	101,08	78,85%	118,57	91,21%	97,37	89,49%	39,50	82,29%	34,39	80,18%

Quadro 17 - Volumes de Água Armazenados

No gráfico seguinte apresenta-se uma análise plurianual ao somatório das capacidades úteis das barragens acima mencionadas:

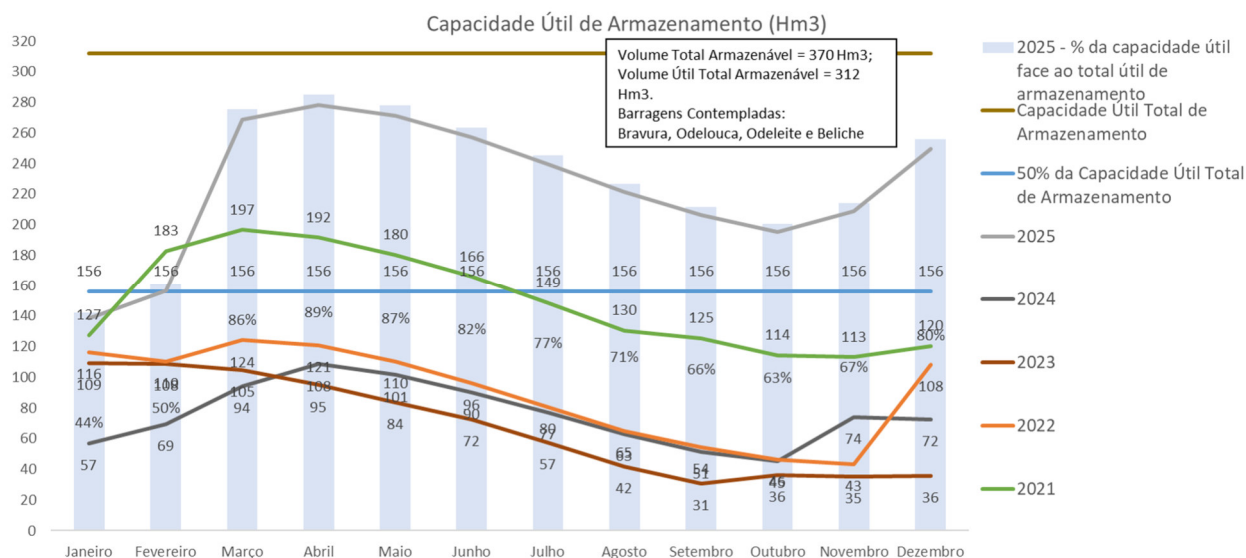


Gráfico 6 - Capacidade Útil de Armazenamento (Hm3)

### Enquadramento do Risco e Contexto Recente

Nos anos de 2023 e 2024, o Algarve enfrentou uma situação crítica de escassez hídrica, que motivou a declaração de situação de alerta por seca e a aprovação de medidas excepcionais de resposta, incluindo restrições ao consumo e reforço da gestão da procura.

À data de 31 de dezembro de 2024, os volumes armazenados nas albufeiras não asseguravam uma reserva útil equivalente a um ano de necessidades de captação para o abastecimento público, considerando consumos médios das entidades gestoras em baixa, caudais ecológicos obrigatórios, caudais reservados e perdas por evaporação.

Este contexto implicou:

- Reforço do planeamento de cenários críticos;
- Ativação de soluções de redundância do Sistema;
- Implementação de medidas extraordinárias de carácter operacional;
- Articulação estreita e coordenação com autoridades setoriais e utilizadores;
- Maior pressão sobre custos de exploração associados à gestão da escassez hídrica.

Neste enquadramento, a gestão da escassez hídrica constituiu um dos principais desafios operacionais, estratégicos e financeiros da Águas do Algarve no exercício de 2024.

### Impacto da Recuperação Hidrológica em 2025

A precipitação registada no ano hidrológico 2024-2025 permitiu uma recuperação significativa dos níveis de armazenamento das albufeiras do Algarve, ultrapassando as 3 principais albufeiras do Sistema (Odelouca, Odeleite e Beliche), no final do período húmido (abril de 2025), os 90% da sua capacidade total de armazenamento, e a albufeira da Bravura, os 60%; restabelecendo-se, assim, uma margem de segurança plurianual para o abastecimento público de água ao Algarve.

Do ponto de vista estratégico e financeiro, esta recuperação traduziu-se em:

- Redução significativa do risco de falha na garantia de abastecimento público de água à região;
- Diminuição da probabilidade de ativação de medidas de emergência de elevado custo operacional;
- Maior previsibilidade na gestão da exploração do Sistema;
- Alívio progressivo de medidas excecionais restritivas, com impactos positivos na atividade económica regional;
- Melhoria do perfil de risco associado a cenários de escassez extrema.

Importa, contudo, salientar que, apesar da melhoria do contexto hidrológico, a recuperação das massas de água subterrâneas apresenta maior inércia, exigindo continuidade na monitorização e numa gestão integrada prudente entre origens superficiais e subterrâneas.

### Resiliência Estrutural e Investimento

A resposta à seca prolongada não se limitou a medidas conjunturais. Ao longo das últimas duas décadas, a Águas do Algarve desenvolveu uma estratégia consistente de reforço estrutural da resiliência do Sistema Multimunicipal, através de investimentos significativos orientados para:

Diversificação de origens

- Construção da Barragem de Odelouca;
- Reabilitação e reforço de Sistemas de Captações Subterrâneas Estratégicas;
- Instalação de Sistemas de Captação de Volumes Mortos para situações de emergência.

Redundância e flexibilidade operacional

- Interligação reversível entre Barlavento e Sotavento;
- Ampliação da capacidade da ETA de Alcantarilha;
- Construção de novos reservatórios estratégicos.

Gestão e Eficiência

- Especialização técnica de equipas;
- Otimização do modelo de exploração;
- Reforço da eficiência hídrica e energética.

Novas soluções estruturais em desenvolvimento

- Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve;
- Estação de Captação no rio Guadiana, junto a Pomarão, integrada na mesma bacia hidrográfica;
- Integração e reabilitação de captações subterrâneas estratégicas;
- Reforço da interligação dos subsistemas de abastecimento do Barlavento e do Sotavento;
- Aumento da Produção e Fornecimento de Água para Reutilização (ApR).

Estes investimentos representam um esforço financeiro significativo e estruturante, com impacto direto:

- Na redução do risco operacional;
- Na valorização e robustez do ativo concessionado;
- Na proteção da continuidade de um serviço público essencial;
- Na melhoria do perfil de sustentabilidade de longo prazo da Concessão.

### Perspetiva Estratégica

Apesar da melhoria verificada em 2025, a variabilidade climática e a tendência de ocorrência de fenómenos extremos reforçam a necessidade de manter uma abordagem prudente e estruturalmente preventiva.

O ano de 2025 deve ser interpretado não como o término do risco de escassez hídrica, mas como uma oportunidade estratégica para:

- Consolidar reservas;
- Otimizar o modelo de exploração;
- Reforçar a eficiência hídrica e energética;
- Prosseguir a diversificação de origens;
- Integrar critérios de sustentabilidade e adaptação climática no modelo de gestão;
- Sustentar uma política de investimento orientada para a resiliência de longo prazo.

A atuação da Águas do Algarve ao longo do período crítico de seca e na fase de recuperação de 2025 evidencia a robustez do modelo de gestão adotado, permitindo assegurar, sem falhas desde 2005, o abastecimento público de água na área da Concessão do SMAASA, mesmo em contexto de elevada pressão por escassez hídrica.

O volume total de água faturada aos utilizadores do Sistema de Abastecimento de Água em Alta, em 2025, foi de 71.460.115 m<sup>3</sup>, representando um caudal médio diário de 195 781 m<sup>3</sup>, sendo superior em 4 % em relação ao caudal médio diário de 2024.

O Gráfico 8 apresenta a evolução global dos volumes de água faturada aos Utilizadores Municipais no ano de 2025 face ao ano 2024.

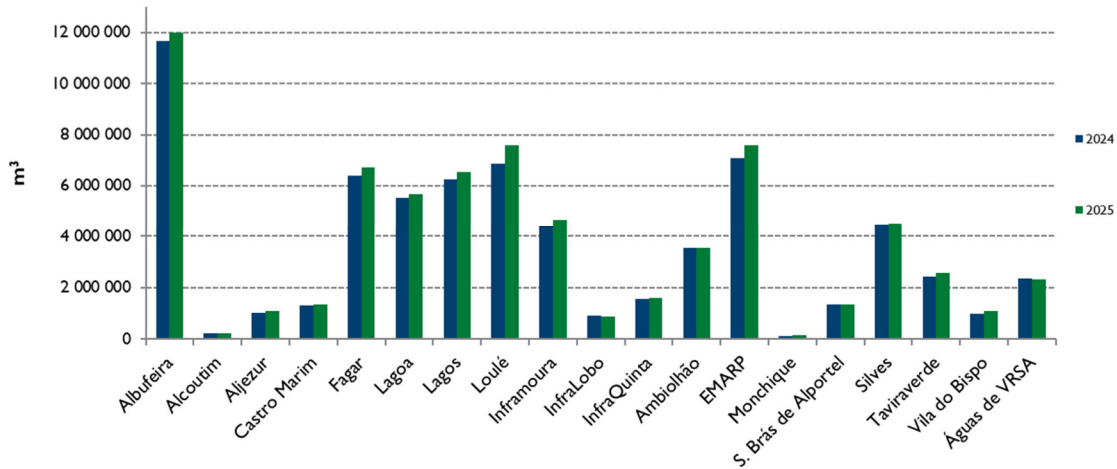


Gráfico 7 - Evolução anual do volume de água fornecida aos Utilizadores Municipais nos anos de 2025 e 2024 (m3)

Mantém-se a forte sazonalidade no Sistema de Abastecimento de Água em Alta, com um fator de ponta em 2025, de 1,45 registado nos meses de julho e agosto.

O Gráfico 9 apresenta a distribuição dos volumes de água faturados por Utilizador Municipal verificados no ano 2025.

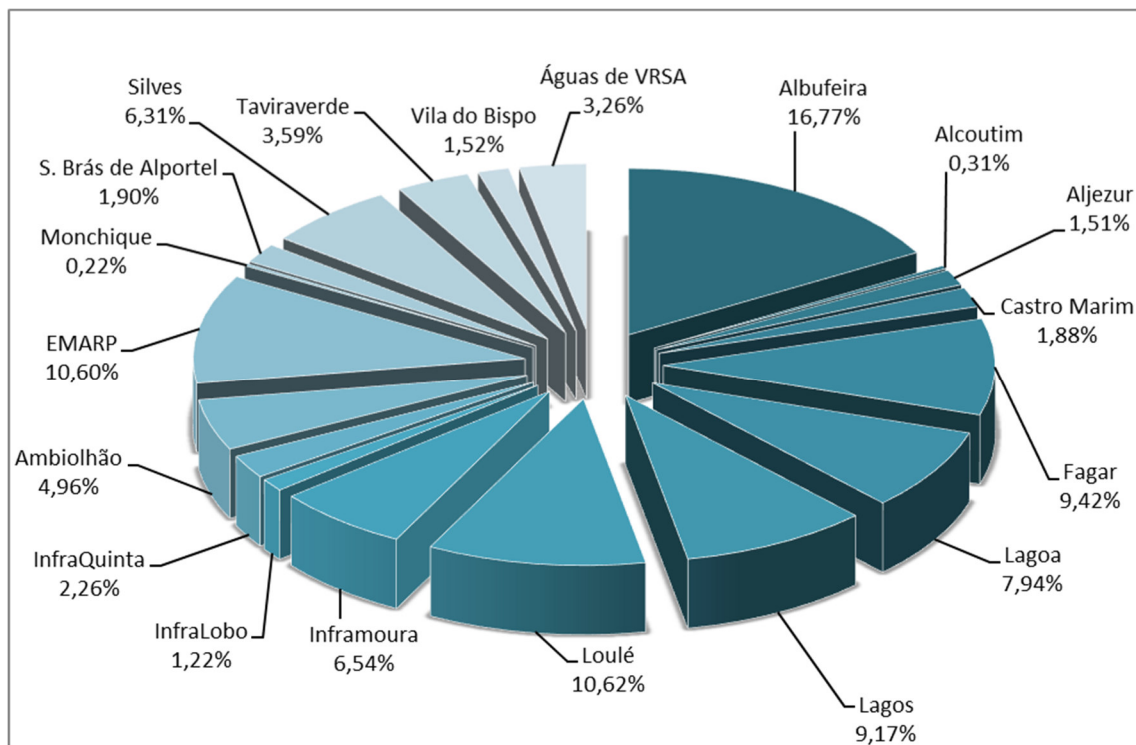


Gráfico 8 - Distribuição dos volumes de água faturados por Utilizador Municipal verificados no ano 2025

O Município com maior percentagem de água faturada foi o de Loulé, incluindo as Empresas concessionárias em baixa InfraQuinta, InfraLobo e InfraMoura, representando 20,64% da água faturada no Sistema de Abastecimento de Água em Alta.

O Utilizador Municipal com maior volume faturado foi Albufeira, representando 16,80% da água faturada no Sistema de Abastecimento de Água em Alta. O Utilizador Municipal com menor volume de água faturada foi Monchique, representando apenas 0,22% da água fornecida.

O volume de água não faturada no ano 2025 foi de 1 592 696 m<sup>3</sup>, representando 2,18 % do total de água captada para tratamento. Atendendo ao indicador da ERSAR referente à Água Não Faturada, expresso pela «Porcentagem de água entrada no sistema que não é faturada», nos anos 2024 e 2025 obteve-se resultados de 1,8% e 2,18%, respetivamente, o que é considerado como Qualidade de Serviço Boa (Guia técnico 27, de 30/01/2026 - 4.ª geração do sistema de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores), como pode ser verificado no gráfico 10.

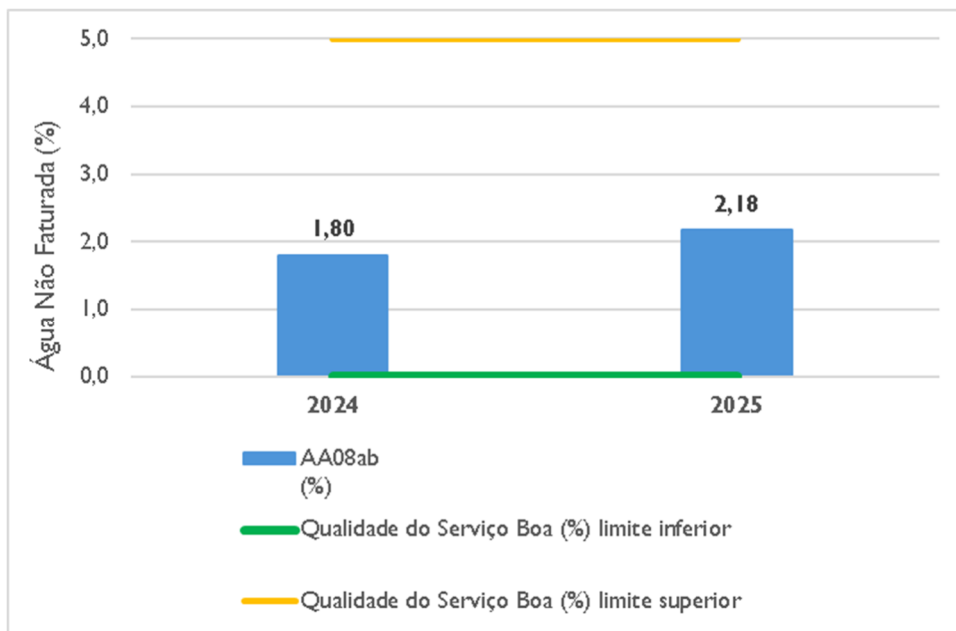
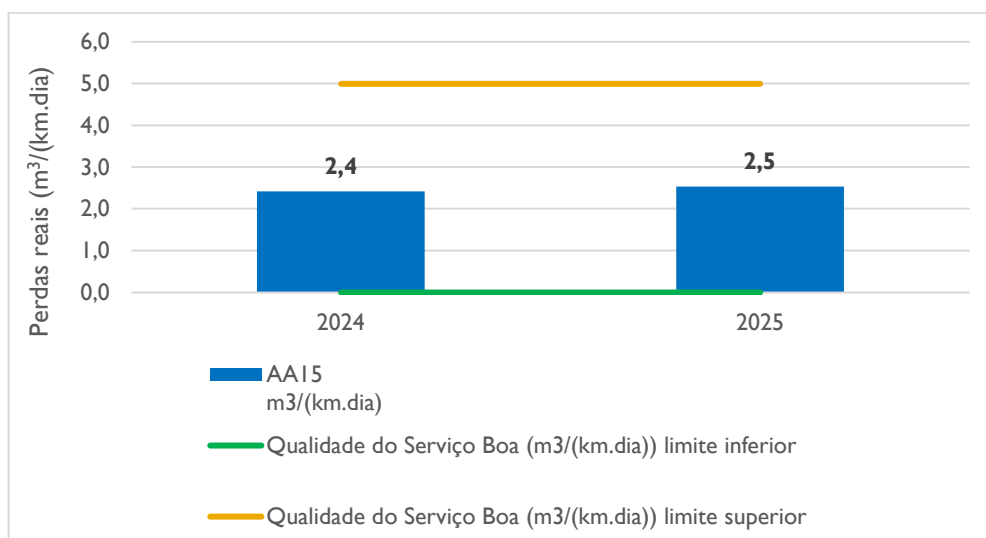


Gráfico 9 - Evolução do indicador Água Não faturada (%) nos anos 2024 e 2025

No que respeita ao indicador da ERSAR referente às Perdas Reais de água, expresso pelo «volume de perdas reais por unidade de comprimento de conduta», nos anos 2024 e 2025 obteve-se resultados de 2,4 e 2,5 m<sup>3</sup>/km.dia respetivamente, o que é considerado como Qualidade de Serviço Boa (Guia técnico 27, de 30/01/2026 - 4.ª geração do sistema de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores), como pode ser verificado no gráfico 11.



*Gráfico 10 - Evolução do indicador Água Perdas Reais (m<sup>3</sup>/(km.dia)) nos anos 2024 e 2025*

No ano 2025 ocorreu a 28 de abril um Apagão Ibérico que causou falha no abastecimento de água por falta de reserva nos reservatórios dos Municípios de Tavira (Malhão/Fonte do Bispo), São Brás de Alportel (Farrobo), Olhão (Quelfes), Loulé (Vale Formoso, Boliqueime, com Fonte da Pipa muito baixo), InfraMoura (RIV), Silves (Medeiros), Lagos (Bensafrim/Colinas Verdes), inferior a 12 horas em época média.

Na sequência da alteração da disponibilidade hídrica no ano 2025, procedeu-se a 30 de abril, ao encerramento do Cenário I do Plano de Contingência do Sistema de Abastecimento de Água em Alta (SAAA) do Algarve, que decorria desde abril de 2022.

Em abril de 2025 foi encerrado o processo relativo à certificação do produto “Água para Consumo Humano” da Águas do Algarve, S.A., junto da entidade certificadora APCER, conforme a Recomendação da entidade competente – ERSAR (Recomendação n.º 02/2011).

Através da Interligação Reversível, foram transferidos 4 256 847 m<sup>3</sup> no sentido Nascente – Poente, representando um decréscimo de volume total transferido de 11% face ao ano anterior.

O volume total de água tratada no ano de 2025 foi de 71 224 251 m<sup>3</sup> e representou um acréscimo de 4% face ao ano anterior.

#### **Qualidade da água fornecida para consumo humano**

A qualidade da água tratada e fornecida aos utilizadores servidos pelo SMAAA, em alta, durante o ano de 2025, pode considerar-se excelente, com uma conformidade que se estima em cerca de 99.91%, no indicador “Água segura”. Este valor, a publicar posteriormente pela ERSAR (no RASARP 2026), tem por base as 8235 análises efetuadas no âmbito do PCQA de 2025, às quais correspondem 6509 análises a parâmetros com VP e 6 incumprimentos de VP, de acordo com os limites da qualidade da água para consumo definidos no Decreto-Lei n.º 69/2023.

#### **Produção e destino final de lamas do tratamento de água**

Nas Estações de Tratamento de Água (ETA) do Sistema de Abastecimento de Água em Alta em 2025 foram produzidas 5 523 toneladas de lamas desidratadas e enviadas 3 965 toneladas de lamas para valorização no Complexo Industrial da Cimpor, em Loulé, representando, em relação ao ano anterior, um acréscimo de 13% na produção de lamas e um decréscimo de 26% nas lamas encaminhadas para valorização, como pode ser verificado no gráfico 12.

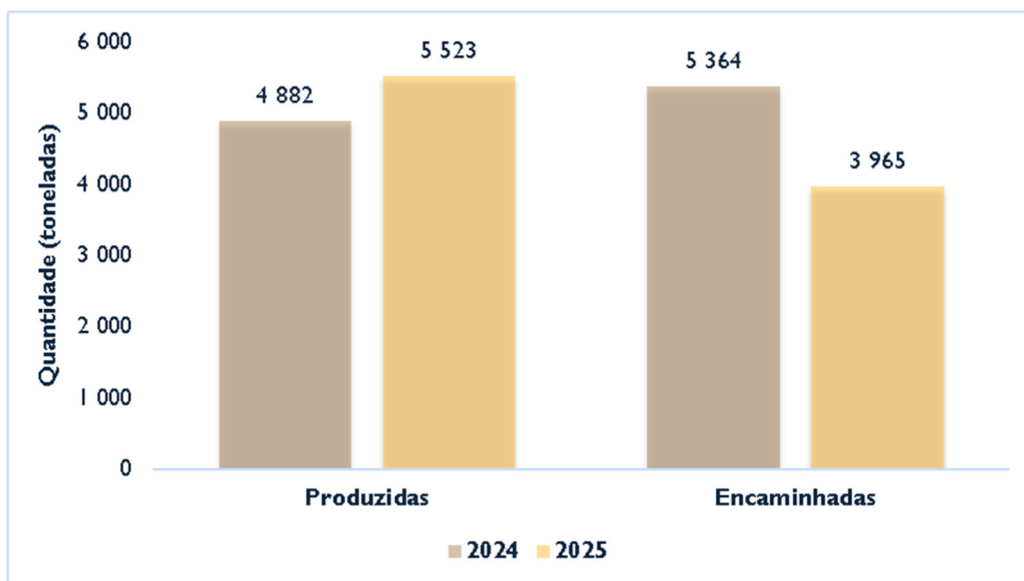


Gráfico 11 - Evolução da quantidade de lamas de clarificação da água produzidas e encaminhadas a destino final nos anos 2024 e 2025

### 3.3. Saneamento em Alta

#### Sistema multimunicipal de saneamento do Algarve

##### Principais características das instalações

Em 2025, foram exploradas 79 ETAR's, da ETAR do Autódromo Internacional do Algarve, em agosto de 2025. Mantiveram-se as 194 EE e 499 km de intercetores.

## Infraestruturas (2021-2025)

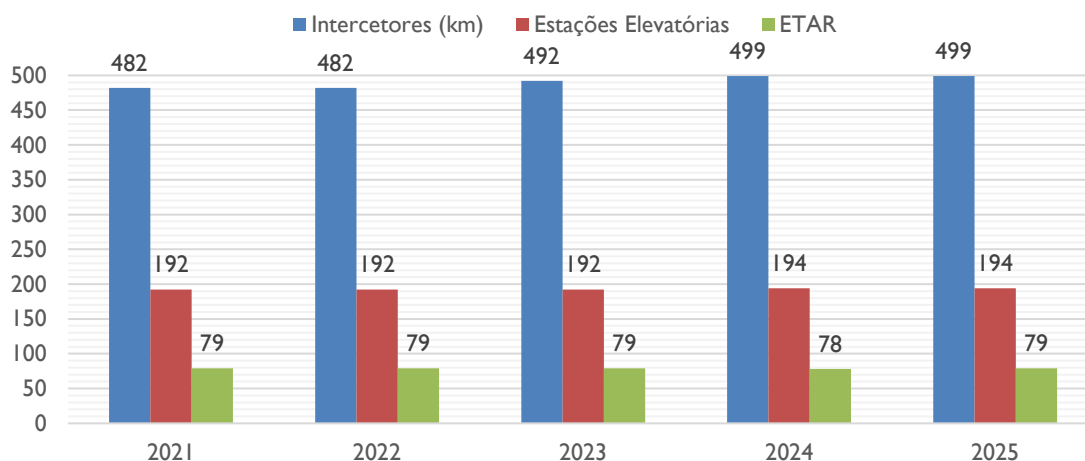


Gráfico 12 - Infraestruturas (2021-2025)

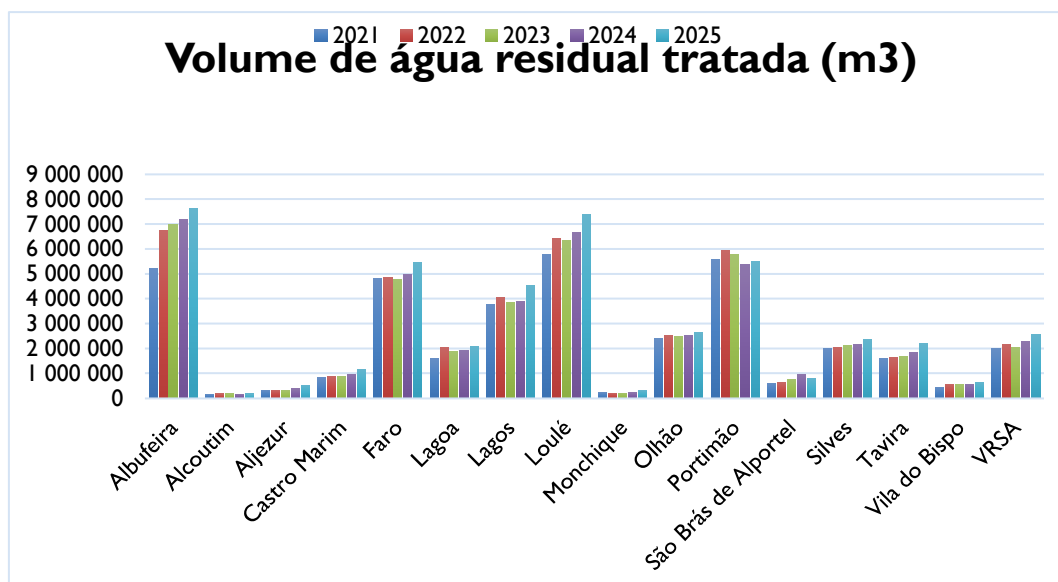
Foram ainda exploradas infraestruturas no âmbito da reutilização de águas residuais tratadas, nos subsistemas de tratamento das ETAR de Albufeira Poente, Boavista, Faro/Olhão, Quinta do Lago e de Vila Real de Santo António. A reutilização de água tratada teve a seguinte distribuição, num volume total de cerca de 11 % do total de água residual tratada:

- Utilização interna, e.g., lavagens, preparação de reagentes, rega, 817 500 m<sup>3</sup>

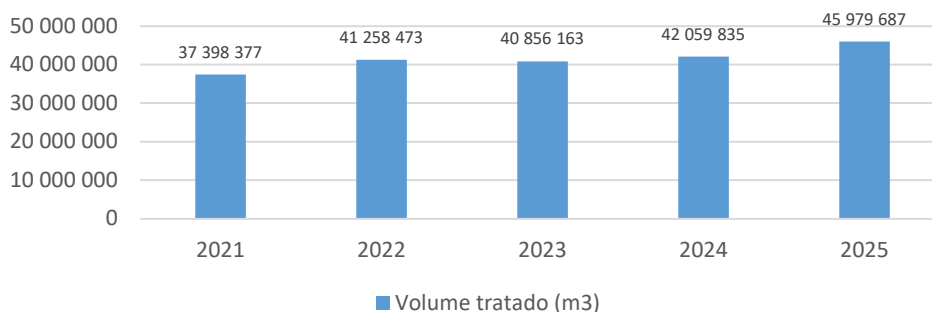
- ApR para suporte de ecossistemas, 2 981 271 m<sup>3</sup>
- ApR rega de campos de golfe, de jardins, usos urbanos e de parques temáticos, 1 315 752 m<sup>3</sup>

### *Volume de água residual tratada*

Em 2025, o volume de água residual tratada foi de 45 979 687 m<sup>3</sup>, o que representa um aumento de 9 % face ao ano anterior. Na figura seguinte estão representados os volumes anuais (m<sup>3</sup>), de 2021 a 2025.



### *Volume tratado 2021-2025 (m<sup>3</sup>)*



*Gráfico 13 - Volume Tratado 2020-2025 (m<sup>3</sup>)*

A distribuição de 2021 a 2025, por Município, é a que se apresenta de seguida:

*Gráfico 14 - Volume de água residual tratada (m<sup>3</sup>)*

Apresenta-se, na figura seguinte, a proporção de cada Município no volume de água residual tratada em 2025 (%).

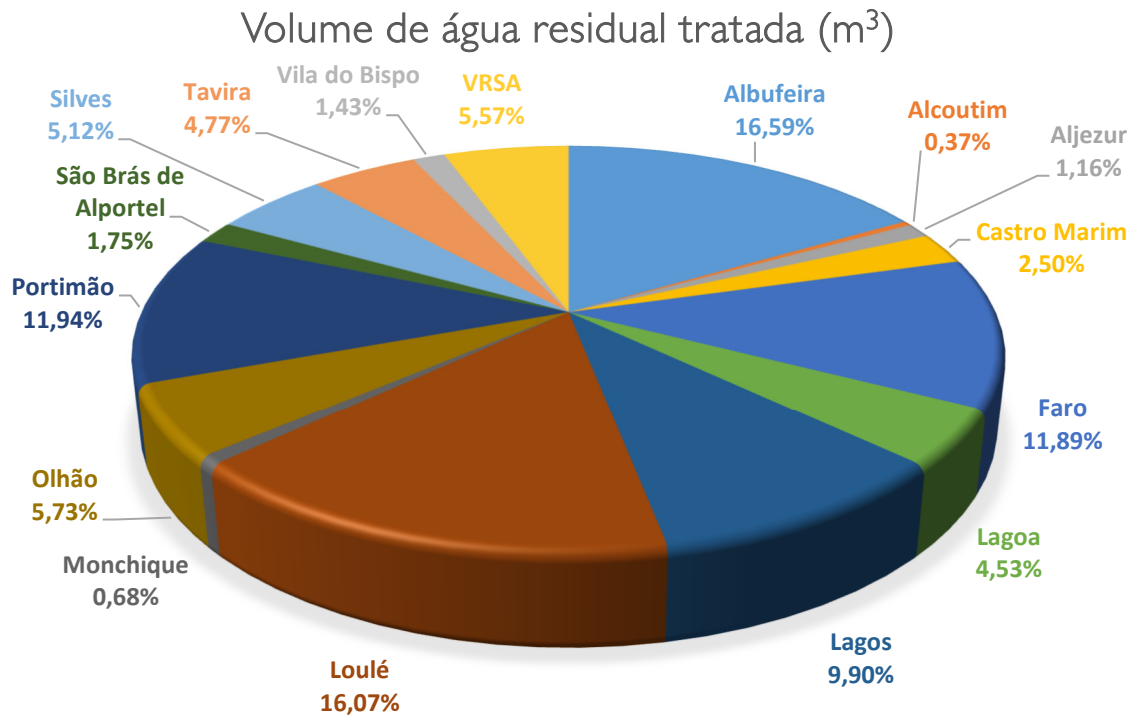


Gráfico 15 - Volume de água residual tratada (%)

Dados de exploração

*Volume de água residual tratada com desinfecção*

No que respeita à desinfecção para garantia da qualidade microbiológica, 96% do volume de efluente foi tratado em ETARs com sistema de desinfecção por radiação Ultra Violeta, sistema de cloragem associado e/ou em lagoas de maturação.

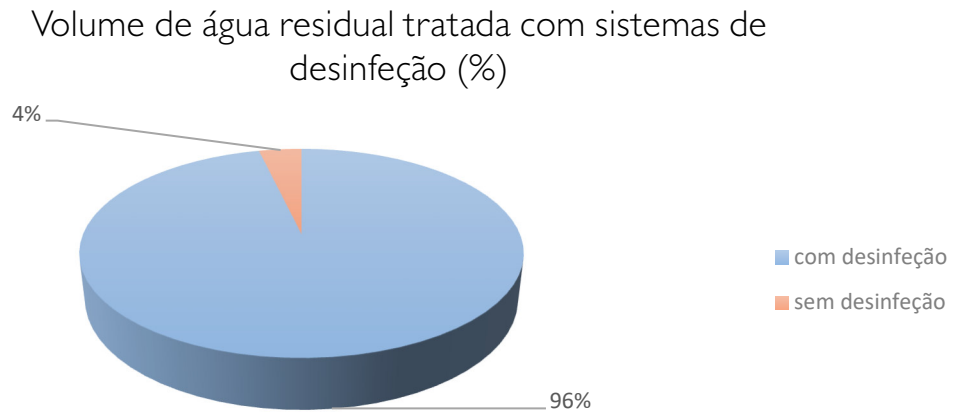
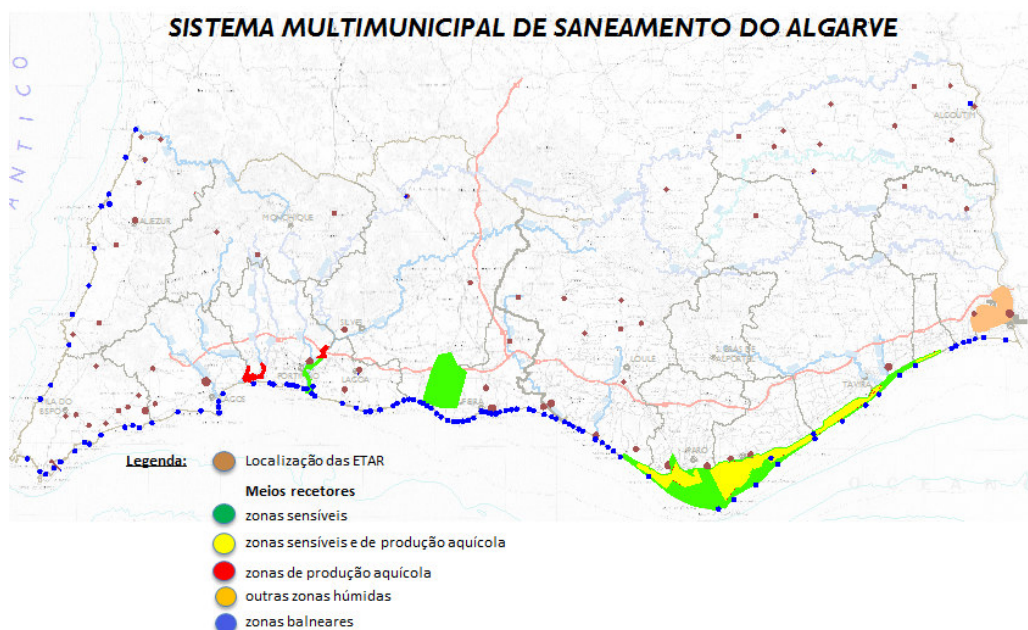


Gráfico 16 - Percentagem de volume de água residual tratada com desinfecção microbiológica

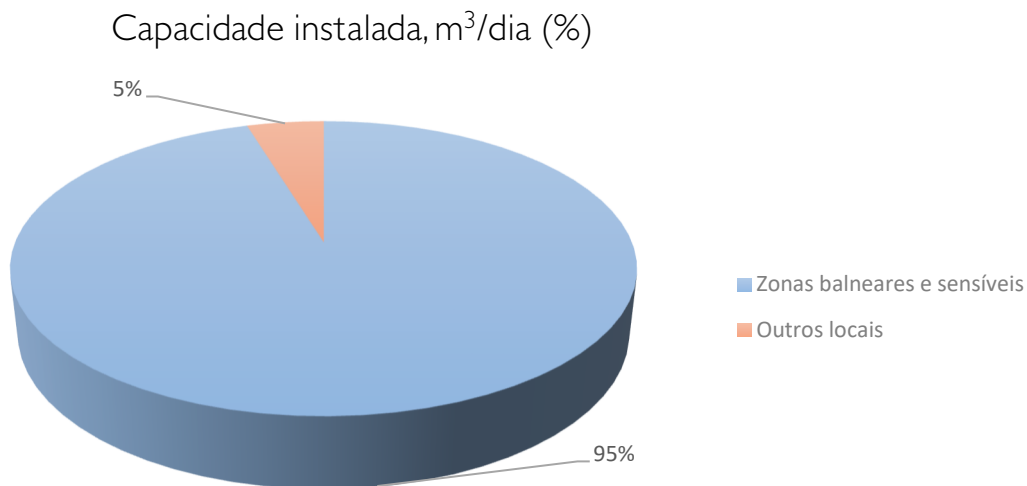
*Localização das ETAR e dos meios recetores*

A localização das ETAR e dos meios recetores mais vulneráveis em zonas sensíveis, zonas húmidas, zonas de produção aquícola e zonas balneares, são apresentadas na figura seguinte.



*Figura 5 - ETARs e Meios Recetores*

No que se refere à capacidade de tratamento instalada no SSAR, 96% dessa capacidade localiza-se junto a zonas sensíveis, balneares ou com produção aquícola.



*Gráfico 17 - Capacidade instalada m<sup>3</sup>/dia em percentagem*

### Cumprimento dos parâmetros de descarga

Em 2025 efetuaram-se 11 711 determinações para controlo dos efluentes nas ETAR e nos respetivos meios recetores, no âmbito do estipulado nas licenças de descarga.

O cumprimento dos parâmetros de descarga é apresentado na figura seguinte (2014-2025).

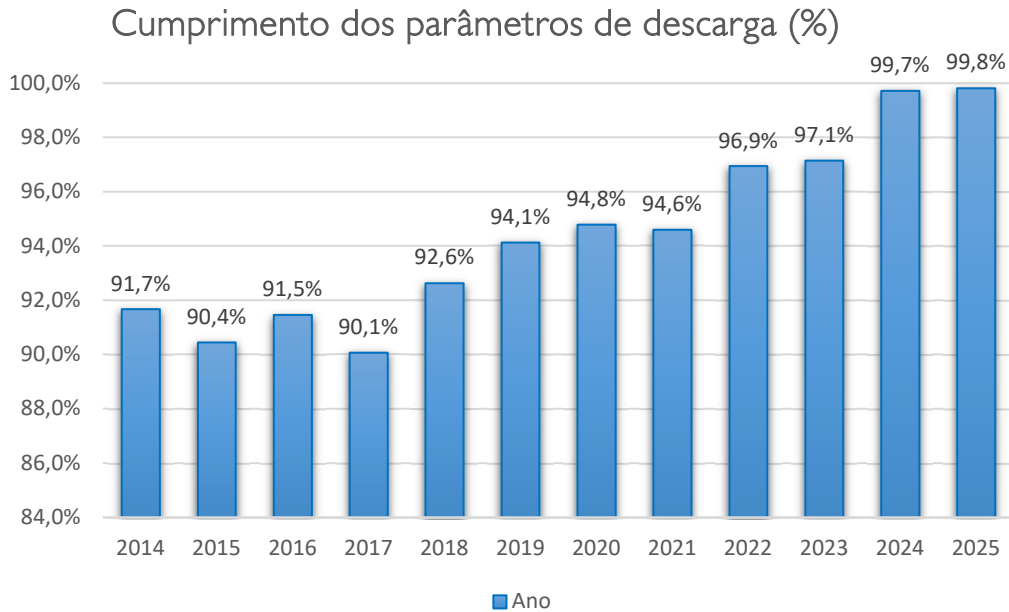


Gráfico 18 - Cumprimento dos parâmetros de descarga (%)

Verifica-se um ligeiro aumento do desempenho do indicador em 2025, comparativamente com 2024, próximo dos 100%.

### Sistemas de desodorização no SMSA

Nas figuras seguintes apresentam-se as ETAR (em função da capacidade instalada em habitante-equivalente) e EE com sistemas de desodorização.

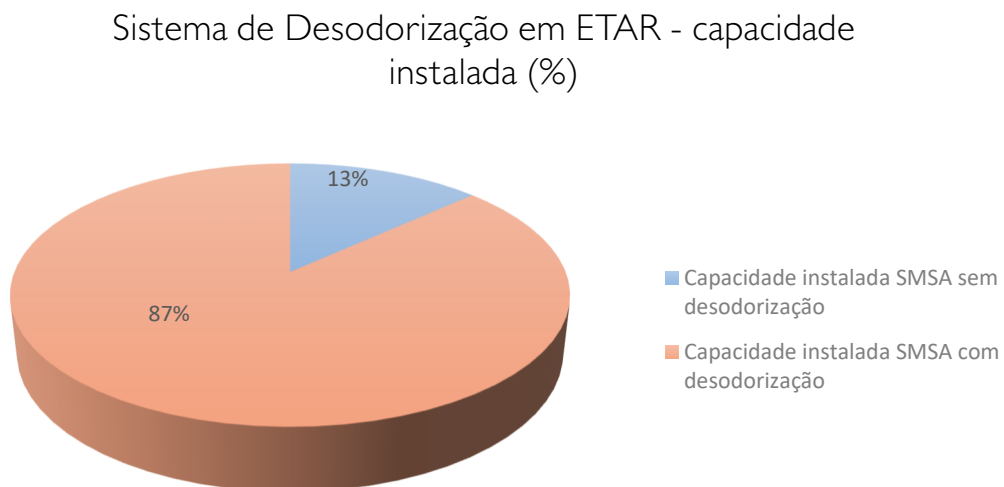


Gráfico 19 - Capacidade instalada de desodorização em ETAR (%)

Verifica-se que, no que respeita à capacidade instalada em habitantes-equivalente, 87 % das ETAR têm sistemas de desodorização.

### Sistema de Desodorização em EE (%)

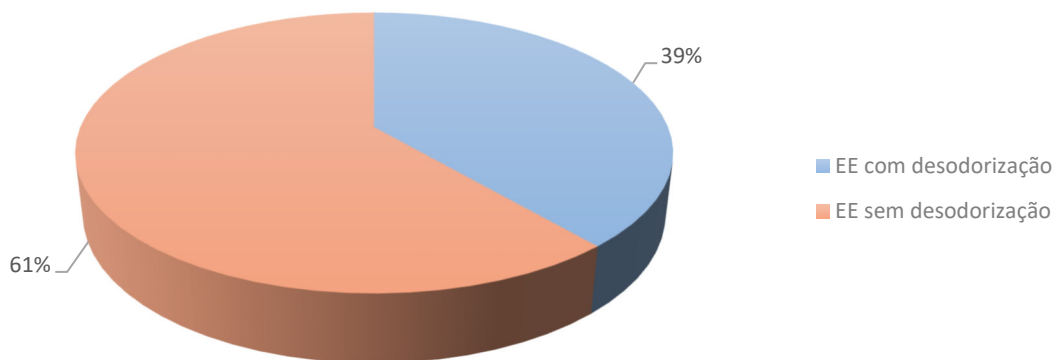


Gráfico 20 - Sistema de desodorização em EE (%)

Relativamente às Estações Elevatórias, 75 têm sistemas de desodorização (39 % do total).

#### *Lamas*

Em 2025, à semelhança de anos anteriores, a totalidade das lamas foi enviada para valorização (R12 e R13) em instalações de operador licenciado, tendo sido produzidas 57 343 toneladas de lamas, o que representa um aumento de 11,3 %, quando comparado com o valor de 2023 (50 899 toneladas).

#### *Produção de biogás*

A ETAR de Lagos é a única instalação com produção e aproveitamento energético do biogás, tendo produzido 431 765 m<sup>3</sup> de biogás e 200 530 kW de energia.

### 3.4. Outros negócios

A Empresa obtém rendimentos complementares resultantes da venda de energia da produção por painéis solares, da prestação de serviços de análises do laboratório, da venda de Lixiviados, limpa-fossas e da renda de cabodutos e da venda de água para reutilização (ApR) da ETAR de Vila Real de Santo António, ETAR da Boavista e ETAR Faro-Olhão.

## 4. Sustentabilidade

### 4.1. Gestão do Risco

A Águas do Algarve, S.A. e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da prevenção da corrupção e infrações conexas, bem como à transparência da informação e à fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a Águas do Algarve, S.A. se inclui, e por forma a possibilitar o cumprimento das obrigações legais decorrentes do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do Controlo Interno (CI) existente nas empresas, **em 2025, e concluída a Fase 2, procedeu-se à consolidação do funcionamento do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo**, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

A escolha deste modelo assenta na sua flexibilidade, adaptabilidade à estrutura e atividades de negócio das empresas, abrangência e fiabilidade na resposta que proporciona aos desafios internos ou externos existentes. Este modelo possibilita uma correlação direta entre os **objetivos que a organização define**, ao nível das **categorias** (Operação, Reporte e Conformidade), e as **componentes do CI** (Ambiente de Controlo, Avaliação de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), representativas da estrutura funcional da empresa e essenciais para a sua concretização.



- **AMBIENTE DE CONTROLO**

Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. Contempla um conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização e define o espírito da organização, influenciando a consciência que os trabalhadores têm para o risco. **É a base de todas as restantes componentes do SCI.**

- **AVALIAÇÃO DE RISCO**

Visa identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela empresa, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

**Devem ser definidos objetivos**, de forma consistente e por categorias, aos diferentes níveis da organização - operações, reporte e conformidade - **com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.**

- **ATIVIDADES DE CONTROLO**

Correspondem às atividades recorrentes desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos nos processos de negócio da empresa. As atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração, para mitigar os riscos na concretização dos objetivos, são realizadas.

As atividades de controlo **são realizadas a todos os níveis da organização**, em várias etapas dos processos de negócio e no ambiente tecnológico. Podem ser de **natureza preventiva ou detetiva** e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. **Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.**

- **INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Componente **instituída para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes**, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que **permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e do controlo da atividade e dos riscos da empresa.**

A **informação** é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade, proveniente de fontes internas e/ou externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A **comunicação** é um processo contínuo que permite compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para atingir os objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente.

A **comunicação interna** é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Permite assegurar que os trabalhadores recebem uma mensagem clara por parte da gestão sobre a relevância do controlo interno e a forma responsável, como as atividades de controlo devem ser assumidas.

A **comunicação externa** tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

- **MONITORIZAÇÃO DE ATIVIDADES**

A **Monitorização** é executada com vista a **assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo**, garantindo, nomeadamente, a **identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.**

São utilizadas avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, variam em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração, e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são igualmente comunicadas ao Conselho de Administração.

Em 2025 foi concluída a Fase 2 do Projeto de Implementação do SCl, com o mapeamento, de parte dos restantes processos de negócio identificados como críticos, o qual compreendeu, entre outras atividades, a elaboração de Matrizes de Riscos e Controlo (MRC), onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação. Presentemente, encontra-se em fase de elaboração de fluxogramas e atualização do Manual de Controlo Interno, com a inclusão dos documentos que se encontram a ser elaborados.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, promover a melhoria dos conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados. Será ainda definido e formalizado o modelo de governo do SCl a utilizar nas empresas do Grupo AdP, por forma a responsabilizar e consciencializar os diferentes interlocutores do processo e dotá-los de meios que possibilitem um acompanhamento permanente dos controlos e do seu funcionamento, tornando o CI uma ferramenta útil para a gestão da empresa.

Foi dada continuidade à avaliação das métricas de avaliação do SCl, a qual possibilita aferir o cumprimento das mesmas nas várias componentes do CI e obter uma visão global sobre a preocupação da empresa com a temática do CI.

A avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados da eficácia no funcionamento dos controlos chave decorrentes das auditorias realizadas, possibilitará a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, proporcionando um nível de segurança razoável quanto à sua eficácia à Administração da Águas do Algarve, S.A..

Tem vindo a ser efetuada a sensibilização ao CI e pretende-se a realização de formação específica sobre a temática, conforme previsto nas métricas do SCl, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, designadamente pelos responsáveis dos processos de negócio

A existência do SCl, conjugada com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirá ao Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A., reforçar o seu enfoque na monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e resultantes da operação diária da empresa.

Com efeito, a existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco e promove o amadurecimento da cultura de risco da organização, permitindo:

- i) estabelecer uma linguagem comum para a definição e conceito dos riscos;
- ii) assegurar o alinhamento entre os objetivos definidos, os riscos e controlos existentes na empresa;
- iii) reduzir o risco de perda de investimentos e ativos; e
- iv) reforçar a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com leis e regulamentação aplicáveis.

A adequabilidade do SCl encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

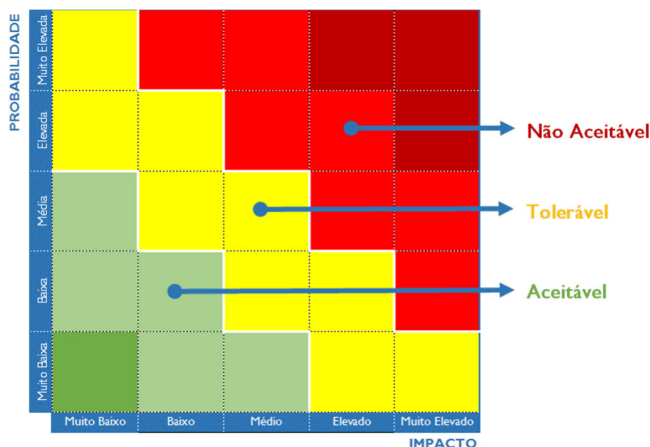
Com vista a assegurar a melhoria contínua, a adaptação às melhores práticas internacionais, uma maior efetividade e continuidade no processo de avaliação e a atualização face à realidade envolvente ao grupo AdP, encontra-se em curso a revisão do Modelo de Gestão do Risco Empresarial vigente. Esta alteração, que já contemplou a atualização da matriz de riscos do Grupo, integra ainda:

- i) a modificação da metodologia de avaliação, que passará a assentar numa análise quantitativa suportada em indicadores, presentemente em fase de identificação e validação quanto à sua aderência; e
- ii) a implementação de um modelo de governo para a gestão do risco, em elaboração no decurso de 2025.

Alinhado com a metodologia COSO, o novo modelo organiza os riscos segundo uma estrutura de classes e categorias, conforme apresentado em baixo:

CLASSES	GOVERNANÇA, RELAÇÃO COM STAKEHOLDERS E CAPITAL HUMANO	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA	QUALIDADE DE SERVIÇO
CATEGORIAS	Relação com Stakeholders	Contexto externo, regulatório e legal	Qualidade
	Modelo de Governo	Ciclo Comercial	Resiliência dos Sistemas
	Capital Humano	Financeiros	Resiliência das Operações
			Eficiência, circularidade e inovação

A avaliação dos riscos é presentemente realizada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, na avaliação interna do nível de risco a que a empresa está sujeita e no acompanhamento das medidas de mitigação definidas.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos são tratados e monitorizados pela Águas do Algarve, S.A., sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. Em alguns riscos, a monitorização e tratamento são complementados por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidades de valor para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à semelhança dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas mesmas.

No âmbito do **projeto de revisão do modelo de Gestão de Risco** anteriormente referido, será dada continuidade ao mesmo através do desenvolvimento das seguintes fases/atividades:

- ✓ A aprovação formal da metodologia de avaliação do risco revista no grupo AdP
- ✓ A aprovação formal do modelo de governo associado à Gestão de Risco
- ✓ A aprovação formal do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- ✓ A conclusão da identificação dos *Key Risk Indicators (KRI)* a utilizar na avaliação futura dos riscos, bem como a realização dos respetivos testes de cálculo, de modo a tornar a avaliação contínua e mais objetiva
- ✓ A transposição do trabalho realizado na empresa piloto para as restantes empresas do Grupo AdP.
- ✓ A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno

Em 2025 foi realizado novo exercício de avaliação do Risco, conforme previsto no modelo de gestão de risco em vigor, e definidos pela empresa os PTR e os PIO entendidos como críticos para a mitigação das avaliações consideradas em patamar Tolerável ou Não Tolerável.

Apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a Águas do Algarve, S.A. se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2025:

- [R.3.4.2 - Autonomia energética] – Risco de inadequada gestão do consumo energético e de inadequada execução do programa de neutralidade energética.
- [R.1.3.1 - Adequação de Recursos Humanos] – Risco de inadequado dimensionamento, alocação e capacitação dos recursos humanos (internos e subcontratados).
- [R.1.3.2 - Atração e retenção de talento] - Risco de inexistência ou falhas nas competências e qualificações necessárias à prossecução da estratégia definida devido à incapacidade de atração, contratação, desenvolvimento e retenção de talento.
- [R.3.1.3 -Águas para Reutilização (ApR)] – Risco de incumprimento dos parâmetros exigíveis de águas para reutilização.
- [R.1.3.3 - Saúde e segurança (safety)] – Risco de consequências para a integridade física, vida ou doença profissional devido a acidentes de trabalho de colaboradores, bem como consequências para a integridade física de subcontratados ou visitantes.

## 4.2. Atividade Operacional

### 4.2.1. Laboratório

A atividade do Laboratório da AdA teve início em dois laboratórios de processo pertencentes às empresas Águas do Barlavento Algarvio SA. e a Águas do Sotavento Algarvio SA., no final da década de 90. Na sequência da fusão destas

duas empresas foi criada, em agosto de 2000, a empresa Águas do Algarve, S.A., surgindo dessa forma o Laboratório da AdA, constituído por duas Unidades Laboratoriais, situadas nas duas principais Estações de Tratamento de Água da empresa: ETA de Tavira e ETA de Alcantarilha.

Até 2012, o Laboratório da AdA centrou a sua atividade na realização de colheita e análise de águas para consumo humano e águas naturais (superficiais e subterrâneas) pertencentes ao SMAAA.

Numa perspetiva de alargamento do âmbito de atuação e de otimização de recursos, a partir de 2012, o Laboratório da AdA, estendeu a sua atividade, passando desde então a realizar também as colheitas e análises das águas residuais e respetivos meios recetores do SMSA da Águas do Algarve, S.A, bem como a prestação de serviços a Clientes Externos, após a aprovação do Concedente (MAMAOT).

Desde então, a atividade e complexidade do trabalho do Laboratório da AdA tem vindo a crescer de forma sistemática, ao longo dos últimos anos, assegurando-se presentemente a monitorização da qualidade da água no SMAAA e no SMSA, bem como a atividade complementar de venda de análises para clientes externos, como detalhado a seguir.

### **Monitorização e controlo da qualidade da água para consumo humano e respetivas origens do SMAAA**

Na Águas do Algarve, S.A., o controlo da qualidade da água destinada ao consumo humano é efetuado de modo a cumprir não só a legislação nacional aplicável e as especificações do Regulador ERSAR, como também as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS). A monitorização da qualidade da água para consumo humano consiste na implementação de diversos planos de monitorização (de controlo legal e operacional), onde se incluem as diversas etapas de tratamento das 4 ETAs e todos os pontos do sistema de adução em alta, pertencentes ao SMAAA.

A montante do controlo da qualidade efetuado às águas destinadas ao consumo humano, realiza-se também a monitorização das diversas origens de água pertencentes ao SMAAA. A monitorização da qualidade das águas de origem, consiste na implementação, e controlo permanente, de diversos planos de monitorização (operacionais e legais), nomeadamente: os PCOs das origens utilizadas pela AdA; os Contratos de Concessão para utilização dos recursos hídricos; e as Licenças de Captação de águas subterrâneas e superficiais, no âmbito da Diretiva Quadro da Água, onde se inclui a monitorização das albufeiras de Odelouca e Sistema de Odeleite / Beliche (origens superficiais) e dos Sistemas de captação nos furos de Vale da Vila e Benaciate (origens subterrâneas).

No âmbito da Gestão da Situação de Escassez Hídrica no Algarve, e de forma a acompanhar o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a Águas do Algarve, S.A. manteve, em 2025, a monitorização adicional da qualidade da água de origem subterrânea na captação JK8 (Lagos), tendo ainda efetuado, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 109/2024, de 22 de agosto a monitorização das captações LF2, LF6 e LF8 (Lagos), JCS12 (Lagoa) e JK2 (Silves). Ainda no âmbito do PRR, e no que respeita às águas de origem superficial, manteve-se o PCO correspondente à avaliação da qualidade da água no rio Guadiana (localidade do Pomarão), tendo-se igualmente mantido a monitorização da qualidade da água nas albufeiras da Bravura e do Funcho, por terem sido origens do SMAAA em 2025.

Toda a operacionalização necessária para garantir a monitorização da qualidade da água captada, produzida e distribuída, pela empresa Águas do Algarve, S.A., é assegurada pelo Laboratório da AdA, sendo este o responsável pelo planeamento dos diversos planos de monitorização do SMAAA (legais e operacionais), e pela realização das respetivas colheitas e análises.

Para o controlo da qualidade da água de todo o SMAAA, o Laboratório da AdA utilizou, em 2025, uma rede de amostragem com cerca de 350 pontos de colheita, tendo processado um total de cerca de 132.150 análises, nas áreas técnicas da físico-química (FQ), microbiologia (MB) e biologia (BIO), em águas superficiais, subterrâneas e para consumo humano. Das análises realizadas no SMAAA e respetivas origens, apenas 26% foram contratadas a laboratórios externos.

No âmbito do PRR, devido à situação de seca e às características das origens de água, tal como no ano anterior, o ano de 2025 foi caracterizado por um acréscimo significativo de trabalho no Laboratório da AdA. Este acréscimo de

trabalho teve origem não só na complexidade técnica de realização de colheitas e ensaios, como também devido à alteração da qualidade da água das origens (naturais e subterrâneas), face ao histórico existente.

As principais alterações no Laboratório da AdA, durante o ano de 2025, deveram-se sobretudo a uma necessidade de adaptação e prontidão das diferentes áreas técnicas (Planeamento/Qualidade, Amostragem, FQ e MB/BIO), devido a: alterações frequentes no planeamento (referente a (re)agendamento de colheitas e análises de pedidos não planeados); realização de colheitas em condições muito particulares (e frequentemente improvisadas); adequação dos métodos de ensaio e respetivo controlo de qualidade analítico (referente a alterações frequentes na matriz analítica, na qualidade das águas a analisar e na variabilidade e composição das amostras), e ainda à necessidade de adequação da capacidade de resposta para resultados urgentes, para apoio imediato às atividades de operação do SMAAA.

### **Monitorização e controlo da qualidade de águas residuais e respetivos meios recetores do SMSA**

O controlo da qualidade das águas residuais do SMSA é efetuado de forma a garantir o cumprimento dos valores exigidos nas Licenças de Utilização dos Recursos Hídricos – Rejeição de Águas Residuais, de todas as Estações de Tratamento de Água Residual (ETAR) da empresa Águas do Algarve, S.A., e respetivos meios recetores.

A monitorização da qualidade das águas residuais incide sobre o controlo legal e operacional das ETAR que constituem o SMSA. Em 2025, o Laboratório da AdA foi responsável pelas colheitas e análises de âmbito legal de todas as ETAR, das 4 zonas do SMSA, e também pelos planos de controlo operacional da ETAR de Faro-Olhão, em exploração direta pela AdA.

Para monitorização da qualidade das águas residuais, e meios recetores, o Laboratório da AdA utilizou uma rede de amostragem de cerca de 330 pontos de colheita, situados em ETAR (91%), e meios hídricos recetores (cerca de 9%), do SMSA.

O controlo da qualidade da água do SMSA, ao longo de 2025, implicou a realização de cerca de 24.250 análises, nas áreas técnicas de físico-química (FQ), microbiologia (MB) e biologia (BIO), das quais cerca de 9% foram contratadas a laboratórios externos.

### **Controlo da qualidade das águas para reutilização (ApR) do SMSA**

O controlo da qualidade das Águas para Reutilização (ApR) é efetuado de forma a garantir o cumprimento dos valores exigidos nas Licenças de Produção de Água para Reutilização, de algumas Estações de Tratamento de Água Residual (ETAR) da AdA.

A monitorização da qualidade das ApR incidiu sobre o controlo legal previsto nas Licenças de Produção de Água para Reutilização realizado em 5 ETARs (Boavista, Vila do Bispo, Faro Olhão, Quinta do Lago e Vila Real de Santo António), utilizando uma rede de amostragem de 12 pontos de colheita.

### **Atividade complementar – venda de análises para clientes externos**

Na sequência da autorização do Concedente (MAMAOT) e da ERSAR, o Laboratório da AdA encontra-se, desde 2012, habilitado para o exercício da atividade complementar de “*realização de análises laboratoriais para clientes externos*”.

Ao abrigo desta autorização, o Laboratório da AdA tem vindo a prestar, desde 2012, serviços de análises para clientes externos, tendo em 2025 prestado este serviço à Empresa Águas Públicas do Alentejo, S.A (AgdA), do Grupo AdP.

Com esta atividade, houve geração de proveitos, conforme descrito no ponto “34- Saldos e transações com partes relacionadas” do presente Relatório.

### **Qualidade da água – redes internas da AdA**

É também responsabilidade do Laboratório da AdA, a monitorização da qualidade da água consumida internamente nas diversas instalações da AdA (água para consumo humano), através de uma rede de amostragem que incluiu cerca de 100 pontos de colheita, no âmbito da qual se realizaram cerca de 3.500 análises, ao longo do ano de 2025.

### **Métodos implementados no Laboratório da AdA**

Com o objetivo de garantir a monitorização e controlo da qualidade de todos os tipos de água e subprodutos de tratamento, resultantes da atividade da empresa Águas do Algarve, S.A., o Laboratório da AdA tem atualmente implementados cerca de 460 ensaios/determinações analíticas, que executa regularmente para a análise dos diversos tipos de águas e subprodutos de tratamento.

### **Acreditação do Laboratório - norma NP EN ISO/IEC 17025**

De modo a satisfazer as exigências regulamentares e legais, aplicáveis ao setor Águas, o Laboratório da AdA encontra-se acreditado pelo IPAC, pela norma *NP EN ISO/IEC 17025*, desde 2006, para o âmbito descrito no(s) Anexo(s) Técnico(s) L0400-1 e L0400-2.

Presentemente estão acreditados mais de 250 ensaios/determinações analíticas - nas áreas técnicas de Físico-Química, Microbiologia e Biologia, para os produtos águas naturais, águas de consumo, águas residuais, balneares e piscinas - ao qual acresce a acreditação de colheita de amostras para os diversos parâmetros analisados nos diversos tipos de águas, nomeadamente nas águas de consumo e naturais doces (superficiais, subterrâneas e pluviais).

Tal como em anos anteriores, e de forma a garantir uma resposta contínua às exigências de controlo de qualidade da água, o Laboratório da AdA tem vindo a adequar a acreditação de parâmetros às normas e legislação em vigor, bem como aos diversos planos de monitorização de qualidade das águas do SMAAA e SMSA, tendo obtido em 2025, a extensão para 6 novos ensaios/determinações correspondentes a ensaios incluídos nos planos legais em vigor, para águas de consumo humano e águas residuais.

### **Controlo de qualidade externo do Laboratório**

O Laboratório da AdA participa anualmente em ensaios de intercomparação laboratorial (EIL), considerados como a principal ferramenta de controlo de qualidade externo de análises. Este tipo de ensaios permite comparar os desempenhos entre Laboratórios, a nível mundial, e assim garantir, e evidenciar, a qualidade técnica das análises efetuadas no Laboratório da AdA. Para além de dar cumprimento a um dos requisitos da norma de acreditação (ISO 17025), e dos regulamentos do IPAC, os resultados destas participações permitem também validar as metodologias dos ensaios acreditados, bem como os técnicos que as executam, calcular as incertezas das medições e evidenciar a fiabilidade dos resultados. À semelhança dos anos anteriores, o Laboratório da AdA manteve, durante o ano de 2025, um desempenho muito bom nas várias participações em EIL's, nas diferentes áreas técnicas e matrizes analíticas.

### **Colaborações, Protocolos e Projetos**

O Laboratório da AdA integra, desde 2006, a Equipa da ISO 22000 / Plano de Segurança de Água (PSA) da AdA, assumindo a co-coordenação da referida Equipa (ESA).

No que respeita a participações em Comissões Técnica (CT), o Laboratório da AdA manteve a sua colaboração com os vários grupos de trabalho promovidos pela RELACRE – Associação Portuguesa dos Laboratórios Acreditados, com o objetivo de estudar e debater os problemas específicos dos laboratórios, nomeadamente os relacionados com a gestão, a qualidade dos resultados e a elaboração de guias e documentos técnicos de trabalho.

Em 2025, o Laboratório da AdA, manteve a sua participação na *Comissão Técnica CT72 - Qualidade da Água*, coordenada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) na sua qualidade de Organismo de Normalização Setorial (ONS/DGA), em coordenação com o Instituto Português para a Qualidade (IPQ), enquanto Organismo Nacional de Normalização. O trabalho desta Comissão tem como âmbito a normalização da qualidade da água, incluindo a definição

de termos, amostragem de águas, medição e reporte de características da água. A nível internacional a CT72 acompanha os trabalhos do Comité Técnico CEN/TC 230 "Water Analysis" do Comité Europeu de Normalização e do Comité Técnico ISO/TC 147 "Water quality" da Organização Internacional de Normalização.

O Laboratório da AdA integrou também, durante o ano de 2025, a Comissão Técnica coordenada pela ERSAR, no âmbito da revisão da Recomendação ERSAR n.º 02/2011 (*Especificação técnica para a certificação do produto água para consumo humano*), relativa às atualizações decorrentes da entrada em vigor dos novos requisitos legais, em particular no que concerne aos requisitos de monitorização dos novos parâmetros fixados pelo Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto. A nova versão desta recomendação foi aprovada e publicada em março de 2025 (Recomendação n.º 03/2025).

À semelhança do efetuado em anos anteriores, manteve-se ainda, durante o ano de 2025, uma estreita colaboração com instituições de ensino, nomeadamente Universidades e Escolas, através da qual se realizaram estágios curriculares de Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP), de Licenciatura e Mestrado, e planeados estágios para 2026.

O Laboratório participou ainda em projetos de I&D da AdA identificados no ponto 4.4 deste Relatório.

## **Instalações Laboratoriais**

Tendo as unidades laboratoriais de Alcantarilha e Tavira sido dimensionadas, no final da década de 90, apenas para o controlo de qualidade da água das duas principais estações de tratamento, e não tendo sido feita nenhuma remodelação significativa desde então, verifica-se uma necessidade urgente, e inadiável, de dotar o Laboratório da AdA de novas instalações, adequadas para garantir a realização das respetivas atividades, em condições de segurança. As novas instalações deverão assegurar, em condições apropriadas, toda a atividade laboratorial relacionada com a concretização dos planos de monitorização (legais e operacionais) do SMAAA e SMSA, essenciais para a avaliação da conformidade de águas naturais, das águas para consumo humano, das águas residuais e das ApR, coincidentes com a atividade da Águas do Algarve, S.A., e alinhadas com os requisitos normativos e com as condições analíticas que permitam continuar a assegurar a qualidade dos resultados em condições de segurança e fiabilidade.

### **4.2.2. Manutenção**

#### **4.2.2.1. Manutenção no Abastecimento de Água**

Na área de negócio – abastecimento de água para consumo humano, no ano de 2025 os Serviços de Manutenção da área água, afeto à Direção de Gestão de Ativos, deram continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, dentro dos objetivos traçados para este serviço, de acordo com a legislação em vigor e com as normas internas da Empresa, de modo a consolidar as certificações em qualidade, ambiente, segurança, responsabilidade social e segurança alimentar, no âmbito de construção, exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve.

Os trabalhos de manutenção são executados através de uma Prestação de Serviços Geral de Manutenção (atualmente da empresa BE WATER, S.A., resultante de concurso público).

O atual Contrato de Prestação de Serviços teve início a 14 de agosto de 2024 e terá a duração de 3 anos, no valor total de 8.455.556,40€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Esta Prestação de Serviços com a BE WATER abrange todas as principais áreas dos serviços de manutenção, desde a automação, instrumentação, eletromecânica, serralharia, reparação de roturas, limpezas de órgãos e das instalações industriais, pequenos trabalhos de construção civil e pintura e beneficiações gerais, a nível corretivo, preventivo e de substituição por renovação ou avaria, tanto nas áreas industriais como nas zonas administrativas e de serviços, dispondo de uma equipa permanente de manutenção com 74 técnicos das várias áreas.

No ano de 2025 realizaram-se 16.798 intervenções de manutenção, abrangendo 3 barragens, 19 furos de captação, 4 ETA's, 33 estações elevatórias, 72 pontos de entrega, e 529 km de adutores, com um total de 14.020 equipamentos ativos.

A área de negócio água, a Águas do Algarve, S.A. conseguiu em 2025 um cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva em 92%, mantendo os valores do ano anterior.

De salientar o esforço efetuado no sentido de manter toda a instrumentação analítica (300 equipamentos) em perfeito funcionamento e dentro dos critérios de aceitação estabelecidos, de modo a dar cumprimento aos requisitos da certificação em Segurança Alimentar. Para tal foram realizadas nestes equipamentos 6.410 intervenções Preventivas e 221 intervenções Corretivas, que originaram 22.912 ensaios comparativos com Equipamento Padrão.

Nos gráficos seguintes, apresenta-se a distribuição do número de horas gastas por tipos de trabalho realizados e o número de ordens de trabalho por grau de urgência.

Mão-de-Obra (Horas x Homem – HH's) utilizada, distribuída por "Tipo de Trabalho"

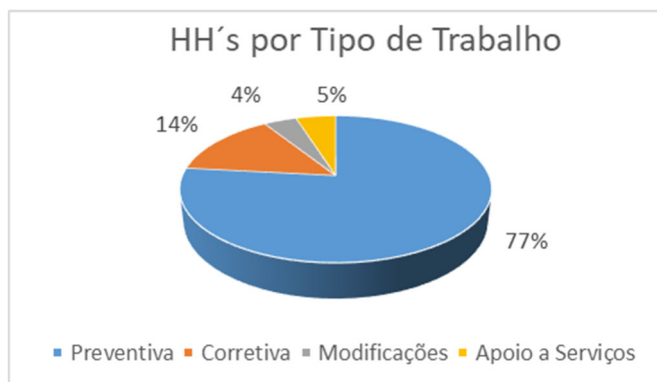


Gráfico 21 - HH's por Tipo de Trabalho (%)

Tipo de Trabalho	HH's
Preventiva	68.737
Corretiva	12.818
Modificações	3.648
Apoio a Serviços	4.410
<b>Total</b>	<b>89.613</b>

Quadro 18 - Tipo de Trabalho (HH's)

N.º de Ordens de Trabalho (OT's), distribuída por "Grau de Urgência"

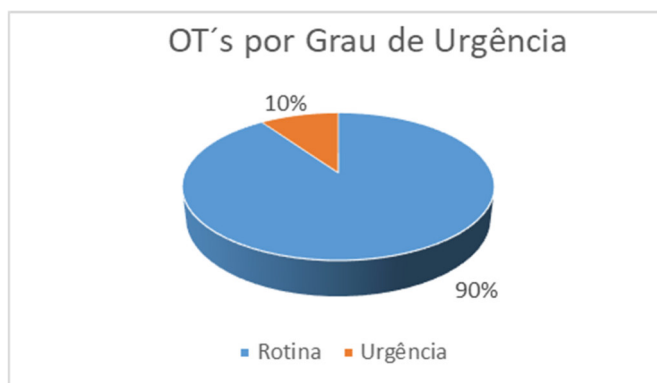


Gráfico 22 - OT's por Grau de Urgência

Urgentes

Grau 1 – execução em 24H

Grau 2 – execução em 48H

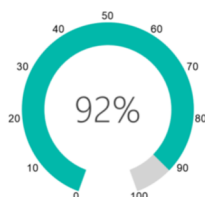
Rotina

#### Restantes Graus de Urgência

	Grau de Urgência	OT's
Rotina		15 161
Urgência		1 637
	<b>Total</b>	<b>16 798</b>

**Quadro 19 - Grau de Urgência (OT's)**

#### Cumprimento do Plano Preventivo



Plano Preventivo	Intervenções
N.º Intervenções Previstas	13 781
N.º Intervenções Realizadas	12 678
	<b>% de Execução</b>
	<b>92%</b>

**Quadro 20 - Plano Preventivo**

Relativamente aos anos anteriores, continuou-se a verificar uma estabilização dos valores percentuais da mão-de-obra utilizada em manutenção preventiva e corretiva, embora, em relação a 2024, se verifique uma diminuição de 3% na mão-de-obra preventiva (77%) e um aumento de 1% na manutenção corretiva (14%), mas também com um aumento de 2% em apoio a serviços.

Embora se verifique esta ligeira descida percentual em mão-de-obra aplicada em manutenção preventiva em relação a 2024, na verdade houve um aumento, até significativo, em valores absolutos (mais 2.637 HH's).

Estas variações percentuais devem-se, em particular, a mais mão-de-obra que teve de ser disponibilizada para apoio a serviços, particularmente na limpeza de depósitos para substituição de reagentes nas ETA's e no transporte e montagem de materiais para eventos e exposições, ocorridas ao longo de todo o ano.

Tivemos também a aplicação de mais alguma mão-de-obra em intervenções corretivas, devido à sua complexidade com o aumento do n.º de roturas em 2025, o que representou um aumento de 1% neste tipo de intervenções, em relação a 2024.

O número de intervenções urgentes (com prazo de reparação imediato ou até 48 horas) teve um ligeiro aumento de 2% em relação a 2024, fixando-se em 2025 nos 10%, mas garantindo sempre os tempos de resposta e a resolução das anomalias de forma atempada, de forma que não ocorressem interferências significativas nos processos.

Relativamente à rede de adução de água em alta, no ano de 2025 ocorreram 9 roturas em condutas, tendo sido reparadas atempadamente, sem que tenham ocorrido faltas de água nos Municípios por interrupção de abastecimento.

Como já referido anteriormente, em 2025, na área de negócio água, conseguiu-se um cumprimento do plano de manutenção preventiva em 92%, mantendo o valor do ano anterior e a médias dos últimos anos.

A manutenção, na última década, de indicadores de gestão estabilizados, reflete a estabilidade e robustez dos processos implementados na gestão de manutenção e na aposta na atempada renovação.

Atendendo à idade das infraestruturas, na maioria com mais de 25 anos, é espectável que comecem a surgir necessidades de substituição de equipamentos, quer por avaria quer por perda de rendimento, com muitos equipamentos a entrarem claramente em fim de vida.

Estando atentos a esta situação, os serviços de manutenção em conjunto com os outros serviços integrados na Direção de Gestão de Ativos, têm vindo a identificar essas necessidades e a implementar a atempada substituição de equipamentos em fim de vida, prevendo em orçamento esses investimentos e a sua calendarização.

Desde 2024, a Direção de Gestão de Ativos tem contratada uma empreitada para a área de construção civil e estruturas, ganha pela empresa Mtc Alcário, S.A. que, embora gerida diretamente pelo Departamento de Engenharia, trabalha em estreita cooperação com os Serviços de Manutenção, na identificação das necessidades e no acompanhamento de trabalhos.

Entre outros (muitos) trabalhos, destacamos as seguintes intervenções em 2025:

- Em 2025 os Serviços de Manutenção apostaram no reforço da reserva de equipamentos críticos, de forma a garantir rápidas substituições em caso de avarias, tendo substituído os que apresentavam maior fragilidade, maior n.º de avarias e perda de rendimento.
- Foi dado seguimento ao plano de substituição de Medidores de Caudal de Faturação em fim de vida e descontinuados, e à substituição de Instrumentação Analítica, também em fim de vida e descontinuada, por equipamentos mais fiáveis.
- No seguimento do “apagão” ibérico de 28 de abril de 2025, de forma a aumentar a resiliência das instalações e garantir a disponibilidade de energia elétrica em situações de indisponibilidade da rede, além de um estudo que se encontra em curso pela DGA para a instalação de Geradores com a adequada capacidade nas instalações críticas do tratamento e abastecimento de água, a DGA-MA procedeu ao reforço da autonomia das Unidades de Alimentação Ininterruptas (UPS) das instalações da Adução, de forma a garantir as comunicações e as operações mínimas nos casos de falha de alimentação da rede.
- Na ETA de Tavira foi efetuada uma intervenção de fundo no Filtro Prensa B de Desidratação de Lamas, com a abertura e substituição de peças de desgaste no Sistema Hidráulico, que apresentava frequentes falhas.
- Na ETA de Alcantarilha foram instaladas duas novas comportas, que permitem o isolamento das cisternas de água tratada, facilitando as paragens necessárias para operações de desinfeção e manutenção do sistema de tratamento.

Foi igualmente criado um acesso secundário à mesma cisterna, destinado à colocação das bombas de drenagem necessárias ao seu esvaziamento. Esta solução permite a entrada de pessoal no interior do órgão em condições de maior segurança e, em caso de emergência, facilita as operações de resgate. Adicionalmente, procedeu-se à substituição dos degraus existentes, que apresentavam um elevado grau de corrosão, por uma escada em aço inoxidável.

Com a instalação destas duas comportas, foi possível reduzir significativamente a quantidade de água rejeitada durante os trabalhos de desinfeção, diminuir o tempo de esvaziamento das cisternas e melhorar substancialmente as condições de segurança dos trabalhadores.

O investimento associado a esta intervenção foi, aproximadamente, de 25.000,00 €.

- Na Estação Elevatória I do Aproveitamento Hidráulico Odeleite-Beliche foi efetuada a abertura da Bomba de um dos Grupos de 2.800 kW / 2,6 m<sup>3</sup>/s para revisão e recuperação do interior, visto que já apresentava redução de rendimento.

A Bomba foi alvo de recuperação e revestimento interior com produtos adequados, de forma a proteger da corrosão e reduzir o atrito da água na voluta, aumentando o rendimento. Foram ainda substituídos rolamentos e outras peças de desgaste.



*Figura 6 - Desmontagem do Sistema Hidráulico da Prensa B da ETA de Tavira*



*Figura 7 - Instalação de Comportas no interior das Cisternas de Água Tratada na ETA de Alcantarilha*



Figura 8 - Abertura, tratamento e revestimento interior e revisão geral de Bomba de 2.800 kW / 2,6 m<sup>3</sup>/s da E.E. I / A.H.O.B.

#### 4.2.2.2. Manutenção no Saneamento

No âmbito de todas as instalações de saneamento que integram o SSAR, no ano de 2025, apresenta-se nos diagramas seguintes a informação mais relevante, no que se refere à atividade de manutenção:

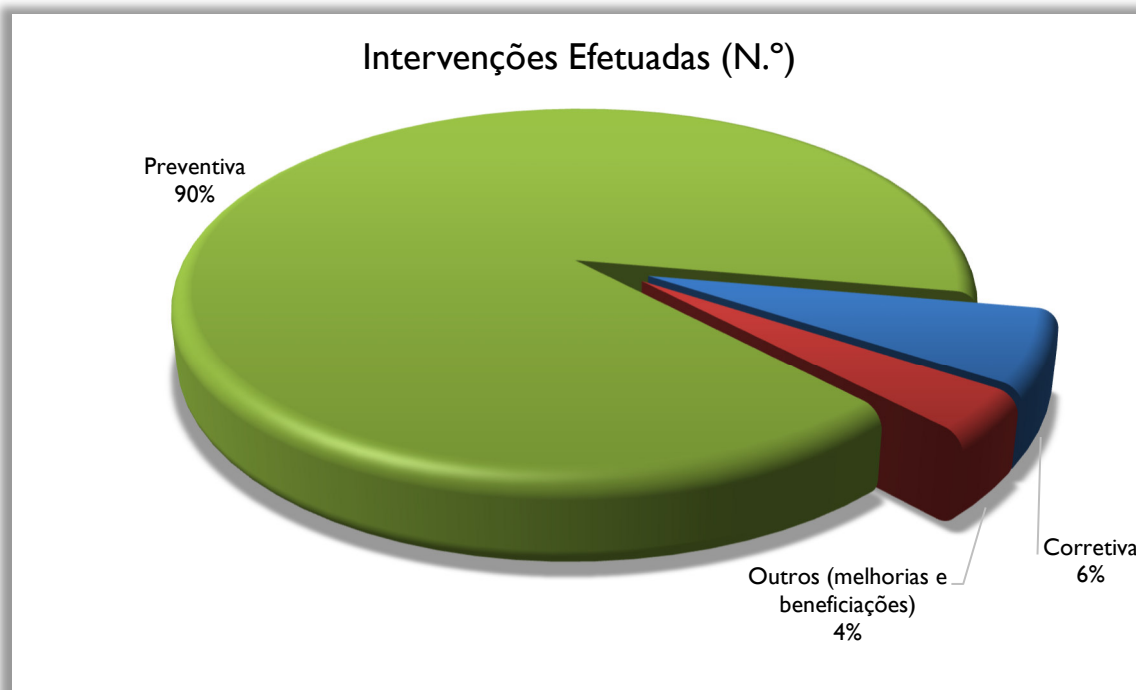


Gráfico 23 - Intervenções Efetuadas (%)

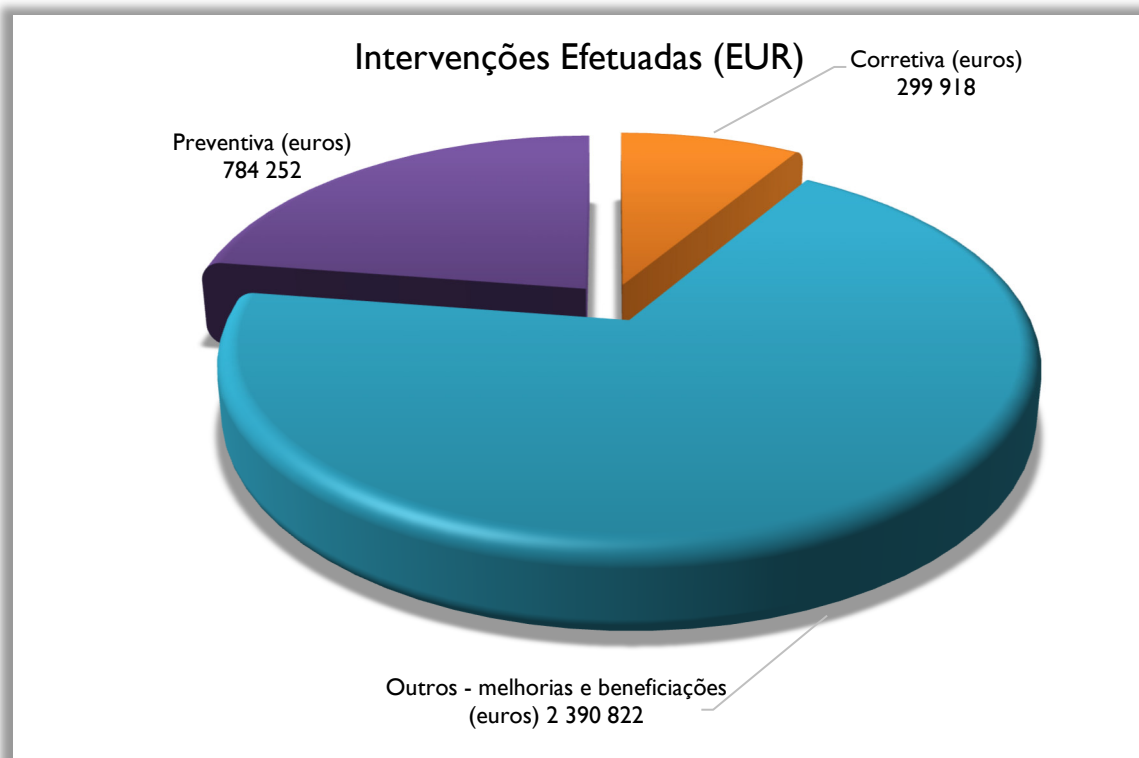


Gráfico 24 - Intervenções Efetuadas (EUR)

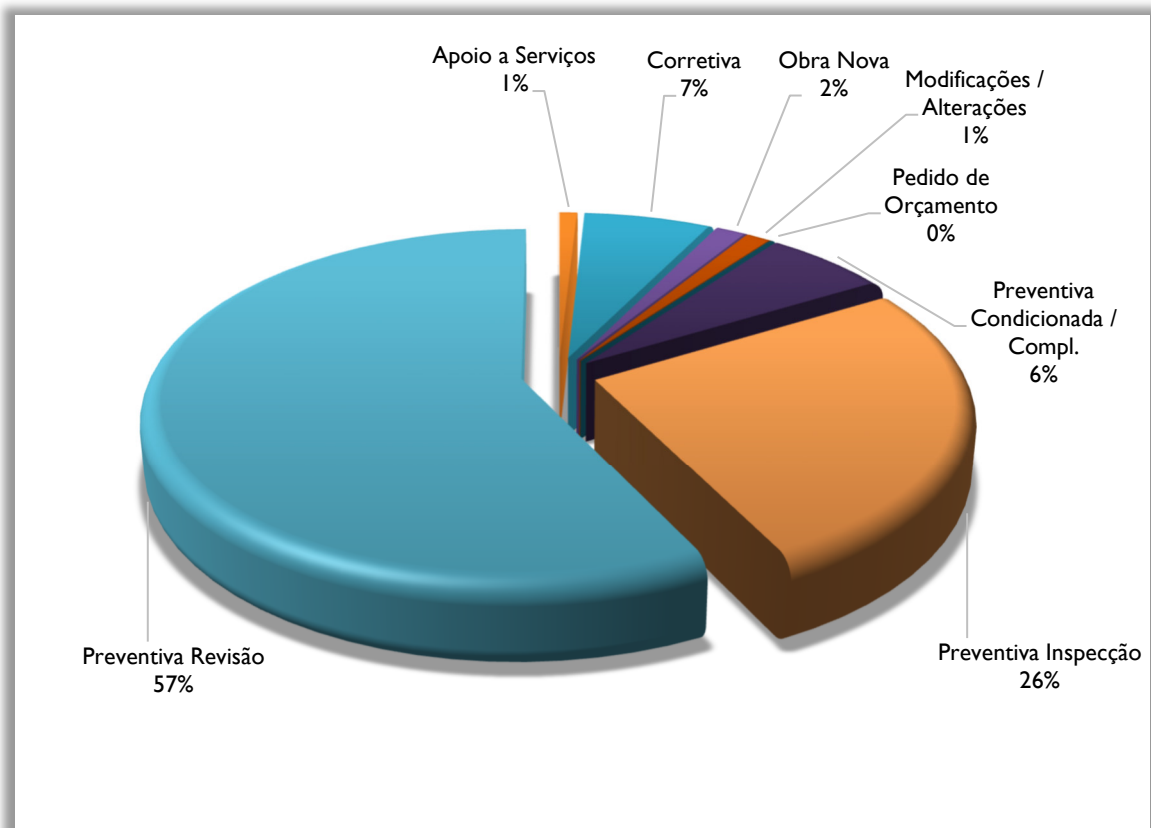


Gráfico 25 - Tipo de Intervenção

Agrupamento por Tipo de Equipamentos instalados nos Subsistemas de Saneamento da AdA:

Tipo de equipamentos	N.º
Ferramentas Eléctricas e Máquinas-Ferramenta	45
Grupos Geradores	165
Redes Água, AR, etc.	489
Grades Mecânicas	496
Equipamentos Elevação de cargas (Pontes Rolantes, Gruas, etc.)	624
Atuação & Comunicações (Supervisão, Telegestão, Automatos, PC, etc.)	1072
Outros, etc.	1353
Segurança (Extintores, Pontos Ancoragem, etc.)	1395
Bombas, Geradores, Grades, etc.	1649
Instrumentação (Analisadores, Medidores Caudal, Nível, etc.)	1706
Equipamentos elevação líquidos ( Bombas Centrífugas, Bombas Doseadoras, Motobombas, etc.)	1988
Eléctricos (Quadros Potência/Comando, Variadores, Postos Transformação, etc.)	3476
Mecânicos Hidráulicos (Válvulas, filtros, etc.)	5452
Estruturas (Órgãos ETAR/EE, Conduitas, Caixas Visita, etc.)	6884

*Quadro 21 - Tipo de equipamentos instalados*

### 4.2.3. Investimento

A componente de investimento tem assumido um papel de elevada relevância na manutenção do nível de serviço prestado à região do Algarve e no cumprimento dos compromissos estabelecidos para o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve.

Por outro lado, face ao decréscimo dos níveis de precipitação registados na região, tornou-se fundamental adotar medidas que visem mitigar a escassez hídrica e reforçar a resiliência aos efeitos das alterações climáticas.

Neste contexto, foi definido um conjunto de medidas no âmbito do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve (PREHA), orientadas para a mitigação da escassez de água e o reforço da resiliência aos períodos de seca, promovendo a manutenção da disponibilidade do recurso e a qualidade do serviço prestado.

Assim, desde 2021, encontra-se previsto, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), um conjunto de investimentos a cargo da Águas do Algarve, S.A., que visam, numa primeira linha, privilegiar a adoção de medidas do lado da procura, através do recurso a origens alternativas, nomeadamente a reutilização de águas residuais tratadas e, numa segunda linha, implementar soluções que permitam fazer face a períodos de seca prolongada, promovendo o aumento da disponibilidade hídrica da região, através da otimização da exploração das infraestruturas existentes — de adução em alta e de armazenamento — e do reforço das origens de água.

Estes investimentos traduzem-se na materialização das seguintes submedidas:

- a) Submedida SM4 – Promover a utilização de Água Residual Tratada (ApR), através da identificação de potenciais utilizadores desta origem de água não potável, sobretudo em atividades económicas ligadas ao turismo e agricultura e espaços públicos. Para as áreas com maior potencial será desenvolvida a afinação do tratamento das estações de tratamento de águas residuais para um nível de qualidade compatível e serão construídas infraestruturas de elevação, armazenamento e distribuição de modo a permitir a substituição de outras origens de água potável ou o uso de captações próprias, no cumprimento do regime jurídico que regulamenta a produção de ApR, bem como a sua utilização, por forma a promover a sua correta utilização e a evitar efeitos nocivos para a saúde e para o ambiente, seguindo as orientações da proposta do Regulamento Europeu sobre esta matéria.
- b) SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água, nomeadamente reforçando a ligação entre os sistemas de abastecimento de água do Sotavento/Barlavento Algarvio, reforçando as aflúncias à albufeira de Odeleite e otimizando a exploração da sua capacidade de armazenamento, nomeadamente, permitindo a exploração

de parte do seu volume morto. Prevê-se, designadamente, o reforço das aflúências à albufeira de Odeleite através de uma captação no rio Guadiana;

- c) SM6 – Promover a dessalinização de água do mar, através de uma instalação de dessalinização que complemente as outras medidas de reforço da oferta e que permita modularidade e a possibilidade de incrementos adicionais de disponibilidade de água, para mitigação de riscos futuros. Esta infraestrutura prevê a instalação de um sistema de produção de energia fotovoltaica de modo a assegurar a mitigação das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da produção de água por esta via.

Entretanto, no decorrer do ano de 2025, o governo procedeu à transferência do financiamento dos projetos da Dessalinizadora de Albufeira, da Tomada de Água do Pomarão, no Guadiana, e do Reforço da interligação Barlavento Sotavento - RIBS Chão das Donas, inicialmente previstos no Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), para o Programa Ação Climática e Sustentabilidade (Sustentável 2030), integrado na estratégia Portugal 2030.

É expectativa da Administração que as obras associadas ao PRR obtenham financiamento a 100%, via PRR ou outras fontes de financiamento a fundo perdido, tendo submetido o estudo de viabilidade económica e financeira associado ao processo de revisão do atual contrato de concessão respeitando este mesmo pressuposto.

Saliente-se que no ano de 2025 os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis atingiram o valor de 27,3 milhões de euros, correspondente a uma realização física de 16,90% face ao orçamento inicialmente previsto para o ano, tendo contribuído positivamente o desenvolvimento das empreitadas “Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Vilamoura”, “Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Boavista”, “Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Albufeira Poente”, “Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Quinta do Lago”, “Fases de Reforço de Adução a Loulé - Fase III”, “Reforço da interligação do sistema de abastecimento em alta do Sotavento/Barlavento Algarvio - 1.ª Fase”, “Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve – 3º contrato” e “Conceção-Construção e Exploração do Sistema de Dessalinização na Região do Algarve”.

Por outro lado, durante o ano de 2025 a realização associada ao desenvolvimento de projetos e assessorias relacionados aos investimentos, destacando-se os projetos associados às empreitadas de Conceção-Construção e Exploração do Sistema de Dessalinização na Região do Algarve, Solução da Tomada de Água no Pomarão, Nova Ligação Algoz- ETAR Albufeira Poente, Reabilitação Captações Lagoa e Silves, Reabilitação das Captações Albufeira, Elevação e Adução ApR – Almargem, Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – Faro Noroeste, entre outros, atingiu o valor de 1,5 milhões de euros.

#### Investimento no Sistema de Abastecimento de Água

Durante o ano de 2025, com o objetivo de serem cumpridos os objetivos traçados para o Sistema de Abastecimento de Água, foi realizado um investimento total de cerca de 12,04 milhões de euros, em que contribuiu a execução física das seguintes empreitadas:

- a. Fases de Reforço de Adução a Loulé - Fase III;
- b. Reforço Interligação Sotavento/Barlavento – 1ª Fase;
- c. Reforço Interligação Sotavento/Barlavento – Chão das Donas.



*Figura 9 - Fases de Reforço de Adução a Loulé - Fase III – Instalação de conduta em vala.*



*Figura 10 - Reforço Ligação Sotavento/Barlavento – 1ª Fase – Torre e Estação Elevatória do Cascalho – Trabalhos de betonagem e montagem de armaduras.*

#### Investimento no Sistema de Saneamento de Águas Residuais

No ano de 2025, relativamente ao Sistema de Saneamento, foi executado um investimento de cerca de 4,5 milhões de euros, acrescendo-se 10,32 milhões de euros associados aos investimentos do sistema de ApR, em que contribuiu a execução física das seguintes empreitadas:

- a. Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Boavista (PRR);
- b. Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Vilamoura (PRR);
- c. Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Quinta do Lago (PRR);

- d. Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Albufeira Poente (PRR);
- e. Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Almargem (PRR);
- f. Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve – 3º contrato.



*Figura 11 - Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Albufeira Poente (PRR) – Instalação de equipamentos e trabalhos de movimentação de terras.*



*Figura 12 - Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Almargem (PRR) – Trabalhos de montagem de armaduras e colocação de cofragem.*

No que diz respeito à elaboração de Estudos e Projetos, no ano em análise, deu-se continuidade ao trabalho desenvolvido pelas empresas da especialidade contratadas para o efeito, com especial enfoque nos estudos e projetos contemplados no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no Programa Sustentável 2030, e no Programa Regional Algarve 2030, dando-se como exemplo o desenvolvimento dos projetos referentes a:

- a) Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto do Reforço do Abastecimento de Água ao Algarve – Solução da Tomada de Água no Pomarão;
- b) Aquisição de Serviços relativa ao Processo de Avaliação de Impacte Ambiental, Estudo de Impacte Ambiental, Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução do “Reforço do Abastecimento de Água ao Algarve – “Solução da Tomada de Água no Pomarão”;
- c) Aquisição de Estudos e Consultoria para a Implementação da Dessalinização na Região do Algarve;
- d) Aquisição de Serviços relativa ao Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, Estudo de Impacte Ambiental e todos os trabalhos complementares do projeto da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve;
- e) Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução de Reforço da Interligação Barlavento/Sotavento (RIBS) Chão das Donas;
- f) Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR de Almargem;
- g) Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR de Faro Noroeste;
- h) Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução para a Desativação da ETAR de Lagoa e encaminhamento de efluentes para a ETAR da Boavista;
- i) Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução da Nova Ligação de Algoz à ETAR de Albufeira Poente;
- j) Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução do Sistema Elevatório da Mexilhoeira da Carregação À ETAR da Companheira.

#### Perspetivas de investimento para 2026

O ano de 2026 continuará a ser um ano muito importante para a Águas do Algarve, S.A. estando previsto um total de investimento em empreitadas de cerca de 115,6 milhões de euros.

As obras mais importantes a realizar, em 2026, são:

#### Sistema de Abastecimento de Água

- Implementação da Dessalinização na Região do Algarve;
- Reforço do abastecimento de água ao Algarve - Solução de tomada de água no Pomarão;
- Reforço da interligação do sistema de abastecimento em alta do Barlavento/ Sotavento Algarvio - Chão da Dona e ETA de Fontainhas;
- Reforço da interligação do sistema de abastecimento em alta do Sotavento/Barlavento Algarvio – 1.ª Fase;
- Fases de Reforço de Adução a Loulé – Fase III;
- Ligação de furos municipais ao SMAAA;
- Conceção-construção das “Captações subterrâneas públicas estratégicas para aumento da resiliência do SMAAA (Tavira)”;
- Conceção-construção das “Captações subterrâneas públicas estratégicas para aumento da resiliência do SMAAA (Lagoa, Silves)”;
- Substituição de Variadores de velocidade em grupos eletrobomba da EEI Beliche do AHOB;
- Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Abastecimento de Água do SMAASA – 1º contrato;
- Programa Neutralidade ZERO – Medidas de Eficiência Energética – Reforço da Capacidade de Produção de Ozono na ETA de Tavira;
- Implementações das medidas de combate à Seca 2024-2026;
- Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Origens do SMAASA – 1º contrato;
- Reforço\Melhorias do Sistema de Aviso e Alerta da Barragem de Odelouca (SAABO).

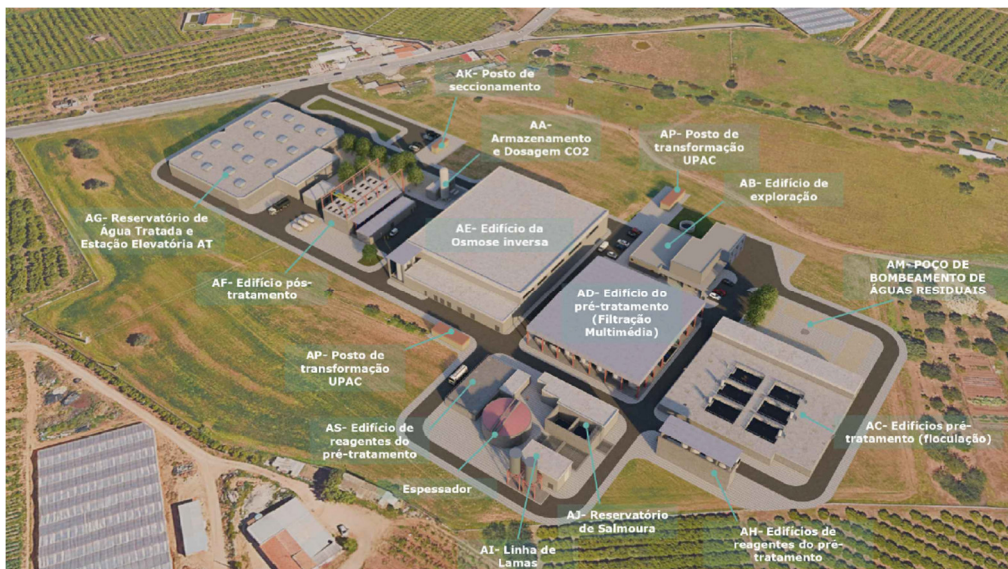


Figura 13 - Conceção-Construção e Exploração do Sistema de Dessalinização na Região do Algarve – Estação de Dessalinização (EDAM) – Anteprojecto.

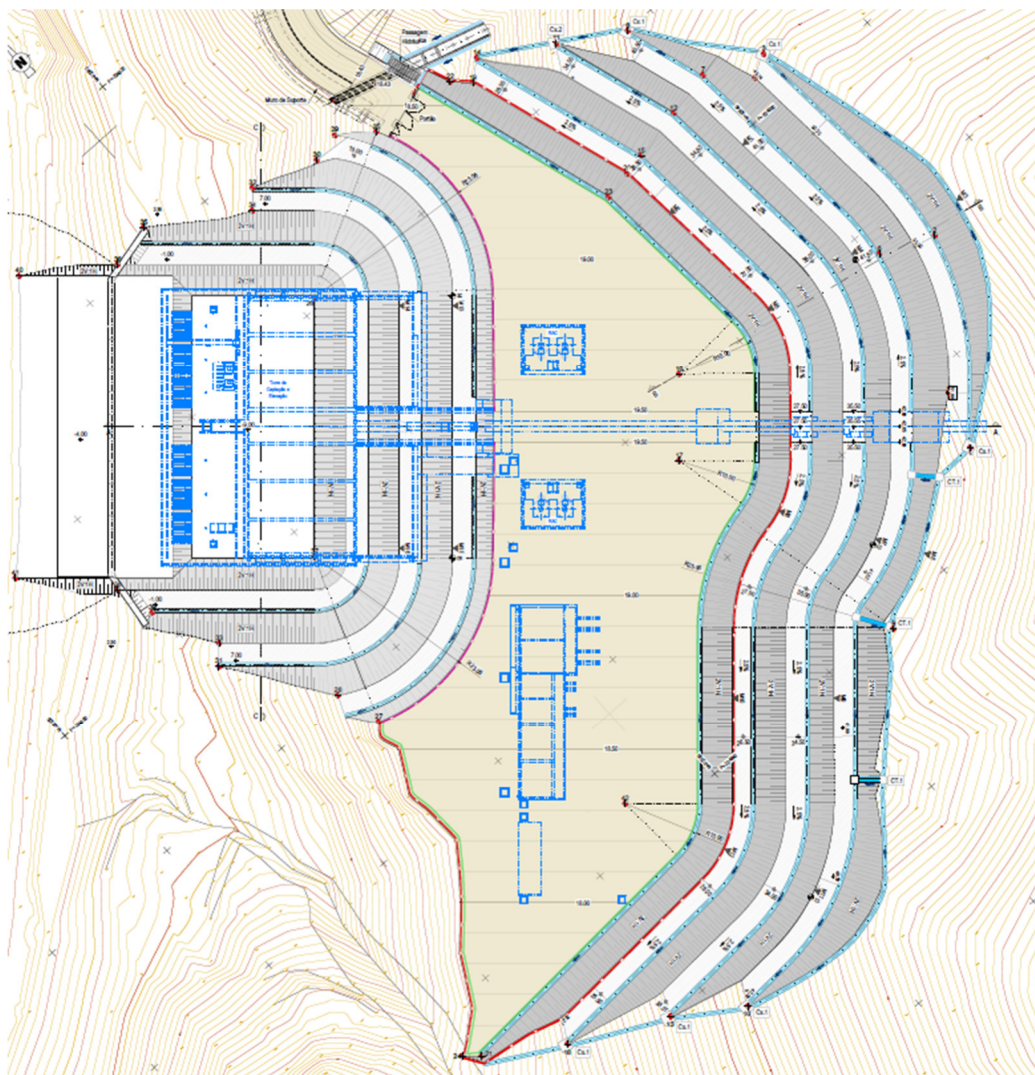


Figura 14 - Reforço do abastecimento de água ao Algarve - Solução de tomada de água no Pomarão – Estação Elevatória – Projeto de Execução.

## Sistema de Saneamento de Águas Residuais

- Conceção-construção da Remodelação da ETAR de Paderne e Sistema Elevatório do Purgatório;
- Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Albufeira Poente (PRR);
- Conceção-construção da Ampliação da ETAR de Querença (Quinta da Ombria);
- Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR de Vilamoura (PRR);
- Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR de Almargem;
- Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR da Boavista (PRR);
- Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Vale do Lobo;
- Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve – 3º contrato;
- Construção da Conduta Elevatória da EE dos Pescadores (fase 2 e 3);
- Reabilitação da ETAR do Azinhal (Ligação Azinhal até Almada de Ouro).

## Programa Zero – Eficiência Energética

- Programa ZERO - Medidas de Eficiência Energética – Reforço da Capacidade de Produção de Ozono nas ETA de Tavira e de Alcantarilha.

### 4.2.4. Gestão de Energia

#### A energia no Grupo AdP

#### O preço da energia elétrica em Portugal

No ano de 2024 verificou-se uma forte variação nos preços dos mercados elétricos: no OMIE (mercado diário de eletricidade), no 1º semestre, existiu uma queda acentuada dos preços devido ao aumento das quotas de mercado, principalmente, pela maior contribuição das energias renováveis e uma recuperação dos valores com o decorrer do 2º semestre; o OMIP (mercado de futuros de eletricidade), no 1º semestre, desceu notoriamente, estabilizando com o decorrer do ano, tal como pode ser confirmado pela observação da seguinte figura.

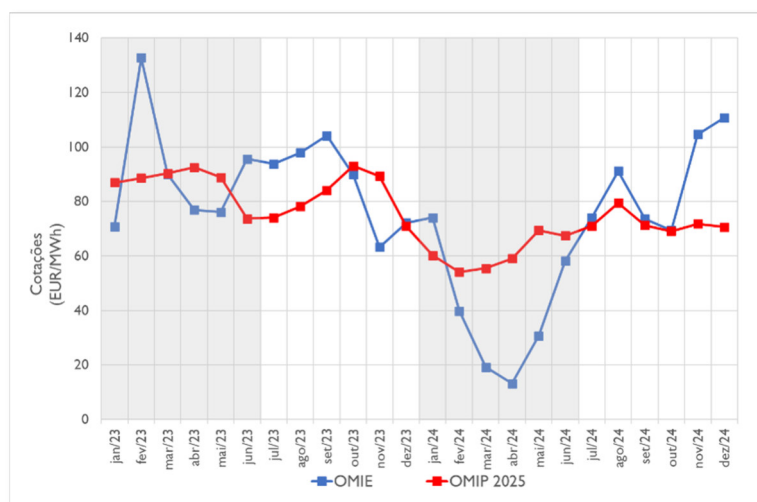


Figura 15 - Preços dos mercados elétricos: no OMIE

Em 2024 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 63,25 €/MWh (tendo sido de 88,27 €/MWh em 2023, incluindo o mecanismo de ajuste ibérico). Já a cotação média em 2024 do futuro de energia ibérico para fornecimento em 2025 foi de 66,69 €/MWh, diminuindo (-20,9%) face ao ano de 2023.

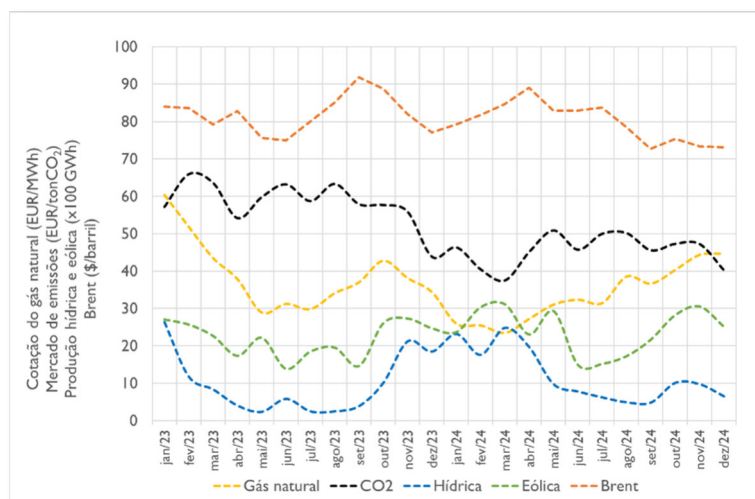


Figura 16 - Cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE)

Analisando as componentes que mais influenciam o preço da energia, destaca-se a descida do preço médio do gás natural face a 2023 (-14,4%); de notar que apesar da descida do preço médio do gás natural, em 2024, o mesmo apresentou uma tendência de aumento ao longo do ano. A cotação mensal média do CO<sub>2</sub> desceu face ao ano anterior (-21,9%). A produção hídrica foi significativamente superior (+23,5%), assim como a produção eólica em 2024 (+12,3%). Quanto ao preço do petróleo, o Brent apresentou um preço médio em 2024 de 79,9 \$/barrel, valor inferior face a 2023 (82,03 \$/barrel).

Nos mercados diários europeus e em 2024, as cotações de energia elétrica reduziram-se significativamente face ao ano anterior, resultado de um ano com maior estabilidade nos mercados, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Varição da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	2024 (EUR/MWh)	2023 (EUR/MWh)	2024/ 2023 (%)
Portugal	63,25	88,27	-28,4%
Alemanha	78,55	94,92	-17,2%
França	57,90	96,60	-40,1%

Quadro 22 - Variação da cotação média da energia elétrica (mercado diário)

Os preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2025, reduziram-se face ao ano anterior, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Varição da cotação média da energia elétrica (mercado de futuros)	2024 (EUR/MWh)	2023 (EUR/MWh)	2024/ 2023 (%)
Portugal	103,92	176,28	-41,0%
Alemanha	137,32	298,65	-54,0%
França	162,38	368,00	-55,9%

Quadro 23 - Variação da cotação média da energia elétrica (mercado futuro)

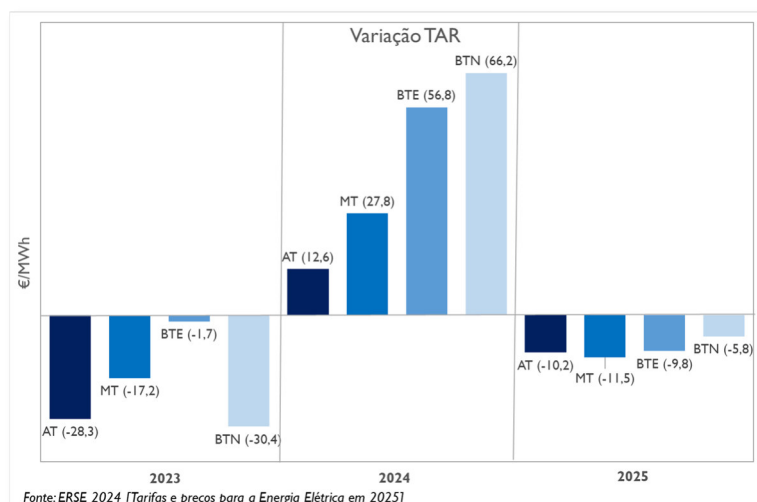
No ano de 2024, o consumo nacional foi de 51,365 TWh, superior em +1,3% face ao registado em 2023.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso as empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os Custos de Interesse Económico Geral (também designado por CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário, o pagamento das tarifas renováveis

nas energias renováveis e as convergências tarifárias regionais. Em 2024 foi criado um novo termo tarifário, designado como financiamento da tarifa social, que veio a encarecer o preço de energia em cerca de 2,9 EUR/MWh.

Como sempre se tem referido, o quadro regulatório nacional conduz a uma relação inversa entre a TAR e o custo da energia. A atual diminuição do custo da energia induz um aumento dos CIEG, e conseqüente aumento da TAR.

Em 2025 as TAR vão descer em todos os níveis de tensão, conforme ilustrado na figura seguinte, que pode induzir que é expectável um aumento do preço da energia elétrica e/ ou uma redução dos CIEG.



Em 2024, verificou-se uma retoma gradual da estabilidade dos mercados elétricos, apesar de algumas flutuações ao longo do ano, tornando a contratação mais complexa. Devido à necessidade de novos contratos de fornecimento de energia em 2024 e em todos os níveis de tensão, a estratégia adotada pelo Grupo consubstanciou-se em 2 eixos:

- em AT, MT e BTE lançamento de dois concursos, um apenas para o fornecimento no 1º semestre, reduzindo a exposição neste período de grande incerteza nos preços de energia e de grande volatilidade dos mercados, e outro para o 2º semestre, já de 12 meses (estendendo-se até jun/2025), porque o mercado ganhou estabilidade ao longo de 2024;
- em BTN, permanência no regime das tarifas transitórias ou reguladas, através da celebração de contratos com o comercializador de último recurso – SU ELETRICIDADE – sem fidelização, isto é, até que os mercados estejam perfeitamente estabilizados e voltem a ganhar a atratividade anterior.

A estratégia seguida em AT, MT e BTE mostrou-se acertada, porque a opção por um único contrato anual de fornecimento teria impedido a redução do custo de energia verificada no 2º semestre (o preço médio de energia de mercado desceu de 95,75 €/MWh no 1º semestre para 78,55 €/MWh no 2º semestre).

Em 2025 e tendo em conta os resultados do contrato de fornecimento de energia contratualizado para o 1º semestre de 2025 (AT, MT e BTE), das TAR e dos preços publicados para o mercado regulado (em BTN) publicados pela ERSE, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo diminua cerca de 7,8 milhões de euros face a 2024, fixando-se em torno dos 82,8 milhões de euros para um consumo da RESP de 749 GWh (-0,2% face a 2024).

### O consumo de energia elétrica no Grupo AdP

O consumo de energia elétrica, enquanto componente fundamental e inseparável da operação das empresas do Grupo Águas de Portugal, constitui uma das principais rubricas de despesa, representando uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e/ou de saneamento de águas residuais. Trata-se

de um fator com peso muito significativo no FSE e com impacto direto tanto nas tarifas aplicadas aos serviços de água e saneamento como no equilíbrio económico-financeiro das concessões e parcerias estabelecidas.

Com base nos dados de consumo (em apuramento a 5 de fevereiro de 2026), os consumos elétricos do Grupo AdP em 2025 foram de 817,95 GWh (+1,3% face a 2024). Destes, 784,18 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), o que corresponde a +1,0% em comparação com 2024, e 33,76 GWh foram provenientes de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+8,6% face a 2024).

Relativamente aos caudais, os dados atuais (ainda não finais) apontam para um aumento de 3,3% no caudal de abastecimento de água e de 6,3% no caudal de água residual.

Os dados de 2025 indicam uma produção de 41,59 GWh/ano (+8,9% face a 2024). O autoconsumo foi de 33,76 GWh (+8,6% face a 2024) e a energia vendida à RESP totalizou 7,83 GWh (+10,4% face a 2024).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2025 foi de 776,36 GWh, o que representa uma variação de +0,9% face a 2024, ano em que o saldo foi de 769,26 GWh. A autossuficiência energética do Grupo AdP em 2025 foi de 5,1%, tendo sido de 4,7% em 2024.

A fatura com a energia elétrica adquirida à RESP, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 5 de fevereiro 2025) deverá atingir em 2025 cerca de 96,27 milhões de euros, que corresponde a +3,38 milhões euros face aos gastos registados no ano anterior (+3,6%).

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2025 a frota elétrica do Grupo AdP, percorreu mais de 2,5 milhões de km, estimando-se ter sido evitado o consumo de mais de 212 mil litros de combustíveis de origem fóssil, o que representa uma redução de 534 barris de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -42,8% (-77,8 tep) e o consumo elétrico foi de 483 MWh.

Em termos de emissões de CO<sub>2</sub>, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -477 toneladas (-84,7%).

No ano de 2025 a frota automóvel de motor térmico em utilização no Grupo AdP consumiu cerca de 3,1 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de -5,5% face a 2024 – ano em que foram consumidos 3,3 milhões de litros, o que representa em termos médios de consumo diário 8 169 l/dia em 2025 (em 2024 o consumo médio diário foi de 9 095 l/dia).

Apesar da relevância da frota elétrica atualmente em operação no Grupo AdP, importa salientar que o seu reforço continua previsto para os próximos anos, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que atribui um apoio do Fundo Ambiental no montante global de 7,52 milhões de euros ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo. Este processo - integrado no Programa de Neutralidade Energética - visa a implementação de uma Frota Verde, totalmente constituída por veículos não poluentes, incluindo viaturas de emissões nulas, contribuindo assim para a eliminação progressiva do consumo de combustíveis fósseis na operação do Grupo.

Embora a eletrificação da frota implique um aumento do consumo de energia elétrica, o impacto associado é substancialmente compensado pelos benefícios ambientais resultantes da redução das emissões de gases com efeito de estufa e da eliminação do consumo de combustíveis de origem fóssil. O efeito líquido é, por isso, claramente positivo, reforçando a transição energética do Grupo AdP e contribuindo para a concretização dos seus compromissos climáticos.

## **A estratégia do Grupo AdP**

O Grupo AdP - Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Esta realidade evidencia a dimensão económica, social e ambiental que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua atividade, bem como a sensibilidade do Grupo às tendências e à volatilidade dos mercados energéticos europeus e mundiais, que têm marcado a evolução dos preços grossistas na Europa nos últimos anos.

A natureza volátil destes mercados, agravada pela oscilação dos preços internacionais da energia e pelo impacto das políticas climáticas europeias, torna particularmente complexa a previsão da evolução do custo da eletricidade. Neste

contexto, a experiência acumulada pelo Grupo AdP no acompanhamento dos mercados energéticos reforça a necessidade de uma estratégia ancorada em medidas robustas que induzam:

- A redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,
- A redução dos gastos, otimizando a contratação, ajustando potências e perfis de consumo aos períodos tarifários, eliminando a energia reativa e reforçando a gestão inteligente da energia,
- O aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (potenciando a produção de biogás e a sua valorização energética e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados, e
- A constituição de Comunidades de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a partilha do consumo da energia 100% renovável produzida nas empresas do grupo, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

A definição desta estratégia está igualmente alinhada com os compromissos internacionais assumidos por Portugal, em particular o objetivo de atingir a neutralidade carbónica até 2050, consagrado no Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC 2050) e no Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

Enquanto maior grupo empresarial público na área do ambiente e operador essencial de serviços críticos, a atuação da AdP deve, assim, contribuir decisivamente para as metas nacionais de neutralidade energética e carbónica, refletindo a sua responsabilidade ambiental e o impacto sistémico da sua operação.

É neste enquadramento que o Grupo AdP desenvolveu o Programa ZERO, um programa de neutralidade energética alinhado com a década crítica definida pela União Europeia para a redução das emissões de gases com efeito de estufa (2021-2030). O Programa assenta numa estratégia integrada que combina a redução de consumos com um aumento substancial da produção própria de energia 100% renovável, com o objetivo de atingir a neutralidade energética em 2030, posicionando o Grupo como um dos primeiros operadores internacionais do setor da água a adotar um modelo de autossustentabilidade energética

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos. Até novembro de 2025, o investimento acumulado no âmbito do Programa ZERO totalizava 32,77 milhões de euros.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

Na área da mobilidade elétrica, as viaturas elétricas que constam do parque automóvel da AdA, são 14 viaturas ligeiras de passageiros e 4 viaturas ligeiras de mercadorias, e encontram-se ao serviço de todos os setores da Empresa.

No ano de 2025 estas viaturas percorreram 231.484 km, dos quais as viaturas ligeiras de passageiros percorreram 163.669 km e as viaturas de ligeiras de mercadorias 67.815 km. A utilização das viaturas elétricas implicou um consumo de energia elétrica de 29.015 kWh o qual corresponde à emissão de 13,7 toneladas de CO<sub>2</sub> para a atmosfera. Comparando com um cenário de 19 viaturas de características equivalentes, mas com motor térmico convencional, se essas mesmas tivessem sido mantidas ao serviço, e considerando a mesma quantidade de quilómetros percorridos (231.484), seriam responsáveis pela emissão de 32,3 toneladas de CO<sub>2</sub> para a atmosfera. A substituição das viaturas permitiu assim evitar uma emissão de 18,6 toneladas de CO<sub>2</sub> para a atmosfera.

**Mobilidade Elétrica 2025**

Viaturas			Situação atual: Viaturas elétricas		Se fossem Viaturas a Combustível		Variação nas Emissões de CO2	
Tipologia	Nº de Viaturas	Kms Percorridos	Energia consumida kWh	Emissões de CO2 ton.	Consumo de Combustível litros	Emissões de CO2 ton.	ton.	%
Ligeiras de Passageiros	14	163 669	20 515	9,9	7 692	20,7	-10,8	-52,3%
Ligeiras de Mercadorias	4	67 815	8 500	3,8	4 272	11,5	-7,8	-67,3%
<b>SOMA</b>	<b>18</b>	<b>231 484</b>	<b>29 015</b>	<b>13,7</b>	<b>11 965</b>	<b>32,3</b>	<b>-18,6</b>	<b>-57,6%</b>

**Quadro 24 - Mobilidade Elétrica 2025**

Na área da certificação da frota, em 2025 a AdA manteve a certificação de toda a frota automóvel de viaturas de serviço da AdA. Trata-se de um sistema de etiquetagem energética da frota (SEEF) que tem por objetivo a promoção da mobilidade sustentável, a melhoria do desempenho energético e ambiental das frotas nacionais e, a redução do consumo de combustível e custos associados ao sector dos transportes.



O Algarve, como região do país com mais horas de sol, tem vindo a investir gradualmente na construção de centrais fotovoltaicas, sendo a Águas do Algarve, S.A. (AdA), atualmente detentora de 55 instalações equipadas com unidades de microprodução fotovoltaica, com um potência total instalada de 220 kWp, 3 instalações equipadas com unidades de miniprodução fotovoltaica, sendo 2 delas em parceria com a AdP Energias e 1 delas, cujo investimento esteve a cargo da Galp e, atualmente, a exploração e manutenção, também, com uma potência total instalada de 326 kWp. A produção elétrica resultante das unidades atrás referidas, é para venda à rede elétrica de serviço público (RESP).

Para além das unidades atrás referidas, a AdA dispõe ainda de 7 centrais fotovoltaicas para autoconsumo (UPAC), com uma potência total instalada de 2,1 MWp, e 1 instalação de produção de biogás, através de cogeração, também para autoconsumo, com uma potência instalada de 200 kW.

Em termos futuros, no âmbito do Programa ZERO, prevê-se um investimento estimado de 44,9 milhões de euros, entre 2021 e 2030, na instalação de centrais de produção de energia verde, ou seja, proveniente de fontes de energia renováveis, com especial enfoque para a eólica, hídrica e reforço do solar, assim como para implementação de medidas de eficiência energética.

Recentemente, para que seja possível à AdA e, conseqüentemente, ao Grupo AdP, manter os objetivos relativos à Neutralidade Energética, houve a necessidade de ajuste do Programa ZERO, considerando os novos investimentos associados ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), reforçando-o com mais algumas medidas, destacando-se a instalação de uma central fotovoltaica para autoconsumo, associada à futura Dessalinizadora, com uma potência instalada prevista de 3,86 MWp.

Em 2025, o consumo de energia da AdA, proveniente da Rede Elétrica de Serviço Público (RESP), aumentou face ao ano de 2024, em cerca de 2,5 %, cifrando-se em 77,4 GWh.

Por outro lado, em 2025, a produção de energia proveniente de fontes de energia renováveis diminuiu face ao ano de 2024, cifrando-se em 3,2 GWh, dos quais 2,9 GWh foram provenientes de centrais fotovoltaicas para autoconsumo e da instalação de produção de biogás através da cogeração instalada na ETAR de Lagos, e 0,3 GWh referentes às miniproduções, cuja energia produzida é para venda à RESP.

No que diz respeito às 55 microproduções, no decorrer do ano de 2025, verificou-se o fim dos contratos de regime bonificado, celebrados com a SU Eletricidade. Neste momento, encontra-se em curso o processo de obtenção de autorização para integração do CAE de venda de energia, o que irá permitir à AdA proceder à contratualização da energia proveniente destas instalações.

#### 4.2.5. Compras e Logística

As funções e competências do Departamento de Compras e Logística, baseiam-se essencialmente na execução de todas as tarefas inerentes ao Processo de Compras e Logística que diariamente são desenvolvidas no intuito de dar resposta às necessidades das várias Áreas Requisitantes, tendo em linha de conta todo o processo de “Procurement” implementado na AdA, nomeadamente através da condução das ações necessárias à contratação, utilizando as ferramentas colocadas à sua disposição, tais como a plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, SAP e iPortalDoc, na estrita observância dos preceitos regulados pela atual legislação de contratação pública, o que se traduz nas seguintes tarefas/funções:

- a) Garantir que os procedimentos de aquisição a realizar se encontram enquadrados dentro do regime de contratação em vigor e nas regras refletidas nas Instruções de Trabalho (IT’s) aprovadas pela AdA;
- b) Efetuar a tramitação dos procedimentos pré-contratuais na respetiva plataforma eletrónica, ou através de correio eletrónico, de acordo com as regras fixadas nas IT’s;
- c) Validar e processar a informação de origem na Área Requisitante, via requisição de compra SAP, elaborando e emitindo os respetivos Contratos Básicos e proceder ao envio da nota de encomenda às Áreas Requisitantes, que promovem ao seu envio ao adjudicatário;
- d) Zelar pelo bom funcionamento do fluxo de compra SAP, identificando e reportando em plataforma própria (PACO) as anomalias que coloquem em risco o processo de contratação pública por incumprimento da legislação aplicável, ou por forma a fomentar uma melhoria contínua do próprio fluxo;
- e) Promover as ações necessárias, no intuito de fornecer uma resposta adequada aos pedidos de apoio dos utilizadores SAP, no que diz respeito à criação de requisições de compra, liberação de contratos e utilização das ferramentas de pesquisa dos diversos documentos;
- f) Propor soluções à medida para a redução dos procedimentos de baixo valor, como é o caso dos Ajustes Diretos Regime Simplificado (ADRS) por forma a conseguir sinergias e alcançar benefícios económico-financeiros para a Empresa.

Por se considerar uma boa prática, potenciada pelos princípios da qualidade, seguindo o exigido pela norma ISO 9001, o DCL produziu em 2016, no momento da sua criação, um conjunto de documentos de suporte à contratação pública, nomeadamente o Processo de Compras da Águas do Algarve, S.A., um conjunto de instruções de trabalho, fluxogramas que tinham o intuito de definir a evolução de todos o processo de compra consoante o tipo de procedimento escolhido e respetivas minutas padronizadas.

A acrescer, a Águas do Algarve, S.A., implementou o Manual de Contratação Pública da AdP SGPS, bem como outros regulamentos e demais orientações internas, com vista a uma maior eficiência e eficácia do processo de compras.

##### 4.2.5.1. Valores contratualizados durante o ano de 2025.

Durante o ano de 2025 foram desenvolvidos pelo DCL um conjunto de processos aquisitivos que se traduziram num valor global de contratações de aproximadamente 166 milhões de euros (Cento e Sessenta e seis milhões euros), correspondendo a um número total de Contratos Básicos SAP de 1286.

Do universo de procedimentos pré-contratuais conduzidos pelo DCL há a destacar os que conduziram à celebração dos seguintes contratos:

- a) Empreitada de Reforço da Interligação do Sistema de Abastecimento em Alta do Barlavento/Sotavento Algarvio – Chão das Donas e ETA de Fontainhas, no valor de 8.765.391,11€+IVA;
- b) Empreitada de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR de Almargem, no valor de 4.395.956,35€+IVA;
- c) Aquisição de serviços de recolha, transporte e armazenamento/valorização de lamas, no valor de 3.391.200,00€+IVA.
- d) Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra, Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico das Empreitadas de Conceção-Construção do Sistema de Dessalinização na Região do Algarve e da Central Fotovoltaica para Autoconsumo (UPAC), no valor de 2.185.600,00€+IVA.
- e) Empreitada de Reforço da Interligação do Sistema de Abastecimento em Alta do Barlavento/Sotavento Algarvio – Chão das Donas e ETA de Fontainhas. no valor de 2.022.350,73€+IVA;
- f) Aquisição de Gases Industriais para Estações de Tratamento de Águas da Águas do Algarve, S.A. - Lote 2 e 3, no valor de 1.440.495,22€+IVA.

#### 4.2.5.1.1 Por tipo de procedimento pré-contratual

Tipo de Procedimento	Valor dos Contratos (€)
Ajuste Direto-Critério Material	71 194,65€
Ajuste Direto-Regime Geral	147 176,62 €
Ajuste Direto Simplificado	484 473,22€
Concurso Público	149 012 992,7 €
Consulta Prévia	455 263,91€
Contratação Excluída	10 557 168,97 €
Setor Especial	5 092 996,21€
<b>Total Geral</b>	<b>165 821 266,28€</b>

*Quadro 25 - Valores contratuais por tipo de procedimento*

#### 4.2.5.1.2 Número de procedimentos por tipo de procedimento pré-contratual

Tipo de Procedimento	Nº de Procedimentos
Ajuste Direto-Critério Material	2
Ajuste Direto-Regime Geral	12
Ajuste Direto Simplificado	404
Concurso Público	58
Consulta Prévia	14
Contratação Excluída	180
Setor Especial	616
<b>Total Geral</b>	<b>1286</b>

*Quadro 26 - Número procedimentos por tipo de procedimento*

#### 4.2.6. Medidas de eficiência em termos de sustentabilidade

O ano de 2025 foi para a Águas do Algarve mais um ano de continuidade no desenvolvimento da estratégia, em alinhamento com a Estratégia Corporativa, nomeadamente os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, tendo focalizado a sua atenção na:

- **Eficiência no Uso da Água** – Aumento de reutilização de água residual tratada especialmente em termos externos com os novos projetos de APR;
- **Projetos de I&D** - Execução de projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação que visam desenvolver, testar e aplicar soluções nos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais com o objetivo de aumentar a resiliência e a eficiência dos sistemas, melhorar o controlo e a respetiva capacidade previsional, reduzir os consumos energéticos e a pegada de carbono e potenciar a recuperação, produção e valorização de subprodutos decorrentes dos processos de tratamento, num quadro de sustentabilidade, em simbiose com a comunidade;
- **Eficiência Energética** – Continuação do investimento na redução da dependência energética do exterior, com a utilização de fontes de energia renováveis. Adequação de condições de funcionamento e de consumos energéticos de alguns equipamentos com vista à redução dos respetivos consumos;
- **Gestão de Resíduos** - Continuação da redução da geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização;
- **Responsabilidade Social** – Como forma de promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, a AdA proporciona a flexibilização do trabalho permitindo a realização de teletrabalho.
- **Segurança e Saúde no Trabalho** – A aposta na formação e sensibilização dos trabalhadores e na melhoria dos espaços de trabalho continua a dar os seus frutos, mantendo baixos os índices de sinistralidade.

#### 4.2.7. Comunicação e Educação Ambiental

O ano de 2025 foi marcado por uma atividade intensa e estratégica do Gabinete de Comunicação e Educação Ambiental, acompanhando um período particularmente relevante para a Águas do Algarve, não apenas devido à seca que assolou a nossa região, no primeiro semestre de 2025, em continuidade do ano anterior, como também caracterizado pelo investimento significativo em infraestruturas, reforço da resiliência hídrica regional e consolidação da confiança pública na gestão do recurso água.

Ao longo do ano, a comunicação institucional centrou-se na valorização da transparência, na divulgação do investimento em curso e na explicação clara dos projetos estruturantes, assegurando que a comunidade compreenda os desafios técnicos, ambientais e financeiros associados à gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento da Região do Algarve. Neste contexto, foram desenvolvidas campanhas informativas, conteúdos técnicos adaptados a diferentes públicos e ações de proximidade com Municípios e parceiros, promovendo uma comunicação acessível, pedagógica e baseada em evidência.

A comunicação externa foi reforçada através da produção de conteúdos institucionais e digitais, da dinamização das plataformas online da Empresa e do acompanhamento mediático de temas estratégicos, nomeadamente os relacionados com novas origens de água, gestão das reservas hídricas, reutilização de água residual tratada e projetos de reforço da capacidade do sistema.

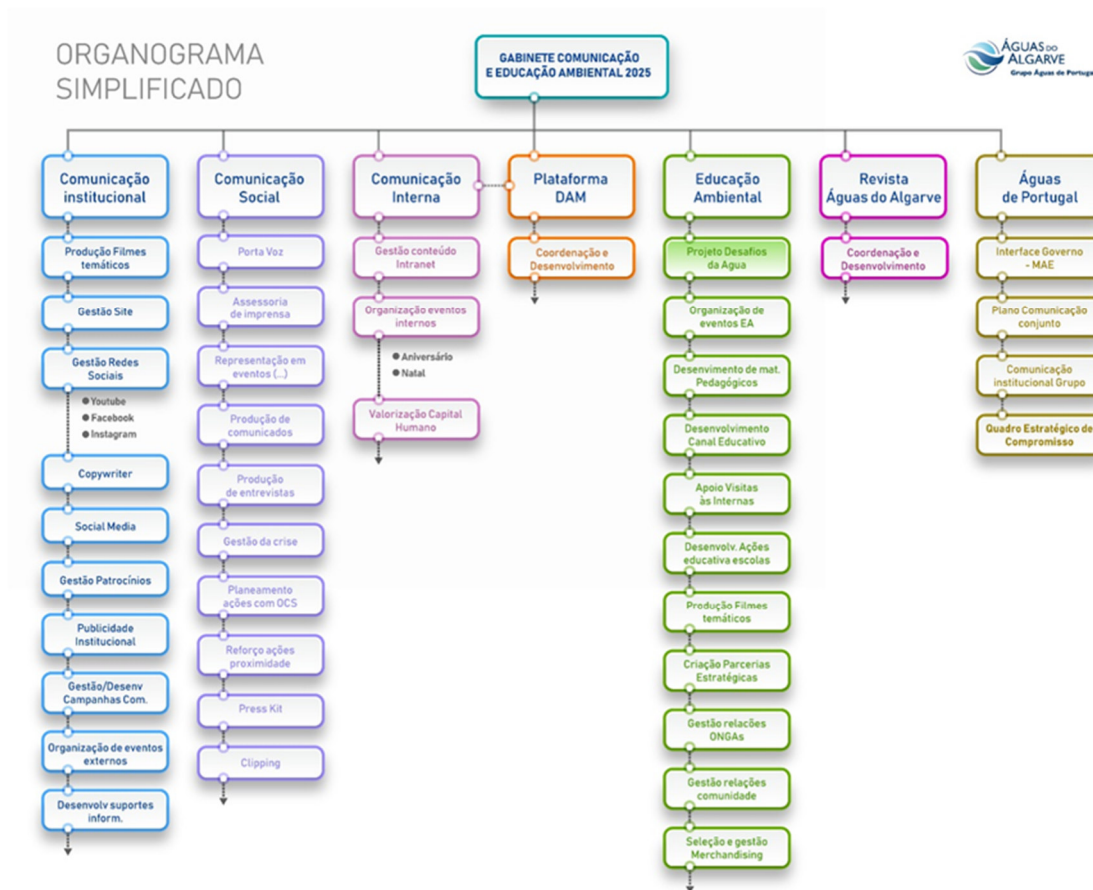
Internamente, foram promovidas iniciativas de comunicação dirigidas aos colaboradores, reforçando o alinhamento com os objetivos estratégicos da Empresa, a valorização do conhecimento técnico e o sentimento de pertença numa fase de elevada exigência operacional.

A vertente de Educação Ambiental manteve-se como um dos pilares estruturantes da atividade do Gabinete. Em 2025, foram dinamizadas múltiplas ações junto das escolas da região, abrangendo diferentes ciclos de ensino, com enfoque na literacia hídrica, no ciclo urbano da água, na eficiência hídrica e na adaptação às alterações climáticas. Estas iniciativas incluíram sessões pedagógicas, visitas técnicas, projetos educativos e desafios criativos, promovendo uma abordagem participativa e orientada para a mudança de comportamentos.

Destaca-se igualmente a participação e organização de eventos institucionais e técnicos, reforçando o posicionamento da Águas do Algarve como entidade de referência no setor da água, tanto a nível regional como nacional. O Gabinete assegurou a coordenação da comunicação associada a estas iniciativas, garantindo coerência de mensagem, visibilidade institucional e articulação com parceiros estratégicos.

Ao longo do ano, a comunicação assumiu um papel determinante na consolidação da reputação da Empresa, contribuindo para o fortalecimento da relação com Municípios, acionistas, entidades reguladoras, parceiros institucionais e comunidade em geral.

Num contexto de crescente exigência pública relativamente à gestão sustentável da água, o trabalho desenvolvido em 2025 reafirmou a comunicação e a educação ambiental como instrumentos essenciais de transparência, responsabilidade e construção de confiança.



Destacamos parte das ações desenvolvidas ao longo do ano:

❖ **Revista Águas do Algarve: Transparência, Inovação e Compromisso**

A Revista Águas do Algarve cumpre um papel central na comunicação institucional da empresa, refletindo de forma transparente e abrangente a sua atividade, os projetos desenvolvidos e os desafios enfrentados em todos os setores. Mais do que uma publicação, a revista é um espaço de partilha de conhecimento, valorização do trabalho interno e aproximação às comunidades e ao território. Ao longo das suas edições, a revista tem contribuído para reforçar a confiança pública, promover a sustentabilidade e destacar a inovação, consolidando o compromisso da Águas do Algarve com a gestão eficiente e responsável dos recursos hídricos da região.

Com 2 edições lançadas ao longo do ano de 2025, as mesmas encontram-se disponíveis online na página da Águas do Algarve e no site <https://issuu.com/aguasdoalgarvesa>



## ❖ Campanha de Sensibilização para a Poupança de Água

### Continuidade da Campanha “Água é Vida”

Em 2025, muito embora com menor participação publicitária a campanha “Água é Vida” manteve-se como uma das principais iniciativas de sensibilização pública promovidas pela Águas do Algarve, reforçando o compromisso contínuo da Empresa com a valorização e uso responsável deste recurso essencial. Dando seguimento ao trabalho desenvolvido em anos anteriores, a campanha evoluiu em conteúdos, formatos e canais, consolidando a sua presença junto da comunidade regional. Foram reforçadas as mensagens associadas à eficiência hídrica, à preservação das reservas e à responsabilidade coletiva na gestão da água, num ano em que a resiliência do sistema e a adaptação às alterações climáticas permaneceram temas centrais.

Destaca-se a articulação da campanha com as ações de Educação Ambiental desenvolvidas nas escolas e com iniciativas institucionais promovidas pela Empresa, reforçando a integração entre comunicação estratégica e sensibilização comunitária.

Em 2025, “Água é Vida” afirmou-se não apenas como uma campanha de comunicação, mas como uma plataforma contínua de mobilização cívica, promovendo uma cultura de responsabilidade partilhada na proteção da água e no futuro sustentável da região.

Esta campanha conta com o apoio do Fundo Ambiental.



## ❖ H2Okids- Gotas de sabedoria

Integrado na Campanha de Sensibilização, o Projeto H2O Kids foi um dos programas de educação ambiental da Águas do Algarve dirigido às gerações mais jovens, com o objetivo de promover a literacia hídrica e incentivar comportamentos responsáveis no uso da água. Com o apoio do Fundo Ambiental, o Projeto H2Okids – Gotas de Sabedoria, este projeto inovador apostou em colocar as crianças como protagonistas na construção de um futuro mais sustentável, usando a criatividade e a educação para inspirar mudanças concretas na sociedade.

**Um apelo à união de gerações.** Este projeto não se limitou às escolas; quisemos chegar a casa, às famílias, aos amigos e às comunidades. Acreditamos que, quando crianças e adultos trabalham juntos, criam-se laços mais fortes e um compromisso maior com o planeta. Afinal, cada gesto conta: fechar a torneira enquanto escovamos os dentes, reutilizar a água ou simplesmente partilhar conhecimento com os outros.

**20 episódios para inspirar mudança** - O H2Okids – Gotas de Sabedoria foi mais do que uma série de episódios: foi um movimento. Com um total de 20 episódios, lançados quinzenalmente, esta iniciativa documentou histórias inspiradoras que mostram como pequenos passos podem criar grandes mudanças. Quisemos que cada episódio não apenas informasse, mas que também emocionasse e motivasse quem os visse e veja.

**Estamos todos juntos nesta missão** - A Águas do Algarve agradece profundamente às crianças, às famílias, às escolas e a todos os parceiros que tornaram este projeto possível. Vocês são os verdadeiros agentes de mudança!

Todos os episódios estão disponíveis em

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLImZZtsIYU9MrxMRd3IvtnyqrPzI PeOWc>



### ❖ Projeto "A Água e o Mar Para Mim"

A 3.ª edição do projeto "A Água e o Mar para Mim", promovido pela Águas do Algarve, consolidou esta iniciativa como uma referência regional na área da comunicação ambiental inclusiva, aliando arte, sustentabilidade e responsabilidade social.

Nesta edição, participaram 31 Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do Algarve, num total de 42 trabalhos apresentados, envolvendo idosos e pessoas com deficiência num desafio artístico centrado na valorização da água e do mar. Cada instituição foi convidada a transformar um chapéu de chuva numa peça artística original, simbolizando a proteção, o ciclo da água e a ligação ao território algarvio. O resultado traduziu-se num conjunto expressivo de obras criativas e profundamente emotivas, que refletem memórias, vivências e diferentes perspetivas sobre a importância da água enquanto recurso essencial à vida.

Para além da componente artística, a 3.ª edição destacou-se pela forte aposta na valorização dos participantes através da produção de registos audiovisuais individuais, documentando o processo criativo e dando voz aos seus protagonistas. Esta abordagem reforçou o carácter humano do projeto e a sua dimensão transformadora.

A exposição itinerante dos trabalhos percorreu vários espaços públicos de referência no Algarve, ampliando a mensagem de sensibilização ambiental e aproximando a comunidade do tema da sustentabilidade hídrica.

Com um total acumulado de 91 trabalhos nas três edições realizadas até 2025, o projeto afirmou-se como um modelo inovador e replicável, contribuindo ativamente para a promoção da literacia ambiental, da inclusão social e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A 3.ª edição consolidou, assim, o projeto como uma ação de forte impacto social e comunicacional, reforçando o compromisso da Águas do Algarve com a educação ambiental e a valorização das pessoas especiais da nossa região.

Muito embora todos sejam vencedores, foram 4 os que mais se destacaram, nomeadamente

- ✓ APPC - Assoc Portuguesa Paralisia Cerebral Faro
- ✓ ASMAL - Associação de Saúde Mental do Algarve
- ✓ Neci - Núcleo Especializado para o Cidadão Incluso - Lagos
- ✓ UNIR - Ass dos Doentes Mentais, Famílias e Amigos do Algarve



❖ "A Água e o Mar Para Mim - A importância de expor para transformar

Expor estes trabalhos é muito mais do que apresentar peças artísticas ao público. É dar palco a histórias de vida, é reconhecer talento onde muitas vezes ele passa despercebido, é afirmar que a inclusão também se constrói com visibilidade. Ao percorrer vários Municípios da região, a exposição transforma-se numa verdadeira ação de sensibilização itinerante. Cada espaço que acolhe estas obras torna-se um ponto de encontro entre arte, comunidade e consciência ambiental. Quem visita não vê apenas chapéus decorados — vê emoções, memórias e interpretações únicas sobre a água e o mar, dois pilares da identidade algarvia.

Esta itinerância amplia a mensagem deste nosso projeto, reforçando o compromisso com a sustentabilidade e aproximando a Águas do Algarve das pessoas e do nosso território. Porque quando a arte sai das instituições e ocupa o espaço público, a inclusão ganha voz e a sustentabilidade ganha significado. E isso para nós não tem preço!

Locais das exposições:

- ✓ Loulé
- ✓ Albufeira
- ✓ Castro Marim
- ✓ Piscinas Municipais Quarteira
- ✓ Faro Fundação Pedro Ruivo
- ✓ Tavira Plaza
- ✓ Pavilhão Multiusos - Almancil
- ✓ Centro Cultural Lagos



❖ A Educação Ambiental vai à escola

Ao longo de 2025, a Águas do Algarve reforçou a sua presença nas escolas da região algarvia, em todos os 16 Municípios do Algarve, consolidando a educação ambiental como um dos eixos estratégicos da sua intervenção junto da comunidade. Num ano particularmente desafiante, marcado pela seca e pela necessidade de uma maior eficiência no uso da água, intensificámos as ações de sensibilização dirigidas aos alunos de diferentes ciclos de ensino. Foram dinamizadas sessões educativas, workshops interativos, ações temáticas e atividades práticas, abordando conteúdos

como o ciclo urbano da água, a importância da poupança hídrica, a reutilização de água, a proteção dos ecossistemas e o impacto das alterações climáticas nos recursos hídricos.

Esta atividade permitiu alcançar milhares de alunos em diversos estabelecimentos de ensino da região, promovendo a literacia hídrica e incentivando comportamentos mais responsáveis no dia a dia. Através de uma abordagem pedagógica, participativa e adaptada às diferentes faixas etárias, a Águas do Algarve continua a afirmar-se como um agente ativo na formação de cidadãos mais conscientes, contribuindo para a construção de uma cultura regional de valorização da água e sustentabilidade.



#### ❖ Educação Ambiental Todo o Ano – Também nas Praias

A Educação Ambiental da Águas do Algarve não se limita ao calendário escolar. Durante os meses de verão, levamos a nossa missão às praias da região, reforçando a mensagem de que a educação não tira férias.

Num período de maior pressão sobre os recursos hídricos, marcado pelo aumento significativo do consumo associado à época alta, promovemos ações de sensibilização junto de residentes e turistas. Através de abordagens diretas, dinâmicas e pedagógicas, alertámos para a importância da utilização eficiente da água, da proteção dos ecossistemas costeiros e da adoção de comportamentos responsáveis, mesmo em contexto de lazer. Esta presença no terreno permitiu ampliar o alcance da nossa intervenção, aproximando-nos da comunidade e dos milhares de visitantes que escolhem o Algarve como destino. Ao estarmos onde as pessoas estão, reforçamos o nosso compromisso com uma cultura contínua de valorização da água — durante todo o ano, em todos os contextos.



As nossas praias de eleição deste ano foram 28 de Julho - Praia da Luz, Lagos, 1 de Agosto - Praia da Rocha, Portimão, 8 de Agosto - Portimão + Praia da Quarteira, Loulé, 11 de Agosto - Praia de Olhão, 12 de Agosto - Praia de Odeceixe + Praia da Arrifana, Aljezur, 13 de Agosto - Praia da Batata, Lagos, 18 de Agosto - Praia dos Pescadores, Albufeira, 19 de Agosto - Praia de São Rafael, Albufeira, 22 de Agosto - Praia de Vilamoura, Loulé, 25 de Agosto - Praia de Faro, 26 de Agosto - Praia de Sto António, VRSA

#### ❖ Visitas Técnicas: Conhecer para Valorizar

No âmbito da nossa estratégia de Educação Ambiental, promovemos igualmente visitas às Estações de Tratamento de Água (ETA) de Tavira e de Alcantarilha, às Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Almargem, Companheira, Boavista e Faro-Olhão, bem como às barragens da região nomeadamente Odelouca, proporcionando à comunidade escolar e a outros públicos uma experiência direta com as infraestruturas que garantem o abastecimento e o saneamento no Algarve.

Estas visitas permitem compreender, no terreno, a complexidade técnica e o rigor operacional associados ao ciclo urbano da água, desde a captação até à devolução ao meio ambiente, devidamente tratada. Num contexto de seca e crescente pressão sobre os recursos hídricos, abrir portas às nossas infraestruturas é também um exercício de transparência e responsabilidade, demonstrando o investimento, a inovação e o compromisso permanente da Águas do Algarve com a sustentabilidade. Ao transformar conhecimento técnico em experiência educativa, reforçamos a valorização social da água e promovemos uma maior consciência sobre o verdadeiro custo e esforço envolvidos na sua gestão. Porque, conhecer é, efetivamente, o primeiro passo para preservar.



#### ❖ Projeto Desafio da Água 2025 – Educando o Futuro da Água no Algarve

O Desafio da Água regressou para a sua 3.<sup>a</sup> edição, reafirmando o papel da Águas do Algarve como agente líder na educação ambiental e na literacia hídrica da região. Alargando-se agora a todos os níveis de ensino, o projeto desafia a comunidade escolar a pensar, criar e agir em prol da preservação de um recurso essencial.

Esta edição trouxe inovações significativas: concursos de fotografia e jornalismo escolar (AQUA Jornalismo), produção de vídeos digitais e o desafio “Save Water With Me”, inspirado nas tendências das redes sociais, que transforma hábitos de poupança de água em ações criativas e virais. A literacia ambiental, mediática e digital caminham aqui lado a lado, capacitando os jovens para decisões conscientes e para o combate à desinformação.

Além da vertente digital e participativa, a iniciativa mantém o carácter lúdico e educativo com a série animada de Clarinha e Salpico, semanas temáticas e apresentações musicais, tornando o processo de aprendizagem envolvente e memorável.

O Desafio da Água não é apenas um projeto educativo: é um compromisso estratégico da empresa com a sustentabilidade, alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4.7, 6.4 e 13.3) e com a promoção de uma cultura de responsabilidade hídrica e ambiental em toda a região do Algarve.



#### ❖ Minutos Verdes

No âmbito da sensibilização da população em geral, para as questões da sustentabilidade, foram desenvolvidos 4 Minutos Verdes, com a Quercus, sobre os temas Galardão Praias Qualidade Ouro no Algarve.

Os temas deste ano foram:

1. Exemplos de reutilização de águas residuais tratadas (campos golfe; lavagens urbanas; rega de canteiros...);
2. Como funciona uma ETAR: explicação num minuto das várias fases de tratamento;
3. De onde vem a água para abastecimento à população: explicar as várias origens de captação no Algarve (albufeiras, furos..);
4. Importância do saneamento: comportamentos a evitar.

#### ❖ 15ª Edição Água Jovem

Também este ano mantivemos a parceria na organização do Concurso Água Jovem. Numa organização conjunta com a Agência Portuguesa do Ambiente I.P. – Administração da Região Hidrográfica do Algarve (APA - ARH do Algarve), em parceria com as empresas Mundo Aquático SA (Zoomarine) e a International Water Technology, SA, com o apoio da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares-DSR Algarve, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas-DRCNF Algarve e da Câmara Municipal de Loulé. Esta 15ª edição teve como principal objetivo, através do conhecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sensibilizar os jovens do Algarve para o conhecimento e a preservação do património água, desafiando-os a serem Embaixadores da Água na sua comunidade escolar, na sua casa e no Algarve.



❖ **Águas do Algarve distinguida com dois prémios nacionais de sustentabilidade ambiental**

A Águas do Algarve foi premiada com dois reconhecimentos na 3.ª edição dos Prémios Essência do Ambiente 2025, entre mais de 500 projetos de todo o país.

Os projetos premiados foram:

- “Água é Vida, não a desperdice” – categoria Sensibilização Ambiental
- “A Água e o Mar para Mim” – categoria Responsabilidade Social e Ambiental

A seleção dos vencedores contou com a votação do público, conferindo um significado especial ao reconhecimento do trabalho desenvolvido pela nossa equipa. Estes prémios reforçam o nosso compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, nomeadamente ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 6 (Água Potável e Saneamento), ODS 13 (Ação Climática) e ODS 14 (Vida Marinha).

Através da comunicação e educação ambiental, continuamos a promover a valorização da água, o envolvimento da comunidade e a construção de um legado ambiental positivo. Estes prémios são um testemunho do empenho, criatividade e paixão da nossa equipa, que coloca a sustentabilidade no centro da atuação da Águas do Algarve.



❖ **Celebração dos 25 anos da Águas do Algarve**

A Águas do Algarve celebrou, em 2025, o seu 25.º aniversário. Ao longo destes anos, construímos uma história sólida de compromisso com a gestão sustentável da água na região algarvia, assegurando o abastecimento público e o tratamento das águas residuais com elevados padrões de qualidade. E mais recentemente a reutilização que foi também assumida como uma atividade principal da empresa. Para assinalar esta data marcante, foi produzido um filme institucional que homenageou a nossa história, valorizando os nossos colaboradores, conquistas e projetos, reforçando a nossa missão e visão de futuro.

O filme está disponível em <https://youtu.be/XkN6j0fk5Ls?si=g02sXmarrO9eTfRf>



## Inaugurações

### ❖ **Empreitada de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR de Quinta do Lago**

No dia 6 de dezembro de 2025, foi inaugurada a Empreitada de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR de Quinta do Lago, com a presença da Ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, e outras individualidades de relevo.

Esta intervenção integra o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve (PREHA) e a medida SM4 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com o objetivo de aumentar a utilização de água residual tratada de 1,4 para 8 hm<sup>3</sup>/ano. O projeto reforça a resiliência hídrica da região, promovendo a sustentabilidade, a adaptação às alterações climáticas e o acesso equilibrado à água para todos os 16 Municípios do Algarve.

A iniciativa evidencia o compromisso da Águas do Algarve com a inovação, a eficiência e a proteção dos recursos hídricos, assegurando o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações da região.



### ❖ **Águas do Algarve reforça sustentabilidade hídrica com a reutilização de águas residuais na ETAR de Vilamoura**

A Águas do Algarve continua a investir em soluções inovadoras para enfrentar a escassez hídrica estrutural que afeta a região do Algarve. Em julho, recebemos a visita da Ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, à empreitada de Execução de Infraestruturas de Tratamento, Elevação e Adução de Água para Reutilização (ApR) na ETAR de Vilamoura. Adjudicada em outubro de 2024 e com conclusão prevista para o 1.º trimestre de 2026, representa um marco estratégico na gestão sustentável dos recursos hídricos.



Com este investimento será possível substituir aproximadamente 2,2 milhões de m<sup>3</sup> de água potável por água residual tratada anualmente, destinada à rega de campos de golfe, agricultura, jardins e usos urbanos, em conformidade com os padrões de qualidade da classe B. Esta iniciativa integra o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve (PREHA) e a submedida SM4 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR 2021-2026), demonstrando um compromisso

sólido com a sustentabilidade ambiental, a economia circular e a resiliência climática. Com um investimento aproximado de 10,0 milhões de euros e execução prevista em 540 dias, este projeto evidencia o papel da Águas do Algarve na resiliência e sustentabilidade da região, reforçando a ligação entre inovação tecnológica, proteção ambiental e bem-estar das populações do Algarve.

#### **A Águas do Algarve recebeu Visita Ministerial da Senhora Ministra do Ambiente e Energia ao Algarve, Maria da Graça Carvalho**

Foi no dia 08 de Abril que recebemos a Visita Ministerial da Senhora Ministra do Ambiente e Energia ao Algarve, Maria da Graça Carvalho que iniciou na Barragem de Odelouca, tendo sido efetuada uma síntese do Empreendimento Odelouca, e a inauguração do investimento alusivo à Conceção-Construção do “Sistema de captação do volume morto da albufeira de Odelouca. Trata-se de um investimento que contou com o apoio do Fundo Ambiental. O sistema de elevação construído tem como objetivo captar o volume morto da albufeira da barragem de Odelouca, em situações de escassez hídrica.

A visita seguiu para ETAR da Boavista, onde se procedeu à inauguração do “Investimento alusivo à Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução Água para reutilização, vulgo ApR. Este investimento encontra-se incluído no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) 2021-2026 - Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve” - SM4. Este investimento visou munir a ETAR da Boavista de infraestruturas de tratamento, elevação e adução de água para reutilização, assegurando os requisitos da qualidade do efluente produzido e o devido transporte para a reutilização, destinada a rega de campos de golfe e espaços verdes associados.



#### 4.2.8. Serviço de Cadastro e Sistemas de Informação Geográfica

A Águas do Algarve (AdA), enquanto entidade gestora de um sistema multimunicipal de elevada complexidade, tem vindo a reforçar progressivamente o seu portefólio de ativos, dos quais depende para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público prestado. Neste contexto, afirma-se como uma empresa ativo-intensiva, exigindo uma gestão estruturada, rigorosa e suportada em informação fiável.

A gestão da informação constitui um dos pilares fundamentais da gestão de ativos, assumindo particular relevância face ao volume e diversidade de dados gerados diariamente nos sistemas operacionais, geográficos, de manutenção e financeiros. A fiabilidade, consistência e atualização permanente dos dados associados aos ativos são determinantes para a monitorização do seu desempenho e para a adequada fundamentação das decisões de investimento ao longo do respetivo ciclo de vida.

Durante o exercício de 2025, esta área manteve um papel central no apoio à decisão estratégica da Empresa, participando ativamente no planeamento, análise e priorização dos investimentos estruturantes. Destacam-se, pela sua relevância regional e impacto estratégico, os projetos enquadrados no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), bem como as restantes empreitadas estruturais em curso, que, embora não integradas no PRR, se encontram em desenvolvimento pela Águas do Algarve e contribuem de forma significativa para a modernização, resiliência e eficiência do sistema multimunicipal.

Assumiu igualmente particular relevância a atividade associada aos processos de expropriação e à constituição de servidões administrativas, função crítica para a concretização dos investimentos previstos, relevância essa que se manterá nos próximos exercícios, prevendo-se, inclusive, um aumento do volume de trabalho nesta área. Esta área assegura a instrução, acompanhamento e articulação institucional necessários à aquisição de terrenos e à regularização fundiária indispensável à implementação das empreitadas, garantindo o cumprimento dos requisitos legais e a mitigação de riscos de atraso na execução física dos projetos. Trata-se de uma vertente estrutural do processo de investimento, com impacto direto na calendarização, viabilidade e segurança jurídica das intervenções.

No âmbito da modernização e melhoria contínua dos sistemas de suporte à decisão, encontra-se prevista para 2026 a atualização dos portais WebSIG, com o objetivo de reforçar a disponibilidade, diversificação e adequação dos conteúdos às necessidades dos utilizadores, bem como de potenciar a capacidade de gestão e administração da plataforma, assegurando maior celeridade na disponibilização de informação crítica.

Paralelamente, manteve-se como prioridade a gestão e atualização do arquivo central da Empresa, com continuidade dos trabalhos de digitalização dos processos de expropriação e desenvolvimento da respetiva base de dados de suporte, visando a sua organização estruturada e futura consulta digital.

### 4.3. Financeira

#### Análise económica

O Volume de Negócios associado à atividade de exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais da Empresa cifrou-se em cerca de 65,4 milhões de euros em 2025, representando um aumento de 4,5% face ao ano anterior. Este aumento resultou da combinação de vários fatores, nomeadamente:

- Aumento dos volumes faturados na área de negócio do abastecimento, passando de 68,58 Mm<sup>3</sup> para 71,46 Mm<sup>3</sup> (4,2%) em 2025;
- Acréscimo de 2,1% na tarifa praticada no abastecimento de água, nomeadamente, de 0,5046€/m<sup>3</sup> para 0,5152€/m<sup>3</sup> e nos rendimentos tarifários, de 28.001.316 de euros para 28.589.344 de euros.

Relativamente ao volume de efluente tratado em 2025, verificou-se um aumento de 3,92 Mm<sup>3</sup>, embora, não tivesse impacto no volume de negócio da Águas do Algarve, S.A. por força da adoção do método de faturação por via de rendimentos tarifários.

Abaixo o volume de negócios em euros:

<b>Volume de negócios <sup>(1)</sup></b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Variação (em Euros e %)</b>	
Vendas	36.816.251	34.607.716	2.208.535	6,38%
Prestação de serviços	28.592.460	28.001.782	590.679	2,11%
<b>Volume de negócios</b>	<b>65.408.711</b>	<b>62.609.498</b>	<b>2.799.213</b>	<b>4,47%</b>

<sup>(1)</sup> O volume de negócio apresentado não inclui os Rendimentos dos Serviços de Construção e DRG

Quadro 27 - Volume de Negócios (€)

Relativamente aos rendimentos e gastos relacionados com a manutenção e exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais é de evidenciar o seguinte:

- No caso do abastecimento de água, os serviços de operação são assegurados totalmente por recursos internos (da AdA) e os serviços de manutenção estão contratados externamente.
- No saneamento, todos os serviços de operação e manutenção foram contratados externamente exceto para o subsistema da ETAR de Faro/Olhão;

No que respeita ao *cash-cost*, o cálculo referente ao ano de 2025, e comparativo com 2024, é o que explicita de seguida:

<b>Cash-Cost Líquido</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Variação (em Euros e %)</b>	
Gastos de Vendas (1)	2.576.079	2.198.418	377.661	17,18%
FSE	37.474.967	33.025.777	4.449.190	13,47%
Gastos com o Pessoal	7.757.190	7.134.096	623.094	8,73%
Outros gastos operacionais *	1.131.062	934.631	196.431	21,02%
<b>soma 1</b>	<b>48.939.298</b>	<b>43.292.922</b>	<b>5.646.376</b>	<b>13,04%</b>
Subsídios à exploração	235.862	508.635	-272.773	-53,63%
Outros rendimentos operacionais **	1.122.075	969.586	152.489	15,73%
<b>soma 2</b>	<b>1.357.937</b>	<b>1.478.221</b>	<b>- 120.284</b>	<b>-8,14%</b>
<b>Cash-Cost =soma 1 - soma 2</b>	<b>47.581.361</b>	<b>41.814.700</b>	<b>5.766.661</b>	<b>13,79%</b>

\* - exceto imposto selo operações financeiras e imparidades

\*\* - exceto subsídios ao investimento

(1)- O Gasto das Vendas apresentado não inclui os Gastos dos Serviços de Construção

#### Quadro 28 - Cash-Cost Líquido

Como se constata, o cash-cost aumentou significativamente face a 2024 fruto da variação desfavorável dos gastos ocorridos principalmente na rubrica de "FSEs" e Gastos com Pessoal, verificando-se uma variação total das rubricas de gastos de 5,65 milhões de euros, ou seja, um aumento de 13,04% face ao período homólogo do ano anterior. Verificou-se igualmente um aumento nos custos das mercadorias vendida e matérias consumidas devido à rubrica reagentes que decorre do aumento dos volumes tratados e do efeito preço verificado na contratação desses materiais.

Assim, apresenta-se de seguida uma tabela do desdobramento dos FSE:

<b>Rubrica</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Variação (em Euros e %)</b>	
Subcontratos	17.088.021	14.586.296	2.501.725	17,2%
Electricidade	4.884.214	4.773.612	110.602	2,3%
Rendas e alugueres	888.565	1.102.024	-213.459	-19,4%
Seguros (sem Pessoal)	432.210	513.409	-81.200	-15,8%
Conservação e reparação	3.908.044	3.511.854	396.190	11,3%
Trabalhos especializados	7.191.093	5.588.200	1.602.892	28,7%
Material de laboratório	546.462	501.911	44.551	8,9%
Outros FSE	2.536.359	2.448.470	87.889	3,6%
<b>Total de FSEs</b>	<b>37.474.967</b>	<b>33.025.777</b>	<b>4.449.190</b>	<b>13,5%</b>

#### Quadro 29 - Gastos com Fornecimento e Serviços Externos

Conforme já abordado acima, o ano 2025 foi caracterizado como sendo um ano chuvoso, mas igualmente muito quente, o que provocou um aumento de ambos os volumes tratados, do abastecimento de água e do efluente tratamento, e que gerou aumentos dos gastos variáveis em 2025, sem forçosamente ter o mesmo impacto no volume de negócio, nomeadamente, pela adoção dos rendimentos tarifários no serviço de saneamento, que fixa a receita dessa atividade ao longo do ano.

Para além do tema da variação dos reagentes, abordado anteriormente, temos no quadro acima a variação dos FSEs com um aumento de 13,5%, maioritariamente explicado pela rubrica de subcontratos que é faturado em euro/m<sup>3</sup> de efluente tratado, e o conjunto das contas de trabalhos especializados que inclui a rubrica de tratamento de lamas faturado em euro/tonelada. Nesta última rubrica, verificou-se desde o início do ano, para além do efeito quantidade

(+349,0 mil euros), um aumento muito significativo do preço unitário desta prestação de serviços, o que representou uma variação média de 56,2% e um efeito preço de 1,19 milhões de euros. Outra das rubricas com impacto considerável nos FSEs, é a de conservação e reparação que contou com uma variação de 396,2 mil euros (11,3%), motivada, entre outros efeitos, pela prestação de serviços de reposição de areia nos filtros rápidos (+140,6 mil euros), na zona poente, do abastecimento de água (não executada em 2024), e ainda um aumento de 93,4 mil euros nos trabalhos a mais face a 2024.

A diferença entre o Volume de Negócios e o *Cash-Cost* representa o EBITDA gerado pela Empresa, cuja evolução se apresenta no quadro seguinte, evidenciando-se igualmente o peso do EBITDA no Volume de Negócios.

<b>EBITDA</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Varição (em Euros e %)</b>	
Volume de negócios	65.408.711	62.609.498	2.799.213	4,5%
Cash-Cost Líquido	47.581.361	41.814.700	5.766.661	13,8%
<b>EBITDA</b>	<b>17.827.350</b>	<b>20.794.797</b>	<b>- 2.967.447</b>	<b>-14,3%</b>
<b>EBITDA : VN</b>	<b>27,3%</b>	<b>33,2%</b>		<b>-17,9%</b>

Quadro 30 - EBITDA

A componente financeira associada aos gastos com os recursos das entidades financiadoras da Empresa (bancos + empréstimos AdP) e com os proveitos decorrentes das aplicações financeiras e juros de mora imputáveis aos clientes evoluiu conforme quadro seguinte:

<b>Resultados Financeiros</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Varição</b>	
Gastos financeiros (1) (2)	-5.894.853	-7.185.158	1.290.305	18,0%
Rendimentos financeiros (1)	2.411.763	1.284.221	1.127.542	87,8%
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-3.483.090</b>	<b>-5.900.937</b>	<b>2.417.847</b>	<b>41,0%</b>

(1) - exceto justo valor

(2) - inclui imposto selo operações financeiras

Quadro 31 - Resultados Financeiros

Os gastos financeiros diminuiram 18,0% acompanhando o nível de endividamento da empresa que diminuiu 10,4%, de 2024 para 2025.

Os rendimentos financeiros de 2025, excluindo o efeito do justo valor, aumentaram 87,8% relativamente ao ano anterior, essencialmente devido à atualização da taxa de juro do acordo de regularização de dívida celebrado com VRSA que representa por si só 1,0 milhão de euros. Conjuntamente os resultados financeiros melhoraram 2,4 milhões de euros em 2025, i.e., com um aumento de 41,0%.

Conjugando os valores do EBITDA com os Resultados Financeiros e IRC, conforme quadro seguinte, chegamos ao indicador Cash-Flow Líquido, que aumenta em valor absoluto e no peso face ao Volume de Negócios.

<b>Cash Flow Líquido</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Varição (em Euros e %)</b>	
EBITDA	17.827.350	20.794.797	-2.967.447	-14,3%
Resultados financeiros	3.483.090	5.900.937	-2.417.847	-41,0%
IRC	4.719.066	6.130.135	-1.411.068	-23,0%
<b>Cash Flow Líquido</b>	<b>9.625.194</b>	<b>8.763.726</b>	<b>861.468</b>	<b>9,8%</b>
<b>Cash Flow Líquido : VN</b>	<b>14,7%</b>	<b>14,0%</b>		<b>5,1%</b>

Quadro 32 - Cash-Flow Líquido

O valor do IRC apresenta uma redução de 1,4 milhões de euros de 2024 para 2025, que resulta da diminuição dos resultados antes de impostos.

Pelo quadro acima podemos concluir que o denominado cash-flow líquido melhorou face ao volume de negócios, passando de 14,0% em 2024 para 14,7% em 2025.

O quadro seguinte evidencia, em detalhe, a evolução das restantes rubricas de gastos e rendimentos associados ao investimento e justo valor, cujo agregado denominamos gastos de investimento.

<b>Gastos e Rendimentos ligados ao investimento e justo valor</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Variação (em Euros e %)</b>	
Amortizações	23.619.936	22.119.784	1.500.152	6,8%
Provisões / Perdas por Imparidade	-1.235.038	-4.786	-1.230.252	25705,2%
Gastos (justo valor)	70.535	93.679	-23.144	-24,7%
<b>soma 1</b>	<b>22.455.433</b>	<b>22.208.676</b>	<b>246.756</b>	<b>1,1%</b>
Subsídios ao Investimento	9.016.525	7.731.343	1.285.183	16,6%
Rendimentos (justo valor)	62.636	39.777	22.860	57,5%
Margem (IFRIC12)	0	0	0	
<b>soma 2</b>	<b>9.079.161</b>	<b>7.771.119</b>	<b>1.308.042</b>	<b>16,8%</b>
<b>Gastos Inv= Soma 1 - Soma 2</b>	<b>13.376.271</b>	<b>14.437.557</b>	<b>-</b>	<b>1.061.286</b> <b>-7,4%</b>

*Quadro 33 - Gastos de Investimento*

Conjugando os valores do Cash-flow líquido com os deste último quadro (gastos de investimento), chegamos aos Resultados Líquidos da Empresa, cuja evolução se apresenta de seguida:

<b>Cash Flow Líquido</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Variação (em Euros e %)</b>	
Cash-flow líquido	9.625.194	8.763.726	861.468	9,8%
Gastos Inv	13.376.271	14.437.557	-1.061.286	-7,4%
Resultados Líquidos	2.074.122	1.827.399	246.723	13,5%
<b>Resultados líquidos / Capital Social</b>	<b>6,95%</b>	<b>6,13%</b>	<b>0,83%</b>	<b>13,50%</b>

*Quadro 34 - Rendibilidade dos Capitais Próprios = Resultados Líquidos/Capital Social*

A rentabilidade dos capitais próprios aumentou ligeiramente de 2024 para 2025, nomeadamente, de 6,1% para 7,0% respetivamente.

Em 2025 o DRG registado, em termos líquidos de impostos diferidos, ascendeu a cerca de 5,7 milhões de euros.

### Situação financeira

Da análise económica efetuada acima resulta que a situação financeira da Empresa tenha melhorado face ao aumento dos consumos no Algarve:

- Em 2025 a Empresa registou uma diminuição significativa do seu passivo oneroso (-10,4% face a 2024);
- Piorou ligeiramente o Prazo Médio de Pagamentos, passando **de 33 para 36 dias**. O valor de dívidas vencidas de clientes aumentou em 7,7%, devido à atualização da taxa de juro do ARD de VRSA;
- Em termos de Resultados o rácio EBITDA / Volume de Negócios piorou face ao ano anterior, passando de 33,2% em 2024 para 27,3% em 2025, maioritariamente impactado pelo aumento dos encargos variáveis, não integralmente traduzidos em aumento da receita, nomeadamente, com o aumento dos gastos com subcontratos e com tratamento de lamas, ambos associados ao tratamento de efluente, que tem visto as receitas fixadas desde de 2019 por força da adoção dos rendimentos tarifários;
- e o Resultado Líquido da Atividade (sem o Desvio de Recuperação de Gastos) que baixou 24,4%, o equivalente a uma descida de 718,8 mil euros.

No capítulo abaixo designado por “prazos médios de recebimento e pagamento” analisa-se o comportamento dos clientes e da Empresa face aos fornecedores.

Quanto aos investimentos, a nota 5 do anexo às contas evidencia o acréscimo de 27,3 milhões de euros em ativos tangíveis e intangíveis brutos.

O quadro seguinte dá-nos conta de como decorrem as candidaturas no âmbito do POSEUR:

Operação	Designação da Operação	Estado Candidatura	Elegível Aprovado	Apoio Total Aprovado	Pedido Pagamento Elegível Validado	Pedido Pagamento Apoio Validado	Apoio Pago
POSEUR-03-2012-FC-000002	Ligação de Monchique Norte ao Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve	Encerrada / Concluída	652 549,21 €	554 666,83 €	652 549,21 €	554 666,83 €	554 666,83 €
POSEUR-03-2012-FC-001445	Construção de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR de Vila Real de Santo António	Encerrada / Concluída	1 451 753,72 €	1 305 574,63 €	1 451 753,72 €	1 305 574,63 €	1 305 574,63 €
POSEUR-03-2012-FC-000028	ETAR de Faro / Olhão e Sistema Elevatório de Olhão	Encerrada / Concluída	16 221 381,72 €	13 910 214,52 €	16 221 381,72 €	13 910 214,52 €	13 910 214,52 €
POSEUR-03-2012-FC-001564	Nova Reserva do Barlavento	Encerrada / Concluída	2 176 402,34 €	2 063 652,47 €	2 176 402,34 €	2 063 652,47 €	2 063 652,47 €
POSEUR-03-2012-FC-001563	Remodelação da ETAR de Lagos	Encerrada / Concluída	11 750 501,72 €	10 595 124,01 €	11 750 501,72 €	10 595 124,01 €	10 595 124,01 €
POSEUR-03-2012-FC-000027	Nova ETAR da Companheira	Encerrada / Concluída	10 694 814,10 €	9 102 901,36 €	10 694 814,10 €	9 102 901,36 €	9 102 901,36 €
POSEUR-03-2012-FC-000025	Ligação de Algoz/Tunes ao Sistema de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves	Encerrada / Concluída	1 773 437,53 €	1 507 421,87 €	1 773 437,53 €	1 507 421,87 €	1 507 421,87 €
POSEUR-03-2012-FC-000026	Sistema Intercetor e Elevatório de Vila do Bispo e Sagres	Encerrada / Concluída	2 016 805,78 €	1 716 422,96 €	2 016 805,78 €	1 716 422,96 €	1 716 422,96 €
POSEUR-03-2012-FC-000835	Reforço da capacidade de tratamento da ETA de Alcantarilha	Encerrada / Concluída	4 942 774,44 €	3 458 851,93 €	4 942 774,44 €	3 458 851,93 €	3 458 851,93 €

#### Quadro 35 - Candidaturas POSEUR

Da análise da tabela acima, verifica-se que todas as Operações apoiadas pelo POSEUR se encontram concluídas, física e financeiramente.

Em 2025 foram integralmente recebidos os montantes referentes às Operações aprovadas em Overbooking, ou seja, Remodelação da ETAR de Lagos e Nova Reserva do Barlavento. Foram igualmente aplicadas algumas majorações finais às Operações da ETAR da Companheira e ApR de Vila Real de Santo António.

#### Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

A AdA tem em vigor um contrato estabelecido com a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP), designado RE-C09-i01.04 "Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM4 – Promover a utilização de Água Residual Tratada; SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água; SM6 – Promover a dessalinização de água do mar", cujo montante anteriormente aprovado de 169.498.742,00€, foi revisto em 2025, decorrente da saída dos seguintes investimentos: Estação Dessalinizadora de Água do Mar (EDAM); Captação do Pomarão e Reforço da Interligação - Chão das Donas. As razões para a retirada destes investimentos do PRR, e a sua realocação no programa Portugal 2030, tem a ver apenas com o horizonte temporal do PRR e da impossibilidade de terminar os investimentos atrás mencionados dentro desse horizonte temporal.

Presentemente, com a retirada dos referidos investimentos, a dotação total do Investimento C09-i01.04 corresponde a 43.083.911,70 €.

### Fundo Ambiental

A AdA tem em vigor os três Protocolos estabelecidos com o Fundo Ambiental, decorrentes da situação de seca reconhecida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26-A /2024, que aprovou um montante global de €10.900.000,00, para a execução de um conjunto de intervenções consideradas determinantes para a minimização da situação de seca, e reforço da resiliência do SMAASA.

Nesse sentido, em 2024 foram estabelecidos três Protocolos entre a AdA e o Fundo Ambiental, para a concretização das seguintes Medidas:

1. Aproveitamento do Volume Morto da Barragem de Odelouca, no montante de €4.900.000,00
2. Medidas de apoio para intervenções em consequência de situações de seca no âmbito do uso eficiente da água e proteção dos recursos hídricos, no montante de €5.200.000,00
3. Ações de sensibilização e de planeamento para a gestão de seca e escassez, no montante de € 800.000,00

Os Protocolos tinham uma duração prevista para os anos 2024-2025, contudo, face à alteração da situação de seca e à reorganização das prioridades de investimento, foi solicitado e aprovado pelo Fundo Ambiental a prorrogação dos referidos Protocolos até dezembro de 2027.

Foi igualmente prorrogada a periodicidade dos Reportes de Execução Física e Financeira, pelo que em 2025 não houve atualização da execução reportada em 2024.

Assim, a execução financeira reportada mantém-se a seguinte:

<i>Protocolo</i>	<i>Montante contratado</i>	<i>Montante Reportado</i>
<i>Volume Morto da Barragem de Odelouca</i>	<i>4 900 000,00</i>	<i>3 378 140,37</i>
<i>Intervenções SECA (Captações Subterrâneas; Serviços; Equipamento; Pessoal; Rede Castro Marim)</i>	<i>5 200 000,00</i>	<i>445 678,62</i>
<i>Campanha de Sensibilização e Comunicação</i>	<i>800 000,00</i>	<i>288 163,78</i>
<b><i>TOTAL</i></b>	<b><i>10 900 000,00</i></b>	<b><i>4 111 982,77</i></b>

*Quadro 36 - Execução financeira dos protocolos celebrados com o Fundo Ambiental*

### Programa Operacional Regional Algarve 2030

No decorrer do ano 2025, o Programa Operacional Regional do Algarve - Algarve 2030, teve aberta em contínuo uma linha de fundos direcionada a financiar investimentos no âmbito do Ciclo Urbano da Água em Alta.

Ao abrigo desse aviso, a Águas do Algarve, SA apresentou diversas candidaturas, com investimentos e tipologias que passaram por várias áreas da empresa.

No quadro abaixo sistematizamos o conjunto de candidaturas presentemente aprovadas no âmbito do Programa Regional Algarve 2030:

Designação da Operação	Investimento aprovado
<i>Remodelação da ETAR de Pademe e Sistema elevatório do Purgatório</i>	<i>5 178 900,00</i>
<i>Reforço do Abastecimento a Loulé</i>	<i>21 118 525,43</i>
<i>Desenvolvimento de um sistema inteligente e integrado para a eficiência operacional do Abastecimento de Água em Alta do Algarve: modernização, automação e tecnologias imersivas</i>	<i>11 696 915,86</i>
<i>Sistemas de Captações Subterrâneas</i>	<i>7 762 283,77</i>
<i>Reforço do Tratamento de Subprodutos do SMAASA, para Otimização dos Processos de Reutilização e Circularidade/Valorização do Subproduto Lamas: ETA e ETAR</i>	<i>5 137 690,36</i>
<i>Reforço da Interligação de Abastecimento de Água em Alta entre Barlavento-Sotavento - Chão das Donas</i>	<i>11 462 048,09</i>
<i>Investimentos para Reforço, Modernização e Resiliência do Sistema de Saneamento em Alta no Algarve</i>	<i>20 084 095,00</i>
<b>TOTAL INVESTIMENTO CANDIDATADO ALGARVE 2030</b>	<b>82 440 458,51</b>

**Quadro 37 - Candidaturas aprovadas no âmbito do Programa Regional Algarve 2030**

### Programa Operacional Sustentável 2030

Importa ainda referir que relativamente aos investimentos da Edam e Captação do Pomarão retirados do PRR os mesmos serão incluídos em candidaturas a apresentar ao programa operacional sustentável 2030 cujo convite será lançado no final do primeiro trimestre de 2026.

### Prazos médios de recebimento e de pagamento

A Águas do Algarve, S.A. é prestadora dos serviços de abastecimento e de saneamento “em alta” para a região do Algarve. Como consequência, os seus Clientes são as Câmaras Municipais ou Empresas detidas exclusiva ou maioritariamente pelos Municípios, perfazendo atualmente 19 clientes.

Os quadros seguintes resumem a dívida (não corrente e corrente) dos clientes no final de 2025 e 2024 e os prazos médios de recebimento:

<b>Créditos Municipais</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Varição</b>	
Dívida Vencida	14.955.037	13.888.914	1.066.123	7,7%
Dívida Não Vencida	23.993.987	21.587.116	2.406.871	11,1%
<b>Totais</b>	<b>38.949.024</b>	<b>35.476.029</b>	<b>3.472.995</b>	<b>9,8%</b>

*Quadro 38 - Dívida (Corrente e Não Corrente)*

Os saldos acima correspondem a valores brutos das rubricas de clientes e ativos financeiros ao justo valor, portanto sem imparidades (2.718.640€ em 2025), e faturados, ou seja, sem Acréscimos de juros de mora não faturados a clientes (6.856.953€ em 2025).

<b>PMR</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Varição</b>	
PMR (Dias)	<b>68</b>	<b>50</b>	<b>18</b>	<b>35,7%</b>

*Quadro 39 - Prazo Médio de Recebimento*

Verifica-se no final de 2025 um aumento de 3,5 milhões de euros no saldo da dívida de clientes, motivado, por um lado, pela atualização tarifária 2025 faturada em dezembro, pelo recalculo da taxa de juro do ARD de VRSA, e por último, pelo aumento dos consumos de abastecimento de água em 2025 face ao ano anterior. Embora impercetível no quadro da dívida total de clientes, a Empresa renovou o esforço em procurar resolver diferendos com clientes com vista à recuperação de créditos vencidos.

Em sequência do verificado no mandato anterior, foram efetuadas várias reuniões com os Municípios cuja antiguidade do saldo era superior a 2 meses com o objetivo de se estabelecerem plataformas de entendimento para que os acordos existentes fossem respeitados e/ou se estabelecessem novos acordos. Os pontos mais relevantes são os seguintes:

#### Taviraverde E.M.

O valor vencido, 3,32 milhões de euros, 3,23 dos quais correspondem a 4 Processos que se encontram no Supremo Tribunal a aguardar decisão e 86,6 mil euros correspondente a juros de mora;

#### VRSA, SGU E.M. / Município de Vila Real de Santo António

A 25 de maio 2021 foi celebrado um Acordo de Regularização de Dívida (ARD), para 16,8 milhões de euros. À data de fecho do ano de 2025 o cliente amortizou as respetivas prestações trimestrais consideradas no Plano de Pagamento do ARD. No entanto este ano, houve a necessidade de recalcular a taxa de juro do ARD, por atualização do indexante, nos termos da redação do acordo, o que gerou 924,0 mil euros de dívida vencida, correspondente a saldos de 2024 e anteriores.

A restante dívida, 9,8 milhões de euros, acrescido de juros, poderá ser resolvida extrajudicialmente, apesar da existência de processo.

## Águas de VRSA

No final do exercício, o cliente registava uma dívida vencida de 248,9 mil euros correspondendo essencialmente às faturas AA e AR de outubro de 2025, entretanto liquidadas a 09 de janeiro de 2026. O Cliente tem registado valores vencidos nos fechos de cada mês, liquidando-os num prazo entre 60 e 90 dias.

## FAGAR

Relativamente ao Acordo de Regularização de Dívida (ARD), celebrado em 2011 entre a Empresa e a FAGAR, a AdA mantém contabilisticamente um valor em aberto de 1,06 milhões de euros. Aquando da integração das infraestruturas de saneamento no património da AdA, S.A., haverá lugar à compensação de valores que resultarem da valorização final das infraestruturas, a qual irá ser ainda feita.

Os trabalhos referentes à formalização da transferência da propriedade de ativos e do cumprimento dos termos da adesão do Município de Faro aos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento estão em curso, tendo as entidades acordado a contratação de serviços jurídicos comuns para o efeito, que desejavelmente permitirá no curto prazo regularizar os processos em aberto entre a AdA e a FAGAR.

## Ambiolhão

No final do exercício, o cliente registava uma dívida vencida de 327,8 mil euros correspondente essencialmente às faturas AA e AR de outubro de 2025, entretanto liquidadas a 08 de janeiro 2026. O Cliente tem registado, a partir de abril 2023, valores vencidos nos fechos de cada mês, liquidando-os num prazo entre 60 e 90 dias.

## Inframoura

No final do exercício, o cliente registava uma dívida vencida de 260,7 mil euros correspondente essencialmente à fatura AA de outubro de 2025, entretanto liquidada a 19 de janeiro 2026.

Relativamente aos **restantes clientes**, verifica-se, em termos gerais, o cumprimento do determinado no contrato de concessão, concretamente, às condições de crédito que este determina (60 dias).

De referir que o atraso no pagamento de faturas emitidas há mais de 60 dias, nem que seja por alguns dias como acima apresentado prejudica não só o rácio PMR mas também o indicador desempenho cuja administração da Águas do Algarve, S.A. é avaliada.

Para além dos valores contabilizados na conta de clientes, estão registados na rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos, 6,9 milhões de euros referentes a juros de mora estimados para os atrasos na regularização de dívida, tais como a dívida de clientes em injunções/processos administrativos (ver nota 11).

No que respeita ao pagamento a fornecedores, os prazos contratualmente estabelecidos, em regra 30 dias, estão a ser antecipados. De notar que o saldo de fornecedores de imobilizado incorpora valores de integração de património municipal ainda não liquidados por razões de natureza administrativa, nomeadamente obtenção das autorizações do concedente para proceder à integração, bem como retenções de pagamento de faturas como garantia prevista em contrato, nos termos do Código da Contratação Pública.

<b>PMP</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Variação</b>	
PMP (dias)	<b>36</b>	<b>33</b>	<b>3</b>	<b>7,8%</b>

*Quadro 40 - Prazo Médio de Pagamento*

O valor do PMP aumentou de 2025 para 2024, passando de 33 para 36 dias, respetivamente.

#### 4.4. Investigação e desenvolvimento / Inovação

No ano de 2025 deu-se seguimento à execução dos projetos IDI que já estavam em curso no ano transato e foi celebrado um novo acordo de cooperação, apresentando-se seguidamente uma breve descrição dos mesmos.

➤ *CIRCULamETA*

Foi concluído o Acordo Específico de Cooperação de Caracterização de Lamas de ETA para aplicação na Economia Circular – CIRCULamETA - com entidades de I&D, iniciado em setembro de 2024, nomeadamente com o Instituto Superior de Engenharia (ISE) da Universidade do Algarve (UAAlg) e o Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico para a Construção, Energia, Ambiente e Sustentabilidade (Itecons), com a ambição de acelerar a economia circular da água através de uma gestão do ciclo da água em equilíbrio com a natureza, garantindo a transição para a economia circular e atendendo ao objetivo de valorizar os resíduos produzidos enquanto subprodutos.

Foi avaliada a viabilidade de outras soluções regionais alternativas à atual de valorização em cimenteira, tendo sido realizados os estudos técnicos preliminares para avaliar a possibilidade da aplicação de lamas resultantes do tratamento de água para consumo humano, nomeadamente na aplicação em compósitos cimentícios e aplicações geotécnicas.

Neste sentido as partes realizaram através da caracterização sistemática de amostras de lamas provenientes das Estações de Tratamento de Água (ETA) de Alcantarilha e Beliche, a análise das propriedades físicas, químicas e mineralógicas das amostras, bem como a sua compatibilidade com ligantes hidráulicos e argilas da região, permitindo uma avaliação técnica abrangente da sua viabilidade de utilização.

Os resultados obtidos evidenciam que as lamas estudadas apresentam características favoráveis à sua utilização como matéria-prima, nomeadamente pela presença de frações minerais compatíveis com pastas cimentícias e pela sua adequação para formulações destinadas a aplicações geotécnicas, como elemento de substituição de matéria-prima natural (argilas). Tais propriedades indicam que as lamas possuem potencial significativo para serem incorporadas, de forma parcial, em compósitos cimentícios ou em misturas para camadas impermeabilizantes em aterros sanitários, contribuindo para a redução da dependência de recursos naturais não renováveis.

O projeto CIRCULamETA reforça o compromisso com a inovação e a sustentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento de soluções de valorização de resíduos coerentes com os objetivos ambientais e estratégicos do setor.

Tendo em consideração os resultados obtidos no projeto importa dar continuidade desenvolvendo ações para o estabelecimento de parcerias regionais com a indústria, para a integração de lamas de ETA na economia circular vir a ser uma realidade no Algarve.



Figura 1. Ensaio no ISE da Universidade do Algarve para incorporação de lamas de ETA na aplicação em compósitos cimentícios.

A Águas do Algarve, S.A. para dar continuidade aos estudos iniciados com vista ao desenvolvimento de ações no sentido de viabilizar soluções alternativas e/ou complementares à atual valorização das lamas de ETA, às já estudadas, celebrou o novo acordo SubETA\_Ceramics, com a Universidade do Algarve, em que as partes realizaram estudos e ensaios técnicos preliminares para avaliar a possibilidade da valorização de subprodutos resultantes do tratamento de água para consumo humano em cerâmica para alvenaria, cujos resultados estão em fase de conclusão.



Figura 2. Ensaios no ISE da Universidade do Algarve para incorporação de lamas de ETA na aplicação em cerâmica.

#### ➤ *POOLWISE*

- O Projeto POOLWISE - *Salt Water Pool Optimization with Integrated Sustainable Elements*, apresentado pela Escola Superior de Engenharia da Universidade do Algarve e o Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico para a Construção, Energia, Ambiente e Sustentabilidade (Itecons), no âmbito do SIID – I&D Empresarial - Operações em Copromoção - Outros territórios está em curso sendo acompanhado pela AdA e pretende ser uma iniciativa inovadora para a redução do consumo de água potável, através do desenvolvimento de soluções sustentáveis na fase de construção e utilização de piscinas, com a adaptação e otimização de equipamentos, materiais e sistemas de gestão energética e hídrica para a utilização de água do mar.

#### ➤ *ZEROinETAR*

O projeto *Desenvolvimento de Plataforma de Gestão Integrada para Controlo de Incumprimentos em ETAR*, com o acrónimo ZEROinETAR, sob coordenação da empresa EPAL – LVT e onde para além da AdA é igualmente parceiro beneficiário a empresa SIMDOURO, teve início no passado mês de setembro de 2025. O projeto foi aprovado no âmbito do concurso INOVAPRO e tem a duração de dois anos. O principal objetivo do projeto é desenvolver uma plataforma que possa dar resposta a diversos problemas e constrangimentos inerentes à avaliação da Conformidade Legal da água rejeitadas pelas ETAR em domínio hídrico e gerir as Não Conformidades que daí advêm de forma célere e sistemática.

## Outros projetos

- *Plano de Segurança da Água do Sistema de Abastecimento de Água em Alta* foi mantido em 2025.
- O CCMAR da Universidade do Algarve tem vindo a realizar a monitorização da água do mar, com vista à caracterização da referência para a instalação futura da EDAM (Estação Dessalinizadora da Água do Mar).
- A UAlg tem vindo a realizar vários estudos para monitorização dos contaminantes de interesse emergente (e.g., fármacos), especificamente através do Projeto de Investigação "MicroFish/MicroWaste". Neste projeto, apoiado pela AdA, a UALG efetua a monitorização de compostos farmacêuticos no efluente líquido, à entrada e saída das ETAR de Faro/Olhão, Faro Noroeste e Vila Real de Santo António:

## Publicações / Comunicações / Poster

- Miranda C, Pereira S, Sousa A, Wilfert P, van Loosdrecht M, Martins A, Castro P, Amorim C. Unveiling the Effect of Extracellular Polymeric Substances (EPS) Recovered from Waste Aerobic Granular Sludge on Maize Performance and Soil Health. Microbiotec'25: Congresso f Microbiology and Biotechnology 2025. Açores. Ponta Delgada.
- Bento N, Silva N, Dinis L, Martins A. Produção e Fornecimento de ApR no subsistema da Boavista. 2025. XV Jornadas de Engenharia. ISA, Lisboa.
- Rosário S, Alves D, Veríssimo P, Fontinha P, Martins A. Controlo das Afluências Indevidas salinas e dos seus efeitos no subsistema de Águas Residuais de Faro/Olhão. 2025. XV Jornadas de Engenharia. ISA, Lisboa.
- Silva N, Correia R, Barreto S, Martins A. Efeito da Remodelação da ETAR de Lagos no seu desempenho. 2025. XV Jornadas de Engenharia. ISA, Lisboa.
- Soares M, Fernandes R, Viegas S, Martins A. Arranque da Central de Secagem Solar de Lamas da ETAR de Vila Real de Santo António. 2025. XV Jornadas de Engenharia. ISA, Lisboa.
- Martins A. Water Balances and Integration of Water Reuse Project in Water Management. 7th meeting of the Working Group on Water Reuse. 7-8 April 2025, Faro, Portugal.
- Martins A, Bento N, Espanha A, Ramos P. Ponto de Situação das Água para Reutilização no Algarve. 2025. 17.º Congresso da Água. Lagos. Portugal.
- Martins A. ETAR Faro-Olhão: Lama Aeróbia Granular e Biopolímeros. 2025. Mestrado Engenharia do ambiente. ISA. Lisboa.
- Martins A. Restoring Nature and using Nature Based Solutions as part of a circular approach in Water. 2025. Water in Circular Economy and Resilience – WICER. Montijo. Portugal.
- Martins A. Contribuição dos sistemas de Saneamento e da Reutilização no Ciclo Urbano da água na região do Algarve, 2025. Dia Nacional da água. Observatório Marinho do Algarve. Faro. Portugal.
- Vermelhudo A, Espanha A, Ramos P, Martins A. Execution of Infraestructure for Elevation and Water Supply of Vilamoura WWTP. 2025. XIX World Water Congress. Marrakech. Marocco.

- Bento N, Espanha A, Ramos P. Integration of Water Reuse Projects into Water Management to Increase Water Resilience and Economic Sustainability in the Algarve Region – Experience of Water Operator Águas do Algarve. 2025. XIX World Water Congress. Marrakech. Marocco.

#### 4.5. Eventos Posteriores ao Fecho

Nos termos do Contrato de Concessão em vigor a Águas do Algarve submeteu à ERSAR no dia 13 de fevereiro de 2026 o Relatório Desvio de Recuperação de Gastos de 2025. Pelo teor do cálculo das métricas que efetuámos, medindo-as face às que foram definidas pela ERSAR, e considerando os ajustamentos que a Empresa entende por necessários, nomeadamente, desconsideração de impactos nos gastos operacionais derivados de aumentos de preços acima da inflação (reagentes, lamas, outros fornecimentos e serviços externos), a Empresa propôs à ERSAR que não houvesse lugar a qualquer ajustamento à Remuneração Acionista de 2025.

Até à data a AdA ainda não recebeu da parte da ERSAR nem qualquer solicitação ou esclarecimento adicional, nem qualquer Projeto de Decisão.

A Empresa não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela ERSAR, por:

- Ser entendimento da Administração de que o eventual ajustamento final ao DRG após contraditórios não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras tendo em conta o histórico verificado; e
- Ser convicção da Administração de que o DRG relevado nas demonstrações financeiras é a melhor estimativa na presente data.

No dia 12 de janeiro de 2026 foi submetido à apreciação da ERSAR, com conhecimento da Tutela, uma proposta de revisão de Contrato de Concessão, incluindo-se nesta proposta uma revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira no qual foi considerado o investimento projetado, incluindo o investimento denominado de PRR. Em consonância, foram também os pressupostos atualizados, ou seja, foram os caudais revistos, os gastos operacionais também revistos. Neste EVEF foram consideradas 3 atividades principais: o abastecimento de água para consumo (AA), o tratamento de efluentes (AR), e a venda de água para reutilização (apR). Aguarda-se a posição da ERSAR e da Tutela.

Relativamente às tarifas de abastecimento de água, e dos rendimentos tarifários do saneamento, a Águas do Algarve faturou aos seus clientes durante o ano de 2025 já aos preços atualizados a 2025, resolvendo-se ainda neste ano a questão dos valores que estavam por faturar aos clientes referentes ao ano de 2024 (atualização das quantidades fornecidas/serviços prestados em 2024, de a preços de 2023 para a preços de 2024), os quais estavam acrescidos em Balanço a aguardar a ratificação das tarifas por parte da Tutela. Não obstante o esforço de faturação, não se registou nenhum agravamento do padrão de recebimento por parte dos clientes da empresa.

A Administração da Águas do Algarve entende que a solvabilidade da Empresa, bem como a continuação da sua atividade normal, não estão em causa.

Não existe mais nada de relevante a assinalar com relação a eventos subsequentes.

#### 4.6. Cumprimento das Orientações Legais

[Ponto I - Objetivos de gestão \(artigo 38º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial\) e Plano de Atividades e Orçamento](#)

- a) Objetivos definidos pelo "acionista" para 2025, explicitando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar.

Na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas realizada em 28 de junho de 2021 foram aprovadas as Orientações Estratégicas e Objetivos e Indicadores de Gestão para o mandato em curso (2021-2023). Não tendo sido eleito em 2025, Conselho de Administração para um novo mandato, a 31 de dezembro de 2025 mantinha-se em funções o Conselho eleito para o mandato 2021-2023, pelo que não estão definidos objetivos para 2025.

## Glosário

AA = Abastecimento de Água;

AR = Águas Residuais;

PRC = Plano de Redução de Custos;

PAO = Plano de Atividade e Orçamento; PMP = Prazo Médio de Pagamento;

RCM = Resolução de Conselho de Ministros;

PP = Ponto Percentual;

RL = Resultado Líquido;

DRG = Devio de Recuperação de Gastos;

AQA = Avaliação da Qualidade da Água;

AQAR = Avaliação da Qualidade da Água Residual;

Sem prejuízo do que antecede, tendo por referência os objetivos de gestão fixados para 2023, em 2025 o respetivo grau de cumprimento seria o seguinte:

	Indicador	Cálculo	Escala	AdA
Financeiros	Eficiência de Gestão	<b>PRC</b> = [(GV+FSE+GP)/VN] Variação face ao PAO proposto	1. var < +0,10pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 3. var < -0,10 pp	10,0%
	Dívida Comercial de devedores municipais	<b>DCDMA</b> = [Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)] / [Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)]*100	1. DCDMA>105% 2. 95% <= DCDMA <=105% 3. DCDMA<95%	10,0%
	Limite ao endividamento	<b>Endividamento</b> = [Stock Dívida (Ano N) / Stock Dívida (Ano N-1)]-1*100	1: X > 2% 2: 1,5%<= X <= 2% 3: X < 1,50% * investimentos materialmente relevantes são excluídos do calculo, a percentagem adotada corresponde ao definido na legislação.	10,0%
	Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ano anterior	Quando PMP <= 60 dias e cumpre com o estipulado na RCM 34/2008: 1: Incumprir: quando PMP aumenta mais de 1 dia face ao ano anterior; 2: Cumprir: quando PMP aumenta 1 dia; 3: Excede: quando PMP <= 60 dias.  Quando PMP > 60 dias ou incumprir com a RCM 34/2008: 1: Incumprir: PMP > -15% face ao ano anterior; 2: Cumprir: -25% <= PMP <= -15%, face ao ano anterior; 3: Excede: face ao ano anterior, PMP < -25%.	10,0%
	Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO	1. Var < -5% 2. -5% <= Var <= 5% 3. Var > 5% *excluindo o efeito DRG	10,0%

Quadro 41 - Indicadores Financeiros

	Indicador	Calculo	Escala	AdA
Ambientais e de Serviço	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	1. N° Ações executadas face ao previsto < 80,00% 2. N° Ações executadas face ao previsto >= 80,00%; <90,00% 3. N° Ações executadas face ao previsto >=90,00%	10,0%
	Qualidade da Água Fornecida	AQA = QA (Ano N)	1. AQA <97,00% 2. 97,00% <= AQA <99,00% 3. AQA >=99,00% <b>*sem deterioração face ao ano anterior</b>	7,5%
	Qualidade das Águas Residuais	AQAR = QAR (Ano N)	1. AQAR <90,00% 2. 90,00% <= AQAR <=95,00% 3. AQAR > 95,00% <b>*sem deterioração face ao ano anterior</b>	7,5%
	Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção inferior a 75% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO	7,5%
	Plano de Lamas	Implementação do Plano de lamas	1. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para reduzir produção de lamas em < 40% do previsto no PAO; 2. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para reduzir produção de lamas em 40% do previsto no PAO; 3. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para reduzir produção de lamas em 60% do previsto no PAO.	7,5%
	Plano de Eficiência Hídrica	Cumprimento do Plano de Implementação de Eficiência Hídrica no Algarve.	Cumprimento do plano de ação para as medidas de interligação Sotavento/Barlavento, Aproveitamento do volume morto - Beliche; Águas para Reutilização, Tomada de Água no Pomorão e Dessalinização, de acordo com a <b>tabela em Anexo (?)</b>	5,0%
	Efluentes Agroindustriais e agropecuários	Implementação de atividade acessória e complementar nos Sistemas em Alta de AR e Implementação da plataforma digital integrada para gestão de atividade de operador de ultimo recurso no território nacional	1. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar após 31.03.2022 2. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar até 31.03.2022 3. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar até 31.12.2021 <b>*após verificação dos intervalos de disponibilidade, acrescendo às ACA's existentes</b>	5,0%

100,0%

Quadro 42 - Indicadores Ambientais e de Serviço

Para 2025 não foram considerados os seguintes Indicadores:

- Neutralidade Energética
- Plano de Lamas
- Plano de Eficiência Hídrica
- Efluentes Agroindustriais e agropecuários

Tendo os respetivos ponderadores sido distribuídos proporcionalmente pelos restantes indicadores.

Sintetiza-se no quadro seguinte a avaliação do cumprimento dos indicadores estabelecidos:

Avaliação atual:		2,5				
Financieiros	Indicador	Cálculo	AdA	Pontuação Final do Período		
	Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]$ Variação face ao PAO proposto	13,3%	PRC à data 2025 (%)	PRC à data PAO 2025 (%)	Classificação
				69,92%	70,91%	3
	Dívida Comercial de devedores municipais	$DCDMA = [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)}] / [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)}] * 100$	13,3%	Dívida Vencida Cliente 2025 à Data (M€)	Dívida Vencida Cliente 2024 à Data (M€)	Classificação
				14,96	14,81	2
	Limite ao endividamento	$Endividamento = [\text{Stock Dívida (Ano N)} / \text{Stock Dívida (Ano N-1)}] - 1 * 100$	13,3%	Stock da Dívida 2025 à Data Ajustado (M€)	Stock da Dívida 2024 à Data (M€)	Classificação
			147,1	172,2	3	
Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ano anterior	13,3%	PMP 2025 à Data (dias)	PMP 2024 à Data (dias)	Classificação	
			36	33	2	
Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO	13,3%	RL sem DRG 2025 à Data (€)	RL sem DRG à Data PAO 2025 (€)	Classificação	
			-3.672.726	272.676	1	

Quadro 43 - Avaliação dos Indicadores Financeiros 2025

	Indicador	Calculo	AdA	Pontuação Final do Período		
				Número de Ações Realizadas em 2025 à Data	Número de Ações Previstas em 2025 à Data	Classificação
Ambientais e de Serviço	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	13,3%			
				12678	13781	3
	Qualidade da Água Fornecida	AQA = QA (Ano N)	10,0%			
				8320	8314	3
	Qualidade das Águas Residuais	AQAR = QAR (Ano N)	10,0%			
				2236	2221	3

Quadro 44 - Avaliação dos Indicadores Ambientais e de Serviço 2025

Modo de Avaliação		Avaliação dos Gestores	
1	Não Atingido	<1,8	Não Cumprido
2	Atingido	$1,8 \leq \text{Avaliação} < 2,5$	Cumprido
3	Superado	$\geq 2,5$	Superado

*Quadro 45 - Modelo de avaliação dos indicadores de objetivos de gestão*

A avaliação dos gestores é feita pelo arredondamento a uma casa decimal do somatório da pontuação de cada indicador determinado nos termos do disposto acima.

A Empresa atingiu o objetivo global de 2025 com uma notação de 2,5, superado. Em 2024 a empresa tinha atingido uma nota de 2,6 o que corresponde à mesma classificação.

b) Execução do plano de atividades e orçamento para 2025

Por outro lado, os princípios estabelecidos no Estatuto do Gestor Público quanto ao exercício das funções de administração nas Empresas do Setor Empresarial do Estado implicam que, de forma eficiente e empenhada, se cumpre a missão da Empresa como concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, “em alta”, para a região do Algarve.

A materialização dos objetivos que daí resultam é efetuada no plano de atividades e orçamento (PAO) que foi elaborado e posteriormente aprovado a 26 de dezembro 2025.

Em linhas gerais, o Plano de Atividades e Orçamento, incluindo o Plano de Investimentos, assentou no estabelecimento de um conjunto de objetivos para 2025, face ao ano de 2024, que de seguida se apresentam:

- i. A melhoria da eficiência operacional, traduzida numa redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios;
- ii. A contenção dos gastos com pessoal;
- iii. Que o crescimento do endividamento remunerado corrigido de aumentos de capital e líquido do financiamento de novos investimentos não excede os 2%;
- iv. Que novas atividades sejam sustentadas em análise de custo-benefício demonstrativas da racionalidade económica para a prossecução dos objetivos gerais da Empresa.

E ainda, em cumprimento das instruções da ETF em matéria de prestação de contas apresentam-se os seguintes indicadores:

<b>Indicadores</b>	<b>PAO 2025</b>	<b>2025</b>	<b>Variação</b>		
Resultado Líquido	<b>2.138.763</b>	<b>2.074.122</b>	-	<b>64.640</b>	<b>-3,0%</b>
EBITDA	<b>18.105.027</b>	<b>17.827.350</b>	-	<b>277.677</b>	<b>-1,5%</b>
Resultado Operacional <sup>(1)</sup> (EBIT)	<b>8.590.438</b>	<b>10.276.279</b>		<b>1.685.840</b>	<b>19,6%</b>
Volume de Negócio <sup>(2)</sup>	<b>64.847.144</b>	<b>65.408.711</b>		<b>561.567</b>	<b>0,9%</b>
Gastos Operacionais <sup>(3)</sup>	<b>45.983.210</b>	<b>47.808.236</b>		<b>1.825.026</b>	<b>4,0%</b>
Gastos Operacionais / Volume de Negócios	<b>70,91%</b>	<b>73,09%</b>			<b>2,2%</b>
Endividamento <sup>(4)</sup>	<b>199.536.832</b>	<b>154.234.991</b>	-	<b>45.301.841</b>	<b>-22,7%</b>
Dívida Financeira Líquida <sup>(5)</sup> / EBITDA	<b>11</b>	<b>9</b>	-	<b>2</b>	<b>-21,5%</b>
Disponibilidades <sup>(6)</sup>	<b>15.655.250</b>	<b>6.020.387</b>	-	<b>9.634.863</b>	<b>-61,5%</b>
Imp. Indirectos - Imp. Selo Oper. Financeiras - Nacional <sup>(7)</sup>	<b>10.563</b>	<b>5.003</b>	-	<b>5.560</b>	<b>-52,6%</b>

1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do Volume de Negócios.

3) CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal

4) Passivo remunerado

5) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento deduzido das disponibilidades.

6) Caixa conforme Balanço

7) Adicionar linhas com a identificação de mais indicadores, designadamente de atividade, atendendo à natureza da empresa/setor de atividade.

*Quadro 46 - Indicadores de Gestão*

c) Execução do Plano de Atividade e Orçamento 2025 na vertente Investimento e nível de Endividamento.

Plano de Investimento	PAO 2025	Total		Fontes de financiamento					Desvio (PAO vs Executado)	Observações/ Medidas
		Executado 2025	Autofinanciamento (Receitas próprias)	Orçamento do Estado	Endivid.	Fundos comunitários	PRR	Outras		
Novo Ponto de Entrega em Castro Marim - Cerro do Enho	10.500 €	0 €			0 €	0 €			-10.500 €	
Reabilitação da ETAR do Azinhal (Ligação Azinhal até Almada de Ouro)	100.000 €	0 €			0 €	0 €			-100.000 €	
Desativar a ETAR do Rogil e do Carrascalinho e respectivos emissários	30.132 €	19.115 €			19.115 €	0 €			-11.016 €	
Reforço de adução na zona da Penina	6.690.199 €	707.636 €			707.636 €	0 €			-5.982.564 €	
Reforço de adução ao Concelho de Alcoutim	40.500 €	0 €			0 €	0 €			-40.500 €	
Reabilitação da ETAR de Lagoa (desativação e encaminhamento de efluentes para a ETAR de Boavista)	100.000 €	8.400 €			8.400 €	0 €			-91.600 €	
Implementação de um Sistema de Macrófitas na ETAR de Paderne	4.546.000 €	3.425 €			1.523 €	1.902 €			-4.542.575 €	Algarve 2030
Substituição Equipamentos Críticos Obsoletos do AHOB (Variadores de Frequência EE1, Filtros, Disjuntores MT,...)	1.045.570 €	0 €			0 €	0 €			-1.045.570 €	
Reforço\Melhorias do Sistema de Aviso e Alerta da Barragem de Odelouca (SAABO)	97.708 €	456.038 €			456.038 €	0 €			358.330 €	
Nova ligação de Algoz à ETAR de Albufeira Poente	75.000 €	30.480 €			30.480 €	0 €			-44.520 €	
Remodelação da EE dos Pescadores	30.000 €	142 €			142 €	0 €			-29.858 €	
Sistema Elevatório Água para o Túnel de Odelouca/Beliche	6.000 €	0 €			0 €	0 €			-6.000 €	

Quadro 47 - Execução do PAO 2025, vertente Investimento

Plano de Investimento	PAO 2025	Total	Fontes de financiamento						Desvio (PAO vs Executado)	Observações/ Medidas
		Executado 2025	Autofinanciamento (Receitas próprias)	Orçamento do Estado	Endivid.	Fundos comunitários	PRR	Outras		
Reforço Ligação Sotavento/Barlavento	9.288.807 €	4.188.862 €			3.872.379 €	316.483 €			-5.099.945 €	PRR
Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Vilamoura	9.795.297 €	4.311.587 €			2.442.896 €	1.868.691 €			-5.483.710 €	PRR
Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR da Quinta do Lago	1.692.363 €	1.634.564 €			789.068 €	845.496 €			-57.799 €	PRR
Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR da Boavista	37.538 €	556.937 €			119.579 €	437.358 €			519.400 €	PRR
Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Albufeira Poente	4.495.293 €	2.834.712 €			2.062.155 €	772.557 €			-1.660.581 €	PRR
Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de VRSA - 2.ª Fase	7.333 €	0 €			0 €	0 €			-7.333 €	
Reforço do abastecimento de água ao Algarve. Solução de tomada de água no Pomarão	30.250.930 €	486.377 €			486.377 €	0 €			-29.764.553 €	saiu PRR
Implementação da Dessalinização na Região do Algarve	50.122.584 €	2.543.519 €			2.543.519 €	0 €			-47.579.065 €	saiu PRR
Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve – 2º contrato	38.230 €	150.552 €			150.552 €	0 €			112.322 €	
Programa ZERO - Melhorias de Eficiência Energética nas Infraestruturas do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (2021-2025)	928.000 €	186.289 €			186.289 €	0 €			-741.711 €	
Programa ZERO - Ação Solar III (solo) (2021-2025)	2.165.303 €	0 €			0 €	0 €			-2.165.303 €	
Programa ZERO - Ação Solar III (flutuante) (2021-2025)	500 €	0 €			0 €	0 €			-500 €	

Quadro 47 - Execução do PAO 2025, vertente Investimento (cont.)

Plano de Investimento	PAO 2025	Total		Fontes de financiamento					Desvio (PAO vs Executado)	Observações/ Medidas
		Executado 2025	Autofinanciamento (Receitas próprias)	Orçamento do Estado	Endivid.	Fundos comunitários	PRR	Outras		
Programa ZERO - Ação Solar IV (solo) - FASE I (2021-2025)	20.000 €	0 €			0 €	0 €			-20.000 €	
Programa ZERO - Construção Parque Eólico - FASE I (2021-2025)	15.000 €	0 €			0 €	0 €			-15.000 €	
Programa ZERO - Construção Parque Eólico - FASE II (2026-2030)	500 €	0 €			0 €	0 €			-500 €	
Programa ZERO - Instalação de Centrais Hídricas nas Infraestruturas de Água do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (2021-2025)	60.730 €	0 €			0 €	0 €			-60.730 €	
Programa ZERO - Instalação de Centrais Hídricas nas Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (2021-2025)	30.000 €	0 €			0 €	0 €			-30.000 €	
ApR Outros Sistemas	290.000 €	39.423 €			39.423 €	0 €			-250.577 €	
Remoção de Amianto em Imóveis da Águas do Algarve	129 €	0 €			0 €	0 €			-129 €	
Instalação de Sistemas de Correção do Fator de Potência	1.770 €	0 €			0 €	0 €			-1.770 €	
Investimentos Diversos 2024	220.000 €	0 €			0 €	0 €			-220.000 €	
Investimentos Diversos 2025	250.000 €	0 €			0 €	0 €			-250.000 €	
CE-Reab Furos LF2, LF6 e LF8 Portelas	3.547.748 €	0 €			0 €	0 €			-3.547.748 €	Fambiental
Programa ZERO - Melhorias de Eficiência Energética nas Infraestruturas do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (2021-2025) - Lote 1	500 €	207 €			207 €	0 €			-293 €	

Quadro 47 - Execução do PAO 2025, vertente Investimento (cont.)

Plano de Investimento	PAO 2025	Total	Fontes de financiamento						Desvio (PAO vs Executado)	Observações/ Medidas
		Executado 2025	Autofinanciamento (Receitas próprias)	Orçamento do Estado	Endivid.	Fundos comunitários	PRR	Outras		
Reforço da ligação do sistema de abastecimento em alta do Sotavento/Barlavento Algarvio - 2.ª Fase + Revisão	75.000 €	0 €			0 €	0 €			-75.000 €	
Reabilitação das Captações Albufeira	250.000 €	137.982 €			137.982 €	0 €			-112.018 €	
Reabilitação das Captações Aljezur	103.333 €	0 €			0 €	0 €			-103.333 €	
Programa Neutralidade da Solar Solo -EDAM - PRR	1.214.800 €	39.000 €			39.000 €	0 €			-1.175.800 €	
Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Saneamento do SMAASA – 3º contrato	928.859 €	1.462.564 €			1.462.564 €	0 €			533.705 €	
Rep. e Melhorias em Infr. Agua	1.004.100 €	887.583 €			887.583 €	0 €			-116.517 €	
Conceção-construção das "Captações subterrâneas públicas estratégicas para aumento da resiliência do SMAAA (Lagoa, Silves)"	1.740.500 €	61.227 €			61.227 €	0 €			-1.679.273 €	Fambiental
Recolocação das condutas da travessia Ilha da Culatra/Ilha da Armona	605.000 €	0 €			0 €	0 €			-605.000 €	
Programa Zero Hídrica Pomarão - PRR	500 €	0 €			0 €	0 €			-500 €	
Programa Neutralidade Eólico 1 (2027) - PRR	186.750 €	0 €			0 €	0 €			-186.750 €	
Programa Neutralidade Eólico 2 (2030) - PRR	150.000 €	0 €			0 €	0 €			-150.000 €	
Programa Zero Solar Flutuante (2030) - PRR	25.000 €	0 €			0 €	0 €			-25.000 €	

Plano de Investimento	PAO 2025	Total	Fontes de financiamento						Desvio (PAO vs Executado)	Observações/ Medidas
		Executado 2025	Autofinanciamento (Receitas próprias)	Orçamento do Estado	Endivid.	Fundos comunitários	PRR	Outras		
Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Lagos	75.000 €	0 €			0 €	0 €			-75.000 €	
Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Almargem	6.663.424 €	942.955 €			927.107 €	15.848 €			-5.720.468 €	PRR
Implementações das medidas de combate à Seca 2024-2026	853.333 €	0 €			0 €	0 €			-853.333 €	
Ampliação da ETAR de Querença (Quinta da Ombria)	2.020.000 €	1.796 €			1.796 €	0 €			-2.018.204 €	
Conceção-construção das "Captações subterrâneas públicas estratégicas para aumento da resiliência do SMAAA (Tavira)"	1.970.375 €	57.827 €			57.827 €	0 €			-1.912.548 €	Fambiental
Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Vale do Lobo	290.000 €	0 €			0 €	0 €			-290.000 €	
Investimentos I Candidatura	10.000 €	0 €			0 €	0 €			-10.000 €	
Intervenções Adicionais na ETAR de Vila Real de S. António	15.000 €	0 €			0 €	0 €			-15.000 €	
Fases de Reforço de Adução a Loulé - Fases III	3.513.624 €	1.273.264 €			0 €	1.273.264 €			-2.240.360 €	Algarve 2030
Sistema Elevatório da Mexilhoeira da Carregação à ETAR da Companheira	100.000 €	205 €			205 €	0 €			-99.795 €	
Expropiações - Grupo IX	55.000 €	0 €			0 €	0 €			-55.000 €	PRR
Colocação de marcos de propriedade de Odelouca - Fase 2	100.000 €	0 €			0 €	0 €			-100.000 €	

Quadro 47 - Execução do PAO 2025, vertente Investimento (cont.)

Plano de Investimento	PAO 2025	Total	Fontes de financiamento						Desvio (PAO vs Executado)	Observações/ Medidas	
		Executado 2025	Autofinanciamento (Receitas próprias)	Orçamento do Estado	Endivid.	Fundos comunitários	PRR	Outras			
Aquisições Diretas - ARH	10.000 €	0 €			0 €	0 €				-10.000 €	
Aquisições Diretas - DES	5.074.527 €	1.840.538 €			1.840.538 €	0 €				-3.233.988 €	
Aquisições diretas - DGA-MA	1.238.283 €	0 €			0 €	0 €				-1.238.283 €	
Aquisições Diretas - STI	1.453.130 €	0 €			0 €	0 €				-1.453.130 €	
Aquisições Diretas - DOA	4.832.000 €	438.308 €			438.308 €	0 €				-4.393.692 €	
Aquisições Diretas - GOA	630.500 €	91.215 €			91.215 €	0 €				-539.285 €	
Aquisições Diretas - Lab	600 €	0 €			0 €	0 €				-600 €	
Aquisições Diretas - SE	36.500 €	0 €			0 €	0 €				-36.500 €	
Aquisição de serviços para apoio Cadastro e SIG	48.000 €	0 €			0 €	0 €				-48.000 €	
Aquisição de serviços para apoio Técnico ao Contrato de Concessão DGA-EO	48.000 €	0 €			0 €	0 €				-48.000 €	
Modelação Gestão Otimização Origens	105.780 €	0 €			0 €	0 €				-105.780 €	
Prestação de serviços de inventariação dos Ativos da AdA	90.000 €	0 €			0 €	0 €				-90.000 €	
53A-Fases de Reforço de Adução a Loulé - Ligação ao Reservatório da Pedra da Água	0 €	19.846 €			19.846 €	0 €				19.846 €	
53D-Fases de Reforço de Adução a Loulé - Ligação ao Reservatório Intermédio e reservatório	0 €	174.933 €			0 €	174.933 €				174.933 €	Algarve 2030
Conceção-Construção da ETAR de Faro-Olhão	0 €	10.000 €			10.000 €	0 €				10.000 €	

Quadro 47 - Execução do PAO 2025, vertente Investimento (cont.)

Plano de Investimento	PAO 2025	Total	Fontes de financiamento						Desvio (PAO vs Executado)	Observações/ Medidas
		Executado 2025	Autofinanciamento (Receitas próprias)	Orçamento do Estado	Endivid.	Fundos comunitários	PRR	Outras		
146A-Construção da EE do Hotel Albacora e Obra de Entrada da EE7	0 €	10.131 €			10.131 €	0 €			10.131 €	
149-Alteração do Sistema de Desinfecção nas ETARs de Querença, Benafim e Ameixial (Removido 2018.06.12)	0 €	-217 €			0 €	0 €		-217 €	-217 €	
161-Sistemas Interceptores e Elevatórios de Olhão e Reabilitação da ETAR de Olhão Poente - Linhas de MT e Postos de Transformação EEAR's Bias I e Fontes Santas	0 €	2.087 €			2.087 €	0 €			2.087 €	
168J-Desvio conduta elevatoria CE1- ETAR Poente de Olhão	0 €	6.642 €			6.642 €	0 €			6.642 €	
213-Ampliação do Sistema Elevatório de Cabanas	0 €	40.775 €			40.775 €	0 €			40.775 €	
257-Reabilitação da ETAR de Lagos	0 €	537.775 €			0 €	537.775 €			537.775 €	POSEUR
267-Equipamento das captação RA1 e RA2 - Sistema de Almadena	0 €	93.236 €			93.236 €	0 €			93.236 €	Fambiental
287-Sistemas de Resiliência à seca (Sistemas de bombagem de Volumes Mortos das albufeiras)	0 €	206.458 €			206.458 €	0 €			206.458 €	Fambiental
339-Estação Elevatória, desinfecção, adução e pontos de entrega: reutilização da água tratada na ETAR de VRSA	0 €	83 €			83 €	0 €			83 €	
340-Reparações e Melhorias em Infraestruturas do Sistema Multimunicipal de AA e SA	0 €	269.887 €			269.887 €	0 €			269.887 €	
368-Reform Sala Comando ETA Alcantarilha	0 €	8.772 €			8.772 €	0 €			8.772 €	
234-Infraest. integradas VRSA/SGU no SMSA	0 €	4.881 €			4.881 €	0 €			4.881 €	

Quadro 47 - Execução do PAO 2025, vertente Investimento (cont.)

Plano de Investimento	PAO 2025	Total	Fontes de financiamento						Desvio (PAO vs Executado)	Observações/ Medidas
		Executado 2025	Autofinanciamento (Receitas próprias)	Orçamento do Estado	Endivid.	Fundos comunitários	PRR	Outras		
Programa ZERO - Ação Solar III (solo) (2021-2025) - Fase 2-Estudos e Projetos	0 €	2.500 €			2.500 €	0 €			2.500 €	
467-Reab. Sanea Intrusão Salina Castro Marim	0 €	144.958 €			144.958 €	0 €			144.958 €	
--PROJ115-Interceptor de Vale do Lobo	0 €	-200 €			0 €	0 €		-200 €	-200 €	
63.1-CE-Lote I(Travessia)/Lote II(Armazém)	0 €	1.035 €			1.035 €	0 €			1.035 €	
--CE-Fontes de Estombar	0 €	-19.340 €			0 €	0 €		-19.340 €	-19.340 €	
--G4-EEs Tavira	0 €	-371 €			0 €	0 €		-371 €	-371 €	
ND99-Aquisições Diretas - Estrutura	0 €	396.468 €			396.468 €	0 €			396.468 €	
<b>Valor total do investimento</b>	<b>161.547.081 €</b>	<b>27.303.067 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>21.078.887 €</b>	<b>6.244.308 €</b>	<b>0 €</b>	<b>-20.128 €</b>	<b>-134.244.013 €</b>	

Quadro 47 - Execução do PAO 2025, vertente Investimento

## Ponto 2 - Gestão do Risco Financeiro

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco financeiro o qual, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007, e de uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneio, e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneio.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em

atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão, é efetuado junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos ao facto de o banco ser responsável pela gestão da tesouraria do Estado, o acionista último do Grupo AdP.

- Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro do Grupo AdP advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem o Grupo AdP ao risco de fluxos de caixa, enquanto que empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros do Grupo AdP.

#### Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro

Juros Suportados à taxa variável	2025	2024
Real	2.335.251	2.982.945
Taxa média + 1%	2.896.117	3.489.764
Taxa média - 1%	1.756.950	2.400.181

*Quadro 48 - Impacto Líquido à Variação da taxa de juro*

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de doze meses.

- Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando swaps centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando tal seja aplicável. O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é residual. Nos últimos 3 anos não foram contratados swaps cambiais nem financiamentos em moeda estrangeira.

- Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais do Grupo Águas de Portugal em energia e combustíveis, representam aproximadamente 30% a 35% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo, através da AdP SGPS, negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

- Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que

permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas do Algarve por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro, neles se incluindo os respetivos juros.

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que o Grupo AdP escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo, ou taxa fixa revisível por um determinado período de tempo. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, e para o período subsequente manteve-se a taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 o capital em dívida relacionado com os empréstimos BEI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/revisão de taxa:

<b>Ano Fim do Período em Vigor para a Atual Taxa de Juro (€)</b>	<b>Capital em Dívida (nota 19)</b>	<b>Valor do Capital no Ano de Refixação da Taxa</b>
<b>2025</b>	<b>99.388.572 €</b>	
<b>2026</b>		<b>19.929.174 €</b>
<b>2027</b>		<b>13.323.474 €</b>
<b>2028</b>		<b>14.886.776 €</b>
<b>2029</b>		<b>15.132.680 €</b>
<b>2030</b>		<b>15.593.440 €</b>
<b>2031</b>		<b>6.231.934 €</b>
<b>2032</b>		<b>6.571.914 €</b>
<b>2033</b>		<b>5.136.600 €</b>
<b>2034</b>		<b>2.582.580 €</b>
	<b>Soma</b>	<b>99.388.572 €</b>

*Quadro 49 - Capital BEI em dívida ao longo dos anos*

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável (empréstimos acionistas e outros financiamentos) considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2025 e a liquidar subsequentemente; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2025 acrescido do spread contratualmente formalizado.

À exceção da linha BEI designada por “BEI V”, os empréstimos BEI encontram-se garantidos através de contratos de fiança celebrados entre a República Portuguesa e o BEI.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital em dívida dos empréstimos BEI garantidos pela República Portuguesa ascende a 99,4 milhões de euros. Para alguns empréstimos BEI garantidos pela República Portuguesa (capital em dívida em 31 de dezembro de 2025 no montante de 99,4 milhões de euros), os contratos de financiamento preveem que a última prestação de capital (entre dezembro de 2026 e junho de 2029) seja liquidada em 11 prestações semestrais, ou seja, prorrogação do prazo de amortização por 5 anos, desde que exista extensão do prazo dos contratos de fiança. O capital em dívida passível de ter liquidação diferida em 5 anos adicionais, ascende a 21.814.258 euros. Conforme previsto nos contratos de financiamento, em 11 de julho de 2024, a AdP SGPS solicitou à República Portuguesa a extensão dos contratos de fiança possibilitando deste modo a prorrogação do prazo de amortização por 5 anos, tendo reforçado esta solicitação em 3 de outubro de 2024. Em 27 de dezembro de 2024, a Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (“IGCP”), emitiu parecer (i) favorável à extensão dos contratos de fiança relativos aos empréstimos denominados por BEI II – Tranche A e BEI II – Tranche B, em que a última prestação de capital em setembro de 2025 poderá ser liquidada em 11 prestações semestrais, e (ii) de não oposição à extensão dos contratos de fiança relativos aos restantes empréstimos. Em 16 de maio de 2025, foi formalizada a extensão dos contratos de fiança relativos aos empréstimos denominados por BEI II – Tranche A e BEI II – Tranche B.

O Grupo AdP apresenta a maturidade destes empréstimos considerando o diferimento da última prestação de capital. Contudo, atendendo a que a 31 de dezembro de 2025, para o empréstimo denominado BEI IV – Tranche A, a extensão do aval do Estado Português ainda não se encontra formalizada, o capital em dívida com pagamento passível de ser diferido em 11 prestações semestrais, foi classificado como passivo corrente.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

#### Linhas de crédito de curto prazo contratualizadas

Risco de Liquidez (M€)	Valor do Plafond Disponível	Valor do Plafond Usado	Valor do Plafond não Usado
<b>Linhas de Crédito Líquidas Disponíveis Atribuíveis à AdP SGPS</b>	<b>45</b>	<b>45</b>	<b>0</b>
<b>Descobertos Bancários (Grupo AdP)</b>	<b>23</b>	<b>10</b>	<b>12</b>

Quadro 50 - Risco de Liquidez

O objetivo da AdA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da Posição Financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da AdA (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas participadas. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

O objetivo do Grupo AdP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), a qual por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

em Milhões euros	2025	2024	2023
Empréstimos não correntes	45,0	0,0	0,0
Empréstimos correntes	10,0	60,0	51,5
Disponibilidades	6,0	18,8	14,1
<b>Endividamento líquido</b>	<b>49,0</b>	<b>41,2</b>	<b>37,4</b>
Capital Social	29,8	29,8	29,8
<b>Total do capital próprio</b>	<b>38,2</b>	<b>36,1</b>	<b>34,3</b>
<b>Endividamento líquido / Total do capital próprio</b>	<b>128,4%</b>	<b>114,1%</b>	<b>109,1%</b>

Quadro 51 - Endividamento líquido/total do capital

O modelo de financiamento do Grupo AdP assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais:

- o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e obrigacionistas,
  - através do capital próprio,
  - e, por via de subsídios ao investimento não reembolsáveis.
- 
- **Risco de crédito**

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para o Grupo. O Grupo AdP está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

- **Contraparte de exploração**

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes do Grupo AdP tem 3 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais; (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa; e (iii) grandes clientes industriais na esfera do tratamento de águas residuais e abastecimento de água bruta.

**i. Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais ("Municípios")**

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas, divergências traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas bem como os rendimentos financeiros.

O Conselho de Administração da AdP entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

**ii. Estado e Setor Público, Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa:**

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio (exceto no Estado e Setor Público em que é considerado risco baixo), na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, nos clientes abastecidos pela rede de distribuição em baixa existem dois segmentos a considerar: (i) abastecimento pela rede em baixa no âmbito de Parcerias, em que as perdas por risco de crédito nos clientes são compensadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos; e (ii) outros abastecimentos pela rede em baixa, em que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial. Para este segundo segmento, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada. Para a dívida resultante do abastecimento pela rede de distribuição em baixa, a perda esperada é determinada da seguinte forma: i) para faturas vencidas há mais de 6 meses é aplicada imparidade de 100% (prescrição legal de faturas vencidas há mais de 6 meses); ii) para as faturas emitidas e ainda não vencidas ou vencidas há menos de 6

meses é aplicada a percentagem de perda histórica verificada a qual é agravada por forma a incluir o efeito “forward looking”.

#### Grandes Clientes Industriais e outras entidades:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que se trata de clientes do setor privado. Contudo, anualmente são avaliadas as perdas esperadas por imparidade por risco de crédito, numa base individual, tendo em consideração os seguintes fatores: i) o prazo médio de recebimento; ii) a condição financeira do cliente; e iii) a evolução macroeconómica.

Em 31 de dezembro de 2025 a antiguidade da dívida de clientes (exceto Municípios) e a respetiva imparidade tem o seguinte detalhe:

Segmento de negócio	Negócio "Alta"			
	Tipologia de clientes	Municípios	Outros	Total
Risco	Baixo	Médio		
Exposição bruta	38.949.024	0		38.949.024
Imparidade	(2.718.640)	0		(2.718.640)
	<b>36.230.384</b>			<b>36.230.384</b>

Quadro 52 - Risco de crédito associados aos clientes

Segmento de negócio	Negócio "Alta"			
	Municípios			
Tipologia de clientes	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida
Não vencida	23.993.987			23.993.987
Vencida até 180 dias	880.155			880.155
Vencida há mas de 180 dias	14.074.882	(2.718.640)	19,3%	11.356.242
<b>TOTAL</b>	<b>38.949.024</b>	<b>(2.718.640)</b>	<b>7,0%</b>	<b>36.230.384</b>

Quadro 53 - Risco de crédito das dívidas por antiguidade

#### Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdA ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2025 e 2024, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na Demonstração da Posição Financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da Demonstração da Posição Financeira.

Ativos financeiros bancários (valores em Milhões de €)	2025	2024
Depósitos à ordem (Nota 12)	6,02	18,82
Depósitos prazo (Nota 12)	0,00	0,00
	<b>6,02</b>	<b>18,82</b>
<b>Rating</b>		
A	5,85	18,68
A-	0,15	0,11
A2	0,00	0,00
A3	0,00	0,00
B1	0,00	0,00
Ba2	0,00	0,00
Baa 1	0,00	0,00
Baa2	0,00	0,00
BB	0,00	0,00
BBB	0,00	0,00
BBB+	0,01	0,02
não disponível	0,01	0,01
	<b>6,02</b>	<b>18,82</b>

Quadro 54 - Ativos Financeiros Bancários

(a) Em 31 de dezembro de 2025, inclui 5,7 milhões de euros depositados na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.

O quadro seguinte ilustra a evolução da taxa média de financiamento da AdA, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos cinco anos.

Anos	2025	2024	2023	2022	2021
Encargos Financeiros (em Milhões de €)	5,9	7,2	6,9	5,7	6,4
Taxa Média de Financiamento (%) <sup>(1)</sup>	3,60%	4,11%	3,90%	3,26%	3,53%

<sup>(1)</sup> Líquido de Impostos Indiretos -  
Imposto Selo sobre as Operações

*Quadro 55 - Evolução Taxa de Financiamento AdA*

Apresenta-se no quadro abaixo a remuneração do financiamento, sob as várias componentes e igualmente as taxas médias anualizadas referentes aos juros suportados e encargos sob financiamento (all-in).

ANOS	2025	2024	2023
Endividamento	154.234.991	172.207.750	176.052.491
Remuneração do financiamento	5.894.853	7.185.158	6.859.289
Juros Suportados	5.058.059	6.280.531	5.774.310
Imposto Selo s/ Operações Financeiras	5.003	10.672	9.587
Diferenças de câmbio desfavoráveis de	0	0	0
Perdas em Instrumentos Financeiros	0	0	90
Outros Gastos e Perdas de Financiamento	841.263	941.778	1.124.515
TPPE - Ativos em Curso	-4.469	-37.152	-39.625
<b>Taxa média juros suportados</b>	<b>3,08%</b>	<b>3,59%</b>	<b>3,28%</b>
<b>Taxa média total de financiamento</b>	<b>3,60%</b>	<b>4,11%</b>	<b>3,90%</b>

*Quadro 56 - Remuneração do Financiamento*

#### Risco de exploração

- Risco de catástrofe

As empresas do Grupo Águas de Portugal estão expostas a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos as empresas do Grupo têm contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

- Risco regulatório

#### Ponto 3 - Limite de crescimento do endividamento

Nos termos definidos no n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro - Orçamento do Estado para 2025 e no artigo 141 do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março (Decreto-Lei de Execução do Orçamento do Estado para 2025), a Águas do Algarve, S.A. tem vindo a reduzir o seu endividamento, conforme se detalha no quadro seguinte:

PASSIVO REMUNERADO	2025	2024	2023	2022	2021	Variação	
Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	154.234.991	172.207.750	176.052.491	171.972.619	175.791.741	-17.972.759	-10,44%
- dos quais concedidos pela EFT	0	0	0	0	0	0	0,00%
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	0	0	0	0,00%
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0	0	0	0	0	0	0,00%
Endividamento Ajustado	154.234.991	172.207.750	176.052.491	171.972.619	175.791.741	-17.972.759	-10,44%

Quadro 57 - Passivo Remunerado

em €	2025	2024
Financiamento remunerado (corrente e não corrente)	154.234.991	172.207.750
Capital Social	29.825.000	29.825.000
Novos Investimentos no ano (expressão material)	7.123.534	6.199.778
<b>Variação do Endividamento</b>	<b>-12,42%</b>	<b>-5,71%</b>

Quadro 58 - Base de Cálculo da Variação do Endividamento

A variação do Endividamento deve ser considerada no sentido resultante da fórmula das IEPGs, na qual se descontam o valor dos investimentos considerados relevantes para cálculo do endividamento ajustado.

#### Ponto 4 - Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores e "arrears"

De 2024 para 2025 verifica-se um aumento do prazo médio de pagamento, conforme quadro seguinte:

PMP	2025	2024	Variação	
PMP (dias)	36	33	3	7,8%

Quadro 59 - PMP

No termos do ponto 9 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 22 de fevereiro, "os objetivos de prazos de pagamento a fornecedores e respetivo grau de cumprimento estabelecem-se com base no PMP do ano anterior e de acordo com a tabela seguinte:"

#### Grau de cumprimento do objectivo

	Superação	Cumprimento	Incumprimento
<i>PMP do ano anterior inferior a 45 . . . . .</i>	<i>PMP &lt; 30 d . . . . .</i>	<i>30 d ≤ PMP &lt; 40 d . . . . .</i>	<i>PMP ≥ 40 d.</i>
<i>PMP do ano anterior superior ou igual a 45</i>	<i>Redução do PMP superior a 25 %.</i>	<i>Redução do PMP no intervalo (15 %; 25 %).</i>	<i>Aumento do PMP ou redução inferior a 15 %.</i>

Quadro 60 - Ponto 9 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 22 de fevereiro

Deste modo, e face aos valores que tinham sido registados para o ano de 2024, verifica-se que em 2025 o indicador é cumprido.

Abaixo a divisão dos valores em dívida, por prazos de vencimento:

Valores em dívida (em €)	Dívidas não vencidas	Dívidas Vencidas de acordo com o artigo 1º DL n.º 65-A/2011				
		Entre 0 a 90 dias [ 0 a 90 ]	Após 90 dias ] 90 a 120 ]	Após 120 dias ] 120 a 240 ]	Após 240 dias ] 240 a 360 ]	Após 360 dias
Aquisições de bens e serviços	1.797.472	607.287	21.966	-1.349	-462	-14.372
Aquisições de Capital	1.027.033	61.513	0	2.248	6.401	-3.008
<b>Total</b>	<b>2.824.505</b>	<b>668.800</b>	<b>21.966</b>	<b>899</b>	<b>5.939</b>	<b>-17.381</b>

Quadro 61 - Valores em Dívida por Antiguidade

A empresa não regista um agravamento das dívidas vencidas a fornecedores, e no caso concreto do enquadramento no Artigo nº 40, nº I do Ofício n.º SAI\_DGTF/2024/I 477-DSPE de 05 de julho, não regista um agravamento das dívidas vencidas a fornecedores há mais de 90 dias.

Ponto 5 - Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

Não foram emitidas recomendações pelos acionistas em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

#### Ponto 6 - Remunerações

Apresentam-se de seguida os quadros com as remunerações dos Órgãos Sociais da Empresa

### Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início-Fim) '(3)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2025 (€)			
				Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) + (2) + (3)
2021-2023	Presidente (1)	Rogério Conceição Bacalhau Coelho	575,00 €	- €	- €	- €	- €
2021-2023	Vice-Presidente (2)	Paulo Manuel Marques Fernandes	470,00 €	- €	- €	- €	- €
2021-2023	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	375,00 €	- €	- €	- €	- €

1-Renunciou em 28/10/2025

2-Renunciou em 03.01.2024

3-Em funções de gestão desde 2023

#### Quadro 62 - Mesa da Assembleia Geral

Conselho de Administração

Mandato (Início-Fim) '(3)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração (€)	
			Forma <sup>(1)</sup>	Data	Entidade Pagadora	(O/D) <sup>(2)</sup>
2021-2023	Presidente Executivo	Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	AG	15/03/2021	Águas do Algarve, SA	AdA / AdA
2021-2023	Vogal Executivo	Hugo Miguel Guerreiro Nunes	AG	15/03/2021	Águas do Algarve, SA	CMR Sul-CHUA / AdA
2024-2024	Vogal Executivo	Silvério António Guerreiro	AG	01/10/2024	Águas do Algarve, SA	PJ DS / AdA
2021-2023	Vogal Executivo	Ana Paula Fernandes Martins	AG	15/03/2021	C.M. Tavira	C.M. Tavira
2021-2023	Vogal Executivo	José Carlos Martins Rolo	AG	15/03/2021	C.M. Albufeira	C.M. Albufeira

Número Estatutário Mínimo e Máximo - [3]/[9]

Legenda: <sup>(1)</sup> Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

<sup>(2)</sup> O/D - Origem / Destino

<sup>(3)</sup>-Em funções de gestão desde 2023

#### Quadro 63 - Conselho de Administração

Sendo a Águas do Algarve, S.A. uma Empresa classificada de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, e sem prejuízo dos casos de opção pelo vencimento dos lugares de origem, as remunerações dos administradores são as que resultam da aplicação do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro.

Membros do Órgão de Administração com Acumulação de Funções

Membros do Órgão de Administração '(I)		Acumulação de Funções		
		Entidade	Função	Regime
2021-2023	Ana Paula Fernandes Martins	Câmara Municipal de Tavira	Presidente	Público
2021-2023	José Carlos Martins Rolo	Câmara Municipal de Albufeira	Presidente	Público

I-Em funções de gestão desde 2023

Quadro 64 - Membros do Órgão de Administração com Acumulação de Funções

Membro do Órgão de Administração	Estatuto de Gestor Público			
	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de Representação
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	S	B	5.335,97 €	2.134,39 €
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	S	B	4.268,78 €	1.707,51 €
Silvério António Guerreiro	S	B	4.268,78 €	1.707,51 €

Quadro 65 - Membros do Órgão de Administração com Estatuto de Gestor Público

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2025 (€)					
	Fixa (*)	Variável	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final
						(4)=(1)-(2)+(3)
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	89 406,63 €	- €	89 406,63 €	- €	- €	89 406,63 €
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	71 715,48 €	- €	71 715,48 €	- €	- €	71 715,48 €
Silvério António Guerreiro	71 715,48 €	- €	71 715,48 €	- €	- €	71 715,48 €
			<b>232 837,59 €</b>	- €	- €	<b>232 837,59 €</b>

Legenda: (\*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

Quadro 66 - Remuneração Anual 2025

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	[Identificar]	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	[Identificar]	Encargo anual da entidade
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	7,6	1.816,40 €	Segurança Social	28.355,00 €		573,01 €	---	
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	7,6	1.831,60 €	Segurança Social	19.891,00 €	686,82 €	2.059,60 €	---	
Silvério António Guerreiro	7,6	1.839,20 €	CGA	19.892,00 €	969,29 €	2.059,60 €	---	
		<b>5.487,20 €</b>		<b>68.138,00 €</b>		<b>4.692,21 €</b>		

Quadro 67 - Benefícios Sociais

Membro do CA	Encargos com Viaturas - 2025(€)								
	Viatura Atribuída (S/N)	Celebração de Contrato (S/N)	Valor de Referência da Viatura (€)	Modalidade	Ano de Início	Ano de Fim	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (n.º)
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	Sim	Sim	31 990,00	rent-a-car	2025	2025	753,36	9 040,32	0
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	Sim	Sim	25 251,47	AOV	2018	2025	376,83	4 521,96	0
Silvério António Guerreiro	Sim	Sim	25 251,47	AOV	2018	2025	392,83	4 713,96	0

Quadro 68 - Encargos com Viaturas

Membro do CA	Gastos Anuais Associados com Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custos de Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto Total com Viagens (€)
				Identificação	Valor	
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	589,83	440,00	0,00	Refeições	285,43	1 315,26
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	1 112,08	546,00	0,00	Refeições	357,98	2 016,06
Silvério António Guerreiro	462,00	476,00	0,00	Refeições	223,10	1 161,10

Quadro 69 - Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)

## Conselho Fiscal

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	Nº de Mandatos
			Forma <sup>(1)</sup>	Data		
2023-2025	Presidente	Município de Lagoa, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Luis António Alves da Encarnação	DUE	03/11/2023	- €	2
2023-2025	Vogal Efetivo	Sandra Simões Filipe Valério	DUE	03/11/2023	1.120,55 €	2
2023-2025	Vogal Suplente	António Jorge Morgado	DUE	03/11/2023	1.120,55 €	1

Número estatutário mínimo e máximo de membro - [4]/[4]

Legenda: Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime Escrita (DUE) / Despacho (D)

### Quadro 70 - Composição Conselho Fiscal

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual 2025 (€)			
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
Município de Lagoa, representado pela Presidente	- €	- €	- €	- €
António Jorge Morgado	14.950,85 €	- €	- €	14.950,85 €
Sandra Simões Filipe Valério	15.687,70 €	- €	- €	15.687,70 €
	<b>30.638,55 €</b>	- €	- €	<b>30.638,55 €</b>

### Quadro 71 - Remuneração anual do Conselho Fiscal

## Revisor Oficial

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	Nº Inscrição na OROC	Nº de Registo na CMVM	Forma <sup>1</sup>	Data	Contratada		
2024 - 2025	SROC	Deloitte & Associados, SROC S.A., representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro	43	20161389	AG	25/03/2024	Sim	1	1.º ano de exercício
2024 - 2025	ROC Efetivo	Ana Alexandra Dornelas Pinheiro	1496	20161106	AG	25/03/2024	Sim	1	1.º ano de exercício
2024 - 2025	ROC Suplente	João Carlos Henriques Gomes Ferreira	1129	20160741	AG	25/03/2024	Sim	1	1.º ano de exercício

Legenda: (1) Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nota: Mencionar o efetivo (SROC e ROC) e o suplente (RSROC e RROC)

### Quadro 72 - Composição Revisor Oficial de Contas

Nome	Remuneração Anual 2025 (€)
Deloitte & Associados, SROC S.A., representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro	15.127

### Quadro 73 - Remuneração Anual Revisor Oficial de Contas

Ponto 7 - Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de

crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

- Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

- Despesas com comunicações;

O valor anual das despesas com comunicações dos gestores da Águas do Algarve, S.A. é o que se apresenta no quadro seguinte:

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)	
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	N/A	236,88
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	N/A	283,54
Silvério António Guerreiro	N/A	236,88

*Quadro 74 - Gastos com Comunicações*

- Despesas com Combustível e Portagens em Viaturas de Serviço.

O quadro seguinte apresenta os gastos com combustível e portagens pelas viaturas dos gestores da Empresa:

Membro do CA	Plafond Mensal Combustíveis e Portagens	Gastos anuais associados a viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	486,43	2 418,94	689,09	3 108,04	
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	389,15	1 887,33	386,46	2 273,79	
Silvério António Guerreiro	389,15	2 482,76	214,32	2 697,08	

*Quadro 75 - Gastos associados a Viaturas*

Ponto 8 - Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A Águas do Algarve, S.A dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do EGP. Não existem despesas não documentadas ou confidenciais

Ponto 9 – Elaboração (de três em três anos) e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, procedendo à elaboração e divulgação interna e externa, através de publicação no site da sociedade, a cada três anos, do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens na sociedade.

A informação relativa ao ano de 2025 é apresentada de seguida:

	2025	
	F	M
Diretor	2	3
Coordenador de Departamento	3	5
Responsável	5	3
Técnico Superior	64	39
Técnico	8	25
Técnico Operativo	3	50
<b>Total por género</b>	<b>85</b>	<b>125</b>

Quadro 76 - Número de pessoas por género

	2025	
	F	M
Diretor	5.423,10	4.756,59
Coordenador de Departamento	3.463,49	3.727,87
Responsável	3.312,40	3.419,05
Técnico Superior	1.768,99	1.978,71
Técnico	1.191,40	1.505,87
Técnico Operativo	1.067,00	1.275,39

Quadro 77 - Retribuição Total Média Mensal por Género

Ponto 10 - Elaboração e Divulgação do plano para a Igualdade (anual), conforme determina o artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 01 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho

Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do artigo 50.º do RJSPE);

A Águas do Algarve, S.A., reconhece a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais bem como na vida familiar e pessoal, e pretende dar o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade.

De forma a solidificar o seu posicionamento a Águas de Portugal manteve o seu compromisso com Fórum Empresas para a Igualdade (IGEN) reforçando o compromisso de promoção da igualdade de género e de melhoria ao nível da sustentabilidade, da justiça organizacional e da satisfação dos seus colaboradores e das suas colaboradoras. Com esta adesão, a Águas de Portugal e as suas empresas subsidiárias comprometem-se a desenvolver ações de promoção de igualdade de género, assumindo compromissos de melhoria em dimensões que incorporam os princípios da igualdade e da não discriminação entre homens e mulheres no trabalho e no emprego, bem como na conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar e proteção da parentalidade.

Assim, tendo por base o disposto no artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que veio regulamentar a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, as entidades do setor público empresarial têm de elaborar anualmente o Plano para a Igualdade de género, devendo publicá-lo no respetivo sítio na Internet e enviá-lo à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e para a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) até 15 de setembro do ano anterior a que diz respeito, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

Face à disponibilização pela CITE de um Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas, com o objetivo de facilitar a elaboração dos Planos anuais, servindo de guia e orientação com vista ao cumprimento dos requisitos e prazos em vigor, a Águas do Algarve, S.A., realizou, em 2024 um novo Autodiagnóstico de

Igualdade de Género, que serviu de referência para a elaboração do Plano para a Igualdade de Género 2025, o qual foi submetido no sítio da internet (<https://planosigualdade.cite.gov.pt/>) e enviado à autoridade competente e que consta no referido despacho normativo, CITE.

O Plano para a Igualdade de Género para o ano de 2025 encontra-se publicitado no sítio de Internet da Águas do Algarve, S.A., podendo ser acedido através do seguinte link: [Plano de Igualdade de Género | Águas do Algarve \(aguasdoalgarve.pt\)](#).

O Grupo AdP tem implementada uma política sustentada da Igualdade de Género. Esta política específica é coadjuvada pela existência de um conjunto de outras políticas não discriminatórias, tais como, o Código de Conduta e Ética, o Acordo Coletivo de Trabalho e a certificação na norma de Responsabilidade Social SA8000, que consolidam a atuação da Empresa, aumentando a cultura corporativa e a coesão social.

A Política de Recursos Humanos do Grupo garante o respeito pela diversidade e igualdade de oportunidades, aumentando a cultura corporativa e coesão social no Grupo. O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo AdP assume os Objetivos de “Garantir a igualdade de oportunidades e promover a diversidade e inclusão” e de “Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal”. O Plano Estratégico de Sustentabilidade do Grupo AdP assume ainda os Compromissos de “Garantir a igualdade de oportunidades” e de “Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal”.

A igualdade entre mulheres e homens significa a igual oportunidade de participação de homens e mulheres em todas as esferas da vida pública e privada. Está consagrada na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 13º, e constitui um princípio fundamental do direito comunitário considerado no artigo 2º do Tratado da Comunidade Europeia.

Na sua dimensão laboral, este princípio traduz-se na:

- Igualdade de oportunidades no acesso ao trabalho, ao emprego, à formação profissional e à progressão na carreira;
- Participação equilibrada dos homens e das mulheres na vida profissional e na vida familiar, nomeadamente no que respeita à necessidade de ausência ao trabalho por licença de maternidade e/ou paternidade e para prestação de cuidados a pessoas dependentes.

Entendemos que a política de igualdade de género e de conciliação das obrigações profissionais e familiares é, não só um fator de desenvolvimento que permite eliminar e promover um melhor aproveitamento dos recursos humanos, mas também uma componente necessária à evolução das sociedades.

A Águas do Algarve, S.A., durante o ano de 2025 executou diversas medidas do seu Plano de igualdade de género, tendo elaborado e submetido o Plano de igualdade de género 2026, em estrito cumprimento com o estabelecido na Lei nº 62/2017 de 1 de agosto.

O Plano de igualdade de género 2026 está organizado pelas seguintes dimensões/subdimensões agregadoras:

- ✓ Estratégia, missão e valores da empresa;
- ✓ Igualdade nas condições de trabalho:
  - Avaliação de desempenho;
- ✓ Proteção na parentalidade:
  - Dispensas e faltas;
- ✓ Conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal:
  - Teletrabalho;
  - Meia Jornada.
- ✓ Prevenção da prática de assédio no trabalho.

Estas dimensões compreendem objetivos e medidas de intervenção, às quais estão associados indicadores, estado de implementação, responsabilidade pela sua execução, prazo, custo e metas a alcançar.

Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro;

O Grupo AdP divulga anualmente no seu R&C e no seu Relatório de Sustentabilidade Corporativo a informação relevante de Recursos Humanos desagregada por sexo (bem como nos relatórios individuais das Empresas). O Relatório de Sustentabilidade Corporativo é enviado aos principais *stakeholders* e é disponibilizado nos sítios da internet da Águas do Algarve e da Águas de Portugal ([Relatórios de Sustentabilidade](#)).

O Plano de igualdade de género referido na alínea anterior visa a implementação de um conjunto de medidas tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. De entre os objetivos e medidas definidos, podemos exemplificar:

<b>Objetivos</b>	<b>Medidas</b>
Promover e consolidar relações externas no âmbito da promoção da igualdade entre mulheres e homens	Estabelecimento de relações de cooperação com entidades públicas e/ou organizações da sociedade civil que prosseguem o objetivo de promover a igualdade entre mulheres e homens
Assegurar um processo de avaliação justo e objetivo para mulheres e para homens	Divulgação do modelo de avaliação de desempenho, assegurando a transparência do mesmo junto de trabalhadoras e trabalhadores e das respetivas estruturas representativas, no sítio eletrónico da empresa, na intranet, por correio eletrónico, e com afixação em locais internos de reconhecida visibilidade
Garantir o direito ao gozo das dispensas e faltas no âmbito da parentalidade pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras - Incentivar os trabalhadores homens ao uso partilhado das dispensas e faltas no âmbito da parentalidade	Criação e implementação de procedimento interno que assegure que a empresa respeita os direitos de trabalhadores e trabalhadoras a faltarem ao trabalho para assistência a neto/a
PePromover a conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal dos trabalhadores e das trabalhadoras	Disponibilização de equipamentos próprios, concessão de apoios financeiros ou celebração de protocolos com serviços de apoio para filhos e filhas (ou outras crianças a cargo) de trabalhadores e trabalhadoras.
Garantir que o regime de dispensa de algumas formas de organização do trabalho e trabalho suplementar contempla as necessidades de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal dos trabalhadores e das trabalhadoras, em particular dos/as que têm responsabilidades familiares	Criação e implementação de procedimento interno que assegure que a empresa respeita a exceção de aplicação do regime de adaptabilidade grupal a trabalhador ou trabalhadora com filho/a menor de 3 anos de idade que não manifeste, por escrito, a sua concordância
Garantir que a modalidade de jornada contínua contempla as necessidades de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal dos trabalhadores e das trabalhadoras, em particular dos/as que têm responsabilidades familiares	Criação e implementação de procedimento interno que assegure que a empresa concede a modalidade de meia jornada a pedido de trabalhador ou trabalhadora – i) com 55 anos ou mais e que tenha netos/as com idade inferior a 12 anos; ou ii) que tenha filhos/as menores de 12 anos ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica
Prevenir e combater o assédio no trabalho - Prevenir e combater a prática de outras ofensas à integridade física ou moral, liberdade, honra ou dignidade do trabalhador ou da trabalhadora	Conceção e lançamento de campanha de divulgação do código de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho a todos/as os/as trabalhadores/as, a ser apresentada no sítio eletrónico da empresa, na intranet, por correio eletrónico, e com fixação em locais internos de reconhecida visibilidade

#### *Quadro 78 - medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género*

Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela entidade, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º I do artigo 50.º do RJSPE);

A Águas do Algarve, S.A. assume, no âmbito da política corporativa de gestão de recursos humanos da AdP, SGPS, o compromisso de promover ativamente o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus recursos humanos, respeitando os seguintes princípios:

- Criar oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional;
- Promover comportamentos éticos e de respeito mútuo;
- Assegurar a saúde e segurança no trabalho;
- Respeitar as relações laborais;
- Acolher a diversidade;
- Fortalecer a motivação dos colaboradores;
- Promover o envolvimento e o compromisso com o Grupo AdP.

Nesse sentido, estão implementadas um conjunto de políticas corporativas que visam realizar o referido compromisso:

#### Formação Contínua

Corporizando a cultura de melhoria contínua inscrita na nossa estratégia, entendemos que é fundamental dotar os nossos recursos humanos com as competências necessárias, que lhes permitam realizar todo o seu potencial, contribuindo assim para o sucesso da Águas do Algarve, S.A.. Desta forma, a formação dos colaboradores é uma aposta forte da política de gestão de Recursos Humanos.

Os processos de planeamento, gestão e avaliação da formação, visam dar resposta às necessidades formativas identificadas e garantir a qualidade, eficácia e adequação das mesmas. São igualmente dinamizadas ações de formação de cariz transversal e estratégico, com vista a promover o desenvolvimento organizacional, assim como o reforço e consolidação de valores de partilha e de trabalho e desenvolvimento alinhado e conjunto.

#### Valorização Profissional

Um dos valores da Águas do Algarve, S.A. é o seu contributo para o desenvolvimento dos colaboradores através da aquisição de competências e aprendizagem ao longo da vida. Os colaboradores são incentivados a participar em programas de Pós-Graduação, Mestrado ou Doutoramento em domínios diretamente relacionados com a sua atividade e que contribuam inequivocamente para o aumento do seu capital intelectual.

A participação em Associações Profissionais ou de Classe que contribuam para a valorização profissional ou se mostrem adequadas ao prosseguimento dos fins da Empresa é igualmente incentivada e suportada.

#### Horário flexível

Tendo em vista o compromisso de promoção do equilíbrio entre vida pessoal e profissional dos colaboradores é disponibilizado o regime de horário de trabalho flexível que permite a gestão individual do horário de trabalho de cada trabalhador garantindo em simultâneo o cumprimento de todas as obrigações profissionais e de produtividade estabelecidas.

No cumprimento de medidas de eficiência energética do Grupo AdP, a Empresa implementou um sistema de trabalho remoto, para todos os colaboradores da Empresa, cujas funções o permitissem.

### Seguros

A saúde e segurança dos colaboradores é muito valorizada pela Águas do Algarve, S.A.. Todos os colaboradores têm acesso a um conjunto de seguros que garantem apoio ao próprio e à família em caso de acidente ou doença e também nos casos de invalidez ou morte.

### Nascer no Mundo AdP

No âmbito da promoção do envolvimento dos colaboradores com a Empresa e do equilíbrio entre vida pessoal e profissional, quando nasce um filho de um colaborador é oferecido um cabaz nascimento que pretende celebrar esse momento único que é o nascimento de uma nova vida no Mundo AdP.

### Gestão do Desempenho

O Processo de Avaliação de Desempenho tem como objetivo gerir e desenvolver os contributos individuais, por forma a garantir o alinhamento dos desempenhos com a estratégia e os objetivos da Empresa e potenciar o aumento da produtividade. O Sistema de Avaliação de Desempenho prevê que a avaliação não seja um ato isolado mas antes, parte de um processo permanente e contínuo, que integra a observação, o acompanhamento, a avaliação e o desenvolvimento dos colaboradores.

### Gestão de Carreiras

A mobilidade interna de colaboradores é uma prática que o Grupo AdP valoriza e estimula constituindo um fator importante na evolução profissional dos nossos recursos humanos.

O recrutamento interno de profissionais para alocar a projetos e/ou para suprir necessidades de *know-how* específico é um processo que acrescenta valor ao Grupo AdP e possibilita aos colaboradores e colaboradoras a exposição a novos contextos e desafios que potenciam a aquisição de aprendizagens e competências transversais. A Política Corporativa de Mobilidade Geográfica, implementada desde 2015, tem dado um contributo ativo para a dinamização de processos de mobilidade funcional ao garantir um conjunto de apoios aos colaboradores, em mobilidade, destinados a facilitar e apoiar a transição e a instalação no novo local de trabalho.

**Ponto 11 - Elaboração e divulgação no respetivo sítio na internet do relatório anual sobre prevenção da corrupção (n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE e artigo 6.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro) designadamente o Código de Conduta (artigo 7.º do RGPC), e do Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas (artigo 6.º do RGPC).**

Dando cumprimento ao disposto no RGPC criado através do DL n.º 109-E/2021, as empresas do grupo AdP possuem Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), reconhecendo a relevância e o valor deste instrumento de gestão na prevenção e no combate à corrupção e infrações conexas, e a utilidade na identificação e avaliação do risco associado, sendo, por isso, uma importante ferramenta de controlo e gestão do seu risco interno.

No sentido de assegurar a transparência do exercício de gestão de risco, e em conformidade com o n.º 6 do artigo 6.º do RGPC, o PPRCIC da Águas do Algarve, S.A., encontra-se disponibilizado na internet em <https://www.aguasdoalgarve.pt/content/regulamentos>. Do Plano é igualmente dado conhecimento às Tutelas Setorial e Financeira, às respetivas entidades inspetivas e ao MENAC, sem prejuízo do respetivo carregamento no Sistema de Informação do Sector Empresarial Estado (SiSEE), da Entidade do Tesouro e Finanças (ETF).

O Plano integra-se num conjunto de instrumentos mais abrangentes de prevenção e combate à corrupção, dentro do modelo de integridade adotado e tem como objetivo **a identificação das principais áreas e interlocutores de risco que potencialmente poderão ser sujeitos à ocorrência de atos de corrupção, bem**

como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação, probabilidade de ocorrência e a definição dos responsáveis pela implementação e gestão do Plano.

O PPRCIC pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades.

A elaboração e o acompanhamento do Plano têm uma natureza transversal e um carácter abrangente, alargando o âmbito da análise e avaliação do risco de corrupção a todas as competências por lei atribuídas às entidades públicas, envolvendo assim toda a estrutura organizativa interna e todas as áreas de negócio críticas, tal como identificado no n.º2 do artigo 6.º do RGPC.

O PPRCIC, adotado na Águas do Algarve, S.A., em 2011, foi revisto no decurso de 2025, aprovada pela sua Comissão Executiva em 15 de janeiro de 2025, por forma a adaptá-lo às obrigações decorrentes da nova legislação, bem como às recomendações emanadas pelo MENAC e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

#### Ponto 12 - Contratação Pública, indicando, designadamente:

- a) O modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2025, sendo que, nas Empresas-mãe de grupos públicos, esse ponto deverá incluir todas as Empresas em que estas participem maioritariamente;
- b) Os procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização;
- c) Os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 milhões de euros, independentemente da espécie do ato, ou contrato, em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

O Grupo AdP assegura através da AdP SGPS desde 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

Esta estratégia promove o potencial de captura de valor intrínseco às economias de escala, alavancadas pela centralização de compras de determinadas categorias, como a energia elétrica, combustíveis, comunicações, materiais de laboratório, seguros, reagentes químicos, viaturas, entre outras. Esta abordagem favorece a afetação eficiente e a especialização de recursos, contribuindo também para a obtenção de ganhos financeiros decorrentes da redução de custos.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de categorias centralizadas, tem contribuído para maximizar a capacidade de planeamento transversal alcançando assim um conhecimento mais profundo das necessidades das empresas, identificando assim riscos e oportunidades.

Neste domínio, procuramos disseminar as melhoras práticas e a uniformização de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, assim como a concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos.

A Águas do Algarve, S.A. possui um departamento, designado “Departamento de Compras e Logística”, o qual tem por obrigação e competência a preparação de desenvolvimento de todas as aquisições de bens e serviços de que a Empresa necessita para a sua atividade.

Este departamento centraliza toda a logística das aquisições, cuja necessidade lhe é encaminhada através de requisições efetuadas no sistema SAP, por todos os departamentos e áreas da Empresa.

- a) Contratos celebrados de valor superior a 5 milhões de euros

Em 2025 não foram celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

- Empreitada de Reforço da Interligação do Sistema de Abastecimento em Alta do Barlavento/Sotavento Algarvio – Chão das Donas e ETA de Fontainhas, no valor de 8.765.391,11€+IVA;

### Ponto 13 - Medidas tomadas ao nível da adesão da Empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As Empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

### Ponto 14 - Eficiência operacional, prevista nos nº 1, 2 e 3 do artigo 134.º do DLEO 2024, e sobre os gastos operacionais, previstos nos nº 4 e 5 do artigo 134.º do DLEO 2024

No quadro abaixo são apresentados os valores respeitantes à verificação do cumprimento dos respetivos objetivos, que se resumem:

- Redução do peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios face a 2024;
- Redução ou manutenção dos seguintes conjuntos de gastos face a 2024: (1) Gastos com contratações de estudos, pareceres e consultoria;
- Não incremento dos gastos associados à frota automóvel, face a 2024;
- Não agravamento dos gastos-com-pessoal-corrigidos, face a 2024.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	Real	PAO	Real	2025/2024	
	2025	2025	2024	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA(1)	17.827.350	18.105.027	20.794.797	-2.967.447	-14%
(1) CMVMC	2.576.079	2.645.240	2.198.418	377.661	17%
(2) FSE	37.474.967	35.101.485	33.025.777	4.449.190	13%
(3) Gastos com o pessoal	7.757.190	8.247.048	7.134.096	623.094	9%
i. Relativos aos órgãos sociais <sup>a)</sup>	385.100	384.217	360.731	24.369	7%
ii. Indemnizações pagas por rescisão <sup>a)</sup>	0	0	0	0	
iii. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias <sup>a)</sup>	260.032	294.123	259.580	452	0%
iv. Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais <sup>a)</sup>	0	0	0	0	
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i., ii., iii. e iv	7.112.058	7.568.708	6.513.785	598.273	9%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais <sup>b)</sup>	0	0	0	0	
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(3)-(5)	47.808.236	45.993.773	42.358.291	5.449.945	13%
(7) Volume de negócios (VN)	65.408.711	64.847.144	62.609.498	2.799.213	4%
Subsídios à exploração	235.862	294.179	508.635	-272.773	-54%
Indemnizações Compensatórias	0	0	0	0	
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais <sup>b)</sup>	0	0	0	0	
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	65.408.711	64.847.144	62.609.498	2.799.213	4%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	73,09%	70,93%	67,65%	0	8%
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	62.364	49.835	60.380	1.985	3%
ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	7.611	9.198	6.128	1.483	24%
iii. Gastos associados à frota automóvel <sup>c)</sup>	610.389	444.750	497.711	112.678	23%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	410.151	1.221.140	359.882	50.268	14%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	1.090.515	1.724.923	924.100	166.415	18%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	222	235	214	8	4%
N.º Órgãos Sociais (OS)	12	12	12	0	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	21	23	21	0	0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	189	200	181	8	4%
N.º Trabalhadores/N.º CD	9	9	9	0	4%
N.º de viaturas	84	84	83	1	1%

a) Conforme disposto na alínea a) do n.º 5

b) Se aplicáveis, os impactos excecionais

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

#### Quadro 79 - Eficiência Operacional

Conforme se constata na tabela acima, os objetivos encontram-se numa situação de não cumprimento em 2025 comparativamente à 2024.

Efetivamente, o ano de 2025 demonstrou ser bastante atípico relativamente ao ano base, com temperaturas médias muito elevadas no verão e precipitação acima da média no início e no final do ano, ao ponto de permitir recuperar os níveis das barragens e sair do cenário de escassez hídrica que vinha a assolar a região até novembro de 2024. Face a esta conjuntura de eventos climáticos, e tendo em consideração que as receitas do

saneamento foram fixadas em 2019, por via da adoção dos rendimentos tarifários, verificou-se em 2025 um aumento significativo da atividade da Empresa, o que originou um acréscimo dos gastos operacionais, sem que, por seu lado, se tivesse traduzido num aumento proporcional do volume de negócio. Para além deste cenário, verificou-se igualmente um aumento significativo do custo específico do transporte e tratamento de lamas do saneamento em 2025, nomeadamente mais 56,2% do que em 2024, passando de 38,83 euros por tonelada para 60,67 euros por toneladas, em média, em 2025. Neste contexto, constatou-se que o rácio de eficiência operacional se ressentiu de forma significativa, conforme se apresenta de seguida:

1. Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC);

Resulta do aumento de atividade do Abastecimento de Água o aumento de 38,5 mil euros na rubrica de consumo de matérias-primas na ETA de Fontaiñas.

2. Mais gastos com subcontratos de Saneamento (FSE's)

A empresa tratou mais **3,9 Mm3** (11%) do que em 2024, mais uma vez, sem impacto no volume de negócio da empresa, ou seja 2,1 Mm3 na Zona Nascente e 1,9 Mm3 na Zona Poente. Quando associados aos preços unitários contratados, i.e., sem influência das revisões de preços, chegámos a um efeito quantidade que representa **1,4 milhões de euros** (778,4 mil euros para a Zona Nascente e 603,6 mil euros para a Zona Poente) que não encontra correspondência no ano de 2024 e que, por conseguinte, prejudica o numerador do rácio GOMN.

Volumes tratados por zona	2024	2025	Dif. 2025-2024	Efeito Preço 2025-2024	Efeito Quantidade 2025-2024
Zona Nascente	14.034.519 m <sup>3</sup>	16.088.400 m <sup>3</sup>	2.053.881 m <sup>3</sup>	- €	<b>778.420,90 €</b>
Zona Poente	21.722.888 m <sup>3</sup>	23.609.194 m <sup>3</sup>	1.886.306 m <sup>3</sup>	- €	<b>603.617,92 €</b>
<b>Total</b>	<b>35.757.407 m<sup>3</sup></b>	<b>39.697.594 m<sup>3</sup></b>	<b>3.940.187 m<sup>3</sup></b>	<b>- €</b>	<b>1.382.038,82 €</b>
PU/m <sup>3</sup> Zona Nascente	0,379 €	0,379 €	0		
PU/m <sup>3</sup> Zona Poente	0,320 €	0,320 €	0		

Quadro 80 - Variação da rubrica de subcontratos – Efeito quantidade

3. Mais gastos com transporte e tratamentos de lamas do Saneamento

No caso das lamas, conseguimos isolar dois efeitos, de preço e de quantidade, para ambos os processos de desidratação, mecânica e de lagunagens. Em 2025, a empresa produziu mais **3.577 toneladas** de lamas através do processo mecânico de desidratação, e mais **2.783 toneladas** de lamas de lagunagens. Complementarmente a esta situação, o custo específico desta prestação de serviços aumentou muito acima da inflação para as lamas de desidratação mecânica, pois passamos de 38,83 euros por tonelada em 2024 para um preço de 60,00 euros por toneladas em fevereiro e março de 2025 e de seguida para 62,80 euros por tonelada a partir de abril 2025, i.e., um aumento médio superior a 56,20%, mantendo o preço unitário do tratamento das lamas de lagunagens nos 75,50 euros por toneladas (conforme aplicado hoje). Estas duas circunstâncias provocaram um aumento combinado de **1,5 milhões de euros** face ao ano 2024, ou seja, um efeito preço de 1,2 milhões de euros e um efeito quantidade correspondente à 138,9 mil€ para as lamas desidratadas mecanicamente e ainda um efeito quantidade correspondente à 210,1 mil€ para as lamas de lagunagens, conforme evidenciado no quadro abaixo:

	2024	2025	Dif. 2025-2024	Efeito Preço 2025-2024	Efeito Quantidade 2025-2024
Quantidade Lamas Desidratação Mecânica	50.927 ton	54.505 ton	3.577 ton		
Preço Lamas Desidratação Mecânica	1.977.607 ton	3.306.981,46 €	1.329.374,08 €		
Quantidade Lamas de Lagunagens	0 ton	2.783 ton	2.783 ton		
Preço Lamas de Lagunagens	0,00 €	210.131,60 €	210.131,60 €		
Preço Unitário Lamas Desidratação Mecânica	38,83 €/ton	60,67 €/ton	21,84 €/ton		
Preço Unitário Lamas de Lagunagens	0,00 €/ton	75,50 €/ton			
<b>Soma dos efeitos</b>					<b>1.539.505,68 €</b>

*Quadro 81 - Variação da rubrica de tratamento de lamas – Efeitos de preço e quantidade*

4. Conservação e Reparação

Outra das rubricas com impacto considerável nos FSEs, é a de conservação e reparação que contou com uma variação de 396,2 mil euros (11,3%), motivada, entre outros efeitos, pela prestação de serviços de reposição de areia nos filtros rápidos (+140,6 mil euros), na zona poente do sistema de abastecimento de água, que acontece a cada 2 anos, pelo que não se verificou em 2024.

5. Gastos com Pessoal

Verificou-se um aumento de 623,0 mil euros na rubrica de gastos com pessoal face ao período homólogo do ano anterior, maioritariamente fundado pelo seguinte:

- Aumento do número de colaboradores, cujas contratações originaram um acréscimo de 292 mil euros;
- Acréscimo de 260 mil euros devido à valorização remuneratória que resulta da adoção do ACT;
- Acréscimo da rubrica de formação ao pessoal no valor de 32 mil euros.

Quanto aos objetivos referentes aos restantes gastos, é de referir os seguintes valores gastos em 2024:

- Gastos associados à frota automóvel com viaturas: não se verifica uma redução face ao ano anterior;
- Gastos com deslocações/estadas e ajudas de custo: verifica-se um aumento de 1.985 euros e 1.483 euros, respetivamente, face a 2024, fruto da intensificação do plano de formação da empresa;
- Gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria: não se verifica uma redução face ao ano anterior.
- Gastos com pessoal corrigidos, face a 2024: ao atualizar o saldo dos gastos com pessoal 2025 para preços de 2024, com recurso a taxa de inflação publicada pela ERSAR para efeitos de atualização tarifária (2,1%), não se verifica uma redução face ao ano anterior.

[Ponto 15 - Recursos Humanos e massa salarial \(artigos 132.º a 134.º do DLEO 2024 | Despacho, de 29 de dezembro de 2023, do Senhor Ministro das Finanças\).](#)

a) Aferição do Despacho, de 29-12-2023, do Sr. Ministro das Finanças

	2025 Exec	2025 Orc.	2024 Exec.	2025-2024	
				Δ Absol.	Var. %
Nº Órgãos Sociais (OS)	12	12	12	0	0,0%
Nº Cargos de Direção (CD)	21	23	21	0	0,0%
Nº Trabalhadores (sem OS e CD)	189	200	181	8	4,4%
<b>Total</b>	<b>222</b>	<b>235</b>	<b>214</b>	<b>8</b>	<b>3,7%</b>
Nº Trabalhadores / NºCD	9	9	9	0	4,4%
Gastos com Pessoal/TOTAL (OS+CD+T)	34.942	35.094	33.337	1.605	4,8%

*Quadro 82 - Recursos Humanos e massa salarial*

<b>Despacho n.º 1103-B/2025 de 23/01/2025 SEF</b>	
Taxa de Atualização da massa salarial - Empresa (2025)	4,70%
Taxa de Atualização da massa salarial - Grupo AdP (2025)*	4,70%

(\*) Esta percentagem representa um aumento efetivo de 4,3% no total dos gastos com pessoal da empresa.

### Quadro 83 - Taxa de Atualização da massa salarial

Ponto 16 - Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do RJSPE, artigo 105.º da LOE 2024 e artigo 91.º do DLEO 2024).

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

No financiamento da carteira de projetos, para além das linhas do BEI e de apoios comunitários, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneiio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente de poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

O Grupo AdP, para o biénio 2024-2025, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC nº 131, de 17 de agosto de 2022, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring e utilização e descobertos bancários);
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores recebidos pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser

quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;

- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública.

Banca Comercial	1.º Trimestre 2025 (€)	2.º Trimestre 2025 (€)	3.º Trimestre 2025 (€)	4.º Trimestre 2025 (€)
<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>				
<b>IGCP</b>	0	0	0	0
<b>Fundo de Compensação do Trabalho</b>	14.023	14.023	14.023	14.023
<b>Total de Aplicações Financeiras</b>	<b>14.023</b>	<b>14.023</b>	<b>14.023</b>	<b>14.023</b>
<b>DEPÓSITOS À ORDEM e CAIXA</b>				
<b>Novo Banco</b>	0	0	0	0
<b>BPI</b>	20.220	19.973	19.718	19.478
<b>Santander</b>	62.396	70.860	68.189	66.908
<b>BBVA</b>	75.861	57.232	37.730	46.850
<b>BCP</b>	21.079	17.957	15.698	12.595
<b>CGD</b>	387.335	70.195	381.162	99.706
<b>IGCP</b>	15.693.881	13.793.475	11.618.994	5.734.360
<b>BKI</b>	33.057	32.402	31.645	30.991
<b>BIC</b>	0	0	0	0
<b>Total de Depósitos à Ordem</b>	<b>16.293.830</b>	<b>14.062.094</b>	<b>12.173.136</b>	<b>6.010.887</b>
<b>Caixa</b>	<b>7.635</b>	<b>9.128</b>	<b>9.500</b>	<b>9.500</b>
<b>JUROS AUFERIDOS</b>				
<b>IGCP</b>	0	0	0	0
<b>Banca Comercial</b>	0	0	0	0
<b>Total de Depósitos à Ordem</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Quadro 84 - Banco / Instituição por trimestre

**Ponto 17 - Divulgação das recomendações dirigidas à Empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado**

Através do Relatório de Auditoria n.º 7/2017, de 27 de abril de 2017, tendo por incidência os ajustes diretos realizados pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal no período compreendido entre 2012 e o 1.º semestre de 2014, foram realizadas as seguintes recomendações aos Conselhos de Administração:

- No recurso ao ajuste direto devem ser aplicadas, com todo o rigor devido, as normas do CCP tendo designadamente em atenção a jurisprudência deste Tribunal de Contas;
- Planeamento da contratação em função das necessidades historicamente recorrentes e realização, sempre que possível, de procedimentos de contratação pública concorrenciais (incluindo acordos quadro periódicos, se necessários).

Tendo em vista o cumprimento das recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas foram implementadas medidas destinadas a garantir o cumprimento do regime previsto no Código dos Contratos Públicos e a monitorização da execução contratual, com especial relevo para a promoção de ações de formação, para a divulgação de esclarecimentos sobre a interpretação e a aplicação da legislação vigente e para o reforço dos mecanismos de controlo para assegurar o adequado cumprimento das regras legais e das orientações internas em matéria de contratação pública.

No ano de 2021, foi efetuada a seguinte Recomendação pelo Tribunal de Contas, referente ao processo de visto n.º 601/2021, no âmbito da empreitada de Reabilitação da ETAR de Lagos por Conceção / Construção:

“2) Recomendar à entidade fiscalizada, ao abrigo do disposto no artigo 44.º, n.º 4, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), que em futuros procedimentos proceda a:

a) Cumpra rigorosamente o disposto nos artigos 139.º e 146.º, n.º 1, do CCP e os princípios da proporcionalidade e da necessidade na respetiva interpretação e aplicação, adotando, sempre que possível, fórmulas de avaliação do fator preço que permitam graduar os vários limiares de preços admissíveis permitindo, por essa via, a ordenação de todas as propostas;

b) Identificação dos pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que possam condicionar o procedimento e a execução do contrato, nas peças do procedimento, em conformidade.”

No ano de 2024, foi efetuada a seguinte Recomendação pelo Tribunal de Contas, referente ao processo de visto n.º 2013/2024, no âmbito da empreitada de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR de Vilamoura:

“Recomendando-se, ao abrigo do disposto no artigo 44.º, n.º 4, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), para que, em procedimentos futuros:

a. Proceda à identificação dos pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que possam condicionar o procedimento e a execução do contrato, nas peças do procedimento, em conformidade com o disposto no n.º 5 do artigo 36.º do CCP;

b. Dê cabal cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP, procedendo à fundamentação, na decisão de contratar, da fixação do preço base, com base em critérios objetivos;

c. Evite a previsão de requisitos de experiência prévia do encarregado da direção de obra que extravasam os requisitos legais previstos no Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual.”

Ainda no ano de 2024, foi efetuada a seguinte Recomendação pelo Tribunal de Contas, referente ao processo de visto n.º 1775/2024, no âmbito da empreitada de Reforço da interligação Barlavento/Sotavento 1ª Fase:

“a) Proceda à identificação dos pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que possam condicionar o procedimento e a execução do contrato, nas peças do procedimento, em conformidade com o disposto no n.º 5 do artigo 36.º do CCP.

b) Faça corresponder à implementação do PPGRCD artigo próprio no mapa de quantidades de trabalhos posto a concurso.”

No ano de 2025, foi efetuada a seguinte Recomendação pelo Tribunal de Contas, referente ao processo de visto n.º 283/2025 (fiscalização prévia especial), no âmbito da empreitada de “PRR - Empreitada para o Reforço da Interligação do Sistema de Abastecimento em Alta do Barlavento/Sotavento Algarvio – Chão das Donas e ETA de Fontainhas”:

“A entidade fiscalizada foi convidada a pronunciar-se, em sede de devolução administrativa, sobre a fundamentação do preço base e a desconformidade temporal da reprogramação autorizada no âmbito do PRR. Sobre esta última questão a mesma entidade esclarece que a presente empreitada não se encontra

condicionada pelo cumprimento dos marcos e metas previstos na respetiva calendarização e cuja observância são condição de pagamento por parte da primeira entidade, e, que, mesmo assim, se pondera a remessa da reprogramação respetiva, caso seja necessária ou incorporar o projeto em novo mecanismo de financiamento.

No que respeita às ilegalidades relativas ao procedimento de despesa, temos que sempre será possível graduar e distinguir as questões mais gravosas que terão a ver com a gestão orçamental (v.g. celebração de contrato sem existência de compromisso válido e sequencial, assunção de encargos sem demonstração do cabimento e do compromisso em verba orçamental própria, falta de autorização para a assunção de encargos plurianuais / de compromissos plurianuais ou ausência total de demonstração de financiamento) das questões de mera regularidade, de documentação ou de incorreta calendarização financeira por via de atraso ou dilação nos procedimentos contratuais ou administrativos (v.g. derrapagem na procedimentalização do ato ou contrato em causa).

Por outro lado, no que respeita às ilegalidades relativas à contratação ou à prática do ato, pensamos que para além da situação de falta total de procedimento que dará azo à decisão de não procedência (e a eventual e complementar remessa para apuramento de responsabilidade financeira, tal como poderia acontecer já na FP comum), teremos de equacionar que uma eventual ilegalidade atinente ao procedimento concursal ou mesmo ao conteúdo contratual, em violação das regras legais de contratação, terá de ser suficientemente grave e indiciadora da prática de uma infração financeira (segundo os critérios da própria jurisprudência da fiscalização concomitante e da 3.ª Secção) para não ser integrada na procedência com recomendações.

Assim sendo, nos termos e com os fundamentos expostos, tendo em conta o previsto no Art.º 17.º-A, n.ºs 1 e 3, da Lei n.º 30/2021, de 21/5, e no Art.º 44.º, n.º 3, alínea c), da LOPTC, decide-se pela procedência deste processo de fiscalização prévia especial relativo a este contrato de empreitada, recomendando à entidade fiscalizada que, em futuros procedimentos, (1) tenha assegurado devidamente o financiamento da despesa da contratação de acordo com o seu prazo de execução, e (2) dê integral cumprimento ao disposto no n.º 3 do Art.º 43.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), fazendo constar das peças do procedimento os critérios que objetivamente influíram na determinação do preço base.

Alerta-se, ainda, a entidade fiscalizada para a necessidade de adequar a execução efetiva deste contrato aos prazos de financiamento acordados, sabendo-se que a reprogramação temporal de contratos de financiamento PPR, a esta data já não se mostra viável, uma vez que o seu término geral ocorrerá a 30.06.2026.”

À data atual encontra-se em curso uma Auditoria do Tribunal de Contas aos contratos de aquisições de serviços, tendo a mesma iniciado em 2022, e que ainda decorre.

[Ponto 18 - Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º-B ou 508.º-G do CSC, contendo, no mínimo, a informação indicada nos n.ºs 2 dos mencionados artigos. Esta informação deverá ser preferencialmente apresentada em relatório separado do Relatório de Gestão, em anexo ao RGS \(vide manual para a elaboração do RGS, disponível no sítio da internet da UTAM\).](#)

A Águas do Algarve, S.A. não tem a obrigatoriedade individual de reportar a informação não financeira (artigo 66.º CSC revisto pelo DL 89/2017). Todavia, esta informação vai ser disponibilizado no relatório consolidado de sustentabilidade do Grupo AdP.

Relativamente ao constante do n.º2 dos art.º 66-B e 508.º-G, recomenda-se que, neste ponto, seja feita referência aos capítulos relativos à sustentabilidade e capital humano, do Relatório de Gestão, capítulos estes em que consta já a informação mínima requerida.

Nos casos aplicáveis, deve ser feita remissão para o anexo do RGS.

[Ponto 19 - Divulgação de Informação no Site da Águas do Algarve, S.A.](#)

Conforme orientações da ETF, a Águas do Algarve S.A. não divulga informação no sítio do SISEE na internet em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/NNA.	Data Atualização	
Estatutos	NA.		
Caracterização da Empresa	NA.		
Função de tutela e accionista	NA.		
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
- Identificação dos órgãos sociais	NA.		
- Estatuto Remuneratório Fixado	NA.		
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	NA.		
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	NA.		
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	NA.		
Esforço Financeiro Público	NA.		
Ficha Síntese	NA.		
Informação Financeira histórica e atual	NA.		
Princípios de Bom Governo			
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	NA.		
- Transações relevantes com entidades relacionadas	NA.		
- Outras transações	NA.		
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	NA.		
Social	NA.		
Ambiental	NA.		
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo			
- Código de ética	NA.		

Quadro 85 - Informações a constar no site SEE

Ofício-Circular da ETF

Cumprimento das Orientações Legais - 2025	Cumprimento	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S-N-NA		
<b>Objectivos de Gestão 2025</b>			
Indicadores de Gestão Global	S	Classificação de 2,5 numa escala até 3,0: superado.	Ponto 1 - Objectivos de gestão (artigo 38º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial).
<b>Metas a atingir constantes no PAO 2025</b>			
Investimento	N	Orçamento de 161,5 milhões de €; executado 27,3 milhões de €; 17% de taxa de execução.	Desvio tem a ver com os processos de licenciamento e adjudicação de concursos públicos relacionados com o PRR e com outros investimentos fora do PRR.
Nível de endividamento	S	Orçamento de 199,5 milhões de €; atingido 154,2 milhões de €.	
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	Rácio Gastos Operacionais / Volume de Negócios: Orçamento de 70,91%, realizado de 69,92%.	
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>			
Limites de Crescimento do Endividamento	S	Var. Endividamento de -12,42%	
Evolução do PMP a fornecedores	S	-3 dias	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	680,2 mil € vencidos.	Sem casos problemáticos.
<b>Recomendações do acionista na última aprovação de contas</b>			
Recomendação	NA		
<b>Reserva emitida na última CLC</b>			
Reserva	S	sem reservas	
<b>Remunerações/honorários</b>			
Não atribuição de prémios de gestão	S	Não houve atribuições em 2025	
CA-Reduções remuneratórias vigentes em 2025	S	sem redução	a redução de 5% que tinha sido aplicada em anos anteriores foi eliminada.
Fiscalização (CF/ROC/FUI) - reduções remuneratórias vigentes	S	sem redução	a redução de 5% que tinha sido aplicada em anos anteriores foi eliminada.
Auditor Externo - reduções remuneratórias vigentes	NA		
<b>EGP - artigo 32º e 33.º do EGP</b>			
Não utilização de cartões de crédito	NA	A Empresa não tem cartões de crédito em 2025 para pagamento de despesas de representação, mas apenas para pagamentos de anúncios no INCM, por limitação do IGCP.	
Não reembolso de despesas de representação pessoal	NA	Nada a assinalar	
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	NA	Nada a assinalar	
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	Cumprido	
<b>Despesas não documentadas ou confidenciais n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP</b>			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S	Nada a assinalar	
<b>Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014</b>			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	site da empresa	
<b>Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção</b>			
prevenção da corrupção	S	site da empresa	
<b>Contratação Pública</b>			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	Código dos Contratos Públicos	
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	NA		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	1 contrato, totalizando 8.765.391€.	
<b>Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas</b>			
	S	Economato, energia, viaturas.	
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas</b>			
	S	Variação de +12,8%.	Uma provisão de 1,2 milhões de € para uma sentença de tribunal; aumento de gastos em Amortizações por via de mais caudais; aumento de gastos com Lamas.
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do DL 133/2013)</b>			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	% de disponibilidades: tendencialmente 100%	Há saldos flutuantes com pouca expressão, na banca comercial, os quais têm a ver com compromissos com garantias bancárias.
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	Sem aplicações na banca	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	Nada a assinalar	
<b>Auditorias do Tribunal de Contas (b)</b>			
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	site da empresa	

Quadro 86 - Cumprimento das Orientações Legais 2025

## C- Perspetivas Futuras

À semelhança do que se tem passado sobretudo nos últimos, nos quais o grupo ADP, e no caso concreto a Águas do Algarve, se tem deparado com um cenário de volatilidade e incerteza relativamente aos preços da energia, e ao preços de diversos reagentes, bem como de prestações de serviços diversas, a empresa tem procurado mitigar essa volatilidade:

- através da aposta no plano de neutralidade energética, o qual na AdA permitirá reduzir substancialmente as quantidades de energia (medidas em kwh) adquiridas na rede, substituindo-as em grande parte por autoprodução,
- através do aumento da resiliência das suas infraestruturas, o qual se espera permita a médio prazo poupanças em termos de eficiência produtiva,
- pelo maior investimento nos processos de aquisição de serviços, centralizados na ADP, e noutros casos, na própria empresa, sendo esse investimento caracterizado por um aumento do conhecimento dos mercados, e por conseguinte de como se poderá melhorar o processo de compra.

Os investimentos estratégicos já em curso, tais como o investimento numa Dessalinizadora, o reforço da interligação Sotavento-Barlavento, e ainda o aumento da diversificação das origens de água, permite também uma discussão mais profundo relativamente aos próprios modelos de exploração que se seguirão à conclusão da fase de investimento.

A Águas do Algarve, S.A. mantém na sua estratégia e linhas de conduta a promoção da melhoria da sustentabilidade ambiental, económica e social. Também se pretende aprofundar a tendência para a redução das emissões de carbono, apostando-se cada vez mais na utilização de carros elétricos e no alargamento de novas medidas ambientalmente sustentáveis.

As alterações climáticas vão trazer novos desafios em relação às origens de água, a reutilização adequada das águas residuais e o aproveitamento de lamas para fins úteis. A empresa já iniciou em 2024 o fornecimento de água para reutilização para campos de golfe, e para 2025 e anos seguintes está projetado um alargamento significativo nos clientes aos quais se vai fornecer apr

O Plano de Atividades e Orçamento de 2025 da empresa foi submetido à apreciação da Tutela no dia 25 de novembro de 2024 tendo sido aprovado a 26 de dezembro de 2024.

Neste documento a empresa propõe-se um esforço considerável de execução de investimento, nos montantes de:

<b>Ano 2025</b>	<b>Ano 2026</b>	<b>Ano 2027</b>
148,3 M€	190,9 M€	62,8 M€

*Quadro 87 - Execução de Investimento (2025-2027)*

Entretanto, no dia 12 de janeiro de 2026 foi enviado para a ERSAR, com conhecimento à Tutela, a proposta de revisão do Contrato de Concessão, incluindo-se nesta proposta a revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira. A proposta encontra-se à data em apreciação pela ERSAR.

## D- Considerações Finais

Para o resultado obtido a todos os níveis muito contribuíram e, por isso, aqui deixamos expressos os nossos agradecimentos:

- Ao Ministério do Ambiente e da Energia, na pessoa de Sua Excelência a Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Maria da Graça Carvalho, pelo interesse, empenho, incentivo e apoio;

- Aos nossos Acionistas, com especial relevo para a Águas de Portugal, S.G.P.S., SA, que ao longo dos anos nos têm acompanhado e cuja confiança acreditamos que continuaremos a merecer;
- Aos nossos Colaboradores, por terem sido incansáveis na prossecução daquele que é a missão da Águas do Algarve;
- À Entidade Reguladora dos Serviços e Resíduos, à Agência Portuguesa para o Ambiente e aos organismos regionais pela cooperação prestada;
- Aos atuais Órgãos Sociais da Empresa pela cooperação demonstrada no exercício das suas competências;
- Às restantes entidades nacionais e regionais que de uma forma direta ou indireta contribuíram com o cumprimento da missão da Águas do Algarve.

#### **E- Proposta de Aplicação de Resultados**

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido positivo do exercício no valor de 2.074.122 euros tenha a seguinte aplicação:

- Reserva legal, equivalente a 5% dos resultados líquidos, no valor de 103.706 euros;
- Remanescente, no valor de 1.970.416 euros para resultados transitados.

Faro, 05 de março de 2026

O Conselho de Administração

---

Maria Isabel Fernandes da Silva Soares  
(Presidente Executivo)

---

Hugo Miguel Guerreiro Nunes  
(Vogal Executivo)

---

Silvério António da Silva Gonçalves Guerreiro  
(Vogal Executivo)

---

Ana Paula Fernandes Martins  
(Vogal)

## F- Contas do exercício de 2025

### Introdução

Nos termos da Lei e dos estatutos, vem o Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. submeter à apreciação da Assembleia Geral desta empresa, as contas do exercício de 2025.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstração da posição financeira;
- Demonstração dos resultados e do rendimento integral;
- Demonstração das variações no capital próprio;
- Demonstração dos fluxos de caixa.

Constituem, também, elementos do relatório os seguintes Anexos:

- Notas às demonstrações financeiras.

No final do presente relatório encontram-se à disposição dos acionistas os seguintes documentos:

- Relatório e parecer do conselho fiscal;
- Certificação legal das contas.

## Demonstração da posição financeira

RUBRICAS	NOTAS	2025	2024
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativos Não Correntes</b>			
Ativos intangíveis	5	452.602.711	446.655.635
Ativos fixos tangíveis	6	1.128.588	1.018.161
Ativos sob direito de uso	7	369.060	541.533
Outros ativos financeiros	8	14.023	14.023
Impostos diferidos ativos	33	27.274.634	32.384.157
Cliente	10	0	0
<b>Total dos ativos não correntes</b>		<b>481.389.017</b>	<b>480.613.509</b>
<b>Ativos Correntes</b>			
Inventários	12	3.522.788	3.163.916
Ativos fin. ao justo valor rend. int.	10, 13	14.550.537	14.449.783
Clientes	10	21.679.846	20.306.340
Imposto sobre o rendim. do exercício	33	441.031	265.404
Outros ativos correntes	11	23.633.353	10.940.844
Caixa e seus equivalentes	14	6.020.387	18.824.299
<b>Total dos ativos correntes</b>		<b>69.847.944</b>	<b>67.950.587</b>
<b>Total do ATIVO</b>		<b>551.236.960</b>	<b>548.564.096</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
<b>Capital próprio dos acionistas</b>			
Capital social	15	29.825.000	29.825.000
Reservas e outros ajustamentos	15	3.570.028	3.478.658
Resultados transitados	15	2.690.038	954.008
Resultado líquido do exercício		2.074.122	1.827.399
<b>Total do CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>38.159.188</b>	<b>36.085.065</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivos Não Correntes</b>			
Provisões	16	1.321.324	86.286
Acréscimo de gastos de investimento contratual	17	76.423.521	74.243.021
Subsídios ao investimento	18	232.931.380	208.197.787
Empréstimos	19	124.344.027	99.231.765
Passivos da locação	7	46.661	222.843
Fornecedores e outros passivos não correntes	20	2.523.491	2.387.400
Impostos diferidos passivos	33	4.286.623	4.951.445
Desvio tarifário passivo	9	22.105.371	30.397.751
<b>Total dos passivos não correntes</b>		<b>463.982.396</b>	<b>419.718.298</b>
<b>Passivos Correntes</b>			
Empréstimos	19	30.474.184	73.738.676
Passivos da locação	7	197.011	188.671
Fornecedores e outros passivos correntes	20	18.424.182	18.833.386
Imposto sobre o rendim. do exercício	33	0	0
<b>Total dos passivos correntes</b>		<b>49.095.377</b>	<b>92.760.733</b>
<b>Total do PASSIVO</b>		<b>513.077.773</b>	<b>512.479.031</b>
<b>Total do PASSIVO e CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>551.236.960</b>	<b>548.564.096</b>

## Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2025	2024
Vendas	22	36.816.251	34.607.716
Prestações de serviços	22	28.592.460	28.001.782
Rendimentos construção ativos concessionados	22	27.161.231	18.562.545
Déficit/superavit tarifário	9	8.292.380	7.467.573
Gasto das vendas/variação inventários	23	(2.576.079)	(2.198.418)
Gastos construção ativos concessionados	23	(27.161.231)	(18.562.545)
Fornecimentos e serviços externos	24	(37.474.967)	(33.025.777)
Gastos com pessoal	25	(7.757.190)	(7.134.096)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	26	(23.619.936)	(22.119.784)
Provisões e reversões do exercício	27	(1.235.038)	(4.786)
Subsídios à exploração	30	235.862	508.635
Subsídios ao investimento	18	9.016.525	7.731.343
Outros gastos e perdas operacionais	29	(1.136.065)	(945.303)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	30	1.122.075	969.586
<b>Resultados operacionais</b>		<b>10.276.279</b>	<b>13.858.471</b>
Gastos financeiros	31	(5.894.853)	(7.185.158)
Rendimentos financeiros	32	2.411.763	1.284.221
<b>Resultados financeiros</b>		<b>(3.483.090)</b>	<b>(5.900.937)</b>
<b>Resultados antes de imposto</b>		<b>6.793.189</b>	<b>7.957.534</b>
Imposto do exercício	33	(274.366)	(1.077.843)
Imposto diferido	33	(4.444.701)	(5.052.291)
<b>Res. Líquido do exercício operações continuadas</b>		<b>2.074.122</b>	<b>1.827.399</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>2.074.122</b>	<b>1.827.399</b>
<b>Rendimento integral</b>		<b>2.074.122</b>	<b>1.827.399</b>
<b>Resultado por ação (básico e diluído)</b>	15	<b>0,35</b>	<b>0,31</b>
<b>Resultado integral por ação (básico e diluído)</b>	15	<b>0,35</b>	<b>0,31</b>

## Demonstração das variações no capital próprio

Demonstração das variações de Capital Próprio	Notas	Capital Social	Reservas	Resultados Transitados	Res. Líquido do Exercício	TOTAL
<b>Saldo a 31.12.2023</b>		<b>29.825.000</b>	<b>3.376.757</b>	<b>(982.104)</b>	<b>2.038.013</b>	<b>34.257.666</b>
Aplicação do RL do Exercício	15	0	101.901	1.936.112	(2.038.013)	0,00
Realização de Capital		0	0	0	0	0
Distribuição de dividendos		0	0	0	0	0
Resultado Líquido do Exercício		0	0	0	1.827.399	1.827.399
<b>Saldo a 31.12.2024</b>		<b>29.825.000</b>	<b>3.478.658</b>	<b>954.008</b>	<b>1.827.399</b>	<b>36.085.065</b>
Aplicação do RL do Exercício	15	0	91.370	1.736.029	(1.827.399)	0
Realização de Capital		0	0	0	0	0
Distribuição de dividendos		0	0	0	0	0
Resultado Líquido do Exercício		0	0	0	2.074.122	2.074.122
<b>Saldo a 31.12.2025</b>		<b>29.825.000</b>	<b>3.570.028</b>	<b>2.690.038</b>	<b>2.074.122</b>	<b>38.159.188</b>

## Demonstração dos fluxos de caixa

FLUXO	NOTAS	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes	10	70.251.783	67.775.316
Pagamentos a fornecedores	20	(48.569.810)	(44.877.821)
Pagamentos com pessoal	25	(8.125.238)	(7.463.755)
Pagamentos/recebimentos imposto s/ rendimento	33	(447.539)	164.541
Outros pagamento/recebimentos operacionais	29/30	4.231.018	3.565.980
<b>Fluxo das atividades operacionais</b>		<b>17.340.214</b>	<b>19.164.261</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Recebimentos de subsídios de investimento	18	22.904.977	14.735.862
Juros e rendimentos similares	5	3.760	1.913
Pagamentos de ativos intangíveis	5	(28.616.634)	(17.767.727)
Integração património	5	(312.791)	(305.001)
<b>Fluxo das atividades de investimento</b>		<b>(6.020.688)</b>	<b>(3.334.954)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos de empréstimos obtidos	19	18.000.000	44.000.000
Pagamentos de empréstimos obtidos	19	(36.054.920)	(47.928.370)
Pagamentos de juros e gastos similares	07/19	(5.745.287)	(7.003.349)
Outros pagamentos financeiros	31/32	(323.232)	(212.342)
<b>Fluxo das atividades de financiamento</b>		<b>(24.123.438)</b>	<b>(11.144.061)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>		<b>(12.803.912)</b>	<b>4.685.246</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>	<b>14</b>	<b>18.824.299</b>	<b>14.139.053</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	<b>14</b>	<b>6.020.387</b>	<b>18.824.299</b>

Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	Notas	2025	2024
Caixa	14	9.500	9.500
Depósitos à ordem	14	6.010.887	18.814.799
Depósitos a prazo	14	0	0
<b>Tesouraria ativa</b>		<b>6.020.387</b>	<b>18.824.299</b>
Descobertos bancários	19	0	0
<b>Tesouraria passiva</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>		<b>6.020.387</b>	<b>18.824.299</b>

## Notas às demonstrações financeiras

### I. Informação geral

#### I.1. Identificação e atividade da empresa

A Águas do Algarve, S.A. (adiante designada também por AdA S.A., entidade, empresa ou Sociedade) foi constituída em 5 de Agosto de 2000, tendo a sua sede social na Rua do Repouso, n.º 10, em Faro.

São acionistas da AdA S.A.:

<b>Acionistas (ações)</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor</b>	<b>Classe</b>	<b>%</b>
Águas de Portugal, SGPS, SA	3.247.447	16.237.235	A + B	54,44%
Município de Albufeira	289.270	1.446.350	A + B	4,85%
Município de Alcoutim	17.236	86.180	A	0,29%
Município de Aljezur	34.046	170.230	A	0,57%
Município de Castro Marim	32.787	163.935	A	0,55%
Município de Faro	409.788	2.048.940	A + B	6,87%
Município de Lagoa	187.813	939.065	A + B	3,15%
Município de Lagos	202.726	1.013.630	A + B	3,40%
Município de Loulé	338.797	1.693.985	A	5,68%
Município de Monchique	25.718	128.590	A	0,43%
Município de Olhão	230.791	1.153.955	A	3,87%
Município de Portimão	369.206	1.846.030	A + B	6,19%
Município de São Brás de Alportel	49.607	248.035	A + B	0,83%
Município de Silves	222.439	1.112.195	A + B	3,73%
Município de Tavira	135.680	678.400	A	2,27%
Município de Vila do Bispo	53.605	268.025	A + B	0,90%
Município de Vila Real de Santo António	118.044	590.220	A	1,98%
<b>Total</b>	<b>5.965.000</b>	<b>29.825.000</b>		<b>100,00%</b>

O capital social realizado da Empresa é de 29.825.000 euros, correspondendo a 5.965.000 ações de valor nominal de 5 euros cada.

A empresa é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais integralmente públicos criada pelo Decreto-lei n.º 168/2000 de 5 de agosto, por fusão das Sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A. e Águas do Barlavento Algarvio, S.A.. Essas Sociedades foram constituídas, respetivamente, pelo Decreto-lei n.º 130/95, de 5 de junho, e n.º 136/95, de 12 de junho, com a responsabilidade pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de Agosto de 1995 com o Estado Português, relativos aos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Sotavento e ao Barlavento Algarvio, criados pelo Decreto-lei n.º 379/93 de 05 de novembro.

Com a criação pelo Decreto-lei n.º 167/2000 do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, foi atribuída à Sociedade a concessão da exploração e gestão do referido sistema pelo Decreto-lei n.º 172/B-2001 de 26 de maio e celebrado o Contrato de Concessão entre o Estado Português e a Empresa em 26 de maio de 2001.

Em 8 de novembro, com a publicação do Decreto-lei n.º 285/2003, foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água ao Algarve, resultante da fusão dos Sistemas do Barlavento e do Sotavento, tendo sido em 7 de fevereiro de 2005 assinado o respetivo contrato de concessão.

Em 2019 foi assinado um novo Contrato de Concessão (CC), no dia 24 de julho de 2019, para o período 2019-2048. Atendendo ao ponto 1 da Clausula 1.ª do CC, o Concedente atribuiu à Águas do Algarve, S.A. nos termos desse contrato e do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve (adiante abreviado por

Sistema), criado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo. Este Sistema substitui os dois sistemas multimunicipais extintos, nomeadamente o sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve e o sistema multimunicipal de saneamento do Algarve.

## **1.2. Atividade económica**

A Águas do Algarve, S.A., tem como atividade principal a exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais (saneamento) no Algarve.

As tarifas e os rendimentos tarifários em “alta” praticados pela Águas do Algarve, S.A. são fixados pela ERSAR, sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a Águas do Algarve, S.A. as tarifas e os rendimentos tarifários encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários com base na taxa de inflação (IHPC).

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifários a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

O diploma constituinte da agregação do SMM, Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, e respetivo contrato de concessão, estabelece a metodologia de registo e de recuperação do Desvio de Recuperação de Gastos (DRG), tendo sido determinado um período máximo de geração adicional de DRG até 10 anos e um período máximo de reintegração destes ativos (ou passivos) até 25 anos. De acordo com esta metodologia em 2043, o saldo atual dos DRG registado nas contas da Águas do Algarve, S.A. estará recuperado.

Para o SMM gerido pela Águas do Algarve, S.A., ao abrigo do novo contrato de concessão celebrado em 2019, foi efetuado o registo inicial dos DRG, e a partir daí o correspondente a cada exercício económico.

### **1.2.1. Atividade regulada**

O modelo dos contratos de concessão e parceria criado para o sistema multimunicipal possui as seguintes características:

- i) as infraestruturas e equipamentos da concessão são construídos ou adquiridos pela empresa concessionária;
- ii) o financiamento destas aquisições/construções é efetuado parcialmente com recursos a subsídios comunitários a fundo perdido e a financiamentos de longo prazo efetuados maioritariamente pelo Banco Europeu de Investimentos (BEI);
- iii) os preços de venda (tarifa) praticados são genericamente fixados e sufragados pela entidade reguladora (ERSAR) e incluem uma parcela de remuneração do capital investido, correspondente a um indexante (taxa das Obrigações do Tesouro), acrescida de três pontos percentuais a título de prémio de risco. A AdA tem assegurada a sua remuneração através das cláusulas de reequilíbrio dos contratos de concessão. A concessão tem a duração de 30 e decorre até ao ano 2048. Em 2025, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 3,08%.

Água e saneamento	Concessão/Parceria	Prazo	Período	Remuneração acionista Taxa de remuneração	Remuneração acionista Base de incidência (1)
Águas do Algarve SA (2)	Concessão	30 anos	2019-2048	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal

(1) A remuneração OT 10 anos + 3% incide sobre o capital social e reserva legal. Adicionalmente sobre os dividendos em dívida incide remuneração equivalente à OT 10 anos.

(2) A 24 de julho de 2019 foi celebrado Contrato de Concessão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve gerido pelas Águas do Algarve, S.A. por um prazo de 30 anos (2019-2048). Este contrato resulta da agregação dos contratos de concessão existentes àquela data.

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) desenvolvem a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa, e dos rendimentos tarifários, se aplicável, a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como na aprovação dos Desvios de Recuperação de Gastos a reconhecer anualmente nas contas dos SMM, mediante um cenário de eficiência definido previamente. Através do Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro foi restituída à ERSAR a competência da aprovação das tarifas, mantendo-se a sua autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

Por via do contrato de concessão, a entidade reguladora, passou ainda a deter o poder de aprovar o valor do desvio de recuperação de gastos que Águas do Algarve podem registar nas suas contas anuais. Facto que confere à entidade reguladora o poder efetivo de determinar os gastos que podem ser recuperados por via tarifária.

Em 31 de dezembro de 2025 estavam registados nas contas da Águas do Algarve, S.A., cerca de 22.1 milhões de euros de DRG de natureza superavitária, decorrente da atividade do SMM.

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) estão ainda sujeitas à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

A empresa tem uma concessão atribuída pelo Estado em regime de exclusividade para a prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. O contrato de concessão caracteriza-se por contemplar elevados níveis de investimentos a efetuar pela empresa. O financiamento é obtido através de fundos comunitários, empréstimos bancários, capitais próprios e pelos meios gerados pela atividade, sendo também acionistas os Municípios a quem são prestados os serviços. O serviço prestado é pago através de tarifa fixada pela entidade reguladora (ERSAR) e faturada aos Municípios que são servidos pela concessão. Uma das características do contrato de concessão é ter retorno garantido sobre o capital investido.

### 1.3. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração que teve lugar no dia 5 de março de 2026 na sede da Empresa em Faro. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

## 2. Políticas contabilísticas

### 2.1. Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2025.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras da AdA foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os quais se encontram registados ao respetivo justo valor (valor de mercado).

Na tabela abaixo apresentam-se os totais do Ativo Corrente, do Passivo Corrente, e da Diferença, para os anos de 2024 e de 2025:

<b>Ativo e Passivo correntes</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Variação</b>
Ativo corrente	69.847.944	67.950.587	1.897.357
Passivo corrente	49.095.377	92.760.733	(43.665.356)
	<b>20.752.567</b>	<b>(24.810.146)</b>	<b>45.562.713</b>

Conforme se observa, a diferença entre o Ativo e o Passivo Corrente foi melhorada em 45,6 milhões de € de 2024 para 2025, passando em 2025 a positiva. A melhoria tem essencialmente a ver com a reclassificação do empréstimo de suprimentos, de curto para médio/longo prazo, celebrado com a ADP SGPS em 21 de julho de 2011, atualmente em 45 milhões de €, e renovado em 21 de julho de 2025 cuja nova data de vencimento é o dia 20 de julho de 2027.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

### 2.2. Data de referência das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa da AdA S.A. relativamente a 31 de dezembro de 2025 e comparativos a 31 de dezembro de 2024.

### 2.3. Conversão cambial

#### 2.3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da empresa e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

### 2.3.2. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data da demonstração de posição financeira, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas são assim registadas em resultados do exercício ou em "Reservas e outros ajustamentos", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional pela empresa de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

## 2.4. Direito de Utilização de Infraestruturas ("DUI") - Concessões

### 2.4.1. Classificação da infraestrutura

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a AdA S.A. presta dois tipos de serviços:

- (i) o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e
- (ii) o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: **(a)** um ativo financeiro, ou **(b)** um ativo intangível.

Adicionalmente, nos termos da IFRIC 12, a infraestrutura não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a **(a)** um montante específico, ou **(b)** à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Atendendo à tipologia dos contratos de concessão da empresa gestora do SMM (sistema multimunicipal), nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), o modelo que se adequa à

realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, a AdA, empresa gestora do SMM (sistema multimunicipal) classifica, como concessionária, as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

#### 2.4.2. Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis (DUI) em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e melhorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

#### 2.4.3. Amortizações

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações na empresa são calculadas pelo método da soma das unidades de produção, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente tratados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Áreas de Negócio	Total do investimento do contrato	ANOS	Total de caudais do contrato (m3)	Taxa depleção 2025
ÁGUA	526.749.703	30	1.892.458.222	4,5503%
SANEAMENTO	374.945.428	30	1.233.840.012	4,6585%
ESTRUTURA	10.353.322	30	3.126.298.234	4,5920%
	<b>912.048.454</b>		<b>6.252.596.468</b>	

#### 2.4.4. Acréscimos de gastos de investimento contratual

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão.

No caso da AdA S.A., os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de

concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica acréscimo de gastos de investimento contratual (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

#### **2.4.5. Desvio de recuperação de gastos (Défice / Superavit tarifário)**

Consideram-se desvios de recuperação de gastos: (i) à diferença existente, à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas extintos em 2015, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e (ii) à diferença verificada, anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal da concessão entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas.

Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no contrato de concessão e são registados ao custo amortizado. A Águas do Algarve regista nas suas contas os desvios de recuperação de gastos que se verificarem anualmente até ao termo do segundo período quinquenal, registando, em simultâneo com a celebração do contrato de concessão, os desvios de recuperação de gastos determinados à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados, incluindo a remuneração acionista em dívida capitalizada com a taxa correspondente às Obrigações de Tesouro Portuguesas a 10 anos, acrescida de três pontos percentuais até à data de entrada em vigor do contrato de concessão, com base nas respetivas contas individuais das sociedades.

Os desvios de recuperação de gastos de natureza deficitária e de natureza superavitária existentes à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados em 2015 e os gerados na vigência da concessão até ao termo do segundo período quinquenal, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, devem ser recuperados pela via tarifária ou refletidos nas tarifas, consoante o caso, até ao termo do quinto período quinquenal da concessão.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – “Défice/superavit tarifário de recuperação de gastos” – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio de recuperação de gastos corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao rédito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

#### **2.4.6. Rédito da construção**

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

## 2.5. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AdA SA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2 - vida útil e imparidade de ativos intangíveis
- Nota 6.2 - vida útil e imparidade de ativos fixos tangíveis
- Nota 7.2 - vida útil de locações
- Nota 9.2 - estimativa do Desvio de recuperação de gastos
- Nota 10.2 - imparidade de ativos financeiros
- Nota 13.2 - justo valor de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral
- Nota 16.2 - provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 33.1 - estimativa de impostos e impostos diferidos

## 2.6. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração de posição financeira (DPF) que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da DPF são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da DPF que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da DPF, se materiais, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

## 3. Novas normas e alteração de políticas

### 3.1. Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 apresentada nos comparativos.

### 3.2. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 01 de janeiro de 2025

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Esta emenda publicada pelo IASB em agosto de 2023 define a abordagem para avaliar se uma moeda pode ou não ser trocada por outra moeda. Caso se conclua que a moeda não pode ser trocada por outra, indica como se determina a taxa de câmbio a aplicar e as divulgações adicionais necessárias.	1 de janeiro de 2025

Da aplicação destas novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdA SA.

### 3.3. Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2026 ou posteriores e que a empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

- *Já endossadas pela UE*

Descrição	Alteração	Data efetiva
Emenda a IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Estas emendas publicadas pelo IASB em maio de 2024 incluem alterações decorrentes dos resultados do processo de revisão de pós-implementação da IFRS 9 efetuado pelo IASB.	1 de janeiro de 2026
Emenda à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos relacionados com eletricidade dependente da natureza	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2024 inclui guidance e divulgações adicionais relacionadas com contratos de fornecimento de eletricidade provenientes de energias renováveis, bem como possibilidade de designar esses contratos como instrumentos de cobertura se cumprirem determinados requisitos.	1 de janeiro de 2026
Melhoramentos anuais das normas internacionais de relato financeiro (volume 11) (*)	Corresponde essencialmente a emendas nas normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7.	1 de janeiro de 2026

Estas emendas, apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa em 2025, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

- *Ainda não endossadas pela UE*

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	O objetivo da IFRS 18 é estabelecer requisitos para a apresentação e divulgação de informação nas demonstrações financeiras para ajudar a assegurar que estas proporcionam informação relevante que representa fielmente os ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos de uma entidade.	1 de janeiro de 2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações	Esta norma permite que uma subsidiária elegível possa optar por divulgações reduzidas nas suas demonstrações financeiras preparadas em IFRS.	1 de janeiro de 2027
Alterações à IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações	Eliminação da possibilidade da entidade definir o nível de detalhe das divulgações a efetuar.	1 de janeiro de 2027
Alterações ao IAS 21 - Os efeitos das alterações nas taxas de câmbio: Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária	Especifica os procedimentos de conversão para uma entidade cuja moeda de apresentação seja a de uma economia hiperinflacionária.	1 de janeiro de 2027

(\*) Endossada em 9 de julho de 2025

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, a Empresa encontra-se em fase de identificação dos impactos para as demonstrações financeiras decorrentes da sua futura adoção.

### 3.4. Normas em revisão

#### IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021 o IASB apresentou o Exposure Draft da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os cash-flows futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória, Caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os cash-flows futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021 o IASB após análise dos comentários recebidos ao Exposure Draft identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Têm vindo a decorrer reuniões sendo expectativa do IASB publicar a nova norma durante o 2º semestre de 2025. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do Exposure Draft.

## 4. Políticas de gestão de risco

### 4.1. Fatores de risco

As atividades da empresa estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais da empresa. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

## 4.2. Risco de mercado

### 4.2.1. Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AdA, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da empresa.

<b>Juros Suportados à taxa variável</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Real	2.335.251	2.982.945
Taxa média + 1%	2.896.117	3.489.764
Taxa média - 1%	1.756.950	2.400.181

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de 12 meses.

### 4.2.2. Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio da empresa é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional.

### 4.2.3. Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da empresa em energia e combustíveis representam aproximadamente 13% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP SGPS negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

## 4.3. Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdA SA pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AdP, mandatada pela AdA SA, efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

<b>Risco de Liquidez</b>	<b>&lt; 1 ano</b>	<b>1 a 5 anos</b>	<b>&gt; 5 anos</b>
Financiamentos	30.474.184	103.831.299	20.512.727
Fornecedores e outros passivos	18.424.182	1.514.295	1.009.195
	<b>48.898.366</b>	<b>105.345.595</b>	<b>21.521.923</b>

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que a AdA escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os

juros conhecidos e formalmente contratualizados, e para o período subsequente manteve-se a taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2025.

Em setembro de 2017 o Grupo AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos, de 220 milhões de euros (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de euros. Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de euros (tranche B) que podem ser utilizados por contrapartida da cessão sem recurso de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais conforme previsto no Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro. Em 22 de novembro de 2022, foi celebrado um aditamento às duas tranches que permitiu a transferência de plafond no montante de 100.612 mil euros da tranche B para a tranche A.

À exceção da linha BEI designada por “BEI V”, os empréstimos BEI encontram-se garantidos através de contratos de fiança celebrados entre a República Portuguesa e o BEI.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital em dívida dos empréstimos BEI garantidos pela República Portuguesa ascende a 99,4 milhões de euros. Para alguns empréstimos BEI garantidos pela República Portuguesa (capital em dívida em 31 de dezembro de 2025 no montante de 99,4 milhões de euros), os contratos de financiamento preveem que a última prestação de capital (entre dezembro de 2026 e junho de 2029) seja liquidada em 11 prestações semestrais, ou seja, prorrogação do prazo de amortização por 5 anos, desde que exista extensão do prazo dos contratos de fiança. O capital em dívida passível de ter liquidação diferida em 5 anos adicionais, ascende a 21.814.258 euros. Conforme previsto nos contratos de financiamento, em 11 de julho de 2024, a AdP SGPS solicitou à República Portuguesa a extensão dos contratos de fiança possibilitando deste modo a prorrogação do prazo de amortização por 5 anos, tendo reforçado esta solicitação em 3 de outubro de 2024. Em 27 de dezembro de 2024, a Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (“IGCP”), emitiu parecer (i) favorável à extensão dos contratos de fiança relativos aos empréstimos denominados por BEI II – Tranche A e BEI II – Tranche B, em que a última prestação de capital em setembro de 2025 poderá ser liquidada em 11 prestações semestrais, e (ii) de não oposição à extensão dos contratos de fiança relativos aos restantes empréstimos. Em 16 de maio de 2025, foi formalizada a extensão dos contratos de fiança relativos aos empréstimos denominados por BEI II – Tranche A e BEI II – Tranche B. O Grupo AdP apresenta a maturidade destes empréstimos considerando o diferimento da última prestação de capital.

Contudo, atendendo a que a 31 de dezembro de 2025, para o empréstimo denominado BEI IV – Tranche A, a extensão do aval do Estado Português ainda não se encontra formalizada, o capital em dívida com pagamento passível de ser diferido em 11 prestações semestrais, foi classificado como passivo corrente.

Em 31 de dezembro de 2025 o capital em dívida da Águas do Algarve junto do BEI é o seguinte, dividido por tranches:

<b>Capital em dívida</b>	<b>2025</b>
BEI 3 - Tranche A	45.613.354
BEI 3 - Tranche B	9.143.348
BEI 3 - Tranche C	26.283.138
BEI 4 - Tranche A	7.084.530
BEI 4 - Tranche B	11.264.202
<b>Total</b>	<b>99.388.572</b>

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável (empréstimos acionistas e outros empréstimos bancários) considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2025 e a liquidar subsequentemente; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2025 acrescido do spread contratualmente formalizado.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdA não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AdA dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

O objetivo da AdA SA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração de posição financeira é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da empresa, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos à AdA SA. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

<b>Risco de Capital</b>	<b>Notas</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Empréstimos não correntes	19	124.344.027	99.231.765
Empréstimos correntes	19	30.474.184	73.738.676
Passivos da locação	7	243.671	411.515
Disponibilidades	14	(6.020.387)	(18.824.299)
<b>Dívida líquida</b>		<b>149.041.495</b>	<b>154.557.656</b>
Subsídios ao Investimento	18	232.931.380	208.197.787
Total do Capital Próprio	15	38.159.188	36.085.065
<b>Capital e subsídios</b>		<b>271.090.567</b>	<b>244.282.852</b>
<b>Dívida líquida</b>		<b>0,55</b>	<b>0,63</b>

O modelo de financiamento da empresa assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e obrigacionistas, no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

#### 4.4. Risco de Crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A AdA está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

##### Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes da AdA SA tem apenas uma natureza: autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados. O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas (ver nota 10) bem como os rendimentos financeiros (ver nota 32).

O Conselho de Administração da AdA continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações

muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

#### Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2025 e 2024 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na DPF, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração de posição financeira.

<b>Ativos financeiros bancários</b>	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Depósitos à Ordem	14	6.010.887	18.814.799
Depósitos a Prazo	14	0	0
Fundo de compensação do Trabalho	8	14.023	14.023
<b>Ativos financeiros bancários</b>		<b>6.024.910</b>	<b>18.828.823</b>

<b>Rating</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
A	5.998.292	18.676.678
A-	0	114.642
BBB+	12.595	23.480
	<b>6.010.887</b>	<b>18.814.799</b>

Nota: notação de *rating* da Fitch obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2025.

## 4.5. Risco de exploração

### 4.5.1. Risco de catástrofe

A empresa está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a AdA SA tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

### 4.5.2. Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela empresa. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

## 5. Ativos intangíveis

### 5.1. Políticas contabilísticas

#### Direito de Utilização de Infraestruturas (“DUI”) - Concessões

Para as políticas contabilísticas relativas ao Direito de Utilização de Infraestruturas, consultar divulgação na nota 2.4.

## Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

## Imparidade

Os ativos da empresa são analisados à data de cada demonstração de posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato.

Tendo em conta as premissas do contrato de concessão, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector.

Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da empresa. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a AdA SA efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

### *Determinação da quantia recuperável dos ativos*

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

### *Reversão de perdas por imparidade*

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

## 5.2. Estimativas e julgamentos

### Vida útil

A determinação das vidas úteis do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão), e de acordo com os respetivos contratos de concessão ou parceria. No fim das concessões ou parcerias o Direito de Utilização de Infraestruturas está amortizado a 100%. Adicionalmente, face à característica da concessão de rendimento garantido, alterações nos caudais não tem impacto no resultado líquido dado que essas variações são neutralizadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos (ver nota 9).

Na determinação do investimento contratual a AdA utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos nos contratos de concessão e/ou EVEF's (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) submetidos posteriormente ao Concedente, os quais poderão estar sujeitos a revisão e aprovação por parte do mesmo, com conseqüente impacto nas demonstrações financeiras da empresa.

### Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AdA SA, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

### 5.3. Detalhe e movimento

O detalhe dos ativos intangíveis em 31 de dezembro 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue:

<b>Ativo líquido intangível</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Despesas de desenvolvimento	110	110
Programas de Computador	0	0
Propriedade industrial e outros direitos	99.200	126.310
Direitos de Utilização de Infraestruturas (DUIs)	452.503.401	446.529.215
<b>Ativos Intangíveis</b>	<b>452.602.711</b>	<b>446.655.635</b>

A AdA não reconhece ativos intangíveis gerados internamente.

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

Ativos líquidos intangíveis	2023	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	Reclassificações	2024
<b>Valor bruto dos ativos intangíveis:</b>							
Despesas de desenvolvimento	475.295	0	0	0	0	0	475.295
Programas de Computador	3.116	0	0	0	0	0	3.116
Propriedade industrial e outros direitos	773.334	0	0	0	0	0	773.334
Direitos de utilização de infraestruturas	716.015.790	1.406.085	0	0	4.005.673	0	721.427.548
Ativos intangíveis em curso (DUJ)	41.370.999	17.156.459	0	0	(4.005.673)	0	54.521.785
<b>Valor Bruto dos ativos intangíveis</b>	<b>758.638.533</b>	<b>18.562.545</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>777.201.078</b>
<b>Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis:</b>							
Despesas de desenvolvimento	474.286	899	0	0	0	0	475.185
Programas de Computador	3.116	0	0	0	0	0	3.116
Propriedade industrial e outros direitos	619.914	27.109	0	0	0	0	647.024
Direitos de utilização de infraestruturas	310.553.843	16.955.737	0	0	1.910.537	0	329.420.118
<b>Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis</b>	<b>311.651.160</b>	<b>16.983.746</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.910.537</b>	<b>0</b>	<b>330.545.443</b>
<b>Ativos líquidos intangíveis</b>	<b>446.987.373</b>	<b>1.578.799</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(1.910.537)</b>	<b>0</b>	<b>446.655.635</b>

Ativos líquidos intangíveis	2024	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	Reclassificações	2025
<b>Valor bruto dos ativos intangíveis:</b>							
Despesas de desenvolvimento	475.295	0	0	0	0	0	475.295
Programas de Computador	3.116	0	0	0	0	0	3.116
Propriedade industrial e outros direitos	773.334	0	0	0	0	0	773.334
Direitos de utilização de infraestruturas	721.427.548	2.766.529	0	0	4.961.709	0	729.155.786
Ativos intangíveis em curso (DUJ)	54.521.785	24.394.702	0	0	(4.961.709)	0	73.954.778
<b>Valor Bruto dos ativos intangíveis</b>	<b>777.201.078</b>	<b>27.161.231</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>804.362.309</b>
<b>Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis:</b>							
Despesas de desenvolvimento	475.185	0	0	0	0	0	475.185
Programas de Computador	3.116	0	0	0	0	0	3.116
Propriedade industrial e outros direitos	647.024	27.109	0	0	0	0	674.133
Direitos de utilização de infraestruturas	329.420.118	18.095.258	0	0	3.091.787	0	350.607.163
<b>Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis</b>	<b>330.545.443</b>	<b>18.122.368</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.091.787</b>	<b>0</b>	<b>351.759.598</b>
<b>Ativos líquidos intangíveis</b>	<b>446.655.635</b>	<b>9.038.863</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(3.091.787)</b>	<b>0</b>	<b>452.602.711</b>

A transferência no montante 4.961.709 euros para a rubrica “Direito de utilização de infraestruturas” é explicada pela entrada em funcionamento ou término das obras em várias infraestruturas (novas infraestruturas ou investimentos de reabilitação de infraestruturas de tratamento e transporte de água e saneamento). Na sequência da entrada em funcionamento ou término de obras destas infraestruturas, foi reclassificado da rubrica “Acréscimo de gastos de investimento contratual” para amortizações acumuladas do Direito de utilização de infraestruturas, o montante de 3.091.787 euros (nota 17).

Das empreitadas que foram passadas a ativo firme destacam-se a Secagem Solar de Lamas da ETAR VRSA (2.698.117 euros) e a Obras Complementares à FAGAR (1.049.000 euros).

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica “Ativos intangíveis em curso” corresponde a obras em curso em infraestruturas (novas infraestruturas ou investimentos de reabilitação de infraestruturas de tratamento e transporte de água e saneamento). Destacam-se as seguintes:

<b>Principais Obras em Curso</b>	<b>Montante</b>
Reabilitação da ETAR de Lagos	18.957.930
Fases Reforço de Adução Loulé - Lig. Resv. Int	5.870.777
Infraestr. de Elev. e Adução ApR Vilamoura (ApR)	5.092.243
Implementação Dessalinização no Algarve	4.658.492
Reforço Ligação Sotavento/Barlavento (RIBS) 1ª FASE	4.639.396
Fases Reforço de Adução Loulé - Fase 3	4.154.490
Sist Capt. Volume Morto Odelouca	4.030.313
Rep. e Melhorias em Infr. Saneamento	3.295.352
ApR Albufeira Poente (ApR)	2.969.423
Sist. Elev. Água para o Túnel Odelouca/Beliche	2.546.943
Solução da Tomada de Água no Pomarão	2.145.751
Infraestr. de Elev. Adução ApR QTa Lago	2.140.806
Desativar ETAR do Rogil e Carrascalinho	2.014.858
Const EEAR Reutiliz de Efluent-ETAR VRSA (ApR)	2.007.009
ApR ETAR da Boavista	1.428.581
Rep. e Melhorias em Infr. Água	1.225.616
Infraest. de Elev e Adução ApR Almargem	1.005.263
	<b>68.183.242</b>

No presente exercício foram capitalizados 464.039 euros, dos quais 459.570 mil euros são referentes a gastos com pessoal e 4.469 euros referentes a gastos financeiros. Em 2024 tinham sido capitalizados 505 mil euros, dos quais 468 mil euros referentes a gastos com pessoal (ver notas 25 e 31).

As principais adições respeitam às empreitadas Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR - ETAR de Vilamoura, Reforço da ligação Sotavento/Barlavento – 1ª fase e Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR - ETAR de Albufeira Poente.

#### **Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR - ETAR de Vilamoura**

A empreitada da “Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR - ETAR de Vilamoura” tem por objetivo produzir água para reutilização (ApR) de águas residuais tratadas, com classe de qualidade B, na rega de campos de golfe, espaços verdes e uma vinha, contribuindo para assegurar o equilíbrio entre a procura e a oferta, minimizando o impacto das situações de escassez de água e promovendo a resiliência à seca, tendo por base os cenários de alteração climáticas.

A principal mais-valia do projeto consiste na disponibilização de uma origem de água alternativa para rega de campos de golfe e de espaços verdes públicos e privados no Município de Loulé, que permitirá substituir a utilização de 2,24 hm<sup>3</sup> /ano de água superficial por ApR.

Complementarmente, a utilização de ApR permitirá reduzir o uso de fertilizantes químicos pelo campo de golfe, uma vez que nutrientes como o azoto e o fósforo são veiculados na água residual tratada.

#### **Reforço da ligação Sotavento/Barlavento – 1ª fase**

A empreitada “Reforço da ligação Sotavento/Barlavento – 1ª fase” prevê a construção de infraestruturas que permitem efetivar a capacidade de transferência de caudal existente na estação elevatória (EE) Reversível de 600 l/s, nomeadamente, através da construção de 2 Estações Elevatórias e 2 Torres, numa primeira fase de sotavento para Barlavento, ao longo do sistema adutor e duplicação de conduta no adutor oriental.

Este investimento integra uma das medidas estratégicas ligada às disponibilidades e reservas de água na região, tal como identificado no Plano Regional de Eficiência Hídrica da Região do Algarve, permitindo dotar o sistema da flexibilidade necessária para garantir o abastecimento de água à região servida, a partir de apenas um sistema (Barlavento ou Sotavento).

### **Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR - ETAR de Albufeira Poente**

A empreitada da “Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR - ETAR de Poente” tem como principal objetivo a reutilização de águas residuais tratadas, com classe de qualidade B, na rega de campos de golfe e espaços verdes associados, contribuindo para assegurar o equilíbrio entre a procura e a oferta, minimizando o impacto das situações de escassez de água e promovendo a resiliência à seca, tendo por base os cenários de alteração climáticas.

A ApR produzida na ETAR de Albufeira Poente, permitirá o abastecimento com água tratada para reutilização dos campos de golfe e espaços verdes dos Salgados, Amendoeiras, terá também como destino o Zoomarine e uso agrícola, num volume de 2,8 hm<sup>3</sup>.

## **6. Ativos fixos tangíveis**

### **6.1. Reconhecimento e mensuração**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor contabilístico.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

#### **Depreciações**

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

<b>Naturezas</b>	<b>Intervalo de anos</b>
Edifícios e outras construções	10 - 26
Equipamento Básico	3 - 26
Equipamento Transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento Administrativo	4 - 10

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

### **Imparidade**

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

#### *Determinação da quantia recuperável dos ativos*

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

#### *Reversão de perdas por imparidade*

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

### **Desreconhecimento**

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

## **6.2. Estimativas e julgamentos**

### **Vida útil**

A determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

### **Imparidade**

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à AdA S.A..

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

## **6.3. Detalhe e movimento**

O detalhe dos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue:

<b>Ativo líquido tangível</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Terrenos e Recusos Naturais	88.600	88.600
Edifícios e outras construções	639.016	669.735
Equipamento Administrativo	1.849	2.540
Ativo fixo tangível - Em Curso	399.123	257.287
<b>Ativos tangíveis</b>	<b>1.128.588</b>	<b>1.018.161</b>

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e no exercício de 2024 é como segue:

<b>Valor líquido dos ativos fixos tangíveis</b>	<b>2024</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Abates</b>	<b>Alienações</b>	<b>Transferências</b>	<b>Reclassificações</b>	<b>2025</b>
<b>Valor bruto dos ativos fixos tangíveis:</b>							
Terrenos	88.600	0	0	0	0	0	88.600
Edifícios e outras construções	1.377.371	0	0	0	0	0	1.377.371
Equipamento básico	47.657	0	0	0	0	0	47.657
Equipamento de transporte	98.845	0	0	0	0	0	98.845
Equipamento administrativo	1.827.082	0	0	0	0	0	1.827.082
Outros	10.484	0	0	0	0	0	10.484
Ativos tangíveis fixos em curso	257.287	141.836	0	0	0	0	399.123
<b>Valor bruto dos ativos fixos tangíveis</b>	<b>3.707.325</b>	<b>141.836</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.849.161</b>
<b>Depreciações acumuladas dos ativos fixos tangíveis:</b>							
Terrenos	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	707.637	30.718	0	0	0	0	738.355
Equipamento básico	43.677	0	0	0	0	0	43.677
Equipamento de transporte	102.825	0	0	0	0	0	102.825
Equipamento administrativo	1.824.542	690	0	0	0	0	1.825.232
Outros	10.484	0	0	0	0	0	10.484
<b>Depreciações acum. dos ativos fixos tangíveis</b>	<b>2.689.164</b>	<b>31.409</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.720.573</b>
<b>Ativos líquidos fixos tangíveis</b>	<b>1.018.161</b>						<b>1.128.588</b>

<b>Valor líquido dos ativos fixos tangíveis</b>	<b>2023</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Abates</b>	<b>Alienações</b>	<b>Transferências</b>	<b>Reclassificações</b>	<b>2024</b>
<b>Valor bruto dos ativos fixos tangíveis:</b>							
Terrenos	88.600	0	0	0	0	0	88.600
Edifícios e outras construções	1.377.371	0	0	0	0	0	1.377.371
Equipamento básico	47.657	0	0	0	0	0	47.657
Equipamento de transporte	98.845	0	0	0	0	0	98.845
Equipamento administrativo	1.827.082	0	0	0	0	0	1.827.082
Outros	10.484	0	0	0	0	0	10.484
Ativos tangíveis fixos em curso	125.642	131.645	0	0	0	0	257.287
<b>Valor bruto dos ativos fixos tangíveis</b>	<b>3.575.680</b>	<b>131.645</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.707.325</b>
<b>Depreciações acumuladas dos ativos fixos tangíveis:</b>							
Terrenos	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	676.919	30.718	0	0	0	0	707.637
Equipamento básico	42.845	832	0	0	0	0	43.677
Equipamento de transporte	102.825	0	0	0	0	0	102.825
Equipamento administrativo	1.813.251	11.291	0	0	0	0	1.824.542
Outros	10.421	63	0	0	0	0	10.484
<b>Depreciações acum. dos ativos fixos tangíveis</b>	<b>2.646.260</b>	<b>42.904</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.689.164</b>
<b>Ativos líquidos fixos tangíveis</b>	<b>929.419</b>						<b>1.018.161</b>

## 7. Locações

### 7.1. Políticas contabilísticas

As locações nas quais a AdA é locatário, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de entrada em vigor da locação, a AdA reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A empresa reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso. Fazer notar que a AdA só tem locações enquanto locatário.

### 7.1.1. Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de uma remuneração:

- a) O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento que fica disponível para uso pelo locatário; e
- b) A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

#### Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a empresa contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a AdA (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

#### Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- i) Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- ii) Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de entrada em vigor da locação (“*commencement date*”) corresponde à data em que o locador coloca o ativo subjacente da locação disponível para uso do locatário.

### 7.1.2. Contabilização nos locatários

#### Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de entrada em vigor da locação a AdA reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

*Mensuração inicial do ativo sob direito de uso (“Right-of-use asset”)*

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

*Mensuração inicial do passivo da locação*

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis (baseados em índices ou taxas) futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual

que seja expetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

### Mensuração subsequente da locação

#### *Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso*

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

<b>Naturezas</b>	<b>Intervalo de anos</b>
Equipamento de transporte	1 - 4
Licenças de software	3

#### *Mensuração subsequente do passivo da locação*

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a AdA mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
  - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
  - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

### Expedientes práticos utilizados pelo AdA enquanto locatário

A AdA utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;

- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a AdA é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica “Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres”.

## 7.2. Estimativas e julgamentos

### Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados.

## 7.3. Ativos sob direito de uso

O detalhe dos ativos sob direito de uso em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é como se segue:

Ativos sob direito de uso	01.01.2025			Depreciações do exercício	31.12.2025		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido		Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Viaturas	879.734	(748.105)	131.629	53.334	901.134	(801.440)	99.694
Outros equipamentos	666.288	(256.383)	409.905	140.539	666.288	(396.922)	269.366
<b>TOTAL</b>	<b>1.546.022</b>	<b>(1.004.489)</b>	<b>541.533</b>	<b>193.873</b>	<b>1.567.422</b>	<b>(1.198.362)</b>	<b>369.060</b>

## 7.4. Passivos da locação

O detalhe dos passivos da locação em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

<b>Passivos da locação</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Não corrente	46.661	222.843
Corrente	197.011	188.671
	<b>243.671</b>	<b>411.515</b>

<b>Capital em dívida por natureza de ativos sob direito de uso</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Equipamento de transporte	140.886	134.503
Outros equipamentos	102.785	277.012
	<b>243.671</b>	<b>411.515</b>

<b>Futuros pagamentos mínimos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Até 1 ano	203.079	196.218
De 1 a 5 anos	51.106	254.301
Mais de 5 anos	0	0
	<b>254.185</b>	<b>450.520</b>

<b>Juros</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Até 1 ano	6.068	7.547
De 1 a 5 anos	4.446	31.458
Mais de 5 anos	0	0
	<b>10.514</b>	<b>39.005</b>

<b>Valor presente dos pagamentos mínimos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Até 1 ano	195.268	188.671
De 1 a 5 anos	48.403	222.843
Mais de 5 anos	0	0
	<b>243.671</b>	<b>411.514</b>

#### 7.5. Pagamentos da locação

<b>Ativos sob direito de uso e passivos da locação</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Aumento do ativo - Direito de uso do ativo da locação	21.400	430.920
Aumento do passivo - Passivo da locação	(167.844)	236.919
<b>Total dos Pagamentos da Locação</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Contabilizadas de acordo com a IFRS16	336.314	515.474
Contabilizadas como despesa em resultados	248.667	63.725
<b>TOTAL</b>	<b>584.982</b>	<b>579.199</b>

<b>Total dos Pagamentos da Locação</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Capital	550.015	544.578
Juros	34.967	34.621
<b>TOTAL</b>	<b>584.982</b>	<b>579.199</b>

## 8. Outros ativos financeiros

### 8.1. Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos financeiros, consultar divulgação na nota 13.

### 8.2. Detalhe

O detalhe dos outros ativos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

<b>Investimentos Financeiros</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Fundo de compensação do Trabalho	14.023	14.023
<b>Caixa e Bancos</b>	<b>14.023</b>	<b>14.023</b>

Os ativos existentes respeitam ao fundo de compensação do trabalho exigido legalmente.

## 9. Desvio de recuperação de gastos (Défice / Superavit tarifário)

### 9.1. Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas ao desvio de recuperação e gastos, consultar divulgação na nota 2.4.5.

### 9.2. Estimativas e julgamentos

O Desvio de Recuperação de Gastos ('DRG') é calculado nos termos dos DL 93/2019 de 15 de julho e dos contratos de concessão que estipulam, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos custos de exploração o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% e da remuneração acionista em dívida à rentabilidade média diária das OT a 10 anos; não devendo incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ('ERSAR') ('Critérios de Eficiência Produtiva').

Nos termos dos respetivos Contratos de Concessão, as concessionárias devem enviar à ERSAR, até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita, o cálculo do montante do DRG, para que no âmbito das suas competências aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro. A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

### 9.3. Detalhe e movimento

Em 2025 a empresa atingiu o seguinte Resultado Líquido da atividade (antes do Desvio de Recuperação de Gastos) negativo de 3.672.726€. Nos termos do Contrato de Concessão, e considerando a taxa média das OTs em 2025, de 3,08%, o valor da Remuneração Acionista é de 2.109.081€. À Remuneração Acionista haverá

a deduzir o ajustamento líquido da ERSAR relativamente às métricas de eficiência de 2023. Este ajustamento líquido é de 34.959€. Assim, o Resultado Líquido de 2025, depois do Desvio de Recuperação de Gastos e depois do Ajustamento da ERSAR, é de +2.074.122€, conforme abaixo se discrimina:

Rubrica	Valor a Remunerar	Dias de Remuneração	Forma de Remuneração	Remuneração
Capital Social a 1 de janeiro de 2025	29.825.000	365	OT + 3%	1.813.360
Reserva Legal a 1 de janeiro de 2025	3.478.658	365	OT + 3%	211.502
Dividendos em dívida até à última AG	1.279.758	365	OT	39.417
Dividendos aprovados na última AG	1.736.029	365	OT	41.311
Reforço da Reserva Legal (AG de 25 de Março de 2025)	91.370	341	OT + 3%	4.292
Ajuste líquido ERSAR referente ao DRG de 2024	(33.653)	341	OT	(801)
<b>Remuneração Acionista de 2025</b>				<b>2.109.082</b>
Ajuste líquido ERSAR				(33.653)
Ajustamento da taxa de imposto diferido				(1.306)
<b>Resultado Líquido de 2025</b>				<b>2.074.122</b>

Resultados	2025	2024	2023	2022
Resultado Líquido da atividade (antes DRG)	(3.672.726)	(2.952.963)	1.024.570	4.965.969
DRG do ano	5.746.848	4.780.362	1.013.443	(3.302.904)
<b>Resultado Líquido da atividade (após DRG)</b>	<b>2.074.122</b>	<b>1.827.399</b>	<b>2.038.013</b>	<b>1.663.065</b>

De referir que a Assembleia Geral de aprovação das contas de 2024 foi realizada no dia 25 de março de 2025, pelo que só a partir dessa data se procedeu à aplicação dos Resultados Líquidos de 2024, com efeitos neste caso para o cálculo da remuneração acionista sobre as Reservas Legais, constituídas em 2025, e a Remuneração Acionista de 2024 não distribuída (e que foi contabilizada em Resultados Transitados).

Por definição o Desvio de Recuperação de Gastos corresponde à diferença entre o Resultado Líquido da atividade e a Remuneração Acionista calculada nos termos do Contrato da Concessão, líquida de eventuais ajustamentos da ERSAR.

Em 13 de Fevereiro de 2026 a Águas do Algarve remeteu à ERSAR o Relatório Desvio de Recuperação de Gastos e Métricas de Eficiência de 2025. Aguarda-se pela respetiva posição da ERSAR sobre o mesmo.

Pelo teor do cálculo das métricas que efetuámos, medindo-as face às que foram definidas pela ERSAR, e considerando os ajustamentos que a Empresa entende por necessárias, nomeadamente, desconsideração de gastos operacionais relacionados com os aumentos significativos de preços de aquisição, a Empresa propôs à ERSAR que não haja lugar a qualquer ajustamento à Remuneração Acionista de 2025.

A reconciliação entre o resultado líquido antes de desvio de recuperação, a o rendimento garantido, e o resultado líquido após o DRG, a 31 de dezembro de 2025, é a seguinte:

Resultado Líquido da Atividade	DRG sem o Ajuste da ERSAR	Remuneração Acionista	Ajuste líquido da ERSAR e Ajustamento da taxa de imposto diferido	Resultado Líquido do exercício
<b>(3.672.726)</b>	<b>5.781.808</b>	<b>2.109.082</b>	<b>(34.959)</b>	<b>2.074.122</b>

Na Demonstração da Posição Financeira, referente ao Desvio tarifário passivo acumulado (passivo corrente), no final de 2025, está registado o valor de 22.105.371€. Este valor era, no final de 2024, de 30.397.751€, tendo a variação de menos 8.292.380€ sido devida ao registo DRG bruto de 2025.

Quanto ao Desvio de Recuperação de Gastos de 2021 a Águas do Algarve apresentou junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé uma impugnação da decisão final da ERSAR, de ajustamento de 291.372€. Este processo está a ser patrocinado pelos advogados Vieira de Almeida & Associados. Realizada, a 28 de novembro de 2025, a segunda sessão da audiência prévia, o tribunal notificou as partes, informalmente, do projeto de

despacho saneador que pretende proferir, manifestando a sua inclinação para considerar a AdP parte ilegítima no processo.

#### 9.4. Rendimento garantido

Tal como referido na nota introdutória e nos termos do Contrato de Concessão os capitais próprios aplicados na Empresa serão remunerados através de uma margem, a qual corresponderá à aplicação, ao capital social e reserva legal, de uma taxa correspondente à base de Obrigações do Tesouro a 10 anos (OT) ou outra equivalente que venha a substituir, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco.

No ano de 2025 foi utilizada a taxa de 3,08% (taxa média do ano das obrigações do tesouro a 10 anos), acrescida de 3% de margem (*spread*), conforme definido pelo despacho do Concedente.

No final de 2025 o quadro abaixo na coluna Dívida Acionista Acumulada reflete um montante de 4.986.204€. A indicação da AdP SGPS, acionista maioritário, sobre a proposta de aplicação de resultados é a de que considerando as circunstâncias da empresa, DRG acumulado e os desafios de curto associados aos elevados volumes de investimento previstos e à incerteza resultante da situação da seca, o remanescente do resultado após “regularização” do valor distribuído em excesso em exercícios anteriores deve ser levado a resultados transitados.

ANO	Resultado líquido antes do DRG	Remuneração Anual Acionista	Ajuste da Regulação	Ajustamento da taxa de imposto diferido	Resultado Líquido após DRG e ajuste da Regulação e da taxa imposto	Resultado Líquido distribuível	Dividendos distribuídos	Dívida Acumulada aos Acionistas após Distribuição de Dividendos	OT+3%
1995 a 2012	27.199.074	37.436.167	0		37.436.167	35.564.433	21.298.658	40.439.494	
2013	3.098.569	4.318.509	0		4.318.509	4.102.583	2.943.641	15.424.718	9,29%
2014	5.139.191	3.238.535	0		3.238.535	3.076.609	4.882.231	13.619.095	6,75%
2015	6.942.498	2.569.955	0		2.569.955	2.441.457	11.297.273	4.763.280	5,42%
2016	6.810.569	2.515.188	0		2.515.188	2.389.428	6.470.040	682.668	6,18%
2017	7.306.257	2.169.472	0		2.169.472	2.060.998	1.951.378	792.288	6,06%
2018	7.191.847	1.697.930	0		1.697.930	1.613.034	6.832.254	(4.426.933)	4,84%
2019	5.208.485	1.200.838	0		1.200.838	1.140.796	0	(3.286.136)	3,75%
2020	5.577.513	1.110.863	(371.499)		739.364	702.396	0	(2.583.741)	3,41%
2021	7.766.081	1.083.078	(717.314)		365.764	347.476	0	(2.236.265)	3,30%
2022	4.965.969	1.663.065	0		1.663.065	1.579.911	0	(656.353)	5,18%
2023	1.024.570	2.038.013	0		2.038.013	1.936.112	0	1.279.758	6,24%
2024	(2.952.963)	2.004.334	(170.937)	(5.997)	1.827.399	1.736.029	0	3.015.788	5,96%
2025	(3.672.726)	2.109.081	(33.653)	(1.306)	2.074.122	1.970.416	0	<b>4.986.204</b>	6,08%

## 10. Clientes

### 10.1. Políticas contabilísticas

#### Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
  - a. Ativos financeiros detidos para negociação;
  - b. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
  - c. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da empresa, a AdA apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (divulgados na nota 13).

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados e contas a receber decorrentes da atividade operacional da empresa).

### **Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros**

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

### **Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)**

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a empresa determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

### **Reconhecimento inicial**

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a empresa não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

### **Mensuração subsequente**

Após o seu reconhecimento inicial, a AdA valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da empresa, a

AdA apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período, quando o instrumento financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AdA recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela empresa no curso normal das suas atividades ou correspondem a direitos a receber. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

#### **Crédito abatido ao ativo (*write-off*)**

A AdA reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela empresa se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

#### **Imparidade de ativos financeiros**

No que respeita aos saldos a receber reconhecidos nas rubricas “Clientes” e “Outros ativos”, a AdA aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a empresa não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

### **Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros**

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a empresa alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

### **Política de desreconhecimento**

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
  - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
  - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre
  - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
  - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

## 10.2. Estimativa e julgamentos

### Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade para clientes e outros ativos são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da AdA não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da AdA.

Conforme divulgado na nota 5.4. face à tipologia de clientes da AdA para os quais na sua maioria são considerados de risco baixo (Municípios) e conjugado com o facto de eventuais perdas por imparidade reconhecidas nas concessões ou parcerias serem considerados como um gasto aceite no Desvio de recuperação de gastos, não foram efetuadas análises de sensibilidade, dado que não existem impactos no resultado líquido nem no capital próprio da AdA.

## 10.3. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o detalhe de Clientes é como segue:

<b>Clientes</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Clientes (c/c)	9.929.255	8.808.230
Clientes (acordos)	1.318.379	1.057.392
Clientes (juros mora)	93.549	93.549
Clientes (injunções)	13.057.304	13.065.809
Clientes (imparidades)	(2.718.640)	(2.718.640)
<b>Clientes</b>	<b>21.679.846</b>	<b>20.306.340</b>

O saldo de injunções registado é composto por dívida reclamada aos clientes.

- TAVIRAVERDE E.M. (3.230.140 €),
- VRSA SGU EM/Município de VRSA (9.771.784 €),
- Município de Vila do Bispo (55.380 €).

O acordo de regularização de dívida (ARD) celebrado em 2011 com a FAGAR não regista alterações de 2024 para 2025, mantendo um valor de 1.057.392 euros incluídos acima na linha Clientes (acordos). Faz-se notar o seguinte relativamente a este ARD:

1. Em 2021 foi iniciado um processo para conciliação de registos contabilísticos e acerto de contas com a CM Faro e a FAGAR, visando resolver algumas divergências que persistiram durante alguns anos.
2. A conciliação dos registos contabilísticos ficou encerrada no exercício de 2021.
3. Os trabalhos referentes à formalização da transferência da propriedade de ativos e do cumprimento dos termos da adesão do Município de Faro aos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento estão em curso, tendo as entidades acordado a contratação de serviços jurídicos comuns para o efeito.

Importa acrescentar o seguinte: a rubrica de Clientes (acordos) teve uma variação de +261 mil euros, de 2024 para 2025. Esta variação é explicada pelo faseamento acordado com os clientes INFRAMOURA e

AMBIOLHÃO, para o pagamento dos acertos tarifários de 2024 e 2025. Os últimos pagamentos (prestações) serão realizados pelos clientes em 2026.

Relativamente a VRSA (VRSA entenda-se VRSA SGU EM e Município de VRSA), as injunções, em 2026, serão ajustadas para fazer face aos recebimentos no âmbito do ARD, assim como aos últimos desenvolvimentos relativos aos processos de recuperação de dívida interpostos pela Águas do Algarve. O valor das injunções será ajustado de 9.771.784€ para 7.846.175€ – aos 7.846.175€ acrescem juros de mora, refletidos na contabilidade da AdA, em acréscimos de rendimentos (ver notas 11, 13 e 32).

Segmento de negócio	Negócio "Alta"			Empresas do Grupo	
	Municípios		Total	Baixo	Total
	Risco	Outros			
	Baixo	Médio			
Exposição bruta	38.949.024	0	<b>38.949.024</b>	0	<b>0</b>
Imparidade	(2.718.640)	0	<b>(2.718.640)</b>	0	<b>0</b>
	<b>36.230.384</b>		<b>36.230.384</b>		

Segmento de negócio	Negócio "Alta"				
	Municípios				
	Risco	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida
Não vencida	23.993.987				<b>23.993.987</b>
Vencida até 180 dias	880.155				<b>880.155</b>
Vencida há mais de 180 dias	14.074.882	(2.718.640)	19,3%		<b>11.356.242</b>
<b>TOTAL</b>	<b>38.949.024</b>	<b>(2.718.640)</b>	<b>7,0%</b>		<b>36.230.384</b>

Faz-se notar que a dívida não vencida considera o ARD firmado com o Município VRSA/SGU VRSA EM (13,6M€), e que a dívida Vencida até 180 dias não resulta de qualquer diferendo com os clientes.

Quanto à dívida vencida há mais de 180 dias, a mesma é respeitante a 3 clientes: Município de Vila do Bispo, Município de VRSA/SGU VRSA EM e Tavira Verde EM.

O montante de € 2.718.640 registado em Clientes (imparidades) é composto pelas imparidades constituídas para os clientes VRSA SGU EM (€ 734.122) e TAVIRAVERDE E.M. (€ 1.984.519) – as imparidades relacionam-se com a dívida vencida há mais de 180 dias. Não há quaisquer novas imparidades de clientes registadas em 2025. É convicção do Conselho de Administração que as imparidades constituídas são suficientes para cobrir o risco de cobrabilidade dos valores a receber de clientes.

Em 31 de dezembro 2025 o saldo a receber de Municípios apresenta o seguinte detalhe:

Cientes	2025	2024	Variação (€)	Variação (%)
MUNICÍPIO DE LOULÉ	1.125.343	921.044	204.299	22,18%
MUNICÍPIO DE LAGOS	1.113.460	663.276	450.184	67,87%
EMARP, E.M.	677.944	877.784	(199.840)	-22,77%
MUNICÍPIO DE S BRÁS DE ALPORTEL	148.408	122.229	26.179	21,42%
INFRALOBO, E.M.	63.564	58.440	5.124	8,77%
INFRAQUINTA, E.M.	123.707	107.755	15.952	14,80%
MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	756.494	1.062.625	(306.131)	-28,81%
MUNICÍPIO DE LAGOA	496.488	711.728	(215.239)	-30,24%
MUNICÍPIO DE SILVES	515.776	422.186	93.590	22,17%
MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO	231.390	218.120	13.270	6,08%
MUNICÍPIO DE MONCHIQUE	58.525	72.215	(13.690)	-18,96%
MUNICÍPIO DE ALJEZUR	60.687	81.922	(21.235)	-25,92%
MUNICÍPIO VILA REAL SANTO ANTÓNIO	14.550.537	14.458.289	92.249	0,64%
MUNICÍPIO DE ALCOUTIM	18.952	24.024	(5.072)	-21,11%
MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM	216.544	137.757	78.787	57,19%
TAVIRAVERDE, E.M.	3.808.832	3.745.050	63.782	1,70%
FAGAR, E.M.	2.553.596	1.825.194	728.403	39,91%
INFRAMOURA, E.M.	639.918	450.056	189.862	42,19%
VRSA SGU E.M. SA	9.771.784	9.771.784	0	0,00%
AMBIOLHÃO, E.M.	1.153.641	966.476	187.165	19,37%
ADVRS - ÁGUAS DE VRSA	863.431	776.809	86.622	11,15%
CLIENTES ApR	0	0	0	0,00%
<b>Totais (Clientes)</b>	<b>38.949.024</b>	<b>37.474.763</b>	<b>1.474.261</b>	<b>3,93%</b>

Cientes	2025	2024	Variação (€)	Variação (%)
Sub total clientes sem ARD	24.398.486	23.024.980	1.373.507	5,97%
ARD - Município Vila Real de Santo António	14.550.537	14.449.783	100.754	0,70%
<b>Totais (Clientes)</b>	<b>38.949.024</b>	<b>37.474.763</b>	<b>1.474.261</b>	<b>3,93%</b>

**Nota:** no **Total (Clientes)** dos 2 quadros anteriores não estão deduzidas as imparidades.

Após a nomeação do Conselho de Administração para o triénio 2021-2023, foram efetuadas várias reuniões com os Municípios/entidades municipais que registavam saldos com idade superior a 2 meses. Estas reuniões tiveram o objetivo de estabelecerem plataformas de entendimento para que os acordos existentes fossem respeitados e/ou se estabelecessem novos acordos. O ponto de situação para três casos existentes é o seguinte:

- TAVIRAVERDE E.M. – Existe contencioso judicial relativo a parte da dívida (VMG dos anos de 2007 a 2011) para a qual está registada uma imparidade de 1.984.519 euros;
- Em 2021 foi assinado ARD com o Município de VRSA/SGU VRSA EM, considerando 13.379.743 € de dívida respeitante a faturação emitida pela empresa, mais 3.408.921 € de juros de mora referentes a essa mesma faturação. A variação espelhada na tabela acima decorre de: i) pagamento, em 2025, de 7 prestações previstas no plano de pagamento, as quais incluem 3 prestações de 2026 (1.642.677€); ii) Recálculo, como previsto no clausulado do ARD, dos juros comerciais relativos às prestações (3ª prestação e seguintes), por forma a refletirem as variações do indexante OT 10 anos (1.287.493€).

As outras variações significativas que estão evidenciadas na tabela acima não resultam de quaisquer diferendos entre estas e a AdA SA. Em termos gerais, verifica-se, o cumprimento do determinado no contrato de concessão, concretamente, às condições de crédito que este determina (60 dias). Em alguns casos, os saldos apresentados correspondem apenas às faturas emitidas a 31 de dezembro de 2025.

## 11. Outros ativos

### 11.1. Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos, consultar divulgações nas notas:

- 10 - Clientes
- 18 - Subsídios ao investimento

### 11.2. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o detalhe de Outros ativos é como segue:

<b>Outros Ativos correntes</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Adiantamentos a Fornecedores	139.536	372.814
Pessoal	862.673	5.559
Outros Devedores	11.912.296	800.585
Devedores por acréscimos de rendimentos	9.533.236	8.277.543
Diferimentos - Gastos a Reconhecer	581.890	636.572
Estado e outros entes públicos	603.722	847.771
	<b>23.633.353</b>	<b>10.940.844</b>

A maior variação que se pode verificar na tabela a acima aconteceu na rubrica Outros Devedores. Esta variação resulta do registo na contabilidade da AdA de dois apoios (subsídios) aprovados em 2025:

- 3.718.692€, empreitada de Remodelação da ETAR de Paderne e do SE do Purgatório;
- 7.123.989€, empreitada de Reforço de Adução a Loulé.

Na rubrica Devedores por acréscimos de rendimentos, fazer notar que o saldo considera acréscimos de juros de mora por ausência de regularização de faturas por parte de 3 clientes em injunção, concretamente dos clientes Município de VRSA, TAVIRAVERDE EM e Município de Vila do Bispo, 5.435.522€, 1.419.636€ e 1.795€, respetivamente, assim como a estimativa de energia a refaturar aos prestadores de serviços de exploração das zonas nascente e poente (596 mil euros), análises realizadas para a AgdA (236 mil euros) e, entre outros acréscimos menos significativos, 940 mil euros a refaturar à ApA IP respeitantes ao protocolo de parceria para manutenção/exploração do Aproveitamento Hidráulico de Odeleite/Beliche (AHOB).

#### 11.2.1. Estado e outros entes públicos

<b>Estado e Outros Entes Públicos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
IVA a receber	603.722	847.771
Tributação autárquica	0	0
<b>EOEP ativos</b>	<b>603.722</b>	<b>847.771</b>

#### 11.2.2. Perdas por imparidade para outros ativos

A AdA não registou quaisquer imparidades de outros ativos em 2025.

## 12. Inventários

### 12.1. Políticas contabilísticas

Os inventários estão valorizados ao valor mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio

## 12.2. Detalhe e movimento

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue:

<b>Inventários</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Matérias Primas e Subsidiárias	3.522.788	3.163.916
<b>Inventários</b>	<b>3.522.788</b>	<b>3.163.916</b>

Em 31 de dezembro de 2025, os inventários relacionados com peças de manutenção totalizam 3.002.368 euros. Em matérias subsidiárias estão registados 520.420 euros respeitantes, na sua generalidade, a reagentes.

O movimento ocorrido nas matérias-primas exercício findo a 31 de dezembro de 2025 e no exercício de 2024 e o apuramento do gasto com mercadorias e matérias consumidas é como segue:

<b>Gastos das vendas</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Inventários início exercício</b>	<b>3.163.916</b>	<b>2.984.241</b>
Compras	2.934.951	2.378.093
CMVMC e regularizações (nota 23)	(2.576.079)	(2.198.418)
<b>Inventários final exercício</b>	<b>3.522.788</b>	<b>3.163.916</b>

## 13. Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

### 13.1. Políticas contabilísticas

#### Classificação

Um ativo financeiro que é um instrumento de dívida é classificado na categoria de "Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros e a sua venda; e
- As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, decorrentes da celebração de Acordos de Regularização de Dívida (ARD's) com clientes no âmbito do Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro.

#### Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a empresa não tivesse efetuado a transação.

#### Mensuração subsequente

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- Os juros têm procedimento igual ao dos ativos ao custo amortizado, sendo reconhecidos em resultados utilizando a taxa de juro efetiva da transação;

- b) As perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados; e
- c) As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Assim, quando um instrumento de dívida é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral, os valores reconhecidos no resultado do período são os mesmos que os que seriam reconhecidos se mensurados pelo custo amortizado.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do exercício.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro em conformidade com a política adotada pela empresa, a AdA recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

### **13.2. Estimativas e julgamentos**

Os Ativos Financeiros ao Justo Valor através de Outro rendimento Integral detidos pela AdA correspondem aos Acordos de Regularização de Dívida (ARD's) celebrados com os clientes municipais no âmbito do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro. Em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou com o Banco Europeu de Investimento uma linha de 200 milhões de euros que podem ser utilizados por contrapartida da cedência de ARD's. A cedência será feita pelo valor nominal dos créditos. Neste sentido considera-se que o justo valor dos ARD's corresponde ao seu valor nominal

### **13.3. Detalhe**

Em 14 de janeiro de 2019 foi publicado o Decreto-Lei n.º 5/2019, o qual estabelece os termos e as condições a que obedecem os acordos de regularização das dívidas das autarquias locais, serviços municipalizados e serviços intermunicipalizados e às empresas municipais e intermunicipais e que tenham por objeto o exercício de atividades de distribuição de água e saneamento de águas residuais, às entidades gestoras de sistemas multimunicipais ou de outros sistemas de titularidade estatal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e às entidades gestoras de parcerias entre o Estado e as autarquias locais, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril.

O mencionado Decreto-Lei prevê que as entidades utilizadoras que celebrem um Acordo de Regularização de Dívida ("ARD") beneficiam de uma redução correspondente a 30 % dos juros vencidos à data de 31 de dezembro do ano anterior à celebrado do ARD, sendo este prejuízo computado como encargo para efeitos de contabilização do desvio de recuperação de gastos das Entidades Gestoras, com efeito de neutralizar o prejuízo daí decorrente.

Por fim, o diploma permite a cessão destes créditos a terceiros (sem recurso ao grupo AdP), bem como: (i) os créditos que digam respeito a dívida reconhecida por sentença judicial transitada em julgado, após celebração de Acordo de Regularização de Dívida, substancialmente nos termos e condições definidos no anexo ao presente decreto-lei; e (ii) os créditos que já tenham sido objeto de acordo de pagamento, independentemente da sua designação.

A cessão dos créditos permite a extensão do prazo de reembolso a 25 anos, ficando este prazo limitado a 5 anos em caso de impossibilidade de cessão do crédito decorridos 12 meses desde a data de efetividade do ARD.

Ao abrigo do Dec-Lei n.º 5/2019 de 14 janeiro foi assinado a 25 de novembro de 2020, um memorando de entendimento com o Município de VRSA, do qual resultou um Acordo de Regularização de Dívida para regularização de 16.788.663 euros até 2046. O acordo referido está espelhado nas contas como ativo

financeiro ao justo valor através do rendimento integral, e o valor em dívida no fim do exercício, após o recebimento de 21 prestações, é de 14.550.537€.

O detalhe dos ativos financeiros ao Justo valor através de outro rendimento em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

<b>Ativos financ. ao justo valor rend. Integral</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Clientes (ARDs) corrente	14.550.537	14.449.783
<b>Clientes (ARDs)</b>	<b>14.550.537</b>	<b>14.449.783</b>

## 14. Caixa e seus equivalentes

### 14.1. Políticas contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários (no caso da Demonstração dos Fluxos de Caixa), sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração de posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

### 14.2. Detalhe

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024 é como segue:

<b>Caixa e depósitos bancários no fim do período</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Caixa	9.500	9.500
Depósitos à Ordem	6.010.887	18.814.799
Depósitos a Prazo	0	0
<b>Caixa e Bancos</b>	<b>6.020.387</b>	<b>18.824.299</b>

### 14.3. Outros Ativos financeiros

A AdA SA, por forma a dar cumprimento do princípio da unidade de tesouraria das entidades do sector empresarial do Estado, e de acordo com o Despacho n.º 12553/2023, do Ministro das Finanças, aplicou, entre o dia 29 de dezembro 2023 e o dia 2 de janeiro de 2024, num CEDIC, as disponibilidades de tesouraria existentes. Em 2025 não houve procedimento similar. A AdA, a 31/12/2025, não tinha quaisquer ativos financeiros.

## 15. Capital próprio

### 15.1. Políticas contabilísticas

#### Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i) se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;

- ii) se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

## Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

## Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas

### 15.2. Capital Social

O capital no montante de 29.825.000 euros é constituído por 5.965.000 ações de 5 euros cada e encontra-se integralmente realizado.

Capital Social	%	2025		2024	
		Capital Subscrito	Capital Realizado	Capital Subscrito	Capital Realizado
Águas de Portugal, SGPS, SA	54,44%	16.237.235	16.237.235	16.237.235	16.237.235
Município de Albufeira	4,85%	1.446.350	1.446.350	1.446.350	1.446.350
Município de Alcoutim	0,29%	86.180	86.180	86.180	86.180
Município de Aljezur	0,57%	170.230	170.230	170.230	170.230
Município de Castro Marim	0,55%	163.935	163.935	163.935	163.935
Município de Faro	6,87%	2.048.940	2.048.940	2.048.940	2.048.940
Município de Lagoa	3,15%	939.065	939.065	939.065	939.065
Município de Lagos	3,40%	1.013.630	1.013.630	1.013.630	1.013.630
Município de Loulé	5,68%	1.693.985	1.693.985	1.693.985	1.693.985
Município de Monchique	0,43%	128.590	128.590	128.590	128.590
Município de Olhão	3,87%	1.153.955	1.153.955	1.153.955	1.153.955
Município de Portimão	6,19%	1.846.030	1.846.030	1.846.030	1.846.030
Município de São Brás de Alportel	0,83%	248.035	248.035	248.035	248.035
Município de Silves	3,73%	1.112.195	1.112.195	1.112.195	1.112.195
Município de Tavira	2,27%	678.400	678.400	678.400	678.400
Município de Vila do Bispo	0,90%	268.025	268.025	268.025	268.025
Município de Vila Real de Santo António	1,98%	590.220	590.220	590.220	590.220
<b>Capital Social</b>	<b>100,00%</b>	<b>29.825.000</b>	<b>29.825.000</b>	<b>29.825.000</b>	<b>29.825.000</b>

### 15.3. Resultado Líquido por ação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o resultado líquido por ação é o seguinte:

Resultado por ação	2025	2024
Resultado líquido	2.074.122	1.827.399
Número médio de ações (5,00 Eur/cada)	5.965.000	5.965.000
<b>Resultado por ação</b>	<b>0,35</b>	<b>0,31</b>

<b>Resultado por ação (sem DRG)</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Resultado líquido da Atividade (nota 9)	(3.672.726)	(2.952.963)
Número médio de ações (5,00 Eur/cada)	5.965.000	5.965.000
<b>Resultado por ação</b>	<b>(0,62)</b>	<b>(0,50)</b>

O resultado contratual por ação desvalorizou 24% face a 2024. Esta diminuição é explicada pela redução dos resultados da atividade de 2025 em 720 mil€, devido a: um aumento dos Gastos com Reagentes + FSEs + Gastos com Pessoal (+5,4milhões€), os quais suplantaram em 2,6 milhões de € o aumento no Volume de Negócios (Vendas + Prestação de Serviços), o qual foi de +2,8 milhões de €.

Nos FSEs há a registar um acréscimo significativo de 4,45milhões de € de 2024 para 2025, devendo-se este acréscimo às seguintes rubricas:

- Gastos com Subcontratos: +2,5 milhões de €, por via do aumento dos volumes do saneamento;
- Gastos com lamas: +1,5 milhões de € por aumento do custo por tonelada pago (+1,09 milhões de €) e por via do acréscimo de toneladas (+432 mil €);
- Gastos com Conservação e Reparação: + 396 mil €.

#### 15.4. Reservas e outros ajustamentos

O detalhe das reservas e outros ajustamentos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue:

<b>Resultados - movimentos exercício</b>	<b>2024</b>	<b>Afetação Res. Líq.</b>	<b>DRG</b>	<b>Dividendos</b>	<b>Res. Líquido</b>	<b>2025</b>
Reserva legal	<b>3.478.658</b>	91.370	0	0	0	<b>3.570.028</b>
Resultados transitados	<b>954.008</b>	1.736.029	0	0	0	<b>2.690.038</b>
Resultado Líquido do exercício	<b>1.827.399</b>	(1.827.399)	0	0	2.074.122	<b>2.074.122</b>
<b>SOMA</b>	<b>6.260.065</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.074.122</b>	<b>8.334.188</b>

De acordo com o disposto nos Estatutos da empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, incluída na rubrica Outras reservas, no Capital Próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

## 16. Provisões, ativos e passivos contingentes

### 16.1. Políticas contabilísticas

#### Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a empresa divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data da demonstração de posição financeira, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o

dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

### Passivos contingentes

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A AdA procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

### Ativos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da empresa que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

## 16.2. Estimativas e julgamentos

A AdA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A empresa é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

## 16.3. Detalhe e movimento

O detalhe das provisões em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue.

<b>Movimentos de provisões</b>	<b>2024</b>	<b>Aumento (nota 27)</b>	<b>Reversões (nota 27)</b>	<b>2025</b>
Provisões - outros	86.286	1.235.038	0	1.321.324
<b>Movimentos de provisões</b>	<b>86.286</b>	<b>1.235.038</b>	<b>0</b>	<b>1.321.324</b>

Em 2025 foi registada uma provisão de 1.235.038€, referente ao processo PROC. N° 00232/2000. A sentença foi comunicada à AdA, em 2025, sendo esta a condenação e o pagamento de 367 mil euros. Contudo, visto que a sentença retroage ao ano de 2020, consequentemente, ao pagamento anteriormente referido, acresce o pagamento de juros de mora - à data de 31/12/2025, a AdA estima os juros de mora em 866 mil euros.

O saldo é composto ainda por uma provisão registada para o diferendo entre a empresa e um antigo fornecedor de assessoria jurídica, respeitante a honorários.

### Processos judiciais em curso

A empresa faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera

encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

A correr em tribunal, e já devidamente contestadas, a empresa tem as seguintes ações interpostas por terceiros.

Tipo de Ação	Descrição da Ação	Valor da responsabilidade máxima	Valor da probabilidade da obrigação	Valor da provisão constituída na contabilidade	Probabilidade de desfecho favorável à AdA SA
EXPROPRIAÇÕES	Declaração de nulidade (ou, subsidiariamente, a anulação) do Despacho da Senhora Ministra do Ambiente e Energia n.º 13669/2024, que contém a Declaração de Utilidade Pública da expropriação de dois prédios pertencentes à Autora, os quais se afiguram necessários à construção, exploração e manutenção da Estação de Dessalinização de Água do Mar e do Parque de Energias Renováveis que integram o Sistema de Dessalinização da Região do Algarve	30.000	0	0	REMOTO
CONTRAORDENAÇÕES	Prática de uma contraordenação ambiental muito grave prevista e punível pela alínea p) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, sancionável nos termos das alíneas a) e b) do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, com coima de 24.000,00€ a 144.000,00€ em caso de negligência e de 240.000,00€ a 5.000.000,00€ em caso de dolo, e com a eventual aplicação de sanções acessórias	140.000	0	0	REMOTO
OUTROS	Fátima Maria Jesuíno de Almeida, Inês Jesuíno Matos de Almeida e Beatriz Jesuíno Matos de Almeida ("Autoras") intentaram, junto do douto Tribunal Judicial da Comarca de Faro, Ação Declarativa de Condenação sob a Forma de Processo Comum contra a Águas do Algarve, S.A. ("Entidade Demandada") – cujo valor ascende ao montante de € 81.500,00	81.500	81.500	81.500	PROVÁVEL
OUTROS	Pedido formulado contra a AdA, p/ Sociedade de Construções Soares SA (inicialmente contra a Águas do Sotavento Algarvio, S.A.); Adutor Poente: Troço Inicial	1.235.038	1.235.038	1.235.038	CERTO
OUTROS	Empreitada de "concepção/construção do Sistema de abastecimento de água e saneamento às ilhas da Culatra e da Armona em alta -Travessias da Ria Formosa por Perfuração Horizontal Dirigida" e com fundamento em alegada inxequibilidade técnica das travessias da Ria Formosa	9.191.598	0	0	POSSÍVEL
OUTROS	Declaração de nulidade (ou, subsidiariamente, a anulação) da declaração de impacto ambiental, emitida pelo Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, em 24.08.2024, relativa ao projeto denominado "Solução de Tomada de Água no Pomarão".	30.000	0	0	REMOTO
OUTROS	Declaração de nulidade (ou, subsidiariamente, a anulação) da declaração de impacto ambiental, emitida pelo Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, em 03.04.2024, relativa ao projeto denominado "Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve". Nota: APA (A AdA é contra-interessada)	30.000	0	0	POSSÍVEL
OUTROS	Réus: Águas do Algarve, S.A., Estado Português, Agência Portuguesa do Ambiente I.P. i) Reconhecimento do direito de propriedade dos Autores e condenação na entrega da parcela de terreno em causa livre e devoluta, no estado em que se encontrava à data da sua ocupação;	725.000	0	0	POSSÍVEL
OUTROS	Declaração de nulidade (ou, subsidiariamente, a anulação) do Despacho da Senhora Ministra do Ambiente e Energia n.º 8177/2024, que contém a Declaração de Utilidade Pública da expropriação de dois prédios pertencentes à Autora, os quais se afiguram necessários à construção, exploração e manutenção da Estação de Dessalinização de Água do Mar e do Parque de Energias Renováveis que integram o Sistema de Dessalinização da Região do Algarve.	30.000	0	0	POSSÍVEL
OUTROS	Ação Executiva contra o Fagar - Faro, Gestão de Águas e Resíduos, E.M., tendo como objeto a Sentença condenatória Judicial proferida no âmbito do Processo n.º 627/2002. Expropriação prédio da Estação Elevatória das Lavadeiras em Faro	20.920	0	0	POSSÍVEL

A Administração considera que as provisões registadas são adequadas face aos riscos emergentes dos processos judiciais em curso.

## Garantias

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas demonstram-se como se segue:

<b>Garantias Bancárias</b>	<b>Valor</b>
Tribunais Cíveis	1.578.119
Petrogal	10.475
ARH	566.466
Rotas do Algarve Litoral	30.000
<b>Abastecimento</b>	<b>2.185.060</b>
Rotas do Algarve Litoral	40.000
Tribunais Cíveis	56.239
<b>Saneamento</b>	<b>96.239</b>
<b>Total</b>	<b>2.281.299</b>

O detalhe das principais rubricas de garantias é apresentado no quadro seguinte:

<b>Principais beneficiários</b>	<b>Natureza</b>	<b>Banco</b>	<b>Valor</b>
Tribunal Civil da Comarca de Albufeira	AA	Bankinter	767.334
ARH	AA	CGD	566.466
Tribunal Civil da Comarca de Loulé	AA	CGD/BPI/BKI/SANT	311.302
Tribunal Civil da Comarca de Silves	AA	BCP	229.582
Tribunal Civil da Comarca de Lagos	AA	BKI/CGD	104.630

#### 16.4. Direitos e obrigações

Em 25 de Janeiro de 2022 foi assinado um contrato de concessão do respetivo empreendimento com o Estado Português, no qual se atribuiu a gestão do AHOB à Águas do Algarve. E neste contrato de concessão ficou estipulado um modelo diferente de partilha dos gastos de manutenção e operação, ficando 15,6% dos mesmos a cargo da Associação de Regantes do Sotavento, e os restantes 84,4% suportados pela Águas do Algarve.

A Águas do Algarve teve um protocolo com o ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o qual pressupõe uma contribuição anual de 280.000 euros, atualizados à taxa de inflação, destinada à exploração e manutenção do Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico. O referido protocolo terminou em 2025.

#### 17. Acréscimos de gastos de investimento contratual

##### 17.1. Políticas contabilísticas

Ver política contabilística na nota 2.4.4.

##### 17.2. Detalhe e movimento

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF aprovado, sujeitos a amortização no prazo da concessão, perfazem o montante 912.048.454 euros, dos quais 729.155.786 euros já se encontram realizados (DUI firme). O valor do ativo em curso no final do exercício ascende a 73.954.778 euros (ver nota 5).

##### Movimentos do período

O valor dos acréscimos de gastos de investimento contratual consta do quadro seguinte:

<b>Acréscimo gastos invest. contratual</b>	<b>2024</b>	<b>Aumentos (nota 26)</b>	<b>Diminuições</b>	<b>Reclassificações (nota 5)</b>	<b>2025</b>
Acréscimo gastos invest. contratual	<b>74.243.021</b>	5.272.286	0	(3.091.787)	<b>76.423.521</b>

As amortizações do exercício dos investimentos futuros ascenderam a cerca de 5,3 milhões de euros tendo sido transferidos para amortizações acumuladas do direito de utilização das infraestruturas cerca de 3,1 milhões de euros (ver nota 5).

## 18. Subsídios ao investimento

### 18.1. Políticas contabilísticas

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a empresa cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação dos ativos subjacentes.

### 18.2. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o detalhe dos subsídios ao investimento é como segue:

<b>Saldo dos subsídios ao investimento</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Fundos comunitários	156.063.427	127.662.465
Integração património	76.867.953	80.535.321
	<b>232.931.380</b>	<b>208.197.787</b>

O aumento verificado no saldo da rubrica de Fundos comunitários resulta da aprovação de várias candidaturas do FEDER 20-30 (16,4 milhões de euros), do POSEUR (Reabilitação da ETAR de Lagos; 13,2 milhões de euros) e do PRR (4,2 milhões de euros).

O movimento ocorrido nos Subsídios ao investimento – Fundo de coesão no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e no exercício de 2024 é como segue:

<b>Variação dos subsídios de Investimento</b>	<b>2024</b>	<b>Reconhecimento</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Diminuições</b>	<b>Transferências</b>	<b>2025</b>
Fundos comunitários	127.662.465	(5.349.157)	33.750.119	0	0	156.063.427
Integração património	80.535.321	(3.667.368)	0	0	0	76.867.953
<b>Variação subsídios de Investimento</b>	<b>208.197.787</b>	<b>(9.016.525)</b>	<b>33.750.119</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>232.931.380</b>

O total de recebimentos, de subsídios, em 2025 ascenderam a 22.904.977 euros, os quais respeitam a pedidos de pagamento submetidos ao PRR, em 2024 e 2025, ao POSEUR (candidaturas em overbooking), como é o caso da Reabilitação da ETAR de Lagos, e também ao FEDER 20-30.

A AdA SA verteu em pedidos de pagamento praticamente toda a despesa incorrida no âmbito das empreitadas candidatas ao PRR.

## 19. Empréstimos

### 19.1. Políticas contabilísticas

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos” e “Fornecedores e outros passivos”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A empresa apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

### Empréstimos obtidos

Os empréstimos (bancários e obrigacionistas) são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos financeiros” da demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a empresa liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data da demonstração de posição financeira, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

### Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

## 19.2. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o detalhe dos empréstimos obtidos é como segue:

<b>Empréstimos por natureza</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Empréstimos Bancários BEI	79.344.027	99.231.765
Empréstimos Empresa mãe	45.000.000	0
<b>Empréstimos não correntes (1)</b>	<b>124.344.027</b>	<b>99.231.765</b>
Acréscimo Juros de Descobertos Bancários	0	4.862
Empréstimos Bancários BEI	20.083.790	13.230.586
Empréstimos Empresa mãe	10.390.394	60.503.227
<b>Empréstimos correntes (2)</b>	<b>30.474.184</b>	<b>73.738.676</b>
<b>Total de empréstimos (3 = 1 + 2)</b>	<b>154.818.211</b>	<b>172.970.441</b>

No presente exercício destaca-se a diminuição dos empréstimos em cerca de 18,2 milhões de euros. A dívida junto do BEI diminuiu, face a 2024, 13,0 milhões de euros, e a dívida junto da AdP, linhas de suprimentos e de apoio à tesouraria, diminuiu 5,1 milhões de euros. A diminuição do valor dos empréstimos foi possível pelo influxo de verbas dos fundos comunitários (subsídios; ver nota 18).

O Grupo AdP apresenta a maturidade dos empréstimos BEI, considerando o diferimento da última prestação de capital. Contudo, atendendo a que a 31 de dezembro de 2025, para o empréstimo denominado BEI IV – Tranche A, a extensão do aval do Estado Português ainda não se encontra formalizada, o capital em dívida com pagamento passível de ser diferido em 11 prestações semestrais, foi classificado como passivo corrente (7,1 milhões de euros).

Faz-se ainda notar que os adiantamentos do PRR e do Fundo Ambiental só podem ser usados para pagamento de despesa respeitante às empreitadas nestes previstas.

### Movimento nos empréstimos obtidos

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e no exercício de 2024, e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa, é como segue:

Variação nos Saldos em Empréstimos (não correntes e correntes)	Empréstimos BEI	Empréstimos Empresa mãe	Descobertos bancários	SOMA
<b>Saldo em 01.01.2025</b>	<b>112.462.351</b>	<b>60.503.227</b>	<b>4.862</b>	<b>172.970.441</b>
Novos empréstimos obtidos	0	18.000.000	0	18.000.000
Juros e comissões em dívida a 31.12.2025	20.386	(112.833)	(4.862)	(97.310)
Amortização de empréstimos	(13.054.920)	(23.000.000)	0	(36.054.920)
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>99.427.817</b>	<b>55.390.394</b>	<b>0</b>	<b>154.818.211</b>

### Empréstimos por maturidade

O capital dos empréstimos BEI e AdP SGPS, a 31 de dezembro de 2025 e no exercício de 2024 tem a seguinte maturidade:

Empréstimos por Maturidade	2025	2024
Até 1 ano	30.474.184	73.738.676
De 1 a 2 anos	58.291.634	13.835.216
De 2 a 3 anos	14.854.936	14.385.132
De 3 a 4 anos	15.100.840	15.969.314
De 4 a 5 anos	15.583.890	16.377.218
Superior a 5 anos	20.512.727	38.664.884
<b>Empréstimos por Maturidade</b>	<b>154.818.211</b>	<b>172.970.441</b>

Não se antecipa quaisquer restrições no cumprimento das obrigações relativamente aos financiamentos apresentados.

### Empréstimos por tipo de taxa

Em 31 de dezembro de 2025 e no exercício de 2024, os empréstimos BEI e AdP SGPS apresentam o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro:

Empréstimos por tipo de taxa	2025	2024
<b>Taxa de juro variável</b>		
Até 1 ano	10.390.394	60.508.090
De 1 a 2 anos	0	0
De 2 a 3 anos	0	0
Superior a 3 anos	0	0
<b>Total de empréstimos com taxa de juro variável</b>	<b>10.390.394</b>	<b>60.508.090</b>
<b>Taxa de juro fixa</b>		
Até 1 ano	20.083.790	13.230.586
De 1 a 2 anos	58.291.634	13.835.216
De 2 a 3 anos	14.854.936	14.385.132
Superior a 3 anos	51.197.457	71.011.417
<b>Total de empréstimos com taxa de juro fixa</b>	<b>144.427.817</b>	<b>112.462.351</b>
<b>Total de empréstimos</b>	<b>154.818.211</b>	<b>172.970.441</b>

### Justo valor

Os empréstimos obtidos pela AdA correspondem a empréstimos BEI (99.427.817 euros) e a empréstimos da AdP SGPS, suprimentos e linha de apoio à tesouraria (55.390.394 euros). Atendendo ao facto de (i) não existirem comparativos de mercado que permitam aferir a que taxas de financiamento alternativas ao BEI se poderia financiar atendendo aos montantes e prazos envolvidos (25 anos), não é possível determinar o justo valor dos empréstimos obtidos de uma forma razoável.

## 20. Fornecedores e outros passivos

### 20.1. Políticas contabilísticas

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a empresa adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os passivos são classificados como correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como não correntes.

### 20.2. Detalhe

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o detalhe de fornecedores e outros passivos é como segue:

i) Fornecedores e outros passivos não correntes

<b>Fornecedores e outros passivos não correntes</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Fornecedores de investimento	2.523.491	2.353.327
Outras contas a pagar	0	0
Outros fornecedores	0	34.073
<b>Fornecedores e outros passivos não correntes</b>	<b>2.523.491</b>	<b>2.387.400</b>

A rubrica Fornecedores de investimento respeita essencialmente das obrigações resultantes da integração de património de vários Municípios, e respeita ainda a retenções às faturas para garantia do bom cumprimento dos contratos de empreitada em curso

Fornecedores e outros passivos correntes

<b>Fornecedores e outros passivos correntes</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Fornecedores c/c - Gerais	2.551.499	3.126.574
Fornecedores c/c - Empresa mãe	0	0
Fornecedores c/c - Outras partes relacionadas - Outras	18.546	50.910
Fornecedores - Faturas Receção/Conferência	1.076.651	791.672
Outras contas a pagar - Fornecedores Investimento	1.469.779	2.924.328
Pessoal	3.252	1.512
Acréscimo com férias e subsídio de férias	1.926.357	943.178
Outros acréscimos e diferimentos	7.606.323	7.110.001
Estado e Outros Entes Públicos	3.193.912	3.169.244
Outros credores	577.863	715.969
	<b>18.424.182</b>	<b>18.833.386</b>

**Nota:** na rubrica **Fornecedores c/c – Outras partes relacionadas – Outras** não se incluem acréscimos, embora na nota 35 às Demonstrações Financeiras estes acréscimos estejam incluídos.

A diminuição verificada na rubrica **Fornecedores c/c – Gerais** deve-se principalmente à regularização de dívida referente a 2024.

A diminuição verificada na rubrica **Outras contas a pagar - Fornecedores Investimento**, deve-se principalmente à utilização para pagamento aos fornecedores de investimento, dos adiantamentos recebidos do PRR e do Fundo Ambiental.

A rubrica de **Outros acréscimos e diferimentos** inclui valores a pagar respeitantes a juros, eletricidade, trabalhos especializados (fee de gestão e revisões de preços de subcontratos), rendas (ocupação de espaço de domínio público, ETAR de VRSA, DOCAPESCA), conservação e manutenção e taxas ERSAR.

ii) Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a rubrica Estado e outros entes públicos tem o seguinte detalhe:

Estado e Outros Entes Públicos	2025	2024
Retenções - IRS	(70.601)	(64.759)
Retenções - Segurança Social	(146.675)	(133.190)
Outros	(2.976.636)	(2.971.296)
<b>EOEP passivos</b>	<b>(3.193.912)</b>	<b>(3.169.244)</b>

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo relatado na rubrica **Outros** corresponde essencialmente à TRH de 2024.

## 2.1. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9

2025

Instrumentos financeiros por categoria	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros através de outro rendimento integral	Passivos Financ. ao Custo Amortizado	TOTAL	ATIVO/PASSIVO não classif. c/ Inst. Financ.	TOTAL DPF a 31.12.2025
Ativos Intangíveis	0	0	0	0	452.602.711	452.602.711
Ativos Tangíveis	0	0	0	0	1.128.588	1.128.588
Ativos sob direito de uso	0	0	0	0	369.060	369.060
Outros Ativos financeiros	14.023	0	0	14.023	0	14.023
Clientes CORRENTES	21.679.846	0	0	21.679.846	0	21.679.846
Impostos diferidos Ativos	0	0	0	0	27.274.634	27.274.634
Inventários	0	0	0	0	3.522.788	3.522.788
Imposto s/ rendimento do exercício	0	0	0	0	441.031	441.031
Ativos financeiros ao justo valor	0	14.550.537	0	14.550.537	0	14.550.537
Outros ativos correntes	23.029.631	0	0	23.029.631	603.722	23.633.353
Caixa e seus equivalentes	6.020.387	0	0	6.020.387	0	6.020.387
<b>Total do ATIVO</b>	<b>50.743.888</b>	<b>14.550.537</b>	<b>0</b>	<b>65.294.425</b>	<b>485.942.535</b>	<b>551.236.960</b>
Provisões	0	0	0	0	1.321.324	1.321.324
Empréstimos NÃO CORRENTES	0	0	79.344.027	79.344.027	0	79.344.027
Passivos da locação NÃO CORRENTES	0	0	0	0	46.661	46.661
Fornecedores de Outros passivos NÃO CORRENTES	0	0	2.523.491	2.523.491	0	2.523.491
Impostos diferidos Passivos	0	0	0	0	4.286.623	4.286.623
Acréscimos de Gastos de Investimento Contratual	0	0	0	0	76.423.521	76.423.521
Subsídios ao Investimento	0	0	0	0	232.931.380	232.931.380
Desvio tarifário passivo	0	0	0	0	22.105.371	22.105.371
Empréstimos correntes	0	0	75.474.184	75.474.184	0	75.474.184
Passivos da locação CORRENTES	0	0	0	0	197.011	197.011
Fornecedores e Outros passivos correntes	0	0	17.141.955	17.141.955	1.282.227	18.424.182
<b>Total do PASSIVO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>174.483.657</b>	<b>174.483.657</b>	<b>338.594.116</b>	<b>513.077.773</b>

2024

Instrumentos financeiros por categoria	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros através de outro rendimento integral	Passivos Financ. ao Custo Amortizado	TOTAL	ATIVO/PASSIVO não classif. c/ Inst. Financ.	TOTAL DPF a 31.12.2024
Ativos Intangíveis	0	0	0	0	446.655.635	446.655.635
Ativos Tangíveis	0	0	0	0	1.018.161	1.018.161
Ativos sob direito de uso	0	0	0	0	541.533	541.533
Outros Ativos financeiros	14.023	0	0	14.023	0	14.023
Clientes CORRENTES	20.306.340	0	0	20.306.340	0	20.306.340
Impostos diferidos Ativos	0	0	0	0	32.384.157	32.384.157
Inventários	0	0	0	0	3.163.916	3.163.916
Imposto s/ rendimento do exercício	0	0	0	0	265.404	265.404
Ativos financeiros ao justo valor	0	14.449.783	0	14.449.783	0	14.449.783
Outros ativos correntes	10.093.073	0	0	10.093.073	847.771	10.940.844
Caixa e seus equivalentes	18.824.299	0	0	18.824.299	0	18.824.299
<b>Total do ATIVO</b>	<b>49.237.736</b>	<b>14.449.783</b>	<b>0</b>	<b>63.687.519</b>	<b>484.876.577</b>	<b>548.564.096</b>
Provisões	0	0	0	0	86.286	86.286
Empréstimos NÃO CORRENTES	0	0	99.231.765	99.231.765	0	99.231.765
Passivos da locação NÃO CORRENTES	0	0	0	0	222.843	222.843
Fornecedores de Outros passivos NÃO CORRENTES	0	0	2.387.400	2.387.400	0	2.387.400
Impostos diferidos Passivos	0	0	0	0	4.951.445	4.951.445
Acréscimos de Gastos de Investimento Contratual	0	0	0	0	74.243.021	74.243.021
Subsídios ao Investimento	0	0	0	0	208.197.787	208.197.787
Desvio tarifário passivo	0	0	0	0	30.397.751	30.397.751
Empréstimos correntes	0	0	73.738.676	73.738.676	0	73.738.676
Passivos da locação CORRENTES	0	0	0	0	188.671	188.671
Fornecedores e Outros passivos correntes	0	0	18.567.982	18.567.982	265.404	18.833.386
<b>Total do PASSIVO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>193.925.823</b>	<b>193.925.823</b>	<b>318.553.208</b>	<b>512.479.031</b>

## 22. Rédito de contratos com clientes

### 22.1. Políticas contabilísticas

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da empresa. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a AdA avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a AdA SA efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela AdA, existe apenas uma obrigação de desempenho (“*performance obligation*”), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

#### Prestação de serviços

*Atividade regulada - Serviços em “alta” – Saneamento e parcerias*

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos quando se verificarem quebras de exclusivo do contrato de concessão; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

#### Venda de bens

*Atividade regulada - Serviços em “alta” – Abastecimento de água*

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos quando se verificarem quebras de exclusivo do contrato de concessão; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

#### Serviços de construção

Ver política contabilística descrita na nota 2.4.6.

### 22.2. Detalhe

O rédito de contratos com clientes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresenta o seguinte detalhe:

<b>Vendas, Prestação de Serviços e Rendimentos de Serviços de Construção</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Venda de água	36.816.251	34.607.716
Prestações de Serviços - Tratamento de Efluente	28.589.343	28.001.316
Prestações de Serviços - Atividades assessoria/complementares	3.118	466
Rendimentos de serviços de construção	27.161.231	18.562.545
<b>Total</b>	<b>92.569.942</b>	<b>81.172.042</b>

Em 2024 constatou-se um acréscimo operacional das Vendas de água de 2.208.535 euros face a 2024. Relativamente à Prestações de Serviços, a variação (positiva) foi de 588.027 euros face a 2024. Em 2025, para ambas as atividades, venda de água e tratamento de efluente, observou-se um aumento dos caudais, fornecidos e tratados, respetivamente (também respetivamente, os aumentos verificados foram 4,2% e 9,3%). No caso do tratamento de efluente, as receitas variaram em função da atualização do rendimento tarifário – a ERSAR aprovou a atualização da tarifa e do rendimento tarifário, para 2025, em 2,1% face aos preços de 2024). Quanto à Vendas de água, o aumento face a 2024 é, também, explicado pela atualização da tarifa, mas, na sua maior parte, a melhoria decorre do incremento dos caudais fornecidos (os caudais explicam cerca de 66% do aumento verificado na rubrica de Vendas de Água).

Quanto aos Rendimentos de serviços da construção, a variação é bastante significativa face a 2024, concretamente, 46% (+8.598.686€), sendo isso reflexo do aumento do investimento realizado pela AdA em 2025 (ver nota 5).

### 23. Gastos das vendas

O gasto das vendas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresenta o seguinte detalhe:

<b>Gastos das vendas e da construção em ativos concessionados (IFRIC 12)</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
CMVMC - Mercadorias	218.513	183.952
CMVMC - Matérias-primas e subsidiárias	2.357.566	2.014.466
CMVMC - Correções exercícios anteriores	0	0
<b>Gastos das Vendas/Variação de inventários</b>	<b>2.576.079</b>	<b>2.198.418</b>
<b>Gastos da construção em ativos concessionados (IFRIC 12)</b>	<b>27.161.231</b>	<b>18.562.545</b>
<b>Gastos das vendas e dos serviços de construção</b>	<b>29.737.310</b>	<b>20.760.963</b>

Os gastos com consumos tiveram variações significativas face a 2024 (343.100€, 17%), resultantes do aumento generalizado dos preços dos reagentes, mas também do aumento dos volumes de água tratados (+4,2% face a 2024).

### 24. Fornecimento e serviços externos

#### 24.1. Políticas contabilísticas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do custo.

Trabalhos para a própria empresa, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

#### 24.2. Detalhe

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

<b>Fornecimento e serviços externos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Subcontratos	17.088.021	14.586.296
Electricidade	4.884.214	4.773.612
Rendas e Alugueres	888.565	1.102.024
<b>Seguros</b>		
Multiriscos	325.925	352.167
Outros seguros	106.284	161.242
<b>Conservação e reparação</b>		
Edifícios	44.505	56.383
Equipamento básico	3.774.589	3.396.847
Outras despesas conservação	88.950	58.625
<b>Trabalhos especializados</b>		
Assistência técnica	312.637	490.370
Análises/Monitorização	947.333	814.699
Recolha e transporte de lamas	3.694.321	2.175.599
FEE gestão	1.569.809	1.502.628
Outros trabalhos especializados	1.018.112	1.188.243
Material de laboratório	546.462	501.911
Manutenção de verdes	787.491	542.663
Outros FSE	1.397.750	1.322.468
<b>Fornecimento e serviços externos</b>	<b>37.474.967</b>	<b>33.025.777</b>

A rubrica Subcontratos regista um incremento de 17% (2,5 milhões de euros), que é explicado essencialmente pelo aumento dos volumes tratados no saneamento (+9,3% face a 2024). Contudo, em 2025 aferiram-se as estimativas de gastos com as revisões de preços. Desta aferição apurou-se que as estimativas registadas em 2024 estavam subestimadas em 453 mil euros (os gastos com subcontratos, exercício de 2024, após aferição e recalculo, ascenderam a 15M€). Logo, o aumento de 9,3% nos caudais explicam cerca de 56% do aumento de 2,5 milhões de euros. Os remanescentes 44% são explicados essencialmente pelas estimativas com revisões de preços para o exercício de 2025 (aumento de 15% face a 2025).

Observou-se também em 2025, um aumento muito significativo dos gastos com o tratamento de lamas comparativamente a 2024 (70%, 1.518.721€). Este aumento está correlacionado com uma das causas anteriormente referida para o aumento dos gastos com subcontratos (o aumento dos caudais tratados), mas a sua maior parte é explicado pelo aumento do preço por tonelada contrato em 2024 e 2025.

Quanto a reduções nas rubricas de seguros, assistência técnica e outros trabalhos especializados, estes são explicados com a melhoria decorrente da negociação dos contratos.

## 25. Gastos com pessoal

### 25.1. Detalhe

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os gastos com pessoal têm o seguinte detalhe:

<b>Gastos com pessoal</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Remunerações	6.293.325	5.807.164
Encargos sociais sobre remunerações	1.385.251	1.282.390
Outros gastos com pessoal	538.184	509.600
Correções relativas a exercícios anteriores	0	3.278
Gastos com pessoal capitalizados em ATIVO (nota 5.3)	(459.570)	(468.336)
<b>Gastos com pessoal</b>	<b>7.757.190</b>	<b>7.134.096</b>

Face a 2024, os Gastos com o Pessoal registam um aumento de 623 mil euros. Este aumento é explicado pela integração de novos colaboradores, e pelos aumentos por atualização e progressões de carreiras.

Em 2025, foram capitalizados em ativo 459.570 euros de gastos com pessoal afeto à Direção de Gestão de Ativos.

#### Número médio de pessoal

<b>Número médio de colaboradores</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Órgãos Sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	209	197
<b>Número médio de colaboradores</b>	<b>214</b>	<b>202</b>

<b>Número de colaboradores a 31 de dezembro</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Órgãos Sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	210	202
<b>Número de colaboradores a 31 de dezembro</b>	<b>215</b>	<b>207</b>

O aumento do n.º de trabalhadores decorreu da necessidade de reforçar as equipas de exploração do saneamento e da direção de gestão de ativos.

#### 26. Amortizações e depreciações do exercício

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as amortizações e depreciações têm o seguinte detalhe:

<b>Depreciações e amortizações do exercício</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Amortizações de ativos intangíveis (nota 5)	18.122.368	16.983.746
Amortizações de gastos do investimento contratual (nota 17)	5.272.286	5.030.209
Depreciações de ativos tangíveis (nota 6)	31.409	42.904
Depreciações ADU - Equipam. de Transporte (nota 7)	193.873	62.925
<b>Depreciações e amortizações do exercício</b>	<b>23.619.936</b>	<b>22.119.784</b>

#### 27. Provisões e reversões do exercício

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 as provisões e reversões têm o seguinte detalhe

<b>Provisões e reversões do exercício</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Provisões - outros (nota 16)	1.235.038	4.786
Reversões de provisões (nota 16)	0	0
<b>Total</b>	<b>1.235.038</b>	<b>4.786</b>

O movimento do ano diz respeito à provisão registada e anteriormente referida na nota 16.3.

#### 28. Perdas por imparidades e reversões do exercício

Não existem quaisquer movimentos registos em imparidades no exercício de 2025.

## 29. Outros gastos e perdas operacionais

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os outros gastos e perdas operacionais têm o seguinte detalhe:

<b>Outros gastos e perdas operacionais</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Impostos	571.905	566.376
Donativos	44.334	41.500
Quotizações	6.560	3.680
Outros gastos operacionais	490.689	297.844
Correções relativas a exercícios anteriores	22.577	35.903
<b>Outros gastos e perdas operacionais</b>	<b>1.136.065</b>	<b>945.303</b>

A rubrica Outros gastos operacionais regista um incremento de 65% face a 2024 (193.845€), que é explicado, essencialmente, pelo registo, em 2025, de várias diferenças de estimativas face às estimativas registadas em 2024 – verificaram-se, em 2025, subestimadas.

## 30. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os outros rendimentos e ganhos operacionais têm o seguinte detalhe:

<b>Outros rendimentos e ganhos operacionais</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Venda de Energia	1.330	7.872
Venda de Análises	318.612	187.268
Outros rendimentos e ganhos operacionais	763.900	623.201
Correções relativas a exercícios anteriores	38.233	151.246
<b>Outros rendimentos e ganhos operacionais</b>	<b>1.122.075</b>	<b>969.586</b>

A rubrica Vendas de Análise cresceu 70% face a 2024 por via da revisão da contratação destes serviços entre a AdA e a Águas Públicas do Alentejo.

### Subsídios à exploração

Na tabela abaixo detalha-se a rubrica Subsídios à exploração:

<b>Subsídios à exploração</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Subs. à Exploração - EOEP	2.784	0
Subs. à Exploração - De Out. Entidades	233.078	508.635
	<b>235.862</b>	<b>508.635</b>

Reconheceram-se em 2025 vários rendimentos associados a projetos de I&D, assim como o rendimento respeitante ao apoio dado pelo Fundo Ambiental para a campanha de sensibilização ao combate à seca no Algarve.

## 31. Gastos financeiros

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

<b>Gastos Financeiros</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Juros Suportados	5.058.059	6.280.531
Comissões AdP	732.583	811.770
Outros gastos financeiros	108.680	130.008
Gastos financeiros capitalizados em ATIVO (nota 5.3)	(4.469)	(37.152)
<b>Gastos Financeiros</b>	<b>5.894.853</b>	<b>7.185.158</b>

A diminuição dos juros suportados é justificada principalmente pelas razões apontadas na nota 18.

Em 2025 a AdA capitalizou, em ativo, apenas de 5 mil euros.

## 32. Rendimentos financeiros

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os rendimentos financeiros têm o seguinte detalhe:

<b>Rendimentos financeiros</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Juros mora	790.217	958.872
Juros acordos	634.881	284.291
Outros juros	986.665	41.058
<b>Rendimentos financeiros</b>	<b>2.411.763</b>	<b>1.284.221</b>

A rubrica de juros de mora considera os rendimentos com os juros de mora relativos a clientes que apresentam as dívidas vencidas mais relevantes, destacando-se o Município de VRSA/VRSA SGU EM e a TAVIRAVERDE EM. A AdA procedeu, em 2025 ao recálculo dos juros comerciais do ARD firmado com VRSA (ver nota 13). Este recálculo, face a 2024, fez com que a rubrica **Juros acordos** aumentasse 350.590€ e que a rubrica **Outros Juros** aumentasse 945.607€.

## 33. Imposto sobre o rendimento

### 33.1. Políticas contabilísticas

A AdA, residente em Portugal encontram-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base nas respetivas matérias coletáveis e às taxas de imposto aplicáveis.

A empresa direta ou indiretamente é tributada à taxa de 20%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a empresa cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A empresa entende que das eventuais revisões das

declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

### Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor à data da demonstração de posição financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a AdA seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

No exercício de 2025 a taxa de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) foi de 19%.

A Lei n.º 64/2025, de 7 de novembro estabelece uma redução gradual 1 ponto percentual por ano para os 2 anos seguintes, ou seja, dos 19% em 2025, para 18% em 2026, e depois para 17% em 2027. Assim, e para efeitos de cálculo dos impostos diferidos foi considerada a melhor informação à data para a taxa futura, ou seja, considerou-se 17% para o cálculo da taxa de imposto diferido.

São reconhecidos impostos diferidos relativamente a diferenças temporárias associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, exceto nos casos em que a AdA detenha a capacidade de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a mesma não venha a reverter num futuro previsível. Atendendo a que tais diferenças temporárias se revestem de elevada complexidade de mensuração anual, encontrando-se dependentes de diversos fatores externos, designadamente a evolução dos investimentos realizados (amortizações versus subsídios), entre outros, verificando-se a impossibilidade de determinar, de forma inequívoca, a respetiva base de cálculo em cada exercício. Nestes termos, a AdA optou por aplicar a taxa prevista no n.º 1 do artigo 87.º do Código do IRC para efeitos de mensuração dos correspondentes impostos diferidos.

### 33.2. Detalhe e movimento

Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024 a carga fiscal registada apresenta o seguinte detalhe:

<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Imposto corrente	569.137	1.142.332
Excesso/Insuficiência de estimativa de imposto	(294.771)	(64.488)
Imposto diferido	4.444.701	5.052.291
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>4.719.066</b>	<b>6.130.135</b>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

<b>Reconciliação taxa efetiva imposto</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Resultado antes impostos</b>	6.793.189	7.957.534
Taxa de imposto sobre o rendimento	0,20	0,21
<b>Imposto sobre o lucro à taxa nominal</b>	1.358.638	1.671.082
<b>Variações patrimoniais</b>		
Varição patrimonial negativa	(5.018)	(5.018)
Varição patrimonial positiva	849.662	849.662
	<b>+</b>	<b>844.644</b>
<b>Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais</b>		
Donativos	14.334	1.500
Multas, coimas e juros compensatórios	1.475	1.348
Amortizações do invest.contratual futuro	5.272.286	5.135.449
Correções relativas a exercícios anteriores	191.906	338.660
Seguros	19.892	23.884
Acréscimo de subsídios - IFRIC 12	0	0
Desvio de Recuperação de Gastos	(8.292.380)	(7.467.573)
Outros	0	0
	<b>+</b>	<b>(2.792.487)</b>
<b>Encargos dedutíveis para efeitos fiscais</b>		
Recup. de amort. anteriormente tributadas (Subs.Futuro+subs. IFRIC 12)	1.886.125	1.454.489
Reversão de ajustamentos e de perdas por imparidades tributadas	0	0
Benefícios fiscais	403.832	604.218
	<b>-</b>	<b>2.289.957</b>
<b>Lucro tributável</b>	<b>2.555.390</b>	<b>4.776.740</b>
<b>Imposto calculado</b>	<b>511.078</b>	<b>1.003.115</b>
Tributação autónoma	10.096	10.442
Derrama municipal	16.301	30.472
Derrama estadual	31.662	98.302
	<b>+</b>	<b>58.059</b>
Imposto sobre o rendimento	<b>569.137</b>	<b>1.142.332</b>
Insuficiência / <b>Excesso Estimativa</b>	(294.771)	(64.488)
Imposto sobre o rendimento	<b>274.366</b>	<b>1.077.843</b>
Aumento / reversão dos Impostos diferidos	4.444.701	5.052.291
Imposto sobre o rendimento	<b>4.719.066</b>	<b>6.130.135</b>
<b>Taxa efetiva de imposto</b>	<b>69,47%</b>	<b>77,04%</b>

O detalhe dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

Naturezas	2024	Atualização Taxa	Dotação	Utilização	2025
Taxa de IRC	20,00%	-3,00%	17,00%	17,00%	17,00%
Taxa de Derrama	2,70%		2,70%	2,70%	2,70%
<b>Ativos por Impostos Diferidos</b>					
<b>Outros</b>					
Amortizações não aceites /investimento contratual não realizado	109.414.849		6.793.727	(2.349.366)	113.859.210
Diferença Amortização/subsídios – investimentos realizados	2.848.882		485.210	(848.759)	2.485.333
Desvio tarifário (nota 9)	30.397.752		0	(8.292.381)	22.105.371
<b>Base de incidência</b>	<b>142.661.484</b>		<b>7.278.937</b>	<b>(11.490.506)</b>	<b>138.449.914</b>
<b>IRC</b>	<b>28.532.297</b>	<b>(4.279.845)</b>	<b>1.237.419</b>	<b>(1.953.386)</b>	<b>23.536.485</b>
<b>Derrama</b>	<b>3.851.860</b>	<b>0</b>	<b>196.531</b>	<b>(310.244)</b>	<b>3.738.148</b>
<b>Imposto diferido ATIVO reconhecido</b>	<b>32.384.157</b>	<b>(4.279.845)</b>	<b>1.433.951</b>	<b>(2.263.630)</b>	<b>27.274.634</b>
Taxa de IRC	20,00%	-3,00%	17,00%	17,00%	17,00%
Taxa de Derrama	2,70%		2,70%	2,70%	2,70%
<b>Passivos por impostos diferidos</b>					
<b>Outros</b>					
Ajustamentos Transição - Amort./subsídios - Inv. Contratual NÃO Realiz.	20.391.889		0	(849.662)	19.542.227
Diferença Amort. fiscal/contabilística/subsídio Inv. Contratual NÃO Realiz.	1.420.645		796.634	0	2.217.278
<b>Base de incidência</b>	<b>21.812.534</b>		<b>796.634</b>	<b>(849.662)</b>	<b>21.759.505</b>
<b>Taxa de IRC</b>	<b>4.362.507</b>	<b>(654.376)</b>	<b>135.428</b>	<b>(144.443)</b>	<b>3.699.116</b>
<b>Taxa de Derrama</b>	<b>588.938</b>	<b>0</b>	<b>21.509</b>	<b>(22.941)</b>	<b>587.507</b>
<b>Imposto diferido PASSIVO reconhecido</b>	<b>4.951.445</b>	<b>(654.376)</b>	<b>156.937</b>	<b>(167.383)</b>	<b>4.286.623</b>

<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Pagamentos por conta	928.593	1.282.227
Pagamento adicional por conta	79.121	123.360
Retenções na fonte	2.454	2.148
Imposto corrente	(569.137)	(1.142.332)
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>441.031</b>	<b>265.404</b>

A Águas do Algarve, S.A. procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos que são maioritariamente resultantes dos (i) acréscimos de gastos para investimentos contratuais, (ii) das diferenças das depreciações e subsídios dos investimentos realizados reconhecidos contabilisticamente face aos fiscalmente dedutíveis.

Até 31 de dezembro de 2009 a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias estava adstrita às instruções emanadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) na Diretriz Contabilística n.º 4/91, de 19 de dezembro, tendo sido aprovado pelas Autoridades Fiscais, a pedido da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., um entendimento que deu relevância em sede de IRC às instruções emanadas pela CNC na referida Diretriz Contabilística n.º 4/91.

A partir de 1 de janeiro de 2010, com a revogação da Diretriz Contabilística n.º 4/91, pelo n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias passou a ser efetuada supletivamente (uma vez que do SNC não resultou nenhuma norma contabilística sobre os contratos de concessão) pela IFRIC 12, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 254/2009 da Comissão, de 25 de março de 2009.

Em termos gerais, a adoção da política contabilística emanada pela IFRIC 12, para efeitos de IRC, implicou o desreconhecimento do montante das despesas capitalizáveis relativas ao investimento a realizar por via dos resultados transitados e o registo de uma provisão, conforme requerido na IFRIC 12, para as obrigações não regulares de manutenção e reparação de infraestruturas a efetuar no futuro, não sendo esta provisão aceite para efeitos fiscais, por não se encontrar prevista no artigo 39.º do Código do IRC.

Este entendimento levou a que se tivesse procedido a ajustamentos com efeitos retroativos, desde o início da concessão, desconsiderando, por via de resultados transitados, as amortizações acumuladas dos investimentos a realizar, bem como a diferença entre as amortizações calculadas pelo prazo de concessão e pela aplicação do

método de depleção e correspondente subsídio, aceites fiscalmente até à data da transição, gerando um encargo fiscal. As alterações contabilísticas que resultaram da adoção da IFRIC 12 deverão ser consideradas para efeitos fiscais retrospectivamente, desde o início de concessão, aplicando-se o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho.

O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção da IFRIC 12, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes. Contudo, a AdA SA, entendeu que este procedimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência do contrato de concessão, não se justificando que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, foi entregue uma exposição junto dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes da alteração das políticas contabilísticas devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão, uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem pôr em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais. Desta forma, o valor apresentado pela Águas do Algarve, S.A. respeita ao valor de imposto que deverá ser pago até ao final da Concessão.

Conforme indicado na nesta nota, Imposto sobre o rendimento, e na nota 7 – Impostos diferidos ativos e passivos, a AdA regista impostos diferidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras sendo esta avaliação realizada anualmente e refletida nas respetivas contas.

No exercício de 2025, para efeitos de cálculo do imposto, foi aplicada a taxa de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) de 17%, nos termos da Lei n.º 64/2025, de 7 de novembro, a qual estabelece uma redução gradual da taxa de IRC, à razão de 1 ponto percentual por ano, fixando-se a mesma em 17% no ano de 2027.

São reconhecidos impostos diferidos relativamente a diferenças temporárias associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, exceto nos casos em que a AdA detenha a capacidade de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a mesma não venha a reverter num futuro previsível. Atendendo a que tais diferenças temporárias se revestem de elevada complexidade de mensuração anual, encontrando-se dependentes de diversos fatores externos, designadamente a evolução dos investimentos realizados (amortizações versus subsídios), entre outros, verificando-se a impossibilidade de determinar, de forma inequívoca, a respetiva base de cálculo em cada exercício.

Nestes termos, a AdA optou por aplicar a taxa prevista no n.º 1 do artigo 87.º do Código do IRC para efeitos de mensuração dos correspondentes impostos diferidos.

## **34. Saldos e transações com partes relacionadas**

### **34.1. Partes relacionadas**

A Empresa é detida em 54,44% pela entidade Águas de Portugal, SGPS, SA, sendo as suas demonstrações financeiras nessa mesma entidade. A decomposição dos movimentos e saldos com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 espelhada nas tabelas seguintes:

Movimentos com partes relacionadas	2025	2025	2024	2024
	Proveitos	Gastos	Proveitos	Gastos
ÁGUAS DE PORTUGAL SGPS, SA	297	4.551.162	594	5.179.563
AdP VALOR, SA	0	1.040	0	224.851
ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO, SA	318.909	297	119.320	0
SIMDOURO SA	743	1.337	149	297
ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, SA	594	297	594	743
ÁGUAS TEJO ATLÂNTICO SA	1.040	743	594	446
SIMARSUL SA	149	0	951	2
EPAL, SA	2.115	96.308	2.264	65.998
ÁGUAS DE SANTO ANDRÉ, S.A	0	297	149	0
ÁGUAS DA REGIÃO DE AVEIRO, SA	149	0	594	0
ÁGUAS DO NORTE, SA	1.634	297	891	446
ÁGUAS DO ALTO MINHO, SA	0	0	446	743
ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, SA	297	0	149	0
ADP ENERGIAS SA	0	61.457	0	94.714
MUNICÍPIO DE LOULÉ	8.646.592	6.164	7.852.591	8.373
MUNICÍPIO DE LAGOS	6.522.406	0	6.057.378	0
EMARP, E.M.	8.471.801	53.239	7.801.747	58.246
MUNICÍPIO DE S BRÁS DE ALPORTEL	1.123.386	364	1.068.626	551
INFRALOBO, E.M.	464.938	697	459.055	781
INFRAQUINTA, E.M.	856.420	2.281	795.435	2.877
MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	10.833.661	0	10.144.515	59
MUNICÍPIO DE LAGOA	4.331.965	745	4.050.598	690
MUNICÍPIO DE SILVES	3.982.054	738	3.778.107	711
MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO	938.001	17.106	836.671	17.207
MUNICÍPIO DE MONCHIQUE	261.332	0	227.266	0
MUNICÍPIO DE ALJEZUR	810.008	190	741.728	218
MUNICÍPIO VILA REAL SANTO ANTÓNIO	0	215	284.291	0
MUNICÍPIO DE ALCOUTIM	210.356	7.199	199.526	6.184
MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM	1.349.983	2.517	1.262.931	1.187
TAVIRAVERDE, E.M.	2.599.857	17.288	2.419.863	13.989
FAGAR, E.M.	7.026.026	13.843	6.513.081	10.005
INFRAMOURA, E.M.	2.478.740	2.509	2.234.011	1.351
VRSA SGU, E.M.	1.310.597	0	840.302	0
AMBIOLHÃO, E.M.	3.591.980	3.704	3.410.503	4.385
ADVRS - ÁGUAS DE VRSA	3.019.319	7.737	2.873.973	5.844
<b>TOTAIS</b>	<b>69.155.347</b>	<b>4.849.769</b>	<b>63.978.888</b>	<b>5.700.458</b>

Saldos com partes relacionadas	2025	2025	2024	2024
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
ÁGUAS DE PORTUGAL SGPS, SA	38.948	55.526.658	356	60.685.202
AdP VALOR, SA	149	68.885	149	237.588
ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO, SA	235.683	0	35.212	0
SIMDOURO SA	297	149	446	149
ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, SA	0	149	0	149
SIMARSUL SA	0	297	0	297
EPAL, SA	149	12.819	446	56.757
AGUAS SANTO ANDRÉ, S.A.	0	2.593	0	0
ÁGUAS DO NORTE, SA	0	446	0	446
ÁGUAS DO ALTO MINHO, SA	0	0	594	0
ADP ENERGIAS SA	3.573	14.477	0	24.533
MUNICÍPIO DE LOULÉ	1.125.343	563	921.044	(141)
MUNICÍPIO DE LAGOS	1.113.460	0	663.276	0
EMARP, E.M.	677.944	1.123.205	877.784	1.415.340
MUNICÍPIO DE S BRÁS DE ALPORTEL	148.408	26	122.229	44
INFRALOBO, E.M.	63.564	0	58.440	(160)
INFRAQUINTA, E.M.	123.707	107	107.755	(60)
MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	756.494	(1.328)	1.062.625	0
MUNICÍPIO DE LAGOA	496.488	68	711.728	59
MUNICÍPIO DE SILVES	515.776	0	422.186	0
MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO	231.390	346.123	219.915	366.011
MUNICÍPIO DE MONCHIQUE	58.525	0	72.215	0
MUNICÍPIO DE ALJEZUR	60.687	4.299	81.922	5.068
MUNICÍPIO VILA REAL SANTO ANTÓNIO	14.550.537	42	14.461.094	0
MUNICÍPIO DE ALCOUTIM	18.952	0	21.219	0
MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM	216.544	51.055	137.757	50.741
TAVIRAVERDE, E.M.	5.228.468	1.149	5.050.185	644
FAGAR, E.M.	2.557.439	37.697	1.829.037	33.402
INFRAMOURA, E.M.	639.918	185	450.056	69
VRSA SGU, E.M.	15.207.306	0	14.531.590	0
AMBIOLHÃO, E.M.	1.153.641	602	966.476	259
ADVRS - ÁGUAS DE VRSA	863.431	111	776.809	(222)
	<b>46.086.823</b>	<b>57.190.377</b>	<b>43.582.544</b>	<b>62.876.174</b>

Os saldos do Município de VRSA/VRSA SGU EM e de TAVIRAVERDE EM consideram os juros de mora acrescidos para o incumprimento na regularização de várias faturas (ver notas 10, 11 e 32).

Relativamente à diminuição do saldo com a AdP SGPS, ver nota 19.

### 35. Compromissos

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos na demonstração de posição financeira apresentada:

- a) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta dos quadros seguintes:

Contratos de Empreitada (contratos superiores a 500 mil euros)

Empreitadas	Fornecedor	Adjudicação	Executado a 31.12.2025
Empreitada de Reabilitação da ETAR de Lagos por Conceção-Construção	VEOLIA WATER TREATMENT SOLUTIONS PORTUGAL, S.A.	7.550.770	7.540.494
Empreitada de Reforço e Melhorias do Sistema de Aviso e Alerta da Barragem de Odelouca	REDEMAIOR ENGENHARIA, LDA	1.524.953	655.526
Empreitada Execução de Trabalhos de Reparações/Melhorias em Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento-2º Contrato	MTC - CONSTRUÇÕES ALCÁRIO, LDA.	3.126.535	3.126.535
Empreitada Execução de Trabalhos de Reparações/Melhorias em Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento-3º Contrato	MTC - CONSTRUÇÕES ALCÁRIO, LDA.	3.199.944	1.692.602
Empreitada Central de Secagem Solar de Lamas da ETAR de Vila Real de Santo António por Conceção-Construção	NOV PRO CONSTRUÇÕES, S.A.	1.471.522	1.471.522
Empreitada Central de Secagem Solar de Lamas da ETAR de Vila Real de Santo António por Conceção-Construção	VEOLIA WATER TREATMENT SOLUTIONS PORTUGAL, S.A.	1.031.705	1.031.029
Empreitada de Reforço da interligação Barlavento/Sotavento – 1ª Fase	CAMACHO ENGENHARIA, S.A.	13.468.279	3.799.091
Contrato misto para a Conceção, Construção e Exploração do Sistema de Dessalinização na Região do Algarve	ÁGUA PARA O ALGARVE - INIMA, AQUAPOR E LUSÁGUA, A.C.E	107.922.830	2.056.959
Empreitada de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR de Vilamoura	TECNORÉM - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S.A	6.138.542	3.469.318
Empreitada de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR de Vilamoura	ACCIONA AGUA,S.A. SUCURSAL PORTUGAL	3.856.302	1.139.597
Empreitada de execução de infraestruturas de elevação e adução de ApR - ETAR de Albufeira Poente	AQUINO CONSTRUÇÕES, SA	5.154.635	2.664.572
Empreitada de Fases de Reforço de Adução a Loulé – Fase 3	SADE - COMPAGNIE GÉNÉRALE DE TRAVAUX D'HYDRAULIQUE	4.875.039	3.693.115
Empreitada de Execução de Trabalhos de Reparação e Melhoria em Infraestruturas de Abastecimento de Água	MTC - CONSTRUÇÕES ALCÁRIO, LDA.	2.099.178	1.131.714
Empreitada de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR de Quinta do Lago	MTC - CONSTRUÇÕES ALCÁRIO, LDA.	1.094.954	1.000.660
Empreitada de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR de Almarginem	AMBIAGUA, GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DE ÁGUAS, S.A	4.396.390	904.151
Empreitada de Reforço da Interligação do Sistema de Abastecimento em Alta do Barlavento/Sotavento Algarvio – Chão das Donas e ETA de Fontainhas	CAMACHO ENGENHARIA, S.A.	8.765.391	319.199
Empreitada de Reforço da Interligação do Sistema de Abastecimento em Alta do Barlavento/Sotavento Algarvio – Chão das Donas e ETA de Fontainhas	NBS WATER ENGINEERING, SA	2.022.351	238.747
		<b>177.699.320</b>	<b>35.934.831</b>

Contratos de prestações de serviços (contratos superiores a 100 mil euros)

Prestações de Serviços e Bens	Fornecedor	Adjudicação	Executado a 31.12.2025
Aquisição de serviços de comunicações de voz e dados móveis e voz fixa	NOS Comunicações, S.A.	207.776	29.978
Aquisição de Serviços Operação e Manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (Lote 1 e Lote 2)	Acciona Agua, S.A. – Sucursal em Portugal	44.456.982	33.381.283
Aquisição de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve	Be Water, S.A.	7.146.385	7.146.385
Protocolo Falanges - Fase de implementação no Terreno das Acções de Conservação	Mundo Aquático – Parques Oceanográficos, S.A.	240.000	150.000
Protocolo Falanges - Fase de implementação no Terreno das Acções de Conservação	Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza	240.000	150.000
Aq. Serviços de Fiscalização, Gestão Qualidade, CSO e Coordenação Gestão Ambiental da Empreitada "Central de Secagem Solar de Lamas da ETAR de VRSA	Prospectiva – Projetos, Serviços e Estudos, S.A.	172.234	123.884
Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Seg. em Obra e de Gestão Ambiental da Emp.Reab. ETAR Lagos	Prospectiva – Projetos, Serviços e Estudos, S.A.	517.206	508.719
Aquisição de serviços de operação e manutenção do sistema multimunicipal de saneamento do Algarve (Zona Poente – lote 2)	Be Water, S.A.	61.738.243	31.018.563
Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução das Empreitadas de Reforço da Interligação Barlavento/Sotavento	COBA – Consultores de Engenharia e Ambiente, S.A.	518.397	499.949
Aquisição de Serviços de AIA, EIA, RECAPE do Proj. Execução "Reforço do Abastecimento de Água do Algarve-Solução da Tomada de Água no Pomarão"	NEMUS – Gestão e Requalificação Ambiental, Lda	321.725	279.103
Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução da Otimização de Escoamento entre o Reserv. Inicial - Ocidental e o Reserv. Final	PROCESL – Engenharia Hidráulica e Ambiental, Lda	147.966	136.029
Contrato de seguros de saúde e aquisição de serviços de corretagem p/as empresas do Grupo AdP	Aon Portugal – Corretores de Seguros, S.A.	365.933	364.793
Aquisição de Serviços de Coordenação de Segurança para a Prestação de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve	Engisphera – Engenharia, Lda	100.800	84.000
Aquisição de Serviços para a Gestão de Projetos e Empreendimentos de Engenharia – Lotes 1, 2, 3 e 4	Ripórtico – Engenharia, Lda	561.600	247.490
Aquisição de serviços de hosting informático, suporte e manutenção evolutiva em regime de outsourcing para o IXIS-Lab	Claranet Portugal, S.A.	116.386	66.487
Elaboração de Estudo Integrado de modelação, gestão e otimização das origens de água face à procura no Sistema Multimunicipal	Aqualogus – Engenharia e Ambiente, Lda	167.500	0
COMISSÕES BEI Comissões de intermediação às linhas de financiamento do Banco Europeu de Investimento, entre 15 março 2024 e 15 março 2025	Águas de Portugal, SGPS, S.A.	710.767	710.766
Aquisição de Serviços de Fiscalização da empreitada de Execução de Trabalhos de Reparações e Melhorias em Infraestr. de Abast.de Água 1.º Contrato	ADPN – Engenharia e Manutenção, Lda	108.000	49.230
Aquisição de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve	Be Water, S.A.	8.755.556	3.561.478
Aquisição de Serviços para a celebração de contrato de Gestão das Faixas de Combustível e Espaços Verdes nas Instalações da AdA- Lote 7 e Lote 8	Ecoambiente – Consultores de Engenharia e Ambiente, Lda	512.103	240.071
Seguro de Responsabilidade civil e seguro de Responsabilidade ambiental	Willis Portugal – Corretores de Seguros, S.A.	113.567	113.567
Seguros de danos relativos a bens e a interesses patrimoniais seguráveis	Marsh, Lda	104.820	104.826
Aquisição de Serviços para realização de procedimentos de expropriação e de constituição de servidões – Grupo X	Aero Topográfica, Lda	134.125	40.640
Serviços de Gestão das Faixas de Combustível e Espaços Verdes nas Instalações da Águas do Algarve" - Lotes 1 a 6	Ecoambiente – Consultores de Engenharia e Ambiente, Lda	2.152.273	914.937
Aquisição de seguros de Saúde para empresas do grupo AdP	Aon Portugal – Corretores de Seguros, S.A.	291.331	289.982
Reabilitação Bombas Odelouca_Aquisição de Serviços para a Reabilitação de 4 bombas de 200 kW a instalar no volume morto da Barragem de Odelouca	Albombas – Sociedade de Bombas do Sul, Lda	128.568	128.568
Aquisição de Serviços de Fisc, CSO e Acomp Arqueológico da empreitada de Reforço da Interligação Barlavento/Sotavento – 1ª Fase	Applus Portugal, Lda	464.180	43.320

Contratos de prestações de serviços (contratos superiores a 100 mil euros, continuação)

Prestações de Serviços e Bens	Fornecedor	Adjudicação	Executado a 31.12.2025
Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra, Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada para a Construção das Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR de Vilamoura	Prospectiva – Projetos, Serviços e Estudos, S.A.	325.360	153.590
Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra, Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada para a Construção das Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR de Quinta do Lago	PROMENG – Project Management Engineering, S.A.	169.435	131.408
Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra, Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada para a Construção das Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR de Albufeira Poente	ADPN – Engenharia e Manutenção, Lda	186.900	149.050
Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução das Empreitadas de Captações Subterrâneas Públicas Estratégicas para Aumento da Resiliência do SMAAA	TPF – Consultores de Engenharia e Arquitetura, S.A.	267.830	132.429
Coordenação e Revisão dos Projetos de Execução do Sistema de Dessalinização da Região do Algarve e da Central Fotovoltaica para Autoconsumo	COBA – Consultores de Engenharia e Ambiente, S.A.	152.253	68.623
Aquisição de serviços de observação e controlo da funcionalidade e da segurança estrutural – empreendimento hidráulico da barragem de Odelouca	LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil	108.100	16.100
Serviços na Área da Comunicação e Educação Ambiental	Biorumo – Consultoria em Ambiente e Recursos Naturais, Lda	146.800	110.100
Serviços de Renovação de Suporte e equipamentos Fortinet	Syscrum, Lda	149.462	149.462
Aquisição de serviços de assessorias técnicas específicas para desenvolvimento de Painel dinâmico de informação sobre volumes de água	ADP Valor – Serviços Ambientais, S.A.	105.280	75.130
Ocupação do domínio público marítimo, na área de jurisdição do Porto de Vila Real de Santo António, com as infraestruturas de saneamento de águas residuais exploradas pela Águas do Algarve	Docapesca – Portos e Lotas, S.A.	295.201	295.201
Gestão dos Projetos de Investimento do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve promovidos pela Águas do Algarve, S.A.-Fase 2	Winning Scientific Management, Lda	148.200	62.700
Aquisição de Serviços de elaboração do Projeto de Execução para a Construção das Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR de Faro Noroeste	CTGA – Centro Tecnológico de Gestão Ambiental, Lda	137.260	32.202
Serviços de recolha, transporte e armazenamento/valorização de lamas	Biosmart – Soluções Ambientais, S.A.	3.391.200	2.430.483
Seguros multirrisco e responsabilidades para as empresas do Grupo AdP para o período de 01-08-2024 a 31-07-2025	Águas de Portugal, SGPS, S.A.	304.416	304.112
Acompanhamento técnico das empreitadas: Conceção-construção e exploração do Sist. de Dessalinização da Região do Algarve e Solução de Tomada de Água no Pomarão	ADP Valor – Serviços Ambientais, S.A.	278.000	71.175
FEE Gestão (volume de negócios) – Ano 2025	Águas de Portugal, SGPS, S.A.	1.548.450	1.458.052
Prestação de Serviços de Assessoria Técnica - AdP Valor	ADP Valor – Serviços Ambientais, S.A.	123.026	123.026
COMISSÕES BEI (15 março 2025 a 15 março 2026)	Águas de Portugal, SGPS, S.A.	634.327	487.286
Seguros patrimoniais e de responsabilidades para infraestruturas hidráulicas e aquisição de serviços de corretagem para as empresas do grupo Águas de Portugal	MDS – Corretores de Seguros, S.A.	157.105	157.105
Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra, Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico das Empreitadas de Conceção-Construção do Sistema de Dessalinização na Região do Algarve e da Central Fotovoltaica para Autoconsumo (UPAC)	Prospectiva – SEG – Dessalinizadora, S.A.	2.185.600	0
Aquisição de Serviços de Instrução e Acompanhamento de Processos de Expropriação e de Constituição de Servidões – Grupo XI	Aero Topográfica, Lda	464.350	38.870
Contratação Juros Linha de Apoio Tesouraria   2025	Águas de Portugal, SGPS, S.A.	449.753	383.332
Contratação Juros Linha de Suprimentos   2025, período compreendido entre 21 janeiro 2025 a 31 dezembro 2025	Águas de Portugal, SGPS, S.A.	1.606.790	1.356.719
Aq Serviços de Fisc, GQ, CSO, Gest Ambiental e Acomp Arqueológico da Emp de Reforço do Abastecimento de Água ao Algarve – Solução da Tomada de Água no Pomarão	Prospectiva – Projetos, Serviços e Estudos, S.A.	2.439.735	0
Taxa de Recursos Hídricos (TRH) - Ano 2024 e 2025	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.	2.789.230	2.789.230
Aquisição de seguros de Saúde para empresas do grupo AdP	Aon Portugal – Corretores de Seguros, S.A.	302.654	287.462

Contratos de prestações de serviços (contratos superiores a 100 mil euros, continuação)

Prestações de Serviços e Bens	Fornecedor	Adjudicação	Executado a 31.12.2025
Fiscalização, CSO e Acomp Arqueológico da Emp de Reforço da interligação do Sistema de Abast do Barlavento/Sotavento Algarvio - Chao das Donas/ETA Fontainhas	ADPN – Engenharia e Manutenção, Lda	419.840	105.000
Fornecimento de lamas de clarificação da água do Sistema Multimunicipalde Abastecimento de Água em Alta, para destino final de valorização	AVE – Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	443.000	86.332
Serviços de Análises de Águas Naturais, para Consumo Humano e Residuais	Instituto Superior Técnico	354.914	353.912
Protocolo de colaboração entre as empresas do Grupo AdP e o LNEC - Assessoria no âmbito do Regulamento de Segurança de Barragens	LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil	751.600	0
Eletrificação do troço Faro/Vila Real de Santo António -Protocolo para alteamento da conduta de abastecimento de água - Adutor Nascente DN 450, a efetuar na OA (PS) ao pk 387+004	Infraestruturas de Portugal, S.A.	104.452	104.452
Contratação de seguros multirrisco para as empresas do Grupo Águas de Portugal - [2025_023CP], de 01 agosto 2025 a 31 julho 2026	Águas de Portugal, SGPS, S.A.	215.979	107.989
Aq Serviços de Fisc, Gestão Qual e Ambiental, CSO, e Acomp Arqueológico da Emp de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApRda ETAR de Almarginem	PROMENG – Project Management Engineering, S.A.	5.455	5.040
Ocupação do domínio público marítimo, na área de jurisdição do Porto de Vila Real de Santo António, com as infraestruturas de saneamento de águas residuais exploradas pela Águas do Algarve - 2021	Docapesca – Portos e Lotas, S.A.	295.201	295.201
Análises de águas naturais, águas para consumo humano, águas residuais, lamas e resíduos (Lote 2, 3 e 4)	ALS Life Sciences Portugal, S.A.	306.654	102.140
Análises de águas naturais, águas para consumo humano, águas residuais, lamas e resíduos (Lote 1)	Instituto Superior Técnico	1.383.126	0
Aquisição de Serviços de Recolha, Transporte e Armazenamento/Valorização/Deposição em Destino Final de Lamas	Biosmart – Soluções Ambientais, S.A.	5.561.292	5.553.844
Aquisição de Serviços de análises de águas naturais, águas para consumo humano, águas residuais, lamas, resíduos e reagentes de processo - Lote 3	ALS Life Sciences Portugal, S.A.	135.000	130.635
Aquisição de Serviços de Lavagem e Desinfecção de Reservatórios, Cisternas e Órgãos de Tratamento do Sistema de Abastecimento Água em Alta	Redecor – Revestimentos de Proteção, S.A.	178.042	170.247
Análises de Águas Naturais, Águas para Consumo Humano e Águas Residuais	Instituto Superior Técnico	933.263	927.515
Aquisição de Serviços para o Fornecimento de Lamas de clarificação da água do SMAA para destino Final de Valorização por incorporação no processo produtivo no CPL da Cimpor.	AVE – Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	420.000	347.810
Aquisição de Serviços de Trabalho Temporário	Multitrab – Trabalho Temporário, Lda	475.000	162.763
Aquisição de Serviços de Transporte de Amostras de Água, em condições controladas, entre o Laboratório da Águas do Algarve e outros Laboratórios e entre Instalações Laboratoriais da Águas do Algarve	Serviduana – Sociedade de Serviços Aduaneiros, Lda	318.503	300.343
Aquisição de Serviços de Colheitas de Águas para Consumo Humano do SMAAA	Ambipar Control Portugal – Consultoria Ambiental, S.A.	379.298	249.454
Aquisição de serviços de inspeção vídeo em condutas do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve	Agriservir, Lda	300.000	136.151
Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança em instalações da Águas do Algarve, S.A.	Strong Charon – Soluções de Segurança, S.A.	167.592	115.680
Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança em instalações da Águas do Algarve, S.A.	Securitas – Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.	309.510	198.834
Aquisição de serviços de recolha, transporte e deposição em destino final de resíduos	Luságua – Serviços Ambientais, S.A.	478.912	190.017
Aquisição de Serviços de Transporte de Lamas de Clarificação de Água, S.A.	Biosmart – Soluções Ambientais, S.A.	418.232	220.903

Contratos de prestações de serviços (contratos superiores a 100 mil euros, continuação).

Prestações de Serviços e Bens	Fornecedor	Adjudicação	Executado a 31.12.2025
Aquisição de Serviços de Impressão	HPZ – Comércio de Equipamentos de Tratamento de Água, Lda	208.920	34.546
Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental do SAABO	ADPN – Engenharia e Manutenção, Lda	169.838	152.060
Aquisição de Serviços de Limpeza das Instalações da AdA, S.A. - LOTE 1 -ETAR de Faro/Olhão e 14 Estações Elevatórias, e Edifício Sede da Águasdo Algarve, S.A. e LOTE 4 - Limpezas Específicas de Laboratório (Unidade de Alcantarilha e Unidade de Tavira)	Eurofacilities – Serviços Integrados, S.A.	345.030	187.614
Aquisição de Serviços de Limpeza das Instalações da AdA, S.A. - LOTE 2 -ETA de Tavira, ETA do Beliche e EEI do Aproveitamento Hidráulico de Odeleite-Beliche e LOTE 3 - ETA de Alcantarilha, ETA das Fontainhas e Edifício de Silves	Interessantequação – Produtos e Consultoria, Lda	325.825	181.944
Aquisição de Serviços de Fiscalização, Coordenação de Segurança em Obra e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada Fases de Reforço de Adução a Loulé – Fase 3	Prospectiva – Projetos, Serviços e Estudos, S.A.	260.621	246.867
Aquisição de Serviços de Aluguer Operacional, Lavagem, Higienização e Conservação de Vestuário Profissional	SPAST – Sociedade Portuguesa de Alumínios e Sistemas Técnicos, S.A.	183.006	70.015
Aquisição de Serviços para a Elaboração de Ensaios de Caudais e Inspeção Vídeo em Captações no Algarve – Fase I	Renato Azenha – Sondagens e Captações, Lda	400.000	31.925
Aquisição de serviços de recolha, transporte e armazenamento/valorização/deposição em destino final de lamas de ETAR de lagunagem	Biosmart – Soluções Ambientais, S.A.	522.600	210.132
Aquisição de Serviços de Análises de Águas Naturais e para Consumo Humano	EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	116.842	106.021
Aquisição de Serviços de Limpezas Industriais e Transporte para Destino Final de Resíduos do Subsistema de Águas Residuais de Faro/Olhão	Bruno Bartolomeu, Unipessoal, Lda	120.000	9.900
Aquisição de Serviços de Recolha, Transporte e Armazenamento/Valorização de Lamas	Biosmart – Soluções Ambientais, S.A.	442.800	430.844
Serviços de Transporte de amostras, em condições controladas, entre laboratório da AdA e outros laboratórios e entre as instalações da AdA	Serviduana – Sociedade de Serviços Aduaneiros, Lda	355.219	8.966
		<b>167.166.706</b>	<b>103.181.989</b>

### 36. Investimento Contratual

A estimativa de compromissos financeiros assumidos pela AdA não relevados na demonstração de posição financeira, decorrentes da celebração dos contratos de concessão relativamente a investimentos iniciais, renovação e expansão a efetuar no decorrer do período remanescente de concessão.

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF e sujeitos a amortização no prazo da concessão, perfazem o montante 912.048.454 euros, dos quais 729.155.786 euros já se encontram realizados (DUI firme). O valor em curso no final do exercício ascende a 73.954.778 euros (ver nota 5).

### 37. Honorários de auditoria e de revisão legal de contas

Os honorários de Auditoria e de Revisão Legal de contas da AdA no exercício de 2025 foram os seguintes:

Honorários	Revisão legal de contas	Outros serviços relacionados com auditoria	Outros serviços	Total
DELOITTE & ASSOCIADOS SROC S.A.	15.127	0	0	15.127
	<b>15.127</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>15.127</b>

### 38. Outros assuntos

O grupo ADP, e no caso concreto a Águas do Algarve, têm-se deparado com um cenário de volatilidade e incerteza relativamente aos preços da energia, aos preços de diversos reagentes, bem como aos gastos com prestações de serviços diversas. Neste contexto a empresa tem procurado mitigar essa volatilidade:

- através da aposta no plano de neutralidade energética, o qual na AdA permitirá reduzir substancialmente as quantidades de energia (medidas em kwh) adquiridas na rede, substituindo-as em grande parte por autoprodução,
- através do aumento da resiliência das suas infraestruturas, o qual se espera permita a médio prazo poupanças em termos de eficiência produtiva,
- pelo maior investimento nos processos de aquisição de serviços, centralizados na ADP, e noutros casos, na própria empresa, sendo esse investimento caracterizado por um aumento do conhecimento dos mercados, e por conseguinte, de como se poderá melhorar o processo de compra.

Os investimentos estratégicos já em curso, tais como o investimento numa Dessalinizadora, o reforço da interligação Sotavento-Barlavento, e ainda o aumento da diversificação das origens de água, permite também uma discussão mais profunda relativamente aos próprios modelos de exploração que se seguirão à conclusão da fase de investimento.

A Águas do Algarve tem ainda continuado a apostar no investimento da nova atividade apr (água para reutilização), sendo que já durante o ano de 2025 a empresa forneceu 639 mil m<sup>3</sup> de apr distribuídos por alguns clientes.

### 39. Eventos subsequentes

Nos termos do Contrato de Concessão em vigor a Águas do Algarve submeteu à ERSAR no dia 13 de fevereiro de 2026 o Relatório Desvio de Recuperação de Gastos de 2025. Pelo teor do cálculo das métricas que efetuámos, medindo-as face às que foram definidas pela ERSAR, e considerando os ajustamentos que a Empresa entende por necessários, nomeadamente, desconsideração de impactos nos gastos operacionais derivados de aumentos de preços acima da inflação (reagentes, lamas, outros fornecimentos e serviços externos), a Empresa propôs à ERSAR que não houvesse lugar a qualquer ajustamento à Remuneração Acionista de 2025.

Até à data a AdA ainda não recebeu da parte da ERSAR nem qualquer solicitação ou esclarecimento adicional, nem qualquer Projeto de Decisão.

A Empresa não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela ERSAR, por:

- I. Ser entendimento da Administração de que o eventual ajustamento final ao DRG após contraditórios não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras tendo em conta o histórico verificado; e
- II. Ser convicção da Administração de que o DRG relevado nas demonstrações financeiras é a melhor estimativa na presente data.

No dia 12 de Janeiro de 2026 foi submetido à apreciação da ERSAR, com conhecimento da Tutela, uma proposta de revisão de Contrato de Concessão, incluindo-se nesta proposta uma revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira no qual foi considerado o investimento projetado, incluindo o investimento denominado de PRR. Em consonância, foram também os pressupostos atualizados, ou seja, foram os caudais revistos, os gastos operacionais também revistos. Neste EVEF foram consideradas 3 atividades principais: o abastecimento de água para consumo (AA), o tratamento de efluentes (AR), e a venda de água para reutilização (apR). Aguarda-se a posição da ERSAR e da Tutela.

Relativamente às tarifas de abastecimento de água, e dos rendimentos tarifários do saneamento, a Águas do Algarve faturou aos seus clientes durante o ano de 2025 já aos preços atualizados a 2025, resolvendo-se ainda neste ano a questão dos valores que estavam por faturar aos clientes referentes ao ano de 2024 (atualização

das quantidades fornecidas/serviços prestados em 2024, de a preços de 2023 para a preços de 2024), os quais estavam acrescidos em Balanço a aguardar a ratificação das tarifas por parte da Tutela. Não obstante o esforço de faturação, não se registou nenhum agravamento do padrão de recebimento por parte dos clientes da empresa.

A Administração da Águas do Algarve entende que a solvabilidade da Empresa, bem como a continuação da sua atividade normal, não estão em causa.

Não existe mais nada de relevante a assinalar com relação a eventos subsequentes.

**Faro, 05 de março de 2026**

O Conselho de Administração

---

Maria Isabel Fernandes da Silva Soares  
(Presidente Executivo)

---

Hugo Miguel Guerreiro Nunes  
(Vogal Executivo)

---

Silvério António da Silva Gonçalves Guerreiro  
(Vogal Executivo)

---

Ana Paula Fernandes Martins  
(Vogal)

O Contabilista Certificado

O Diretor Administrativo e Financeiro

---

Maria Madalena Mendes

---

Nuno Miguel Cupertino Franco

#### 40. Glossário Financeiro e Técnico

- **Águas de Portugal, SGPS, SA** – Águas de Portugal, SGPS, S.A.
- **AdA** – Águas do Algarve, S.A.
- **Ambiente**- “... Conjunto de condições que envolvem e sustentam os seres vivos na biosfera, como um todo ou em parte desta, abrangendo elementos do clima, solo, água e de organismos”
- **ACE** – Agrupamentos Complementares de Empresas. São entidades constituídas por pessoas singulares ou coletivas, nomeadamente sociedades comerciais, que se agrupam, sem prejuízo da sua personalidade jurídica, a fim de melhorar as condições de exercício ou de resultado das suas atividades.
- **Caixa e equivalentes de caixa** – correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.
- **Cash Flow** –A diferença entre os *cash inflows* e os *cash outflows* num determinado período.
- **COSO** – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. É uma metodologia de controlo interno criada por uma organização privada dos EUA em 1985 para prevenir e evitar fraudes nas demonstrações financeiras das empresas.
- **Dívida Líquida** – Dívida financeira de curto e longo prazo - Disponibilidades
- **EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation)** - Resultados operacionais antes de amortizações. EBITDA = resultado operacional + amortizações+provisões.
- **ERSAR** – Entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos. Entidade cuja competência é o acompanhamento da atividade da concessão;
- **ETA** – Estação de tratamento de águas para consumo humano.
- **ETAR** – Estação de tratamento de águas residuais.
- **Habitante Equivalente** – representa a carga orgânica biodegradável com uma carência bioquímica de oxigénio ao fim de 5 dias (CBO5), de 60 g de oxigénio por dia.
- **HH’s** – Horas Homem
- **IAS/IFRS** – *International Accounting Standards*. Normas Internacionais de Contabilidade / *International Financial Reporting Standards*. Novo normativo contabilístico emanado pelo *International Accounting Standards Board*, que foi adotado pela empresa a partir de 1 de Janeiro de 2010 e que substituiu o anterior normativo POC.
- **Meio Ambiente** - “soma total das condições externas circundantes no interior das quais um organismo, uma condição, uma comunidade ou um objeto existe. O meio ambiente não é um termo exclusivo; os organismos podem ser parte do ambiente de outro organismo”
- **Natureza** - “termo genérico que designa organismos e o ambiente onde eles vivem: o mundo natural”
- **Outsourcing** – Designa a ação que existe por parte de uma organização em obter mão-de-obra de fora da empresa, ou seja, mão-de-obra terceirizada. Está fortemente ligada à ideia de subcontratação de serviços.
- **OT’s**- Ordens de Trabalho
- **PCQA** – Plano de controlo da qualidade da água
- **PIB** – Produto interno bruto
- **POC** – Plano Oficial de Contabilidade.
- **Rating** – Termo utilizado para designar a classificação de uma empresa em termos de risco de crédito, mediante a utilização de uma escala pré-definida de atributos e qualificações. A avaliação de risco pode incidir genericamente sobre uma empresa ou instituição, tendo em conta a sua situação económica e financeira e a sua capacidade e perspetivas de gerar lucros, ou apenas especificamente sobre o seu risco de crédito medido pela sua capacidade em cumprir o serviço com as dívidas. O *rating* é, desta forma, um instrumento de extrema relevância para o mercado na medida em que fornece aos potenciais credores uma opinião independente sobre o risco de crédito.

#### 41. Principais Diplomas Relativos ao Setor da Água e Saneamento Publicados em 2025

G- Anexos do Relatório e Contas

## **Relatório dos Administradores Não Executivos**

**sobre o desempenho dos Administradores Executivos da empresa Águas do Algarve SA**

**Ano de 2025**

### **1.. Introdução**

Nos termos do n.º 8 do artigo n.º 407 do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos Administradores com funções executivas da Águas do Algarve SA, é emitido o presente Relatório sobre o Desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2025.

### **2.. Atividade**

Nos termos da Lei e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração da Águas do Algarve, acompanhamos a gestão da empresa e o desempenho dos seus Administradores Executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que aos Administradores Executivos se refere, livre e não condicionado.

### **3.. Parecer**

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos Administradores Executivos da Águas do Algarve, salientando também a preocupação deles em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão deles próprios, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Faro, 05 de março de 2026.

**Os Administradores Não Executivos da Águas do Algarve SA**

---

Ana Paula Fernandes Martins

**Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria – indicação do modo como foi dado cumprimento ao disposto no n.º7 do artigo 49.º do DLEO2019**

A Comissão Executiva da AdP SGPS aprovou o modelo de relacionamento abaixo discriminado, para dar cumprimento às formalidades que precedem a decisão de contratar serviços externos cujo objeto consista em estudos, pareceres, projetos e consultoria por parte das empresas do Grupo AdP:

1 – Cada empresa deverá assegurar que não têm capacidade interna para satisfazer as respetivas necessidades aquisitivas;

2 – Verificada a condição (1), é submetido o pedido à Direção de Compras e Logística da AdP Serviços que por sua vez promove a auscultação interna junto de todas as empresas do Grupo no sentido de avaliar se aquela necessidade pode ser satisfeita por outra empresa, fixando um prazo de resposta, disponibilizando a informação necessária para a tomada de decisão informada por parte das empresas;

3- Vencido o prazo fixado em (2) e na ausência de resposta positiva por parte das empresas do Grupo AdP:

3.1 – Caso o objeto do contrato a celebrar não se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP Serviços submete o pedido junto da PARPÚBLICA, para que aquela entidade possa avaliar a elegibilidade da satisfação da necessidade aquisitiva por via dos seus recursos próprios, ou de outras empresas também em relação de Grupo, fixando um prazo de resposta.

3.2 – Caso o objeto do contrato a celebrar se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP Serviços informa a empresa quanto à impossibilidade de satisfazer a necessidade aquisitiva através dos recursos das empresas do Grupo AdP, para que procedam respetivamente à colocação do pedido junto da PARPÚBLICA, na página da internet disponibilizada para o efeito.

Não havendo manifestação de disponibilidade, ficam reunidas as condições necessárias para envidar um procedimento de contratação pública, ficando demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades aquisitivas assinaladas, através de recursos próprios ou de empresas que se encontrem em relação de grupo.

Faro, 05 de março de 2026

O Conselho de Administração

---

Maria Isabel Fernandes da Silva Soares  
(Presidente Executivo)

---

Hugo Miguel Guerreiro Nunes  
(Vogal Executivo)

---

Silvério António da Silva Gonçalves Guerreiro  
(Vogal Executivo)

---

Ana Paula Fernandes Martins  
(Vogal)



**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**



Águas do Algarve, S.A.

Relatório e Contas de 2025